



Como Planejar, Escrever e Publicar na Universidade: lições da Ciência Política para todas as áreas

Organizadores

**Olivia Cristina Perez
Soraia Marcelino Vieira
Rafael Cardoso Sampaio
Lucas Moura Vieira**

Como Planejar, Escrever e Publicar na Universidade: lições da Ciência Política para todas as áreas

Organizadores

Olivia Cristina Perez
Soraia Marcelino Vieira
Rafael Cardoso Sampaio
Lucas Moura Vieira

Brasília - DF
2026

Governo Federal

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)

Ministra Esther Dweck

Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap)

Presidenta

Betânia Lemos

Diretora-Executiva

Danyelle Siqueira Campos Gil Lemos Barreto

Diretor de Altos Estudos

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Bruna Danielly da Paz Tenório

Diretora de Educação Executiva

Iara Cristina da Silva Alves

Diretor de Gestão Corporativa

Lincoln Moreira Jorge Júnior

Diretora de Inovação

Camila Medeiros

Coordenador Geral de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Lucas Moura Vieira

Equipe CGPOS

Carolina da Cunha Rocha, Ciro Campos Christo Fernandes, Eduardo Semeghini Paracêncio, Eliana Gomes Philomeno, João Victor de Sousa dos Santos, Lucas Moura Vieira, Mathias Alberto Möller, Milena Avellar Fabri, Nívea Silva Lisboa e Selma dos Santos Silva Marrocos

Editora Responsável

Carolina da Cunha Rocha

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica

Lorena Rosa Correia

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca Graciliano Ramos da Enap

C735 Como planejar, escrever e publicar na universidade: lições da
ciência política para todas as áreas / Organização :
Olívia Cristina Perez ... [et al.]. – Brasília: Enap, 2026.
259 p.: il.

Inclui bibliografia.

E-book

ISBN: 978-65-87791-84-5

1. Escrita Científica. 2. Comunicação Científica. 3.
Pesquisa Científica. 4. Publicação Científica. 5. Metodologia
Científica. 6. Ética na Ciência. I. Perez, Olívia Cristina (org.).
II. Vieira, Soraia Marcelino (org.). III. Sampaio, Rafael
Cardoso (org.). IV. Vieira, Lucas Moura (org.). V. Título

CDD 808.0665

Bibliotecária: Elda Campos Bezerra – CRB 1/1425

A Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap) é uma escola de governo vinculada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Tem como principal atribuição a formação e o desenvolvimento permanente dos servidores públicos. Atua na oferta de cursos de mestrados e doutorado profissionais, especialização *lato sensu*, cursos de aperfeiçoamento para carreiras do setor público, educação executiva e educação continuada. A instituição também estimula a produção e disseminação de conhecimentos sobre administração pública, gestão governamental e políticas públicas, além de promover o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias de gestão que aumentem a eficácia e a qualidade permanente dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos. Para tanto, desenvolve pesquisa aplicada e ações de inovação voltadas à melhoria do serviço público. O público preferencial da Escola são servidores públicos federais, estaduais e municipais. Sediada em Brasília (DF), a Enap é uma escola de governo de abrangência nacional e suas ações incidem sobre o conjunto de todos os servidores públicos, em cada uma das esferas de governo.



Fundação Escola Nacional de Administração Pública
SAIS - Área 2 - A | CEP: 70610-900 | Brasília, DF

Enap, 2026

Este trabalho está sob a Licença Creative Commons

Atribuição: Não Comercial

Compartilha Igual 4.0 Internacional

As opiniões, interpretações e conclusões expressas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam, necessariamente, a posição institucional da Escola Nacional de Administração Pública (Enap).



Sumário

Prefácio, 8

Bruno P.W. Reis

Apresentação, 11

Olivia Cristina Perez, Soraia Marcelino Vieira, Rafael Cardoso Sampaio e Lucas Moura Vieira

PARTE I – CONSTRUÇÃO E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO, 14

1 Difusão científica: caminhos para a popularização das ciências humanas

Michelle Vieira Fernandez, Marina Duarte de Freitas Vianna Lima e Mellanie Fontes-Dutra

2 Redes de pesquisa, eventos e ideias em movimento: a produção do conhecimento científico para além dos muros universitários, 29

Luciana Santana

3 Ética em pesquisa nas humanidades: tensões, avanços e desafios institucionais, 45

Marcos Marques de Oliveira

4 Orientação acadêmica, pressão institucional e escrita científica: uma análise reflexiva, 58

Andrea Lopes da Costa, Maria Dolores Lima da Silva e Edlaine de Campos Gomes

5 Como escrever um projeto de pesquisa para agências de fomento, 71

Vanessa Elias de Oliveira, Bruna Arenque, Márcia Scazufca

6 Produtos Técnicos e Tecnológicos: nova fronteira para produção e difusão de conhecimento, 86

Julia Ximenes, Ricardo Luiz Bueno e Lucas Moura Vieira

PARTE II – ESCRITA DO TEXTO CIENTÍFICO, 100

7 A construção de conceitos na Ciência Política

Soraia Marcelino Vieira e Juan Vicente Bachiller

8 Como formar uma identidade intelectual: pesquisa, escrita e posicionamento autoral, 116

Marta Mendes da Rocha

9 A evolução da coautoria na Ciência Política brasileira: tendências temporais e padrões de gênero, 129

Dalson Figueiredo Filho, Ernani Rodrigues de Carvalho e João Guilherme Neves

10 A centralidade da explicação autoral na escrita científica: proposta de modelo analítico-interpretativo, 142

Olivia Cristina Perez

11 Como escrever resumos de artigos científicos: o modelo IMRaD, 154

Adriano Codato

12 Escrita acadêmica ética, responsável e humana com Inteligência Artificial, 173

Rafael Cardoso Sampaio

PARTE III – PROCESSO EDITORIAL, 191

13 Como escolher a revista certa para seu artigo: orientações práticas para jovens pesquisadores(as)

Marcelo Marques

14 O processo editorial de revistas científicas: o longo caminho entre a submissão e a publicação, 206

Debora Rezende Almeida e Rebecca Abers

15 Como redigir um parecer acadêmico? Parâmetros, tipos e dilemas éticos da avaliação por pares em periódicos nas Ciências Sociais, 221

Luiz Augusto Campos

16 Barreiras à publicação em periódicos internacionais: evidências e recomendações a partir de um programa de mentoria em Ciência Política, 234

Victor Araújo e Malu A. C. Gatto

Minibiografias, 254

Prefácio

Bruno Reis

Decorrente de ótima iniciativa de Olívia Perez, Soraia Marcelino Vieira, Rafael Cardoso Sampaio e Lucas Moura Vieira, maturada em sua atuação como dirigentes da ABCP, este livro quer atender a uma necessidade que é ao mesmo tempo antiga e muito atual. Uma necessidade constante, portanto. Antiga, porque toda formação acadêmica sempre dependeu da transmissão de práticas de leitura, análise, pesquisa e argumentação – por escrito. Atual porque, mesmo com a relativa automatização da escrita pelas ferramentas de inteligência artificial generativa, o ambiente universitário segue, e seguirá, sob pressão crescente de prazos, métricas, rotinas de validação, avaliações e exigências de publicação sob restrições de procedimentos cada vez mais específicos, tornando mais aguda a necessidade de explicitação sistemática daquilo que por muito tempo os estudantes navegaram de modo um tanto intuitivo: como organizar seu esforço profissional de produção de textos.

Uma premissa crucial deste volume reside no reconhecimento de que a escrita acadêmica não é um apêndice exterior da pesquisa, nem mera etapa terminal (“trabalho braçal”...) de um esforço intelectual já pronto. Escrever é parte do pensar. É frequentemente no próprio ato de formular uma frase, ordenar um argumento, definir um conceito, expor um problema ou responder a uma objeção possível que o raciocínio ganha nitidez, consistência e forma transmissível. Por isso, um guia de escrita científica voltado a profissionais em formação não pode se limitar a um repertório de instruções formais, por mais que estas também possam se mostrar muito úteis. Ele precisa também ajudar o leitor a compreender o que está realmente em jogo quando escrevemos.

A estrutura desta obra quer responder a esse desafio. Seus capítulos percorrem, em conjunto, diferentes dimensões do ofício: os fundamentos da escrita científica, a formação da identidade intelectual, a estruturação do texto, a construção conceitual, a autoria, a ética, os usos da inteligência artificial, o processo editorial, a escolha de periódicos, a elaboração de pareceres, as dinâmicas de coautoria, os eventos acadêmicos, a difusão científica, os produtos técnicos e tecnológicos e a internacionalização da produção. Não se trata, portanto, de um manual estrito de redação, mas antes de um panorama articulado sobre as práticas pelas quais o conhecimento é produzido, validado, publicado e posto em circulação em nossa área.

Há aqui, além disso, um aspecto especialmente relevante nas ciências humanas e sociais. Em nosso campo, escrever bem, de modo persuasivo, nunca significa apenas se conformar a um molde. Significa também aprender a situar um problema, distinguir planos de análise e delinear horizontes normativos, definir com cuidado os termos do debate, quase sempre controvertidos eles mesmos, construir uma voz argumentativa própria e tornar claros os passos

pelos quais se pretende persuadir quem lê. Em suma: a escrita acadêmica envolve sempre, em proporções variáveis, exigências de rigor formal, clareza conceitual e responsabilidade autoral. A boa técnica nos desafia a combiná-los, e não haverá para isso receitas redutíveis e fórmulas simples.

Isso ajuda a desfazer um equívoco bastante difundido. Com frequência, opõe-se de maneira ingênua a liberdade do ensaio ao rigor do artigo científico, como se a maturidade de um campo disciplinar consistisse apenas em abandonar de vez qualquer forma mais reflexiva, autoral ou conceitualmente ambiciosa em favor de formatos cada vez mais padronizados. Mas a oposição é pobre, não faz jus à reflexividade intrínseca aos inevitáveis processos de retroalimentação que caracterizam a relação entre nosso trabalho seu objeto. O rigor da escrita científica não se reduz a uma aparência formal, assim como a presença de uma voz autoral não equivale, por si só, a frouxidão analítica. Em diferentes gêneros e situações, o trabalho intelectual distribui de maneira diversa seus encargos de demonstração, explicitação conceitual e validação empírica. Para quem está em formação, uma lição decisiva talvez seja justamente esta: aprender a reconhecer que tipo de problema se tem diante de si e que tipo de escrita ele exige.

Como as representações mentais e simbólicas que as pessoas fazem do mundo condicionam sua interação, então o trabalho que realizamos nas ciências sociais e humanas modifica nosso objeto – ainda que não necessariamente nas direções que desejaríamos. Por isso nossas conceituações e taxonomias nunca se estabilizam de uma vez por todas, pois nossa discussão é atravessada por nossos interesses, materiais ou ideais, desde o enquadramento inicial dos problemas. Nosso objeto não é inerte: ele reage, interpreta, resiste, abraça, transforma-se também à luz das interpretações que sobre ele se produzem, e que afetam o modo como ele mesmo se compreende e os sentidos que atribui à sua própria ação. Por isso, a escrita em nosso campo nos exige, infinitas vezes, esclarecimentos conceituais, reconstruções de linguagem, atenção à historicidade dos termos e cautela diante de simplificações excessivas. Não se trata de deficiência, mas de traço constitutivo de disciplinas cujo objeto é reflexivo, histórico e atravessado por disputa. Não cabem complexos de inferioridade quanto à legitimidade de nossa ambição científica. Mas trata-se, sim, de uma ciência difícil, de validação exigente.

É precisamente por isso que um livro como este importa. Muito. Ele oferece orientação prática sem reduzir a escrita a um protocolo artificioso. Oferece instrumentos técnicos sem perder de vista o valor da formação intelectual. E o faz a muitas vozes, o que reforça outro traço essencial da vida acadêmica: escrevemos sempre a partir de uma tradição, de uma comunidade de interlocução e de um circuito institucional, mas é tarefa de cada pessoa aprender a confiar no mapa mental pelo qual ela representa essa tradição para si, a reconhecer, nesse interior, a natureza dos problemas que a interpelam, descobrir seu próprio modo de formular estes problemas com clareza, trabalhar neles, representar este trabalho de modo organizado e inteligível para uma comunidade, no limite, universal, e responder com humildade e confiança pelo que escreve.

Fruto de uma oportuna colaboração entre a ABCP e a *Revista de Sociologia e Política*, este volume presta um serviço valioso a novas gerações de pesquisadoras e pesquisadores. Que ele possa ser lido não apenas como um conjunto de orientações úteis, mas como convite a uma compreensão mais ambiciosa do texto acadêmico (mesmo nos tempos de IA que se descortinam): não um espaço de afetação estilística, nem tampouco decorrência automática da pesquisa; mas parte da própria substância de nosso trabalho de pensar com clareza, tentar resolver problemas e comunicar com precisão os resultados de nossas tentativas.

Apresentação

*Olivia Cristina Perez, Soraia Marcelino Vieira,
Rafael Cardoso Sampaio e Lucas Moura Vieira*

A ideia deste livro surgiu a partir de diferentes conversas realizadas entre integrantes de diretorias da Associação Brasileira de Ciência Política que participaram da gestão entre 2024 e 2026. Ao longo dessas discussões, tornou-se evidente o quanto a trajetória acadêmica exige conhecimentos que muitas vezes não são ensinados formalmente nos cursos de graduação e pós-graduação e que acabavam dependendo de experiência e vivência na área, configurando um aprendizado predominantemente tácito, construído por tentativa e erro e marcado pela demora na apropriação das convenções que estruturam a vida acadêmica. Questões relacionadas à escrita científica, à publicação de artigos, à participação em redes acadêmicas, à elaboração de projetos, à avaliação por pares e ao funcionamento do processo editorial apareciam de forma recorrente como desafios compartilhados por pesquisadores em diferentes etapas da carreira. Foi nesse contexto que surgiu a proposta de organizar uma obra que reunisse reflexões e orientações capazes de auxiliar especialmente estudantes de pós-graduação, sem deixar de dialogar com pesquisadores em formação inicial e com trajetórias mais consolidadas.

Ao longo da construção do projeto e dos convites realizados para as autoras e os autores, a proposta inicial ganhou novas dimensões. O que começou como uma reflexão voltada à escrita científica na Ciência Política transformou-se em uma contribuição mais ampla sobre os diferentes aspectos que envolvem a vida universitária e a carreira de pesquisador. Embora parta da experiência acumulada pela Ciência Política, os debates apresentados neste livro dialogam com questões presentes em distintas áreas do conhecimento, sobretudo aquelas relacionadas à produção, circulação e validação do conhecimento científico.

A Associação Brasileira de Ciência Política apoiou integralmente essa iniciativa. Agradecemos, em nome de seu presidente, Bruno P. W. Reis, não apenas pela possibilidade de concretização desta obra, mas pelo apoio institucional e pelo cuidado que acompanharam toda essa trajetória, elementos que se expressam de forma sensível no prefácio que abre este livro.

Tivemos ainda o privilégio de estabelecer uma parceria com a Revista de Sociologia e Política, responsável pela publicação, entre 2025 e 2026, do dossiê especial “Oficina de Escrita Científica”, dedicado às práticas de produção científica em Ciência Política e Ciências Sociais. Agradecemos à revista e aos editores Adriano Codato e Gabryela Gabriel pela parceria e pela autorização para que os artigos publicados no periódico integrassem esta obra em formato de livro. Todos os textos passaram por avaliação de dois pareceristas, seguindo os critérios editoriais adotados pela revista. Além dos

trabalhos publicados no dossiê, o livro incorpora ainda capítulos inéditos, ampliando os diálogos e perspectivas reunidos na coletânea.

As parcerias estabelecidas ao longo desse percurso seguiram se expandindo até a consolidação da colaboração com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) por intermédio da professora Regina Luna para a publicação desta obra. Nesse processo, Lucas Moura Vieira, servidor da instituição, tornou-se igualmente parceiro na organização do livro. Agradecemos à Enap, especialmente, na figura do Diretor de Altos Estudos, Alexandre Gomide, pela possibilidade de publicação e pelo apoio institucional oferecido.

Esta obra é resultado direto da construção coletiva realizada antes e durante sua organização. Mais do que um livro sobre escrita científica, ela expressa a importância das redes de colaboração, da troca de experiências e do compartilhamento das dificuldades e soluções que atravessam a vida universitária. Permanecemos com a convicção de que uma ciência de maior qualidade depende, necessariamente, de práticas acadêmicas mais colaborativas, abertas ao diálogo e comprometidas com a formação de novas gerações de pesquisadoras e pesquisadores.

Especificamente, o livro *Como Planejar, Escrever e Publicar na Universidade: lições da Ciência Política para todas as áreas* reúne reflexões e orientações práticas sobre os diferentes processos que estruturam a vida acadêmica, desde a construção do conhecimento até a publicação científica. A obra parte do entendimento de que escrever, pesquisar e publicar são atividades inseparáveis da formação intelectual e da atuação universitária. Ao longo dos capítulos, pesquisadores de diferentes áreas discutem desafios contemporâneos da produção científica, oferecendo instrumentos para estudantes, docentes e pesquisadores em distintas etapas da trajetória acadêmica.

Na primeira parte, dedicada à construção e circulação do conhecimento, os capítulos abordam temas relacionados à difusão científica, ética em pesquisa, redes acadêmicas, elaboração de projetos e produtos técnicos. Em “Difusão científica: caminhos para a popularização das ciências humanas”, Michelle Vieira Fernandez, Marina Duarte de Freitas Vianna Lima e Mellanie Fontes-Dutra discutem estratégias para aproximar a produção acadêmica da sociedade e enfrentar os desafios da desinformação. Já Luciana Santana, em “Redes de pesquisa, eventos e ideias em movimento”, analisa o papel das redes acadêmicas e dos eventos científicos na formação intelectual e na circulação do conhecimento para além dos espaços universitários. Marcos Marques de Oliveira debate os dilemas éticos das pesquisas nas humanidades, enquanto Andrea Lopes da Costa, Maria Dolores Lima da Silva e Edlaine de Campos Gomes refletem sobre orientação acadêmica, pressão institucional e escrita científica. Vanessa Elias de Oliveira, Bruna Arenque e Márcia Scazufca apresentam orientações práticas para elaboração de projetos destinados às agências de fomento. Lucas Moura Vieira, Julia Ximenes e Ricardo Luiz Bueno discutem o papel dos produtos técnicos e tecnológicos na produção e difusão do conhecimento.

A segunda parte concentra-se diretamente na escrita do texto científico e nos desafios da autoria acadêmica. Em “A construção de conceitos na

Ciência Política”, Soraia Marcelino Vieira e Juan Vicente Bachiller analisam o papel dos conceitos na pesquisa científica. Marta Mendes da Rocha, no capítulo “Como formar uma identidade intelectual”, discute pesquisa, escrita e posicionamento autoral na trajetória acadêmica. Dalson Figueiredo Filho, Ernani Rodrigues de Carvalho e João Guilherme Neves apresentam uma análise sobre coautoria e padrões de gênero na Ciência Política brasileira. Em “A centralidade da explicação autoral na escrita científica”, Olivia Cristina Perez propõe uma reflexão sobre interpretação e autoria na produção acadêmica. Adriano Codato oferece orientações objetivas sobre a elaboração de resumos científicos a partir do modelo IMRaD. Rafael Cardoso Sampaio encerra essa seção debatendo os usos éticos e responsáveis da inteligência artificial na escrita acadêmica.

A terceira parte trata do processo editorial e dos caminhos da publicação científica. Marcelo Marques apresenta critérios para escolha de periódicos e estratégias para jovens pesquisadores(as) em processo de publicação. Debora Rezende Almeida e Rebecca Abers analisam as diferentes etapas do fluxo editorial de revistas científicas, desde a submissão até a publicação final. Luiz Augusto Campos discute os desafios da avaliação por pares e da elaboração de pareceres acadêmicos. Victor Araújo e Malu A. C. Gatto discutem os desafios enfrentados por pesquisadores brasileiros na publicação internacional e apresentam evidências e recomendações a partir de experiências de mentoria acadêmica.

O livro foi construído de forma coletiva, reunindo diferentes experiências, perspectivas teóricas e trajetórias acadêmicas comprometidas com a formação de novas gerações de pesquisadoras e pesquisadores. Agradecemos profundamente a contribuição de todas as autoras e autores que aceitaram compartilhar seus conhecimentos e experiências nesta obra.

I

PARTE I - CONSTRUÇÃO E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO



1 Difusão científica: caminhos para a popularização das ciências humanas

*Michelle Vieira Fernandez
Marina Duarte de Freitas Vianna Lima
Mellanie Fontes-Dutra*

I. Introdução

Na sociedade contemporânea, marcada por fluxos acelerados de informação e por disputas crescentes em torno da credibilidade e do uso político do conhecimento, a difusão científica tornou-se ao mesmo tempo um desafio e uma necessidade. A circulação de resultados de pesquisa já não se limita ao espaço restrito de revistas acadêmicas ou congressos, mas encontra-se cada vez mais presente em plataformas digitais, debates públicos e diferentes ecossistemas midiáticos. Nesse cenário, a comunicação da ciência assume não apenas a função de popularizar saberes, mas também a de fortalecer valores democráticos, combater a desinformação e promover a interação, por meio de debates críticos, com a ciência.

No caso das ciências humanas, os desafios da difusão científica adquirem contornos específicos. A produção de conhecimento nessas áreas vai além do conhecimento construído através dos métodos quantitativos, considerados mais “objetivos”, e frequentemente envolve abordagens qualitativas, que são interpretativas e estão vinculadas ao contexto. Essas especificidades exigem que a tradução desse conhecimento em linguagens acessíveis e socialmente significativas aconteça sem a perda do rigor analítico. Diferentemente das ciências naturais, em que dados experimentais e evidências quantitativas costumam oferecer maior visibilidade, as humanidades enfrentam obstáculos no reconhecimento social e na valorização de seus aportes, justamente por lidarem com conceitos complexos e, por vezes, abstratos, ligados às relações de poder, à cultura, à memória, às desigualdades e às identidades. Tornar esse conhecimento inteligível para públicos amplos demanda estratégias inovadoras de mediação e engajamento, capazes de respeitar a diversidade e, ao mesmo tempo, ampliar seu valor social.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo apresentar a difusão científica, reconhecendo suas especificidades nas humanidades e apontando estratégias para o seu avanço nesse campo. Sendo assim, o texto trata de oferecer um guia prático e reflexivo sobre como pesquisadores em Ciências Humanas podem aprimorar suas estratégias de difusão científica. Para isso, foi realizada uma revisão crítica da literatura nacional e internacional, a partir de análises qualitativas dos artigos e diretrizes que abordam o tema. Foram incluídos artigos em língua portuguesa e inglesa, disponíveis amplamente, limitados a um recorte temporal dos últimos 25 anos.

II. Difusão científica: conceitos e dimensões

A difusão científica refere-se ao conjunto de práticas voltadas à circulação de conhecimentos para além da comunidade de especialistas, por meio de linguagens acessíveis e com intencionalidade pedagógica (Valério & Takata, 2025). Diferencia-se da comunicação estritamente técnica entre pares ao adaptar e contextualizar conceitos, descobertas e processos científicos para a sociedade em geral, constituindo um processo social mediado por

dimensões culturais, linguísticas e institucionais (Soler, 2007; Bueno, 2010). Nesse sentido, situa-se no espaço intermediário entre a produção acadêmica e a esfera pública, democratizando o acesso ao conhecimento e possibilitando sua apropriação crítica por diferentes segmentos sociais (Soler, 2007).

A literatura distingue difusão, divulgação e popularização segundo suas ênfases, ou seja, circulação ampla, iniciativas midiáticas específicas ou estratégias de adaptação e democratização (Vogt, 2006), mas destaca que mais relevante do que rótulos estanques é identificar fontes, atores, veículos e intenções que caracterizam a prática comunicacional (Valério & Takata, 2025; Schiele & Landry, 2012). A intencionalidade é central nesse processo, orientado à democratização do conhecimento científico, à ampliação da alfabetização e ao fortalecimento da cidadania (Bucchi & Trench, 2021), configurando-se também como prática educativa não formal complementar à escola e a espaços como museus (Gohn, 1999; 2006; Marandino et al., 2016). Em contextos de desinformação e disputas epistêmicas, a difusão exige compromisso com fontes fidedignas e com a crítica pública (Fernandez, 2022).

A evolução da difusão científica pode ser compreendida a partir de três modelos — déficit, dialógico e participativo — que variam da transmissão unidirecional à coprodução entre ciência e sociedade (Bodmer, 2010; Ziman, 1991; Burns & O'Connor et al., 2003; Irwin, 1995; Stilgoe et al., 2014), frequentemente combinados de forma híbrida conforme contextos e objetivos. Novas agendas reconfiguram esse campo ao integrar ciência aberta, ciência cidadã e ecologias digitais: a ciência aberta promove transparência por meio de dados e métodos acessíveis (Feher & Friesike, 2014; UNESCO, 2021); a ciência cidadã aprofunda a participação social via coprodução de dados e sentidos (Irwin, 1995; Bonney et al., 2009); e as ecologias digitais ampliam a circulação pública, mas também intensificam disputas por visibilidade e desinformação (Bucchi & Trench, 2021). Em conjunto, essas abordagens deslocam o foco da transmissão para o engajamento participativo na governança do conhecimento.

III. A difusão científica nas humanidades

A difusão científica nas humanidades acompanha a história mais ampla da comunicação pública da ciência, mas apresenta especificidades de conteúdo, linguagem e circulação. Internacionalmente, a passagem do modelo de déficit — centrado na transmissão unidirecional — para modelos dialógicos e participativos deslocou a ênfase de “informar” para engajar públicos e negociar sentidos em contextos socioculturais concretos (Bodmer 2010; Burns O'Connor & Stocklmayer, 2003; Bucchi & Trench, 2021). No Brasil, observa-se a consolidação de um campo heterogêneo e cumulativo a partir do final do século XX, com ampliação de formatos e crescente presença em ambientes digitais (Moreira & Massarani, 2002; Barata et al., 2018; Valério & Takata 2025). Nas humanidades, esse processo é atravessado por uma produção de conhecimento interpretativa, reflexiva e situada, baseada

sobretudo em pesquisas qualitativas que mobilizam fontes históricas e culturais, múltiplas evidências e métodos que combinam hermenêutica, crítica e contextualização (Nieto-Galan, 2016; Frodeman, 2010). Nesses estudos, a validade é simultaneamente empírica, argumentativa e histórica, o que torna particularmente desafiadora a transformação do conteúdo acadêmico em linguagem acessível sem perda de integridade científica (Nieto-Galan, 2016; Simon, 2010).

Essa ecologia comunicativa articula-se diretamente com debates públicos — como memória, identidades, desigualdades e patrimônio — e incide sobre políticas culturais, educacionais e sociais, aproximando produção acadêmica e esfera pública (Nussbaum, 2010; Frodeman, 2010). Museus, centros culturais, arquivos, bibliotecas e plataformas digitais operam como espaços de interpretação colaborativa e cocriação de sentidos, nos quais os públicos atuam como coautores na construção do significado (Simon, 2010). Em ambientes digitais, redes e plataformas ampliam alcance e abertura, mas também reconfiguram disputas por visibilidade e intensificam riscos de desinformação (Bucchi & Trench, 2021). Nessa perspectiva, difundir conhecimento nas humanidades implica traduzir e disputar sentidos em arenas públicas, reconhecendo públicos diversos e seus repertórios, expectativas e valores (Warner, 2002; Bucchi & Trench, 2021), sendo o êxito comunicativo medido não apenas por métricas de alcance, mas pela qualidade do engajamento e pela capacidade de qualificar deliberações e políticas públicas (Nussbaum, 2010; Bucchi & Trench, 2021).

Universidades e centros de pesquisa constituem nós institucionais centrais da difusão nas humanidades, ao concentrar acervos, museus, laboratórios de curadoria e equipes de extensão, além de articularem pesquisadores, comunicadores e públicos em projetos de interpretação colaborativa (Schiele & Landry, 2012; Simon, 2010). Esse ecossistema se fortalece quando a difusão é reconhecida como parte do ciclo de pesquisa e avaliação, com apoio a formatos longos e a mídias híbridas, como exposições digitais e plataformas educacionais (Valério & Takata, 2025). As políticas de ciência, tecnologia e inovação moldam incentivos e capacidades ao definirem linhas de fomento e infraestruturas para a circulação do conhecimento, enquanto diretrizes como as da UNESCO (2021) para a ciência aberta reforçam a transparência, o reuso de dados e o engajamento dos públicos, recolocando a difusão como processo contínuo, para além da simples apresentação do “produto final” (Fecher & Friesike, 2014; UNESCO, 2021).

IV. Desafios e perspectivas para a difusão científica

A comunicação ampliada da ciência enfrenta desafios ligados à linguagem técnica, que dificulta a acessibilidade mesmo em resumos em linguagem simples, frequentemente marcados por jargões e alta densidade informacional (Zhao & Xiao 2023), além da baixa sustentabilidade institucional decorrente da dependência de fomentos instáveis, como evidenciado pelos

cortes em iniciativas de humanidades nos EUA em 2025 (Federation of State Humanities Councils, 2025). Soma-se a isso um sistema de avaliação acadêmica que historicamente privilegia artigos tradicionais, embora propostas recentes defendam maior valorização da difusão, de avaliações qualitativas e da integração entre extensão e comunicação científica (CoARA, 2025), em consonância com as diretrizes da ciência aberta da UNESCO (UNESCO 2023). A seguir, apresentamos alguns desafios e perspectivas para a difusão de conhecimento.

IV.1. As mídias digitais na comunicação de ciências

A ascensão das mídias digitais ampliou o impacto da comunicação científica sobre a confiança pública, influenciada pela percepção sobre cientistas e pelos formatos das mensagens, em um contexto de alta confiança média na ciência, mas com persistentes tensões quanto ao seu papel nas políticas públicas e à transparência das incertezas (Cologna, 2025). Diante da intensificação da desinformação, a OMS estruturou, em 2020, um fluxo de gestão da “infodemia” baseado em monitoramento, resposta rápida a boatos e fortalecimento da resiliência informacional (OMS 2020), enquanto experiências locais destacam a importância da coordenação intersetorial e dos dados abertos (Sundelson, 2023). Nesse cenário de disputas por atenção e credibilidade, a difusão científica nas Ciências Humanas enfrenta o duplo desafio de ampliar o acesso social ao conhecimento e proteger sua integridade epistêmica, reconhecendo a ciência como insumo para o debate público informado e exigindo práticas comunicacionais contextualizadas e sensíveis a disputas narrativas e assimetrias de poder (Druckmann et al., 2025; OMS, 2022).

IV.2. Desafios na popularização da comunicação de origem acadêmica

Apesar de avanços, textos e resumos acadêmicos tornaram-se mais difíceis de interpretar, e mesmo os PLS frequentemente não atingem níveis de leitura compatíveis com a média da população, indicando a necessidade de reduzir jargões e complexidade sem perda de rigor (Lang et al., 2025; Šuto et al., 2023). Paralelamente, cortes e reestruturações em universidades e agências de fomento evidenciam o subfinanciamento crônico das Ciências Humanas e da difusão científica, com o cancelamento de bolsas e a suspensão de programas comunitários. Esse cenário é agravado por sistemas de avaliação que privilegiam artigos e citações, embora reformas como o Acordo CoARA (2025) e as diretrizes da UNESCO sobre Ciência Aberta (UNESCO, 2023), além de mudanças recentes da CAPES no Brasil, sinalizem oportunidades para valorizar a extensão e a difusão científica (Research on Search, 2025; CAPES, 2025).

IV.3. A infodemia pós-Covid-19

Pesquisas realizadas em 2024 e 2025 mostram que debates públicos em torno de temas como clima e pandemia são estruturados por “competição de narrativas”, em que resultados científicos são recontextualizados por atores políticos e midiáticos. Esse processo pode tanto instrumentalizar descobertas quanto questionar motivações de cientistas, afetando a confiança pública de forma desigual entre países e temas (Tuohy, 2025; Younger-Khan et al., 2024; Ophir, 2024). Nesse sentido, o conceito de “gestão da infodemia”, consolidado pela OMS desde 2020, oferece um quadro útil para enfrentar tais desafios, articulando escuta ativa, promoção de entendimento, engajamento comunitário e resiliência à desinformação. Relatórios recentes destacam ferramentas como monitoramento de ecossistemas informacionais, coprodução de mensagens com comunidades e avaliação em tempo real, práticas que também se mostram promissoras para as Ciências Humanas (OMS, 2023; Briand, 2023; Abuhaloob, 2024; Center for Health Security, 2023).

V. Propostas para o fortalecimento da difusão científica nas humanidades

V.1. Inclusão de estratégias de difusão nos projetos da pesquisa

Uma estratégia central para fortalecer a difusão científica nas Ciências Humanas é integrar a comunicação desde a fase inicial dos projetos, alinhando produção acadêmica, impacto social e públicos-alvo, o que reforça a ciência como bem público e orientada ao diálogo com a sociedade (UNESCO, 2023). Ao prever a divulgação desde o início, amplia-se a adequação das linguagens a diferentes públicos e evita-se que a difusão seja tratada como atividade residual. Experiências como os *pathways to impact* no Reino Unido e os planos de *broader impacts* da NSF nos EUA mostram que a exigência de estratégias comunicacionais na submissão dos projetos pode transformar a cultura institucional, incorporando a divulgação como parte da atividade acadêmica (Watermeyer, 2012).

V.2. Capacitação das equipes de pesquisa para o processo comunicacional

Outro eixo fundamental é a capacitação de pesquisadores em comunicação científica e no uso de mídias digitais, requisito essencial para que as humanidades ampliem seu diálogo com públicos diversos por meio de linguagens acessíveis, narrativas audiovisuais e ferramentas digitais, fortalecendo tanto o impacto social quanto a credibilidade científica em contextos de desinformação (Fährnich et al., 2023). Essa formação pode ocorrer em cursos de pós-graduação ou oficinas práticas voltadas a redes sociais, podcasts e vídeos, mas, embora algumas universidades brasileiras já tenham criado núcleos de comunicação científica, essas iniciativas ainda são pontuais diante da crescente demanda social por informação qualificada. A ampliação

de políticas institucionais nessa área é estratégica para legitimar publicamente as humanidades em um ambiente marcado por disputas narrativas e apropriação política dos resultados no meio digital (Benchimol et al., 2014).

V.3 Estabelecimento de redes interinstitucionais

A criação de redes interinstitucionais é estratégia central para a difusão científica em larga escala, pois permite o compartilhamento de boas práticas, metodologias e recursos técnicos, reduz desigualdades regionais, fortalece a ciência do Sul Global e amplia a interdisciplinaridade e a legitimidade pública da pesquisa (ALLEA, 2023). Experiências internacionais demonstram que consórcios com portais unificados, bases de dados abertas e projetos colaborativos ampliam a circulação da ciência, e, no Brasil, iniciativas como a Rede Brasileira de Jornalismo Científico e parcerias entre universidades e museus evidenciam o impacto da cooperação, especialmente nas Humanidades (Carvalho et al., 2023). O fortalecimento dessas redes, contudo, depende de financiamento público estável e do reconhecimento dos produtos de difusão nas métricas acadêmicas.

V.4. Preparação de planos de divulgação científica claros e operacionalizáveis

Um caminho eficaz para consolidar a difusão científica como parte do processo de pesquisa é exigir que planos de divulgação estejam presentes desde a concepção do projeto. Isso implica definir objetivos comunicacionais, públicos-alvo, linguagens acessíveis, orçamentos específicos e estratégias de avaliação de impacto. Agências de fomento e instituições de avaliação têm papel decisivo ao condicionar o financiamento à existência desses planos robustos (UNESCO, 2023).

V.5. Uso de storytelling na produção de conteúdos

Outra proposta-chave é a formação continuada em mídias digitais e multimídia, com técnicas de *storytelling*, produção de podcasts, vídeos e infográficos, além do manejo pedagógico da comunicação. Oficinas intensivas e parcerias com profissionais da comunicação têm mostrado resultados positivos, estimulando simplificação sem distorção e respeito à diversidade cultural (Koivumäki & Wilkinson, 2020; Fähnrich, 2021). Redes interinstitucionais, por sua vez, podem coproduzir materiais multilíngues, compartilhar infraestrutura e promover maior equilíbrio regional, observado em relatos de experiências prévias na América Latina (Massarani, 2021).

V.6. Apoio institucional e acessibilidade

A consolidação da difusão científica exige seu reconhecimento formal como mérito acadêmico nas políticas institucionais, com critérios de carreira que valorizem divulgação, engajamento público e produção multilíngue, além de

editais específicos das agências de fomento, já que, embora muitos pesquisadores desejem se engajar, ainda faltam incentivos adequados (Koivumäki & Wilkinson, 2022, 2020). Sua efetividade também depende da produção de materiais acessíveis, multimídia e multilíngues, com estratégias de linguagem simples, legibilidade, acessibilidade e tradução, alinhadas aos princípios de dados abertos, participação social e ciência aberta (Lang et al., 2025; UNESCO, 2023; CAPES, 2025; CoARA, 2025), consolidando a difusão como elemento estrutural da atividade acadêmica e de conexão com as demandas sociais.

V.7. Recomendações práticas

Como recomendações práticas, as estratégias abaixo podem auxiliar a nortear os princípios da construção do conteúdo a ser disseminado. São elas:

- a) Técnicas que busquem simplificar conceitos abstratos, jargões científicos, mantendo a integridade da informação científica, a partir de analogias, exemplos em contexto acessível, podem ser de grande valia para aplicações tanto institucionais, quanto nas mídias digitais;
- b) A estruturação de narrativas no formato “*storytelling*” pode auxiliar como conector entre a informação técnica com experiências que consolidam essa contextualização acessível à realidade do público-alvo;
- c) Neste cenário, faz-se necessário, também a análise de ferramentas digitais para monitoramento da acessibilidade do texto a ser utilizado, buscando adaptações que possam viabilizar com que um roteiro possa ser produzido em diferentes formatos, como infográficos, vídeos curtos, textos curtos em formato de “fios” ou “*threads*” em contextos de redes sociais e podcasts, por exemplo;
- d) O uso de uma linguagem adequada para o público-alvo também é crítica para um maior sucesso da comunicação proposta, mantendo essa comunicação aberta após a publicação e difusão dos conteúdos, a partir de enquetes, *lives*, comentários respondidos, entre outras possibilidades;
- e) Considerando o contexto da infodemia, estabelecer uma linha editorial e protocolos para o manejo da desinformação e “cancelamento” digital são essenciais, tanto para manter uma discussão respeitosa em paralelo ao combate à desinformação, quanto para a sustentabilidade da equipe e da proposta de difusão do conhecimento.

A partir dessas recomendações, diferentes ferramentas podem ser utilizadas para a operacionalização dessas propostas, viabilizando que propostas de difusão do conhecimento possam perpetuar-se e transformar-se ao longo da trajetória da sociedade.

Quadro 1 – Estratégias para a transformação de conteúdos acadêmicos em conhecimento acessível

Definição do público-alvo: quanto mais distintos são os públicos mapeados, mais diversas devem ser as propostas de linguagens, formatos e canais para atingi-los.	Sugestões: segmentação de perfis como 1) estudantes, 2) gestores públicos, 3) educadores, 4) sociedade civil organizada e 5) público leigo/amplo. Identificação de faixas etárias-alvo de acordo com a temática e nichos específicos (como profissionais específicos, populações vulneráveis, entre outros)
Narrativas e <i>storytelling</i>: construção de “personagens” ou perfis fictícios como exemplo ou ferramenta para transportar o espectador para a narrativa com participação ativa na sua construção.	Sugestões: utilizar exemplos reais e que fazem parte do dia a dia do público-alvo definido. Por exemplo: Julia, 40 anos, professora de história no ensino médio público, seu principal desafio é como criar e usar materiais didáticos e conteúdos de redes sociais em sua sala de aula tendo turmas numerosas, tempo e recursos limitados? Estrutura que pode ser aplicada: situação inicial (gancho) → conflito/desafio → desenvolvimento das ideias e conceitos → resolução/mensagem final
Manutenção da integridade da informação científica: aplicação de técnicas comunicacionais que tornem o conteúdo acessível, porém sem perder o rigor e a informação principal da comunicação acadêmica.	Sugestões: uso de analogias e contextos próximos do público-alvo definido (exemplo, ao invés de falar “necropolítica”, dizer que se trata de políticas para decisão de quais vidas priorizar diante de outras), promover quando necessário a explicação de um termo ou criação de glossários (para a promoção de um letramento científico), associado a exemplos práticos dessas terminologias.
Adaptação para diferentes mídias: transformação de um texto em recursos visuais, auditivos e que promovam acessibilidade e uma conversa mais próxima com o público-alvo definido, de acordo com suas preferências.	Sugestões: construção de um roteiro central do qual diferentes formatos e linguagens podem ser delineados. Na construção do roteiro, é essencial identificar o centro da argumentação, dados-chave, criação de ganchos fortes para atrair a atenção do público-alvo definido, contextos úteis para visualização do problema/questão, aplicações reais no dia a dia e chamada para ação (ou CTA, <i>call to action</i>, como “compartilhe com... curta este conteúdo...”). Esse formato é útil tanto para a criação de fios/<i>threads</i> no X, quanto na criação de roteiros para <i>reels</i> no Instagram e vídeos curtos no TikTok. Para podcasts, é possível criar episódios temáticos, séries narrativas, <i>mesacasts</i> e episódios de conversas/trocas entre especialistas ou entre um especialista e alguém da população ampla, entre outros formatos.

Fonte: elaboração própria (2025).

VI. Considerações finais

A difusão científica, quando qualificada, acessível e inclusiva, amplia o alcance social do conhecimento, fortalece a cidadania e enfrenta a desinformação, deixando de ser etapa complementar para se afirmar como processo essencial de diálogo entre resultados acadêmicos e diferentes públicos. Nesse contexto, as ciências humanas desempenham papel estratégico ao promover a compreensão crítica da sociedade, a análise das relações de poder, a valorização da diversidade sociocultural e a qualificação de políticas públicas baseadas em evidências, de modo que a difusão nesse campo legitima a produção acadêmica e fortalece os processos democráticos ao aproximar ciência e debate público.

Como recomendações para uma difusão científica mais operacionalizada e sustentável, propõe-se a criação de elementos curriculares na graduação e na pós-graduação voltados à formação em comunicação científica, por meio de disciplinas e atividades extensionistas. O reconhecimento institucional da difusão como ocupação acadêmica, por agências de fomento e pelas próprias universidades, é igualmente essencial para estimular o engajamento, especialmente nos processos de progressão na carreira, relatórios e avaliação da pós-graduação. Além disso, a criação de editais específicos, o fortalecimento de projetos nas humanidades e a implantação de núcleos institucionais com infraestrutura adequada, como estúdios para podcasts e vídeos, configuram instrumentos estratégicos para a produção qualificada de conteúdos.

Por fim, futuras agendas de pesquisa devem aprofundar a investigação sobre as incidências da difusão científica, explorando tanto as potencialidades quanto as barreiras presentes em diferentes contextos institucionais e sociais. Isso inclui analisar o papel das tecnologias digitais, a sustentabilidade financeira das iniciativas e a articulação entre ciência aberta, ciência cidadã e comunicação científica. Avançar no entendimento dessas dimensões contribuirá para consolidar práticas de difusão científica mais robustas, capazes de enfrentar desafios contemporâneos e ampliar o valor social das humanidades.

Referências

Abuhaloob, L., Purnat, T.D. & Tabche, C. et al. (2024) Management of infodemics in outbreaks or health crises: a systematic review. *Frontiers in Public Health*, 12. DOI: 10.3389/fpubh.2024.1343902

ALLEA (2023) *The European code of conduct for research integrity*. Disponível em: <<https://allea.org/code-of-conduct/>>. Acesso em: 16 set. 2025.

Barata, G., Caldas, G. & Gascoigne, T. (2018) Brazilian science communication research: national and international contributions. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 90(2), pp. 2523-2542.

Benchimol, J.L., Cerqueira, R.C. & Papi, C. (2014) Desafios aos editores da área de humanidades no periodismo científico e nas redes sociais: reflexões e experiências. *Educação e Pesquisa*, 40(2), pp. 347–364.

Bodmer, W. (2010) Public understanding of science: the BA, the Royal Society and COPUS. *Notes and Records of the Royal Society*, 64, pp. S151–S161.

Bonney, R., Cooper, C.B. & Dickinson, J. et al. (2009) Citizen science: a developing tool for expanding science knowledge and scientific literacy. *BioScience*, 59(11), pp. 977–984.

Bucchi, M. & Trench, B. (2021) Rethinking science communication as the social conversation around science. *Journal of Science Communication*, 20(3), A01.

Bueno, W.C. (2010) Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. *Informação & Informação*, 15(1esp), pp. 1–12. DOI: 10.5433/1981-8920.2010v15n1esp1

Burns, T.W., O'Connor, D.J. & Stocklmayer, S.M. (2003) Science communication: a contemporary definition. *Public Understanding of Science*, 12(2), pp. 183–202.

Briand, S., Hess, S., Nguyen, T. e Purnat, T. D., (2023) Infodemic management in the twenty-first century. In: *Managing Infodemics in the 21st Century*. Cham: Springer International Publishing. DOI: 10.1007/978-3-031-27789-4_1

CAPES (2025) *Documentos do novo ciclo avaliativo 2025-2028*. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/documentos-do-novo-ciclo-avaliativo-2025-2028>>. Acesso em: 16 set. 2025.

Carvalho, A.B.G., Ferraz Magalhães, S.J. & Panerai Alves, T. (2023) Divulgação e formação científica nas redes sociais: narrativas digitais e colaboração nos canais do Science Vlogs Brasil. *Ensino de Ciências e Tecnologia em Revista*, 13(3), pp. 246–265.

CoARA (2025) *The Agreement*. Disponível em: <<https://coara.org/agreement/the-agreement-full-text/>>. Acesso em: 16 set. 2025.

Cologna, V., Mede, N., Berger, S. et al. (2025) Trust in scientists and their role in society across 68 countries. *Nature Human Behaviour*, 9, pp. 713–730.

Druckman, J.N., Ellenbogen, K.M. & Scheufele, D.A. (2025) An agenda for science communication research and practice. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 122(27). DOI: 10.1073/pnas.2400932122

Fähnrich, B. & Weitkamp, E. & Kupper, J.F. (2023) Exploring ‘quality’ in science communication online: expert thoughts on how to assess and promote science communication quality in digital media contexts. *Public Understanding of Science*, 32(3), pp. 350–367.

Fähnrich, B., Wilkinson, C. & Weitkamp, E. et al. (2021) Rethinking science communication education and training: towards a competence model for science communication. *Frontiers in Communication*, 6, 795198.

Fecher, B. & Friesike, S. (2014) Open science: one term, five schools of thought. In: S. Bartling & S. Friesike (org.) *Opening Science*. Springer, pp. 17–47.

Fernandez, M. (2022) Uso de evidência científica para tomada de decisão diante da pandemia da COVID-19: uma aproximação à atuação do Ministério da Saúde. In: N.M. Koga, P.L.M. Palotti & J. Mello (org.) *Políticas públicas e uso de evidências no Brasil*. Brasília: Ipea.

Frodeman, R. (org.) (2010) *The Oxford Handbook of Interdisciplinarity*. Oxford: Oxford University Press.

Gohn, M.G. (1999) *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez.

Gohn, M.G. (2006) Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 14, pp. 27-38.

Hethmon, H. (2025) Crisis continues for humanities councils as appropriated funds remain in limbo. *Federation of State Humanities Councils*. Disponível em: <<https://www.statehumanities.org/federal-funding-update-humanities-councils/>>. Acesso em: 16 set. 2025.

Irwin, A. (1995) *Citizen science: a study of people, expertise and sustainable development*. London: Routledge.

Johns Hopkins Center for Health Security (2023) Infodemic management approaches leading up to, during, and after public health emergencies. Disponível em: <<https://centerforhealthsecurity.org/sites/default/files/2023-04/230407-nasempaper.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2025.

Koivumäki, K., Wilkinson, C. (2020) Exploring the intersections: researchers and communication professionals' perspectives on the organizational role of science communication. *Journal of Communication Management*, 24(3), pp. 207-226. DOI: 10.1108/JCOM-05-2019-0072

Koivumäki, K., Wilkinson, C., (2022) "One might tweet just for money": organisational and institutional incentives for researchers' social media communication and public engagement practices. *Studies in Communication Sciences*, 22(3), pp. 471-491. DOI: 10.24434/j.scoms.2022.03.3205

Lang, I.A., King, A. & Boddy, K. et al. (2023) How plain is plain? Jargon and readability in online Plain Language Summaries of health research: observational study (Preprint). *Journal of Medical Internet Research*, 27. DOI: 10.2196/50862

Lang, I., King, A., Body, K. et al. (2025) Jargon and readability in plain language summaries of health research: Cross-sectional observational study. *Journal of Medical Internet Research*, 27, e50862. Disponível em: <<https://www.jmir.org/2025/1/e50862>>. Acesso em: 23 dez. 2025.

Marandino, M., Bueno, J. & Gomes, F. de et al. (2016) Os usos da Teoria da Transposição Didática e da Teoria Antropológica do Didático para o estudo da educação em museus de ciências. *Revista Labore em Ensino de Ciências*, 1(1), pp. 69-97. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/labore/issue/view/Revista%20Labore%20em%20Ensino%20de%20Ci%C3%Aancias%20-%202016>>. Acesso em: 23 dez. 2025.

Massarani, L. (2021) Controvérsias e divulgação científica na América Latina. *JCOM América Latina*, 4(2).

Moreira, I.C. & Massarani, L. (2002) Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In: L. Massarani, I.C. Moreira & F. Brito (orgs.) *Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência, pp. 43–64.

Nieto-Galan, A. (2016) *Science in the public sphere: a history of lay knowledge and expertise*. London: Routledge.

Nussbaum, M.C. (2010) *Not for profit: why democracy needs the humanities*. Princeton: Princeton University Press.

Ophir, Y., Walter, D. & Jamieson, P.E. et al. (2024) The politicization of climate science: media consumption, perceptions of science and scientists, and support for policy. *Journal of Health Communication*, 29(1), pp. 1–10. DOI: 10.1080/10810730.2024.2357571

Schiele, B. & Landry, A. (2012) The development of science communication studies in Canada. In: B. Schiele, M. Claessens & S. Shi (orgs.) *Science Communication in the World*. Springer, pp. 33–63.

Schreiber, R.C., Goeke, M. & Bequette, M. (2023) Community-informed design: blending community engagement and museum design approaches for sustainable experience development. *Curator*, 67(2), pp. 441–457. DOI: 10.1111/cura.12583

Simon, N. (2010) *The Participatory Museum*. Santa Cruz: Museum 2.0.

Soler, M. (2007) A difusão científica e o acesso público à informação. *Ciência da Informação*, 36(3), pp. 80–87.

Stilgoe, J., Lock, S.J. & Wilsdon, J. (2014) Why should we promote public engagement with science?. *Public Understanding of Science*, 23(1), pp. 4–15.

Sundelson, A., Huhn, N. & Jamison, A. et al. (2023) Infodemic management approaches leading up to, during, and following the COVID-19 pandemic. Disponível em: <<https://centerforhealthsecurity.org/sites/default/files/2023-04/230407-nasempaper.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2025.

Šuto, J., Marušić, A. & Buljan, I. (2023) Linguistic analysis of plain language summaries and corresponding scientific summaries of Cochrane systematic reviews about oncology interventions. *Cancer Medicine*, 12(9), pp. 10950–10960. DOI: 10.1002/cam4.5825

Tuohy, C.H. (2024) The moral of the story: contesting narratives at the Nexus of Science and policy during COVID-19. *Social Philosophy and Policy*, 41(2), pp. 410–432. DOI: 10.1017/s0265052524000256

UNESCO (2021) *UNESCO Recommendation on Open Science*. Paris: UNESCO.

UNESCO (2023) *UNESCO Recommendation on Open Science*. Disponível em: <<https://www.unesco.org/en/open-science/about>>. Acesso em: 16 set. 2025.

Valério, M. & Takata, R. (2025) Afinal, o que é divulgação científica? Explicação e proposição de uma definição plural. *Pro-Posições*, 36, e2025c0502BR.

Vogt, C. & Morales, A.P. (2018) *Cultura científica*. In: C. Vogt, M. Gomes & R. Muniz (orgs.) *Comciência e divulgação científica*. Campinas: Unicamp, pp. 13–22.

Volk, S.C. & Schäfer, M.S. (2024) Evaluations in science communication. Current state and future directions. *Journal of Science Communication*, 23(06). DOI: 10.22323/2.23060401

Warner, M. (2002) Publics and counterpublics (abbreviated version). *Quarterly Journal of Speech*, 88(4), pp. 413–425.

Watermeyer, R. (2012) Issues in the articulation of ‘impact’: the responses of UK academics to ‘impact’ as a new measure of research assessment. *Studies in Higher Education*, 39(2), pp. 359–377. DOI: 10.1080/03075079.2012.709490

Xin, Z., Li, L. & Wei, X. (2023) The diachronic change of research article abstract difficulty across disciplines: a cognitive information-theoretic approach. *Humanities & Social Sciences Communications*, 10(1). DOI: 10.1057/s41599-023-01710-1

Younger-Khan, S., Weidmann, N.B. & Oswald, L. (2024) Consistent effects of science and scientist characteristics on public trust across political regimes. *Humanities and Social Sciences Communications*, 11(1). DOI: 10.1057/s41599-024-03909-2

Zhao, X. & Xiao, W. (2023) The diachronic change of research article abstract difficulty across disciplines: a cognitive information-theoretic approach. *Humanities & Social Sciences Communications*, 10, Article 1710. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41599-023-01710-1>. Acesso em: 23 dez. 2025.

Ziman, J. (1991) Public Understanding of Science. *Science, Technology, & Human Values*, 16(1), pp. 99–105.



2 Redes de pesquisa, eventos e ideias em movimento: a produção do conhecimento científico para além dos muros universitários

Luciana Santana

I. Introdução

A produção científica, longe de constituir um empreendimento individual, cumulativo e linear, está profundamente enraizada em dinâmicas sociais, institucionais e simbólicas que estruturam a circulação, validação e hierarquização do conhecimento. Nas Ciências Sociais e, de modo particularmente acentuado, na Ciência Política, essas dinâmicas assumem contornos ainda mais complexos, uma vez que a produção de conhecimento se encontra diretamente vinculada a contextos históricos específicos, disputas normativas e configurações institucionais que moldam não apenas o que se pesquisa, mas também como se pesquisa e quais interpretações são reconhecidas como legítimas.

Nessa perspectiva, a ciência deve ser compreendida como uma prática relacional e situada, produzida no interior de comunidades epistêmicas que compartilham linguagens, referências e critérios de validação. O conhecimento científico, portanto, não emerge de forma isolada, mas resulta de interações contínuas entre pesquisadores, instituições e estruturas de poder que organizam o campo acadêmico.

É precisamente nesse ponto que os eventos científicos adquirem centralidade analítica. Mais do que espaços de apresentação de resultados, congressos, conferências e seminários funcionam como infraestruturas centrais da vida acadêmica contemporânea, nas quais se articulam processos de formação, socialização, avaliação e reconhecimento. Constituem, ao mesmo tempo, arenas privilegiadas de circulação de ideias, nas quais se tornam visíveis, e disputáveis, as dinâmicas que estruturam o campo científico.

A literatura clássica da sociologia da ciência, especialmente a partir de Merton (1973), enfatizou o caráter normativo da atividade científica, sintetizado no chamado *ethos científico*, composto por princípios como universalismo, comunalismo, desinteresse e ceticismo organizado. Abordagens posteriores, no entanto, demonstraram que a ciência também é atravessada por relações de poder e desigualdades, tensionando a ideia de neutralidade normativa da produção científica. A partir de Bourdieu (1984), a produção científica pode ser compreendida como um campo estruturado por disputas por capital simbólico, no qual agentes ocupam posições diferenciadas e mobilizam recursos desiguais na busca por reconhecimento e autoridade.

Essa perspectiva permite compreender os eventos científicos não como espaços neutros, mas como instâncias de consagração e reprodução de hierarquias acadêmicas. A seleção de trabalhos, a composição de mesas e a definição de agendas refletem estruturas mais amplas do campo, ao mesmo tempo em que abrem espaço para a emergência de novas perspectivas e disputas interpretativas.

Os estudos sociais da ciência, especialmente a partir de Latour e Woolgar (1986), aprofundam essa análise ao enfatizar a ciência como prática. Nessa abordagem, o conhecimento é continuamente produzido, negociado e estabilizado por meio de interações e controvérsias — processos nos quais os eventos científicos desempenham papel decisivo, ao funcionarem como espaços de debate, tradução e legitimação.

Além disso, a circulação do conhecimento ocorre em um contexto global marcado por profundas assimetrias. Autores como Connell (2007) e Alatas (2003) demonstram que a ciência global é estruturada por hierarquias epistêmicas que privilegiam centros acadêmicos do Norte Global, afetando diretamente quem pode falar, ser ouvido e influenciar agendas de pesquisa. Nesse cenário, as epistemologias do Sul não apenas denunciam essas assimetrias, mas também promovem um deslocamento analítico fundamental ao questionar os próprios critérios de validade e relevância do conhecimento científico.

Ao mesmo tempo, a circulação de ideias depende de redes que conectam pesquisadores, instituições e espaços de interação (KECK; SIKKINK, 1998; CASTELLS, 1996), operando de forma estruturada e hierarquizada. Nesse contexto, associações científicas emergem como atores estratégicos na mediação entre circuitos nacionais e internacionais, contribuindo para a construção de pontes entre produções do Norte e do Sul Global.

Argumenta-se, neste capítulo, que eventos científicos e redes de pesquisa operam como infraestruturas de governança do conhecimento, nas quais associações científicas desempenham papel central na mediação de assimetrias e na ampliação, ainda que desigual, das condições de circulação, legitimação e transformação do conhecimento científico.

Este capítulo tem como objetivo analisar o papel dos eventos científicos e das redes de pesquisa na produção, circulação e legitimação do conhecimento na Ciência Política. Busca-se compreender esses espaços não apenas como arenas de apresentação de resultados, mas como infraestruturas fundamentais da vida acadêmica, nas quais se articulam processos de formação, socialização científica, construção de trajetórias e disputa por reconhecimento. Ao fazê-lo, o capítulo também busca discutir como essas dinâmicas são atravessadas por desigualdades estruturais e quais são as possibilidades de sua transformação por meio de práticas institucionais e estratégias de inserção acadêmica.

O capítulo está organizado em quatro seções articuladas. Na primeira, examina-se o papel dos eventos científicos na formação acadêmica e nos processos de socialização científica, com ênfase na construção do habitus e no aprendizado tácito. Na segunda, analisa-se o funcionamento das redes de pesquisa e sua centralidade na produção e circulação do conhecimento, destacando suas dimensões relacionais, hierárquicas e desiguais. A terceira seção discute os desafios e as possibilidades de democratização dos eventos científicos, com foco na atuação das associações científicas, na adoção de políticas afirmativas e na reconfiguração das condições de participação e reconhecimento no campo acadêmico. Por fim, a quarta seção apresenta um conjunto de indicações práticas para a inserção em redes de pesquisa, articulando os elementos teóricos desenvolvidos ao longo do capítulo com estratégias concretas de formação, circulação, visibilidade e atuação ética na vida acadêmica.

II. Eventos científicos e formação acadêmica na ciência política

A formação científica não se reduz à aquisição de conteúdos teóricos ou ao domínio de técnicas metodológicas. Trata-se de um processo amplo, contínuo e situado, no qual pesquisadoras e pesquisadores aprendem a operar no interior de um campo estruturado por normas, valores e práticas específicas. Nesse contexto, os eventos científicos ocupam um papel central, funcionando como espaços privilegiados de socialização acadêmica, especialmente nas fases iniciais da trajetória.

A produção do conhecimento científico está profundamente ancorada em redes que conectam pesquisadores, instituições e diferentes espaços de interação. Longe de constituírem apenas canais de difusão de ideias, essas redes estruturam as condições de possibilidade da própria atividade científica, influenciando quais temas são investigados, quais abordagens ganham centralidade e quais produções alcançam visibilidade. Nesse sentido, a ciência contemporânea pode ser compreendida como um fenômeno essencialmente relacional, no qual o conhecimento circula por meio de vínculos sociais que organizam fluxos de informação, reconhecimento e cooperação.

A noção de socialização científica permite compreender que o aprendizado no campo acadêmico ocorre não apenas por meio de currículos formais, mas também — e muitas vezes sobretudo — pela inserção em ambientes nos quais o conhecimento é produzido, debatido e avaliado coletivamente. Congressos, seminários e encontros acadêmicos constituem, assim, espaços nos quais se aprende a “fazer ciência” em um sentido prático e relacional, por meio da observação, da participação e da interação com outros pesquisadores.

Esse processo envolve uma dimensão fundamentalmente tácita da formação. Diferentemente dos conteúdos explicitamente ensinados, a formação tácita refere-se a conhecimentos incorporados que orientam a atuação no campo acadêmico sem necessariamente serem formalizados. Saber estruturar uma apresentação, responder a críticas, formular intervenções em debates ou situar uma pesquisa em relação à literatura são competências que se desenvolvem, em grande medida, nesses espaços de interação. Trata-se de um aprendizado construído na prática, a partir da exposição reiterada a situações de debate e avaliação.

A teoria dos campos de Pierre Bourdieu oferece uma chave interpretativa importante para compreender essa dinâmica. Ao conceber o campo científico como um espaço estruturado de posições e disputas, Bourdieu destaca que a atuação dos agentes é orientada por disposições incorporadas, o *habitus*, que organizam percepções, julgamentos e práticas. No contexto da formação acadêmica, o *habitus* científico se forma precisamente por meio da participação em espaços nos quais essas disposições são constantemente ativadas, testadas e ajustadas. A socialização científica, a formação tácita e a incorporação do *habitus* constituem, portanto, dimensões interdependentes de um mesmo processo.

Os eventos científicos configuram-se como espaços privilegiados para a formação desse *habitus*. É neles que se aprende, muitas vezes de forma implícita, quais argumentos são considerados legítimos, quais referências são mobilizadas, quais estilos de exposição são valorizados e quais formas de interação são esperadas. Esse aprendizado não é neutro, pois está diretamente relacionado às estruturas de poder que organizam o campo científico. A socialização acadêmica implica, assim, a incorporação, ainda que frequentemente de maneira não reflexiva, das hierarquias e assimetrias que estruturam a produção do conhecimento.

Ao mesmo tempo, o *habitus* não deve ser entendido como um conjunto rígido de disposições. A participação em diferentes eventos, em contextos institucionais diversos e em redes heterogêneas pode ampliar repertórios e tensionar padrões estabelecidos. Nesse sentido, os eventos científicos também podem funcionar como espaços de abertura e reconfiguração de trajetórias, permitindo que pesquisadoras e pesquisadores entrem em contato com perspectivas distintas e ampliem suas formas de inserção no campo.

No campo da Ciência Política no Brasil, a organização desses espaços está fortemente vinculada à atuação de associações científicas que desempenham papel central na organização e estruturação de encontros acadêmicos que reúnem pesquisadores de diferentes regiões, instituições e níveis de formação. Mais do que promover a realização de eventos, essas associações atuam na coordenação da vida científica, ao definir áreas temáticas, organizar grupos de trabalho, estabelecer critérios de submissão e fomentar a articulação entre redes nacionais e internacionais de pesquisa.

Essa atuação contribui diretamente para a consolidação de comunidades epistêmicas, ampliação de redes e continuidade de agendas de pesquisa. Os eventos organizados pelas entidades científicas da área funcionam como pontos de convergência de debates que se desdobram ao longo do tempo, permitindo que discussões iniciadas em um encontro sejam retomadas, aprofundadas e transformadas em produções acadêmicas posteriores. Nesse sentido, esses espaços não são apenas momentos pontuais de interação, mas parte de uma infraestrutura mais ampla de coordenação do campo científico.

A atuação por meio de regionais, a exemplo da atuação da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), tem ampliado a capilaridade dos eventos científicos, contribuindo para a descentralização da produção do conhecimento. Ao promover encontros em diferentes regiões do país, essas iniciativas reduzem barreiras de acesso, fortalecem comunidades acadêmicas locais e ampliam a diversidade de perspectivas presentes no debate nacional. Essa dimensão é particularmente relevante em um contexto marcado por assimetrias diversas, nas quais a concentração de recursos e instituições pode limitar a circulação de ideias.

Outro elemento importante diz respeito à temporalidade da formação científica. A inserção no campo acadêmico não ocorre de forma imediata, mas por meio de um processo gradual, no qual a participação continuada em eventos desempenha papel fundamental. Ao acompanhar a evolução de debates, identificar mudanças nas agendas de pesquisa e reconhecer

transformações nos critérios de legitimação do conhecimento, pesquisadoras e pesquisadores constroem, ao longo do tempo, sua posição no campo.

Por fim, é necessário reconhecer que a formação acadêmica mediada por eventos científicos não é homogênea. Diferentes trajetórias, contextos institucionais e condições de acesso produzem experiências distintas de inserção. Para alguns, esses espaços representam oportunidades de ampliação de redes e visibilidade; para outros, podem ser marcados por barreiras simbólicas, dificuldades de reconhecimento e assimetrias de participação. Essa dimensão desigual da socialização científica antecipa um elemento central da análise desenvolvida nas seções seguintes: a circulação do conhecimento está profundamente condicionada por estruturas de poder que regulam quem pode participar, ser ouvido e influenciar os rumos do campo científico, dimensão que será aprofundada nas seções seguintes.

III. Redes de pesquisa, circulação do conhecimento e desigualdades

A produção e a circulação do conhecimento científico estão profundamente ancoradas em redes que articulam pesquisadores, instituições e diferentes espaços de interação. Mais do que simples canais de difusão de ideias, essas redes estruturam as condições de possibilidade da própria atividade científica, influenciando quais temas são investigados, quais abordagens ganham centralidade e quais produções alcançam visibilidade. Nesse sentido, a ciência contemporânea pode ser compreendida como um fenômeno essencialmente relacional, no qual o conhecimento circula por meio de vínculos sociais que organizam fluxos de informação, reconhecimento e cooperação.

Nessa perspectiva, as redes acadêmicas não apenas conectam atores, mas também operam como mecanismos simultâneos de inclusão e exclusão. Ao mesmo tempo em que viabilizam a circulação de ideias, delimitam fronteiras de pertencimento, definindo quem participa, em que condições e com quais possibilidades de reconhecimento. A estrutura relacional dessas redes, portanto, não apenas distribui recursos, mas também produz e organiza desigualdades no interior do campo científico.

A literatura sobre redes transnacionais oferece um referencial importante para compreender essa dinâmica. Ao analisarem redes de advocacy, Keck e Sikkink (1998) demonstram que a circulação de informações depende de conexões duradouras entre atores que compartilham valores, objetivos e práticas, estruturadas por fluxos assimétricos de informação e influência. Transposta para o campo científico, essa perspectiva permite compreender as redes acadêmicas como estruturas que viabilizam não apenas a difusão do conhecimento, mas também a coordenação de agendas de pesquisa e a construção de comunidades epistêmicas. O conhecimento, nesse sentido, não se move de forma espontânea, mas por meio de circuitos organizados que conectam diferentes níveis e contextos institucionais, nos quais também se reproduzem relações de poder e desigualdade.

Do ponto de vista sociológico, essas redes não operam de maneira neutra. A posição ocupada por pesquisadores e instituições em uma rede — sua centralidade, densidade de conexões e capacidade de articulação — influencia diretamente sua visibilidade e sua capacidade de inserir ideias no debate acadêmico. Assim, a circulação do conhecimento não depende exclusivamente de sua consistência analítica, mas também das condições sociais de sua produção e difusão. Ideias ganham centralidade não apenas por seu conteúdo, mas pela posição relacional de quem as enuncia e pelas redes que sustentam sua circulação.

Nesse contexto, os eventos científicos desempenham um papel central como espaços de densificação dessas redes. É nesses ambientes que conexões são estabelecidas, laços são fortalecidos e colaborações são iniciadas. Interações formais, como apresentações e debates, coexistem com interações informais que, embora menos visíveis, frequentemente desempenham papel decisivo na formação de parcerias duradouras. A recorrência desses encontros permite que vínculos inicialmente frágeis se consolidem ao longo do tempo, contribuindo para a construção de redes mais estáveis de pesquisa.

Ao mesmo tempo, essas redes estão inseridas em uma estrutura mais ampla de circulação transnacional do conhecimento, marcada por assimetrias profundas. A literatura contemporânea tem demonstrado que a produção científica global é organizada por uma divisão internacional do trabalho intelectual, na qual determinados centros acadêmicos concentram recursos, prestígio e capacidade de definição de agendas. Nesse cenário, fluxos de ideias, conceitos e métodos tendem a se deslocar de forma desigual, privilegiando determinadas regiões, instituições e tradições teóricas.

A circulação transnacional do conhecimento, nesse contexto, não deve ser compreendida como um fluxo neutro ou horizontal, mas como um processo estruturado por relações de poder institucional, linguístico e geopolítico. Ideias não circulam livremente: sua difusão depende de dispositivos de legitimação, como periódicos, editoras, redes de colaboração e eventos internacionais, que operam segundo critérios historicamente situados e desigualmente distribuídos.

As contribuições das epistemologias do Sul oferecem uma chave crítica fundamental para compreender essas dinâmicas. Ao evidenciar que o conhecimento científico global é estruturado por hierarquias epistêmicas, essas abordagens questionam a naturalização de padrões que privilegiam determinadas formas de produção e validação do conhecimento. A circulação internacional, portanto, não pode ser compreendida como um processo neutro de intercâmbio, mas como um campo de disputas no qual se definem quais saberes são reconhecidos como legítimos e quais permanecem marginalizados.

No campo da Ciência Política, essas dinâmicas se expressam de maneira particularmente intensa. A crescente internacionalização da disciplina, associada à centralidade de periódicos indexados e métricas de impacto, contribui para a consolidação de determinados padrões de produção científica. Ao mesmo tempo, pesquisadores de contextos periféricos enfrentam desafios adicionais

para inserir suas produções em circuitos internacionais, seja pela barreira linguística, seja pelas diferenças nos critérios de avaliação e reconhecimento.

No entanto, as redes acadêmicas também abrem possibilidades de articulação que podem tensionar essas assimetrias. A constituição de redes regionais, nacionais e transnacionais permite a construção de circuitos alternativos de circulação do conhecimento, nos quais agendas locais podem ganhar visibilidade e dialogar com debates mais amplos. Nesse sentido, as redes não apenas reproduzem desigualdades, mas também podem constituir espaços de resistência e reconfiguração das hierarquias existentes.

Experiências recentes no contexto brasileiro ilustram de forma clara esse potencial. A constituição de redes de pesquisa durante a pandemia de COVID-19, tais como a que resultou no trabalho de Santana e Nascimento (2021), voltadas ao mapeamento das ações dos governos estaduais, evidenciou a capacidade de articulação entre pesquisadores de diferentes regiões e instituições. Essas redes possibilitaram a produção de dados comparáveis, a circulação rápida de informações e a construção de análises coletivas em tempo real, demonstrando que a coordenação em rede pode ampliar significativamente a capacidade de resposta da comunidade científica a problemas complexos.

Mais do que uma resposta conjuntural, essas experiências revelam aspectos estruturais do funcionamento das redes acadêmicas. Em primeiro lugar, evidenciam a importância de vínculos previamente estabelecidos, que facilitam a mobilização rápida de pesquisadores em contextos de crise. Em segundo lugar, demonstram o papel da confiança e do reconhecimento entre pares na sustentação de iniciativas colaborativas. Em terceiro lugar, indicam que a circulação do conhecimento pode ser significativamente acelerada quando mediada por estruturas de rede capazes de articular diferentes escalas de produção.

A consolidação de redes em escala nacional, como aquelas articuladas por programas institucionais de pesquisa, também contribui para ampliar a integração entre grupos de diferentes regiões e fortalecer a coordenação de agendas científicas. Da mesma forma, a atuação de associações científicas e de suas regionais tem desempenhado papel relevante na construção de redes que não se limitam aos grandes centros acadêmicos, ampliando a circulação de ideias e fortalecendo comunidades científicas locais.

No entanto, é fundamental reconhecer que a inserção nessas redes continua sendo marcada por desigualdades. Fatores como origem institucional, localização geográfica, acesso a financiamento e domínio de idiomas influenciam diretamente a capacidade de participação e visibilidade. Além disso, os processos de avaliação científica desempenham papel central na definição de quais ideias circulam com maior intensidade. Como argumenta Michèle Lamont (2009), os critérios de avaliação são construídos socialmente e refletem fronteiras simbólicas que delimitam o que é reconhecido como conhecimento legítimo.

Essas dinâmicas evidenciam que a circulação do conhecimento não é apenas um processo técnico, mas profundamente político. Redes acadêmicas, eventos científicos e mecanismos de avaliação constituem, conjuntamente, uma

infraestrutura que organiza o fluxo de ideias, ao mesmo tempo em que regula o acesso a oportunidades de reconhecimento e participação. Compreender esse funcionamento implica analisar não apenas como o conhecimento circula, mas também quem tem acesso a esses circuitos e em que condições.

Dessa forma, as redes de pesquisa devem ser compreendidas em sua dupla dimensão. Por um lado, ampliam as possibilidades de circulação de ideias, colaboração e produção coletiva do conhecimento. Por outro, reproduzem e, em alguns casos, intensificam desigualdades estruturais que afetam a distribuição de visibilidade e reconhecimento no campo científico. Essa ambivalência é central para a análise proposta neste capítulo, pois permite compreender as redes não apenas como estruturas de conexão, mas como espaços de disputa, nos quais se articulam poder, conhecimento e legitimidade.

Em última instância, as redes acadêmicas devem ser compreendidas não apenas como infraestruturas de circulação, mas como arenas nas quais se produzem e se disputam critérios de legitimidade científica. Mais do que conectar, elas classificam, hierarquizam e regulam a visibilidade do conhecimento, evidenciando que a circulação de ideias é inseparável das estruturas de poder que organizam o campo científico.

IV. Democratização dos eventos científicos e transformação da produção do conhecimento

A inserção em redes de pesquisa não ocorre de forma espontânea, mas resulta de estratégias ativas de participação na vida acadêmica. Se, ao longo do capítulo, demonstrou-se que a produção do conhecimento é fundamentalmente relacional, segue-se que a trajetória de pesquisadoras e pesquisadores depende, em grande medida, de sua capacidade de construir, manter e expandir vínculos no interior do campo científico.

Nesse sentido, algumas práticas recorrentes podem favorecer a integração em redes e a ampliação das oportunidades de circulação e reconhecimento, articulando dimensões formais e informais da vida acadêmica.

A análise desenvolvida nas seções anteriores evidencia que eventos científicos e redes de pesquisa não são apenas dispositivos de circulação do conhecimento, mas também estruturas que organizam a distribuição de oportunidades, visibilidade e reconhecimento no campo acadêmico. Pensar a democratização desses espaços implica, portanto, deslocar o olhar de uma perspectiva meramente descritiva para uma abordagem que considere suas dimensões institucionais, políticas e epistemológicas.

A democratização dos eventos científicos não deve ser entendida como um movimento restrito à ampliação formal da participação, mas como um processo mais amplo de transformação das condições que estruturam o acesso, a permanência e a legitimidade no campo científico. Isso envolve tanto a revisão de regras explícitas, como critérios de submissão, formatos de apresentação e mecanismos de seleção, quanto a problematização de dinâmicas implícitas, relacionadas a redes de contato, reputação acadêmica e padrões de reconhecimento.

Nesse contexto, as associações científicas assumem um papel estratégico: não apenas organizam eventos, mas operam como infraestruturas de governança do conhecimento. Ao definirem áreas temáticas, estruturarem grupos de trabalho, estabelecerem critérios de avaliação e promoverem encontros nacionais e internacionais, essas instituições influenciam diretamente as dinâmicas de circulação de ideias e a distribuição de reconhecimento no campo científico.

Esse papel se torna ainda mais relevante quando considerado em perspectiva transnacional. Em um contexto no qual a circulação global do conhecimento permanece marcada por assimetrias, as associações científicas podem atuar como mediadoras entre diferentes circuitos acadêmicos, contribuindo para a construção de pontes entre produções do Norte e do Sul Global. Ao promover sessões conjuntas, redes de pesquisa internacionais e espaços de interlocução entre diferentes tradições acadêmicas, essas instituições ampliam as possibilidades de circulação de ideias e tensionam hierarquias epistêmicas estabelecidas.

Ao mesmo tempo, a atuação dessas associações em nível nacional e regional revela um potencial importante de transformação interna do campo. A valorização de iniciativas organizadas por regionais, a ampliação da participação de pesquisadores de diferentes regiões e a articulação entre redes locais e nacionais contribuem para reduzir a concentração de visibilidade em determinados centros acadêmicos. Essas estratégias não apenas ampliam o acesso, mas também favorecem a incorporação de agendas de pesquisa mais diversas, conectadas a diferentes contextos sociais e institucionais.

Nesse processo, ganha centralidade a adoção de políticas afirmativas no interior dos eventos científicos. Mais do que mecanismos de inclusão, essas políticas incidem diretamente sobre as estruturas de visibilidade e reconhecimento no campo acadêmico. Ao promover maior equidade na composição de mesas, sessões e instâncias decisórias, enfrentam desigualdades estruturais relacionadas a gênero, raça, região e trajetória institucional.

No entanto, seu impacto não se limita à ampliação da participação. Ao redefinirem quem ocupa posições de fala e autoridade, essas políticas contribuem para reconfigurar os próprios critérios de legitimidade científica. Novas agendas emergem, diferentes experiências passam a ser consideradas relevantes e perspectivas historicamente marginalizadas passam a influenciar a produção do conhecimento.

Nesse sentido, as políticas afirmativas não apenas ampliam o acesso ao campo científico, mas transformam suas bases epistemológicas, ao tensionar os critérios que definem o que conta como conhecimento válido.

Mais do que ampliar a representatividade, essas iniciativas produzem efeitos diretos sobre a qualidade da produção científica. A incorporação de diferentes trajetórias e contextos contribui para a construção de análises mais complexas e sensíveis à diversidade social, ampliando o alcance interpretativo da ciência.

A articulação entre essas políticas e a atuação em redes multilocais constitui um elemento central para a transformação mais ampla das dinâmicas

acadêmicas. Ao integrar iniciativas locais, regionais e internacionais, as associações científicas podem contribuir para a construção de circuitos de circulação do conhecimento mais equilibrados, nos quais diferentes vozes tenham condições efetivas de participação e reconhecimento.

Outro aspecto fundamental diz respeito às condições materiais de participação. A democratização dos eventos científicos exige considerar questões como financiamento, infraestrutura e acesso a recursos. A ampliação da participação de pesquisadores de diferentes contextos institucionais depende, em grande medida, da existência de políticas que viabilizem sua presença nesses espaços, seja por meio de apoio à mobilidade, seja pela adoção de formatos híbridos que ampliem o alcance dos eventos.

Ao mesmo tempo, a dimensão simbólica não pode ser negligenciada. A construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo implica repensar práticas de interação, estilos de debate e formas de avaliação que, muitas vezes, reproduzem padrões excludentes. Isso envolve reconhecer que a legitimidade científica não é um dado neutro, mas um processo socialmente construído, que pode — e deve — ser tensionado.

Dessa forma, a democratização dos eventos científicos não deve ser concebida como um objetivo externo ao funcionamento do campo, mas como parte constitutiva da própria produção do conhecimento. Ao ampliar a diversidade de vozes, perspectivas e experiências, cria-se um ambiente mais propício à inovação, à reflexão crítica e à construção de agendas mais abrangentes.

Por fim, é importante destacar que a transformação desses espaços depende tanto de mudanças institucionais quanto de práticas cotidianas que estruturam a vida acadêmica. A forma como pesquisadores interagem, avaliam trabalhos e constroem redes de colaboração desempenha um papel fundamental na reprodução ou na transformação das dinâmicas existentes. Nesse sentido, a democratização do campo científico constitui um processo coletivo, que envolve não apenas estruturas formais, mas também escolhas e práticas que se realizam no cotidiano da vida acadêmica.

V. Entre formação e redes: estratégias práticas de inserção na vida acadêmica

A inserção em redes de pesquisa envolve múltiplas dimensões da vida acadêmica, que articulam formação, circulação, visibilidade, institucionalização e ética científica. A seguir, apresentam-se estratégias organizadas a partir dessas dimensões.

V.1. Inserção acadêmica e formação inicial

- Publicar em coautoria com o/a orientador/a, especialmente a partir de resultados da dissertação, tese ou projetos de pesquisa;
- Participar de projetos de pesquisa, inclusive como voluntário, ampliando a inserção em redes mais consolidadas;

- Integrar grupos de pesquisa, na própria instituição ou de forma interinstitucional, favorecendo a ampliação do repertório teórico, metodológico e empírico;
- Participar de cursos de curta duração, escolas de verão/inverno e workshops metodológicos, que frequentemente funcionam como espaços intensivos de formação de redes.

V.2. Circulação acadêmica em eventos científicos

- Participar de eventos científicos nacionais, organizados por associações como a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), a Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPECP), a Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais (Abrapel), a Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica), a Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) e a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), entre outras, priorizando a apresentação de trabalhos, mas também valorizando a participação como ouvinte.
- Participar de eventos científicos internacionais, como os promovidos pela Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), International Political Science Association (IPSA), Latin American Studies Association (LASA) e American Political Science Association (APSA), ampliando a inserção em circuitos transnacionais;
- Participar de eventos organizados por estudantes de pós-graduação, como o Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política (FBCP), bem como de seminários discentes organizados por pós-graduandos(as) de diferentes programas, ampliando espaços de troca horizontal e construção de redes acadêmicas;
- Participar da organização de eventos científicos (comissões organizadoras, coordenação de grupos de trabalho, monitoria), ampliando o contato com pesquisadores e instituições.

V.3. Construção de redes e vínculos acadêmicos

- Manter diálogo contínuo com colegas da área, tanto no próprio programa quanto em outros espaços institucionais;
- Estabelecer redes a partir da banca de defesa de projetos, qualificação e defesa, mantendo diálogo com avaliadores (as) e explorando possibilidades de colaboração futura;
- Manter contato sistemático com pesquisadores (as) com interesses convergentes após eventos científicos, transformando interações pontuais em vínculos duradouros;
- Engajar-se em redes temáticas e grupos de trabalho permanentes vinculados a associações científicas, mantendo participação contínua ao longo do tempo.

V.4. Estratégias de visibilidade e circulação do conhecimento

- Construir presença acadêmica digital (como, Lattes, ORCID, Google Scholar e ResearchGate), facilitando a visibilidade da produção e o contato com outros pesquisadores (as);
- Submeter artigos a dossiês temáticos e chamadas especiais de periódicos, que frequentemente funcionam como espaços de articulação de comunidades de pesquisa;
- Compartilhar working papers, pré-prints e resultados preliminares em espaços apropriados, favorecendo a circulação antecipada de ideias e o feedback de pares;
- Utilizar listas acadêmicas, newsletters e redes institucionais para acompanhar chamadas de artigos, editais e oportunidades de colaboração.
- Recomenda-se a elaboração de trabalhos mais integrados com o tema de sua dissertação ou tese, com consistência teórica e empírica, capazes de produzir inserção mais qualificada nos debates acadêmicos e maior reconhecimento no campo.

V.5. Inserção institucional e participação na governança acadêmica

- Atuar como parecerista ad hoc (quando possível), o que permite conhecer circuitos editoriais e ampliar a inserção em redes acadêmicas;
- Tornar-se membro de associações científicas nacionais e internacionais, ampliando o acesso a comunidades epistêmicas e oportunidades institucionais.

V.6. Internacionalização e ampliação de redes

- Desenvolver parcerias internacionais por meio de estágios, missões de pesquisa, coautorias ou participação em projetos comparados;
- Integrar redes de pesquisa aplicadas ou interdisciplinares, especialmente aquelas voltadas a políticas públicas, ampliando o diálogo com atores extra-acadêmicos.

V.7. Consolidação de redes e produção coletiva

- Desenvolver projetos coletivos de pesquisa (inclusive interinstitucionais), que ampliam a densidade das redes e a capacidade de produção conjunta;
- Buscar inserção em redes formadas em contextos específicos (como aquelas surgidas durante a pandemia), aproveitando oportunidades de articulação rápida em torno de problemas públicos.

V.8. Integridade e ética nas redes colaborativas

- Definir previamente critérios de autoria e responsabilidades em trabalhos coletivos;
- Evitar a inclusão de coautores (as) que não contribuíram efetivamente para o trabalho, adotando critérios transparentes e baseados em contribuição real.
- Evitar práticas como fragmentação excessiva de resultados (*salami science*);
- Garantir transparência na coleta, análise e compartilhamento de dados;
- Respeitar normas éticas em pareceres e avaliações;
- Promover práticas colaborativas equitativas, reconhecendo diferentes contribuições;
- Manter comunicação clara e contínua entre os membros das redes de pesquisa;
- Utilizar ferramentas de inteligência artificial de forma ética e transparente, observando as normativas institucionais e editoriais vigentes, garantindo a correta atribuição de autoria, a rastreabilidade do uso dessas tecnologias e a integridade do processo de pesquisa.

Mais do que recomendações operacionais, essas estratégias evidenciam que a inserção acadêmica constitui um processo cumulativo e relacional, no qual a participação reiterada em diferentes espaços possibilita a construção de vínculos, o reconhecimento entre pares e a consolidação de trajetórias no campo científico. Nesse sentido, integrar redes de pesquisa não depende exclusivamente da excelência individual, mas da capacidade de participar ativamente dos circuitos formais e informais que estruturam a vida acadêmica, construindo relações duradouras de colaboração, confiança e reconhecimento, dimensões centrais para a produção, legitimação e circulação do conhecimento.

VI. Considerações Finais

Os eventos científicos ocupam uma posição central na arquitetura da vida acadêmica contemporânea. Longe de constituírem apenas espaços de apresentação de resultados, configuram-se como arenas nas quais se articulam processos de formação, circulação de ideias, construção de redes e definição de agendas de pesquisa. Compreendê-los a partir dessa perspectiva permite deslocar sua análise de uma dimensão instrumental para uma abordagem que reconhece seu papel estruturante na produção e na organização do conhecimento científico.

Ao longo deste capítulo, argumentou-se que a produção e a circulação do conhecimento estão profundamente condicionadas por redes de pesquisa e por contextos institucionais que organizam tanto o acesso quanto o reconhecimento no campo acadêmico. Essas redes ampliam as possibilidades de colaboração e difusão de ideias, mas também reproduzem desigualdades

que afetam quem pode participar, ser ouvido e influenciar os rumos do campo. A circulação do conhecimento, portanto, não pode ser compreendida como um processo neutro, mas como um fenômeno atravessado por relações de poder que estruturam a vida científica.

A análise do papel dos eventos científicos evidenciou que esses espaços funcionam simultaneamente como instâncias de socialização, avaliação e legitimação, nas quais se produzem e se reproduzem disposições, hierarquias e critérios de excelência. Ao mesmo tempo, demonstrou-se que esses ambientes também oferecem possibilidades concretas de transformação, especialmente quando articulados a redes de pesquisa e a práticas institucionais orientadas à ampliação da participação.

Nesse contexto, as associações científicas emergem como atores centrais na reconfiguração dessas dinâmicas. Ao organizar eventos, estruturar áreas temáticas e fomentar redes de colaboração, atuam como infraestruturas de governança do conhecimento, mediando relações entre diferentes escalas, local, regional e global, e contribuindo para a circulação de ideias em contextos marcados por assimetrias.

A incorporação de políticas afirmativas no interior desses espaços representa um avanço significativo. Ao promover maior equidade na composição de mesas, sessões e instâncias decisórias, essas políticas ampliam a diversidade de vozes no debate acadêmico e enfrentam desigualdades estruturais relacionadas a gênero, raça, região e trajetória institucional. Mais do que ampliar a participação, produzem efeitos diretos sobre a própria produção do conhecimento, ao possibilitar a emergência de novas agendas, perspectivas e abordagens analíticas.

Ao tensionarem critérios estabelecidos e ampliarem o espectro de experiências consideradas relevantes, essas iniciativas contribuem para a construção de uma ciência mais reflexiva, plural e socialmente situada. Em paralelo, a atuação das associações científicas em redes transnacionais revela seu potencial na mediação entre circuitos acadêmicos do Norte e do Sul Global, favorecendo formas mais equilibradas de circulação do conhecimento e ampliando a visibilidade de produções situadas fora dos centros hegemônicos.

A democratização dos eventos científicos emerge, assim, como um elemento central para o fortalecimento da ciência contemporânea. Mais do que ampliar o acesso, trata-se de transformar as condições sob as quais o conhecimento é produzido e reconhecido, criando espaços nos quais a diversidade de experiências e perspectivas possa efetivamente contribuir para o avanço do campo.

Por fim, essa transformação não depende exclusivamente de mudanças institucionais formais, mas também de práticas cotidianas que estruturam a vida acadêmica. A forma como pesquisadores(as) interagem, avaliam trabalhos e constroem redes de colaboração desempenha um papel decisivo na reprodução ou na transformação das dinâmicas existentes. O desafio colocado, portanto, não é apenas ampliar a participação nos eventos científicos, mas reconfigurá-los como espaços de produção de conhecimento mais equitativos, críticos e inclusivos.

Em última instância, compreender os eventos científicos como dispositivos de governança do conhecimento implica reconhecer que transformar esses espaços significa também redefinir as próprias condições de produção, circulação e legitimação do conhecimento, isto é, reconfigurar quem pode falar, ser ouvido e produzir ciência com autoridade no campo acadêmico contemporâneo.

Referências

- Alatas, Syed Farid. Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. *Current Sociology*, v. 51, n. 6, p. 599–613, 2003.
- Bourdieu, Pierre. *Homo academicus*. Paris: Minuit, 1984.
- Castells, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- Connell, Raewyn. *Southern theory*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- Crane, Diana. *Invisible colleges: diffusion of knowledge in scientific communities*. Chicago: University of Chicago Press, 1972.
- Keck, Margaret E.; Sikkink, Kathryn. *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.
- Keohane, Robert O. Political science as a vocation. *PS: Political Science & Politics*, v. 42, n. 2, p. 359–363, 2009.
- Kuhn, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- Lamont, Michèle. *How professors think: inside the curious world of academic judgment*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- Latour, Bruno; Woolgar, Steve. *Laboratory life: the construction of scientific facts*. Princeton: Princeton University Press, 1986.
- Maliniak, Daniel et al. International relations in the US academy. *International Studies Quarterly*, v. 56, n. 3, p. 437–464, 2012.
- Merton, Robert K. *The sociology of science: theoretical and empirical investigations*. Chicago: University of Chicago Press, 1973.
- Santana, Luciana; Nascimento, Emerson Oliveira do (org.). *Governo e o enfrentamento da COVID-19* [recurso eletrônico]. Maceió, AL: EDUFAL, 2021.
- Wenger, Etienne. *Communities of practice: learning, meaning, and identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.



3 Ética em pesquisa nas humanidades: tensões, avanços e desafios institucionais

Marcos Marques de Oliveira

I. Introdução

O objetivo deste artigo é descrever os impactos da atuação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), órgão vinculado ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) e ao Ministério da Saúde (MS), nos processos de avaliação de pesquisas desenvolvidas nas áreas das Ciências Humanas e Sociais (CHS) – o que inclui os seus potenciais desdobramentos para a escrita de trabalhos no campo da Ciência Política. Esta investigação se baseia no método sócio-histórico (Cardoso, 1986), calcada em fontes primárias e secundárias, de caráter predominantemente documental e bibliográfico. Na primeira seção, apresentamos breve histórico sobre o processo de criação e consolidação desse modelo de apreciação da dimensão ética nas pesquisas desenvolvidas no país. Esse modelo surge de debates sobre a necessidade de proteção dos participantes de pesquisa nos segmentos acadêmicos das áreas de Saúde e Ciências Biológicas – mas que terminou por afetar a prática de pesquisa no campo das CHS. Na segunda, analisamos o movimento de resistência das entidades representativas dessas áreas, com foco na tentativa de criação de um sistema de avaliação ética em pesquisa independente, desvinculado do MS. Adaptado, portanto, às suas epistemologias, mas sem desconsiderar a relevância do cuidado na obtenção do consentimento ético dos participantes, no uso responsável de seus dados, assim como na devida atenção aos potenciais conflitos de interesse que envolve toda e qualquer relação humana – o que inclui a produção científica. A seguir, considerando as dificuldades para a constituição deste sistema alternativo, lista-se um conjunto de métodos investigativos, muitos utilizados na Ciência Política, que não precisam ser submetidos às normas do modelo vigente. Mas nos quais, como se conclui, a preocupação com a dimensão ética permanece, especialmente se o propósito formativo tiver como horizonte a promoção de uma escrita científica autoral e de qualidade. Livre, portanto, dos vários tipos de plágios e do uso não responsável das novidades tecnológicas – em especial os desafios trazidos pela chamada Inteligência Artificial (IA).

II. As CHS e o Sistema CEP-Conep

Entre as iniciativas que visavam garantir a toda população brasileira, o direito à saúde integral, gratuita e de qualidade estabelecidas pela Constituição de 1988, o CNS publicou no mesmo ano uma resolução que estabelecia que as instituições que realizassem pesquisa com seres humanos deveriam ter um comitê responsável pela avaliação dos seus aspectos éticos (Bendati & Zucalotto, 2019). Tal medida vinha na esteira dos debates que buscavam referenciar a questão da ética em pesquisa em seres humanos após os crimes cometidos por médicos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial – o que resultou, por exemplo, na promulgação do Código de Nuremberg, em 1947, pelo Tribunal Militar Internacional, e da Declaração de Helsinque, em 1964, pela Associação Médica Mundial¹.

1. Listagem ampla de documentos publicados no período sobre o tema pode ser conferida em Brandt (2024).

Essas primeiras discussões, lideradas por técnicos e pesquisadores vinculados à vigilância sanitária, demoraram a dar frutos, ganhando corpo institucional apenas em 1995, quando uma nova resolução do CNS, de número 170, determinou a criação de um Grupo de Trabalho Executivo responsável pela criação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) – instituída no ano seguinte, sob uma nova resolução, conhecida pelo número 196/1996. De acordo com este documento, a Conep teria a atribuição de normatizar, deliberar, regular e promover ações educativas relacionadas aos aspectos éticos de pesquisas com seres humanos no país. Faria isso através dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs), a serem criados em cada instituição voltada à produção científica, funcionando de forma colegiada e independente, devendo ser considerada como a “instância maior do controle social brasileiro” no campo da ética em pesquisa (CNS, 2025, p. 4).

Segundo Lordello & Silva (2017, p. 8), esta resolução brasileira foi inspirada nos princípios de autonomia, beneficência e justiça estabelecidos pelo Relatório Belmont, publicado, em 1978, pela Comissão Nacional para a Proteção de Sujeitos Humanos de Pesquisa Biomédica e Comportamental dos Estados Unidos. Tal instrumento tinha o intuito de aprimorar os procedimentos de contenção das “falhas éticas em pesquisas com seres humanos”, buscando dar mais efetividade aos pressupostos de eticidade e proteção aos participantes de pesquisa previstos nos documentos internacionais. Um efeito controverso deste processo de produção de normas para preceitos éticos em atividades de pesquisa científica, especialmente no cenário nacional, foi à tendência de adoção do “modelo biomédico como paradigma dominante” – o que motivou resistências entre os investigadores das CHS, tendo como principal foco a desconsideração das suas diversidades epistemológicas e das relações singulares com os seus “objetos” de estudo.

O ponto culminante deste movimento de crítica ao que foi denominado de “imperialismo bioético”, devido ao “biocentrismo” de “uma configuração sanitária e positivista que nem sempre se mostrava adequada” para as pesquisas em CHS (Lordello & Silva, 2017, p. 8), foi o surgimento do Fórum de Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (FCHSSALLA), em 2013, tendo como motivação central a defesa de um modelo de avaliação ética específico para estas áreas². Não foi por acaso que este movimento se fortaleceu justamente quando o CNS acabou por tornar mais explícita, em uma nova resolução (466/2012), a ampliação da “abrangência da normativa ética para outros campos do conhecimento” (Bendati & Zucalotto, 2019, p. 6). Resultante de um processo de discussão interna que buscava atualizar os procedimentos de apreciação ética das pesquisas, inclusive com o lançamento de uma nova plataforma digital para

2. Um histórico detalhado da formação do fórum está em Duarte (2014). Nele, o autor destaca a liderança da Associação Brasileira de Antropologia (Aba), contando com o apoio de diversas instituições congêneres, incluindo a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

a submissão dos protocolos³, foi a partir deste documento que o “Sistema CEP–Conep”, assim denominado, ganhou um novo escopo, vigente até os dias atuais, definindo-se da seguinte maneira:

Sistema que utiliza mecanismos, ferramentas e instrumentos próprios de interrelação, num trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos participantes de pesquisa do Brasil, de forma coordenada e descentralizada por meio de um processo de acreditação (CNS, 2012).

O novo documento redimensionava a noção de pesquisa, mas fazia prevalecer um “caráter exclusivista” que não dava conta da diversidade dos campos científicos – definindo pesquisa como “processo formal e sistemático que visa à produção, ao avanço do conhecimento e/ou à obtenção de respostas para problemas mediante emprego de método científico” (CNS, 2012).

Como se pode notar, o conceito de pesquisa foi alterado e ampliado, mas ainda manteve o delineamento biomédico em seu teor. Houve, porém, uma consideração às CHS, fazendo menção à necessidade de se elaborar uma resolução complementar que privilegiasse uma normatização dirigida às suas particularidades (Lordello & Silva, 2017, p. 10).

Esta missão ficou sob a responsabilidade de um grupo de trabalho interno, formado por representantes de órgãos públicos, além de diversas áreas das CHS. Após a realização de cerca de trinta encontros, uma primeira minuta foi apresentada em 2015. A seguir, foi feita uma consulta pública que resultou em quase quatrocentas contribuições. E, finalmente, em 24/05/2016, o CNS publicou a sua resolução de número 510 – que passou a servir de referência a processos de avaliação de inúmeras agências de fomento e periódicos do país, ampliando a participação das humanidades no sistema. O documento, segundo Lordello & Silva (2017, p. 10), pode ser saudado como um avanço, já que marcava “o respeito a diferentes tradições de pesquisa”, enquanto mantinha “o foco na proteção dos direitos humanos dos participantes” – resguardando, assim, os princípios fundamentais que regem as normas do sistema de avaliação ética em pesquisa vigente no país: respeito aos participantes em sua dignidade e autonomia; ponderação entre riscos e benefícios; redução dos danos previsíveis; relevância social; justiça e equidade.

Os princípios éticos abordados na resolução contemplam a liberdade e autonomia de todos os envolvidos no processo, inclusive a liberdade científica e acadêmica. Há menção à defesa dos direitos humanos, respeito aos valores culturais, sociais morais e religiosos, estímulo à socialização do conhecimento produzido em formato acessível à população pesquisada e combate ao preconceito, discriminação e estigmatização dos indivíduos e coletividades vulneráveis (Lordello & Silva, 2017, p. 11).

Tal apreciação é seguida por Bendati & Zucalotto (2019, p. 9), que identificam que diversos elementos norteadores da nova resolução são contextualizados por referenciais das CHS, especialmente no que diz respeito

3. “A partir de 2012, a plataforma semi-informatizada do Sisnep foi substituída pela Plataforma Brasil, possibilitando cadastro, acompanhamento, notificações e interações diversas, em um sistema transparente, rastreável, ágil e totalmente on-line” (Castro-Silva et al., 2023).

à noção de que a “ética é uma construção humana, portanto histórica, social e cultural”. Desta forma, com um maior reconhecimento das diversidades epistemológicas, assim como do caráter específico das metodologias qualitativas, bastante comum nessas áreas, o documento tornava mais explícito e compreensível as exigências que devem ser observadas pelos pesquisadores para a garantia da eticidade em suas investigações⁴.

Outro ponto de concordância na literatura é o reconhecimento de que um dos principais avanços da nova regulamentação está na possibilidade de uma obtenção mais flexível do registro de consentimento participantes de pesquisa – um dos expedientes que mais recebiam críticas dos especialistas das humanidades (Fleischer, 2018). A resolução permite a substituição da aceitação escrita por outros meios de expressão (tal como a oral ou a gestual, quando se mostrarem mais indicadas) – e, inclusive, a possibilidade de dispensa em situações em que haja inviabilidade, desde que com a devida justificativa.

Essa ação favorece a relação pesquisador-participante e favorece a interlocução do pesquisador com o campo, mostrando-se especialmente adequada a métodos como a inserção ecológica ou os delineamentos etnográficos, cuja aproximação com a comunidade é uma fase preliminar e que favorece a adesão de participantes (Lordello & Silva, 2017, p. 12).

Vale ressaltar que esse avanço no reconhecimento do tempo diferenciado que determinadas pesquisas em CHS podem ter – possibilitando, portanto, que etapas preliminares não sejam consideradas na avaliação do cronograma submetido para apreciação – não resultou no fim da exigência de que o início oficial da coleta de dados, que se inaugura com a obtenção formal do consentimento dos participantes, seja realizado apenas após a aprovação do protocolo pelo Sistema CEP–Conep. Problemas com o cronograma, inclusive, estão entre os motivos de pendências mais comuns. Por exemplo, no estudo de caso relatado por Castro-Silva et al. (2023), é o terceiro que mais aparece após os óbices com Termos de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e com a anuência institucional⁵.

III. Por um sistema alternativo de avaliação

Um consenso negativo estava na identificação dos desafios na operacionalização da normativa aprovada no cotidiano dos quase novecentos comitês espalhados pelo país, que envolve quase 16 mil voluntários voltados

4. A resolução lista os seguintes direitos dos participantes: informação precisa sobre o estudo; possibilidade de desistência a qualquer momento; confidencialidade das informações pessoais; autonomia sobre a decisão de divulgação da identidade; indenização de possíveis danos; ressarcimento de despesas decorrentes da interação; e, entre outros, socialização dos resultados da pesquisa (CNS, 2016).

5. As pendências mais comuns em protocolos das CHS podem ser conferidas em CNS (2025).

à proteção de toda a população do país⁶. De acordo com Bendati & Zucalotto (2019, p. 7), um aspecto que ficou para posterior resolução foi uma melhor definição sobre a gradação dos riscos – dada a dificuldade de se diferenciar, nas pesquisas em CHS, o que seja risco mínimo, médio ou elevado. Já Lordello & Silva (2017) avaliavam que a definição de “vulnerabilidade” presente na resolução em foco reforçava uma visão paternalista sobre diversos grupos sociais. Diversa, portanto, da reflexividade crítica comum a inúmeras áreas das CHS, mormente calcadas numa visão “empoderadora” destas coletividades, na qual se busca preservar o poder de decisão e a autonomia das pessoas, com vistas a dar visibilidade às suas potencialidades – mesmo levando em conta os cuidados que se deve tomar com as especificidades individuais, psicológicas, econômicas, culturais e políticas nas relações estabelecidas entre quem investiga e quem é investigado⁷. Em suma, segundo as autoras, “para quem atua com pesquisas sobre temas delicados, a conceituação de vulnerabilidade inclui aspectos que vão muito além das descrições objetivas encontradas nas resoluções” (Lordello & Silva, 2017, p. 13).

Uma última convergência diz respeito às dificuldades previstas para o atendimento do que previa o Artigo 33 da 510/2016, que orientava para a uma melhor atenção à composição equitativa dos CEPs. Objetivando não só uma ampliação do sistema, para dar conta do potencial aumento de protocolos provindos das CHS, mas, sobretudo, uma maior incorporação de membros destas áreas – para que o trabalho de reconhecimento da adequação do “mérito científico” aos pressupostos da eticidade em pesquisa fosse feito por instâncias capazes de lidar com uma diversidade mais abrangente de perspectivas epistemológicas e fundamentos teórico-metodológicos diversos.

Esse fato evidencia o protagonismo do sistema CEP/CONEP nas aprovações e avaliações dos projetos. Vários autores questionam a composição dessas instâncias, pois, embora a roupagem biomédica tenha sido redimensionada, os membros que compõem tais comissões ainda concentram suas formações nas áreas das ciências positivistas (Lordello & Silva, 2017, p. 13).

Investigações mais amplas sobre o impacto da normativa na composição dos comitês e da própria comissão merecem ser realizadas. Mas se não é difícil afirmar que a hegemonia biomédica ainda vigora dentro do Sistema CEP-Conep, parece razoável considerar que o aumento da submissão de protocolos de pesquisa, desde 2016, está relacionado “com o incremento de resoluções regulamentadoras envolvendo pesquisas em

6. De acordo com Pereira et al. (2024), esses voluntários, que compõem os comitês multi e transdisciplinares, são coordenadores, membros relatores, representantes de participantes de pesquisa, além de secretários e assessores – que até o ano de 2024 analisaram 951.4280 projetos de 35.755 instituições cadastradas na Plataforma Brasil.

7. No caso de participantes deste tipo, ressalta-se que há a exigência complementar de obtenção de um registro de assentimento específico, sem prejuízo do consentimento dos respectivos representantes legais. Recomenda-se, ainda, o uso de “linguagem plenamente compreensível aos/às participantes” e, sobretudo, evitar o risco de indução da participação (CNS, 2025, p. 22).

ciências humanas” (Castro-Silva et al., 2023, p. 7). Variável, inclusive, que resultou na ampliação de comitês destinados prioritariamente às CHS – pioneiramente na Universidade de Brasília e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, seguidos depois pela Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade de Campinas e Universidade Federal do Paraná (Fernandes, 2024).

Tais iniciativas, porém, ainda que se mostrem importantes para a melhoria do atendimento de parte das demandas dos investigadores das humanidades, tem respondido mais “às necessidades individuais imediatas” dos pesquisadores destas instituições do que contribuído “para o enfrentamento coletivo da questão”, visando “garantir uma estrutura mais ampla que contemplasse as especificidades dessas áreas” (Brandt, 2024, p. 316). O que só ocorreria, em tese, se as propostas defendidas pelas associações científicas e profissionais articuladas ao FHCSALLA tivessem obtido algum reconhecimento institucional pelos poderes políticos constituídos. Especialmente, como registra Duarte (2014), a antiga demanda de transferência do Sistema CEP–Conep para a estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), sob a jurisdição do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O que, vislumbra Mainardes (2025, p. 22), tornaria possível, a criação, de um “ecossistema de ética e integridade” que fosse capaz de envolver, junto a esses órgãos de governo, todos os agentes do sistema de pesquisa – tais como as agências de fomento, as universidades, as revistas e as associações científicas. Um novo sistema em que “os projetos a serem avaliados no tocante à ética deveriam assim ser julgados quanto à sua cientificidade por pares da grande área científica envolvida”, acompanhando o procedimento “canônico” dos agentes responsáveis pela promoção destas diferentes maneiras de se produzir ciência (Duarte, 2014, p. 15).

Mas o cenário para o desejado reconhecimento das especificidades das humanidades, com a definitiva configuração de um modelo mais inovador e formativo – tal qual esboçado nas *Diretrizes para a ética na pesquisa e a integridade científica* (Fernandes, 2024) – tem se mostrado cada vez mais inviabilizado. De acordo com Duarte (2014, p. 19), essa é uma questão política que envolve três planos relacionados: a permanência da hegemonia das ciências *hard* na organização do campo tecnocientífico; a contínua influência da biomedicina na “governamentalidade corrente”, como componente de um ideal biopolítico; e a crescente força do aparelho estatal de saúde no nosso sistema de poder. A consolidação do Sistema CEP–Conep, lembra o autor, “brotaram desse quadro institucionalmente triunfante da saúde na conformação das políticas de Estado reinventadas ao longo do processo de redemocratização” – tendo como elemento importante “a expectativa de participação popular na própria gestão estatal, ideal oriundo dos movimentos modernizantes da saúde pública” (Duarte, 2014, p. 23).

O fato é que esse ideal de “controle social” – bastante peculiar, segundo Duarte (2014, p. 23), já que baseado na perspectiva de controle do Estado pela

sociedade, e não o seu contrário⁸ – ganhou nova visibilidade com a pandemia de Covid-19, que teve início em 2020. Como destaca outro especialista, a atuação da Conep se tornou referência para as investigações sobre pesquisas com medicamentos para tratamento da doença – fornecendo subsídios, inclusive, no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, “para a caracterização de infração ética de um pesquisador e de crime contra a humanidade pelo presidente Jair Bolsonaro, que defendeu publicamente o medicamento pesquisado como parte do tratamento precoce da doença” (Brandt, 2024, p. 316).

Talvez não seja por acaso que a desconstrução do atual modelo de avaliação da ética em pesquisa venha ocorrer por força de uma nova lei. Referimo-nos a Lei 14.874, aprovada em 28/05/2024 pelo Congresso Nacional, que cria o Sistema Nacional de Ética e Pesquisa com Seres Humanos – e que aguardava, durante a escrita deste texto, a devida regulamentação do Executivo Federal para entrar em vigor. Medida, que, como antecipava Brandt (2024), na análise do Projeto de Lei (7.082/2017) que lhe deu origem, deverá tornar a situação ainda mais “perversa” do que a vigente.

O PL apresenta questionamentos ao Sistema CEP/CONEP diferentes daqueles apresentados pelo FCHSSALLA, propondo a criação de uma esfera diretamente vinculada ao governo — não mais colegiada, como no CNS — o que abre espaço para lobby de empresas e evidencia o predomínio de uma perspectiva liberal e mercadológica da sua proposição. Cabe destacar que embora o PL tenha como escopo regulamentar a pesquisa clínica, recebeu emenda que permite aplicá-lo a todas as áreas do conhecimento (Brandt, 2024, p. 317).

IV. Modalidades de pesquisa excluídas do sistema

Vale notar que muitas das questões elencadas relativas às normativas que estruturam o sistema, ganharam novas orientações através de diversas resoluções, cartas e ofícios circulares elaborados pela Conep – bem como por outros órgãos governamentais competentes, quando aplicáveis à pesquisa, tal como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), promulgada em 2018⁹. O que expressa o caráter dinâmico, ainda que lento, deste complexo normativo e operacional que busca se organizar através de uma “gestão descentralizada, hierarquizada, regionalizada e com a participação da

8. O que não impediu este sistema, segundo Castro et al. (2023), de se tornar referência internacional, pela estruturação efetiva que permite uma maior proteção dos participantes de pesquisa, devido à inserção da sociedade no âmbito dos comitês. O que não deslegitima as críticas aos seus padrões de análise, às dificuldades de acompanhamento dos projetos e aos limites da Plataforma Brasil.

9. “Pode-se afirmar que há uma relação complementar entre a LGPD e os padrões éticos aplicáveis à realização de estudos e pesquisas com seres humanos, uma vez que ambos têm o objetivo de proteger os direitos de titulares cujos dados pessoais são utilizados e manuseados para fins de pesquisas” (ANPD, 2023, p. 44).

comunidade”, seguindo as diretrizes constitucionais que regem o nosso serviço público (CNS, 2022a, p. 1).

Por exemplo, a Resolução 674/2022 do CNS traz novas abordagens sobre a tipificação e modulação de pesquisas¹⁰, visando tornar mais eficaz e célere o processo de tramitação dos protocolos. Mas avança, sobretudo, na explicitação das pesquisas que prescindem de registro na Plataforma Brasil – e que, portanto, “não necessitam de apreciação do Sistema CEP–Conep” (Bendati & Zucolotto, 2019, p. 7). A primeira situação deste tipo, enquadrada no Art. 26, são as consultas de opinião pública com participantes não identificáveis. Como melhor descreve o Ofício Circular que acompanha a normativa:

Consulta verbal ou escrita de caráter pontual, realizada por meio de metodologia específica, através da qual o participante, é convidado a expressar sua preferência, avaliação ou o sentido que atribui a temas, atuação de pessoas e organizações, ou a produtos e serviços (CNS, 2022b).

Nesta categoria, estão inseridas as pesquisas eleitorais, de mercado e de monitoramento de um serviço para fins de sua melhoria ou implementação – desde que não haja qualquer possibilidade de identificação dos participantes.

O segundo tipo são as investigações que utilizam informações de acesso público, nos termos da Lei nº 12.527/2011. Neste caso, enquadram-se: dados prestados pelos órgãos públicos a pedido do pesquisador, quando não sigilosos; dados oriundos de registros administrativos; e informações sobre atos governamentais, também quando não houver sigilo. Em sentido próximo, estão informações de domínio público (que podem ser consultadas, utilizadas e reproduzidas sem restrições de direitos autorais ou de propriedade intelectual) e pesquisas censitárias realizadas por órgãos governamentais, especialmente àquelas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outra possibilidade está no uso de informações ou dados já disponibilizados de forma agregada, desde que não haja identificação individual. Por exemplo, dados obtidos pelo Departamento de Informação e Informática do SUS (DataSUS) ou em trabalhos do já citado IBGE. O Ofício Circular esclarece:

Informações ou dados agregados são aqueles que se referem a um conjunto de pessoas ou de uma população e que não permitem o seu detalhamento no âmbito individual. Aplicam-se a protocolos de pesquisa que utilizem bancos pré-existentes de dados agregados, sem identificação individual (CNS, 2022b, p. 3).

Estudos que objetivem o aprofundamento teórico de situações que emergem de forma espontânea e contingente na prática profissional, que não alterem a prática cotidiana, desde que não revelem dados que possam identificar o participante, também estão fora da alçada do Sistema CEP–Conep. Próximo a isso, estão enquadradas atividades realizadas com

10. Fazendo referência às anteriores, a nova resolução prediz no seu Art. 30: “onde se lê ‘definição e gradação de risco’, entenda-se como ‘tipificação da pesquisa’; onde se lê ‘níveis de risco’ ou ‘risco mínimo, baixo, moderado ou elevado’, entenda-se como ‘tipificação da pesquisa e modalidade de tramitação’, nos termos desta Resolução” (CNS, 2022a, p. 9).

motivação exclusiva de educação, ensino, extensão ou treinamento, mas que não possuem objetivo inicial de pesquisa científica¹¹. Com exceção dos trabalhos conclusivos e similares de graduação, mestrado e doutorado – entendidos como atividades de pesquisa que devem, quando realizadas com seres humanos, em situações de entrevistas, grupos focais, observações participantes e outros instrumentos metodológicos congêneres, ser submetidas ao Sistema CEP–Conep.

Por fim, uma modalidade de pesquisa muito comum às CHS, em especial entre cientistas políticos em formação, que também está excluída da obrigatoriedade, são as investigações realizadas com textos científicos para revisão da literatura, baseadas exclusivamente em fontes bibliográficas. Mas, mesmos nesses casos, como afirma Nunes (2023), um pesquisador deve agir de forma ética, não deixando, por exemplo, de relatar os procedimentos assumidos sobre o tema em seus estudos em todas as etapas que perfazem um trabalho do tipo – o que inclui a preparação, a apresentação e a socialização dos resultados. Ainda segundo o especialista, numa reflexão sobre a formação de pesquisadores da Educação, que pode ser estendida a outras áreas em que a escrita acadêmica é uma atividade relevante, as instituições, os cursos, os grupos de pesquisa e os orientadores não podem deixar de dar a devida atenção à temática.

Se os processos empregados para avaliar a qualidade acadêmica das pesquisas desenvolvidas em nível de Mestrado e Doutorado não adotarem, entre os critérios de análise, os procedimentos éticos utilizados nessas investigações, reforça-se a mensagem de que o comportamento ético é secundário na formação científica, não sendo necessário dar-lhe destaque em todas as fases da pesquisa – antes, durante e depois, incluindo a publicização dos resultados, seja na forma de dissertação, tese, livro, artigo, entre outras (Nunes, 2023, p. 22).

Em acordo com essa perspectiva, Mainardes (2025, p. 21) salienta que a criação de “oportunidades de estudo, discussão e reflexão sobre a ética em pesquisa” é o caminho mais adequado para a formação de um *habitus* científico voltado para um “saber-fazer”, na linha bourdiesiana, em que a apropriação crítica sobre as boas práticas investigativas seja percebida não apenas como uma exigência formal, mas como um elemento estruturante do ofício do cientista. Estariam aí dadas, em hipótese, as condições, por

11. Com a ciência de que estas situações são comuns, o documento orienta: “Caso, durante o planejamento ou a execução da atividade de educação, ensino, extensão ou treinamento surja a intenção de incorporação dos resultados dessas atividades em um projeto de pesquisa, dever-se-á, de forma obrigatória, apresentar o protocolo de pesquisa ao Sistema CEP–Conep” (CNS, 2022b, p. 5).

exemplo, para que os casos de plágio¹², nas suas mais diversas modalidades¹³, pudessem ser evitados – corroborando para um ambiente de promoção de escritas científicas genuinamente autorais e, portanto, de maior qualidade. Com pesquisadores cientes, especialmente nos dias que correm, de que as facilidades advindas com o desenvolvimento tecnológico para a produção textual podem e devem ser utilizadas, mas de maneira formativa, construtiva e responsável¹⁴.

V. Considerações finais

Neste breve exercício, observamos que a ampliação da preocupação com as questões da ética em pesquisa nas CHS brasileiras se deu, sobretudo, sob os impactos da consolidação de um sistema de revisão configurado sob a hegemonia da bioética (Fleischer, 2018). O Sistema CEP–Conep, servindo de referência paulatina para a distribuição de recursos pelas agências de fomento, assim como de requisito básico para a submissão de textos a periódicos qualificados das mais diversas áreas, acabou por tornar as humanidades mais sensíveis à possibilidade de criação, segundo Mainardes (2025), de um efetivo “ecossistema de ética e integridade”. Ecossistema que, segundo o especialista, com base no intercâmbio de experiências entre os diversos agentes envolvidos nos nossos processos de produção de conhecimento científico, deve ir “além da elaboração de documentos e diretrizes”, tomando como sua essência “o investimento em processos formativos inovadores e eficazes, que privilegiem a ética e a integridade em pesquisa em uma perspectiva mais ampla” – não reduzida, portanto, a uma mera corrida pela aprovação protocolar de projetos (Mainardes, 2025, p. 22).

Quiçá, assim, alcançando o propósito de uma formação mais orgânica que, como salienta um crítico do modelo de avaliação ética atualmente vigente, volte-se mais à conscientização do que à fiscalização, concedendo mais crédito aos pesquisadores, especialmente aos que estão iniciando a carreira – levando em consideração que nenhuma avaliação prévia consegue dar conta do que acontece na condução real de uma pesquisa. Afinal, “uma coisa são as previsões e declarações formais que, na melhor boa-fé, se pode fazer no momento de planejamento de uma pesquisa, outra são aquelas que efetivamente se apresentam na dinâmica concreta” (Duarte, 2014, pp. 18–19).

12. Tipificado na Lei dos Direitos Autorais, no Marco Civil da Internet, no Código Civil e no Código Penal, o plágio, de acordo com Mercado (2019, p. 99), “caracteriza-se com a apropriação ou expropriação de direitos intelectuais, materializado no ato de copiar ou assinar uma obra com partes ou totalmente reproduzida de outro autor, assumindo como de autoria própria, sem citar a fonte”.

13. Para conhecer as variantes de plágio (tal como o direto, o indireto, a elaboração de mosaico, de fontes, o consentido e, entre outros, o autoplágio), conferir Krokosz (2012).

14. Sobre procedimentos éticos em pesquisas com e por meios digitais, conferir Mainardes & Siquelli (2025).

Referências

ANPD (2023) *Tratamento de dados pessoais para fins acadêmicos e para a realização de estudos e pesquisas*. Disponível em: <<https://www.gov.br/anpd/pt-br/centrais-de-conteudo/materiais-educativos-e-publicacoes/web-guia-anpd-tratamento-de-dados-para-fins-academicos.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2025.

Bendati, M.M. de A. & Zucalotto, A.M. (2019) *Sequência didática para discussão em ética em pesquisas com seres humanos: a resolução CNS 510/2016 para as ciências humanas e sociais*. Porto Alegre: IFRS.

Brandt, D.B. (2024) A regulação ética em pesquisa e sua repercussão no Serviço Social. *Revista Katálysis*, 27, pp. 309–319.

Cardoso, Ciro Flamarion. (1986) *Uma introdução à História*. São Paulo: Brasiliense.

Castro-Silva, I.L., Nascimento, E.M. & Portela, A.C. de O. et al. (2023) Caminhos de um comitê de ética: 10 anos da Plataforma Brasil. *Revista Bioética*, 31, pp. 1–10.

CNS (2025) *Pendências comuns em protocolos de Ciências Humanas e Sociais no Sistema CEP/Conep*. 2ª ed. [online]. Disponível em: <<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep/publicacoes>>. Acesso em: 13 ago. 2025.

CNS (2022a) *Resolução nº 674, de 06/05/1972*. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2022/res0674_25_10_2022_rep.html>. Acesso em: 01 ago. 2025.

CNS (2022b) *Orientações acerca do artigo 1.º da Resolução CNS n.º 510, de 7/04/2016*. Disponível em: <<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/sobre-o-conselho/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep/legislacao/oficios-circulares/oficio-circular-no-17-de-5-de-julho-de-2022.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2025.

CNS (2016) *Resolução nº 510, de 07/04/2016*. Disponível em: <<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016>>. Acesso em: 01 ago. 2025.

CNS (2012) *Resolução nº 466, de 12/12/2012*. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/atos-normativos/resolucoes/2012>. Acesso em: 01 ago. 2025.

CNS (2002) *Manual operacional para Comitês de Ética em Pesquisa*. [online]. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_operacional_comites_etica_pesquisa_3ed.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2025.

Duarte, L.F.D. (2014) Práticas de poder, política científica e as ciências humanas e sociais: o caso da regulação da ética em pesquisa no Brasil. *História Oral*, 17(2), pp.9–29.

Fernandes, F.G. (org.) (2024) *Diretrizes para a ética na pesquisa e a integridade científica*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

Fleischer, S. (2018) Uma antropóloga num Comitê de Ética em Pesquisa Social: um relato pessoal. *Amazonica*, 10(2), pp. 468–490. DOI: 10.18542/amazonica.v10i2.6512

Krokoszcz, M. (2012) *Autoria e plágio: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores*. São Paulo: Atlas.

Lordello, S.R. & Silva, I.M. (2017) Resolução N. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde: um panorama geral. *Revista da SPAGESP*, 18(2), pp. 6-15.

Mainardes, J. & Siquelli, S.A. (2025) *Ética e pesquisa em Educação: subsídios – volume 4*. Rio de Janeiro: ANPED.

Mainardes, J. (2025) *Ética em pesquisa e formação de pesquisadores/as em Educação na ótica de coordenadores/as de programas de pós-graduação*. *Currículo sem Fronteiras*, 25, pp.1-26. DOI: 10.35786/1645-1384.v25.1141

Mercado, L.P.F. (2019) Plágio e autoplágio. In: ANPED. *Ética e pesquisa em Educação: subsídios – volume 1*. Rio de Janeiro: ANPED.

Nunes, J.B.C. (2023) *Ética na pesquisa em educação: análise de dissertações e teses no Brasil*. *Práxis Educativa*, 18, pp.1-29. DOI: 10.5212/praxeduc.v.18.22236.080

Pereira, H. de S., Silva, L. dos S. & Oliveira, M.M. de. (2024) Roda de conversa com CEP Humanas – É conversando que a gente se entende. In: *29ª Semana de Extensão da UFF*. Niterói.



4 Orientação acadêmica, pressão institucional e escrita científica: uma análise reflexiva

*Andrea Lopes da Costa
Maria Dolores Lima da Silva
Edlaine de Campos Gomes*

I. Introdução: o ofício de orientação

Certa vez, em uma banca de doutorado nos idos dos anos 1990, ao final da longa sequência de arguições à qual a tese foi exposta, se ouviu um orientador dizer publicamente para seu orientando: “Seu trabalho está de pé. Não conseguiram derrubar. Significa que, o que você fez conseguiu se sustentar”. Uma das autoras deste artigo estava presente e manteve a assertiva viva na memória por toda sua trajetória profissional. Em outro momento, também em uma defesa de tese, outra mensagem: “Não concordo com tudo o que você escreveu, mas você defendeu”.

Nestes breves fragmentos retirados das falas conclusivas de orientadores, ao final de defesas de teses de doutorado, se apresentam vários elementos: a incerteza sobre a qualidade de um trabalho tornado público pela primeira vez, a responsabilidade pela autoria da escrita científica (Lima & Farias, 2020) e, certamente, o longo processo dialético entre orientador e orientando cujo ápice foi a aprovação após apreciação.

De forma geral, a consulta às mais variadas formas de produção científica (livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado) evidencia um ofício frequentemente cercado por alguns mitos. Um deles, é o de que o trabalho intelectual surge a partir de uma espécie de inexplicável inspiração ou, ainda, que seria resultado de capacidade intelectual extraordinária e inata. Muitas vezes, perde-se de vista as minúcias do trabalho inserido no processo de construção daquela materialidade expressa em dezenas ou centenas de páginas que concretizam o que foi realizado como artesanato intelectual, conforme Wright Mills (1980) nos lembra.

Assim, o texto, uma vez publicado em sua versão acabada, torna público os *insights* produzidos ao longo de sua elaboração, evidencia as adesões teóricas e metodológicas, apresenta as categorias e conceitos mobilizados. Mas, nos bastidores encontram-se as invisibilidades. Um trabalho apresentado é, na verdade, o produto de uma espécie de oficina na qual estão: a metalurgia da escrita e reescrita, as leituras e estudos seriais, as mudanças de percurso e as escolhas, por vezes, incertas. E, em muitos casos, é uma oficina guiada por um exercício profissional de orientação que se traduz no trabalho final, apreciado, avaliado e publicado.

Uma das visões mais clássicas associadas à universidade brasileira é a que aponta para seu inevitável tripé ensino–pesquisa–extensão (Melzer et al., 2024; Sleutjes, 1999), por consequência, a partir desta estrutura é esperada, para qualquer profissional com dedicação à vida acadêmica, a atuação nestas três áreas. Contudo, pouco se considera que, como atividade vinculada à formação de intelectuais e profissionais, a orientação está irrevogavelmente inscrita nestas três dimensões de constituição da universidade.

Ainda que seja uma das atividades mais recorrentes para a formação de capital humano e intelectual, impactando diretamente no percurso de qualquer jovem ao longo de sua trajetória na graduação e na pós-graduação, a orientação ainda é secundarizada como objeto de investigação. Assim, há

considerável quantidade de trabalhos sobre a tarefa de pesquisar, sobre a atividade de docência e a prática de ensino. O processo de orientação, por sua vez, não encontra amplo campo de reflexão e os trabalhos que apresentam análises a respeito são escassos e assistemáticos.

Uma das justificativas possíveis para tal desinteresse talvez seja a naturalização e a reprodução de um modelo hierárquico no ensino-aprendizagem, centrado mais no poder do orientador sobre o orientando do que na interação desses agentes na feitura da pesquisa. Assim, “a orientação é tratada como se ela não implicasse um relacionamento interpessoal direto e intenso, do qual depende a finalização da dissertação ou da tese, de dois a quatro anos, às vezes um pouco mais” (Nóbrega, 2018, p. 1058).

Este artigo se propõe a refletir sobre alguns elementos que atravessam a relação de orientação e que a torna crucial para a concretização da escrita acadêmica. E, do mesmo modo, apresentará algumas considerações sobre a relação entre orientação e escrita científica. Nosso foco principal são as orientações na pós-graduação, contudo, não podemos deixar de lado a vinculação das práticas de pesquisa e escrita desenvolvidas na iniciação científica com as habilidades que serão manifestas no decurso do mestrado e doutorado.

Faremos um relato reflexivo sobre as relações de orientação no ensino superior, usando como referência empírica nossas próprias práticas docentes, ao longo de décadas de atividades de orientação, assim como as experiências das comunidades acadêmicas nas quais estamos inseridas, observadas cotidianamente. As relações entre orientadores e orientandos são objeto de reflexão em reuniões de pós-graduação e outros fóruns coletivos onde ocorrem as interações docentes. A diversidade de situações observadas e vivenciadas nos fornece um amplo campo de observação onde as subjetividades interpretativas podem ser contrabalançadas e relativamente controladas.

Este artigo está dividido em cinco seções: Seguindo a esta introdução refletimos sobre a relação de orientação, permeada por elementos intersubjetivos; na terceira seção destacamos os limites da prática de orientação acadêmica dentro do quadro institucional do sistema da pós-graduação; na quarta seção apresentamos sugestões para o êxito da prática de orientação e para a construção de expertise na escrita acadêmica; por último, apresentamos nossas considerações finais.

II. A construção da relação de orientação

A relação de orientação inicia-se sob o imperativo de determinações institucionais que estabelecem que cada discente tenha a orientação de especialista para a conclusão de curso de nível superior, seja uma monografia ou TCC, dissertação de mestrado ou tese de doutorado. Os regimentos da graduação e da pós-graduação regulamentam o direito a ter orientação de profissional que aponte caminhos, sugira leituras e apresente o rigor metodológico que distingue e legitima o trabalho científico.

De forma geral, podemos pensar em dois tipos distintos de orientação: o primeiro, aquele que está inserido na rotina, na prática de pesquisa e de extensão. Discentes, sistematicamente, integram laboratórios e grupos de pesquisa ou grupos de extensão liderados por docentes e ali precipitam um processo de iniciação. Em alguma medida, discentes maduros e com trajetória já iniciada também fazem parte dessa rotina.

Aqui, a centralidade do processo de orientação repousa na figura da pessoa que coordena o grupo ou laboratório e que, tendo elaborado o projeto de pesquisa ou de extensão (ou foi alvo de designação para sua coordenação), obteve os recursos (ou é responsável por sua utilização) e, em uma relação hierárquica, decide quais os encaminhamentos necessários para sua realização.

O segundo tipo é encontrado na orientação imediata (e, em grande parte, individualizada) de textos referentes a etapas de formação, como trabalhos de conclusão de curso (TCCs), monografias, dissertações e teses. Há aqui uma relação face-a-face, de troca de experiências, leituras, discussões, na qual se estabelece um acompanhamento mais próximo. Reside nesse segundo tipo de orientação uma responsabilidade associada à interação e parceria com altas doses de subjetividade, visto que pressupõe rotina interpessoal individualizada que excede a formalidade da sala de aula.

Neste caso, em muitas situações, a pessoa que atuará na orientação é escolhida pelo discente que apresenta seus interesses e tema de pesquisa. Quando consideramos as orientações desenvolvidas na graduação, primeira fase da formação profissional, existe uma margem maior de liberdade de escolha de temas e de orientadores, não sendo tão dramáticas as mudanças de rumo, caso necessárias. Contudo, ainda que essa escolha não seja uma imposição, temos uma relação entre, de um lado, o/a profissional que atua guiando e criticando o trabalho discente e, de outro, alguém que o executa.

Nesse momento, dificuldades trazidas das etapas de formação anterior tencionam as relações de orientação, tais como a formação deficiente em escrita e leitura, trazidas do ensino básico (Vignoli et al., 2021), que não são triviais na prática da orientação desde a graduação. O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Decreto nº 7.234-2010) foi criado para enfrentar essas dificuldades, direcionando ações de apoio pedagógico ao crescente número de ingressantes, portadores de vulnerabilidades diversas, no Ensino Superior (Gomes & Macedo, 2024; Gomes & Schlickmann, 2024; BRASIL, 2010).

No caso do acesso às pós-graduações, a orientação se dá, em uma menor parte, por vínculo anterior forjado na iniciação científica, com sequência no mestrado, e frequentemente, também no doutorado. Para uma relação inaugurada na iniciação científica, em particular no caso de bolsistas, que se estende à pós-graduação, é um modelo ideal que não alcança a maioria das orientações buscadas em níveis mais avançados de pesquisa.

É mais frequente a busca por orientação a partir de um terreno pessoalmente desconhecido, que parte de um contato prévio com docente de determinado programa de pós-graduação, onde se revela interesse à adesão a sua linha de pesquisa; ou, ainda, a orientação é designada institucionalmente após a aprovação em um processo seletivo. Para todos os casos, expectativas

e afetos são mobilizados, podendo levar tanto ao desencanto e quebras de expectativas, como a profícuas experiências. Orientador e orientando têm que investir em uma relação nova, cheia de expectativas de ambos os lados.

Já na pós-graduação, a relação de orientação está inscrita em um contexto sob constante pressão reguladora. Docentes estão sujeitos aos ditames institucionais da produção acadêmica em forma de publicações, participação em eventos e defesa de dissertações e teses de qualidade, que possam ser bem avaliadas pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Já os discentes esperam trilhar caminhos que assegurem êxitos na sua formação e pavimentem um futuro profissional promissor.

A despeito da forma como a relação é construída, cabe ao(a) orientador(a) supervisionar a construção do trabalho, ajudar na delimitação do objeto de estudo, na escolha da metodologia adequada para responder a questão de pesquisa, sugerir bibliografias e auxiliar na apropriação dos rigores da escrita científica. Portanto, cumpre-se o papel de guia, de condutor, ou de costureiro, para a construção de um projeto exequível e de uma pesquisa efetivamente realizada: enfim, um tecido manejado como figurou Diniz (2012).

Embora orientações sejam um exercício eminentemente profissional, com propósito objetivo, é inevitável que sejam atravessadas por alguma subjetividade. É importante ponderar que não há docente que conheça totalmente o tema apresentado pelo orientando e, igualmente, a orientação não deve ser pautada pelo pressuposto de que existe um ser mítico detentor “do saber” e outro destituído dele. Por essa razão, não há a possibilidade de existir um processo de orientação com possibilidade de ser radicalmente padronizado, modulado ou controlado.

Uma relação de orientação não é de posse, domínio e propriedade – é uma relação de ensino, troca, aprendizado mútuo, hospitalidade e ternura. Há confronto de ideias e argumentos, há desigualdade de poder, é verdade, é um poder a ser habitado com respeito e admiração recíproca (Diniz, 2024, p. 171).

Quando considerada a inevitável interpessoalidade, abre-se um espaço que excede qualquer possibilidade de controle técnico. Não há formação prévia para ser um orientador(a) e, tampouco, para ser orientado(a); em muito, são as experiências construídas no decorrer de suas próprias formações que são acionadas nesse exercício. Ainda que o(a) orientador(a) seja experiente, cada experiência é *sui generis*.

Embora orientadores em geral tenham algo comumente chamado *estilo de orientar*, que pode vir a significar condução direcionada ou exercício de mais autonomia, bem como intervenções assertivas ou indução para processos intuitivos, é no efetivo contato com orientandos(as) que as relações de orientação se tornam uma sensível e peculiar construção para ambos.

O que categorizamos como *estilo de orientar* surge a partir de fatores, tais como: memórias e avaliações pessoais de experiências particulares como orientandos(as), técnicas apreendidas e algum nível de intuição

(Nóbrega, 2018). Esse *estilo de orientar* é colocado em dimensão dialética quando entra em interface com expectativas nutridas por estudantes quanto à compreensão pessoal sobre autonomia na pesquisa e na escrita científica.

Se até aqui apresentamos o quão essa relação é delicada, tudo se acentua quando às dimensões técnicas (escolha de tema, abordagens, referenciais teóricos, metodologias), sociais (considerando marcadores sociais da diferença e interseccionalidades) e (inter)subjetivas (afetos, empatia, simpatias) são adicionadas as pressões de políticas de pós-graduação que definem produção (e produtivismo) como um critério de qualidade, e consequentemente, de avaliação e destinação de recursos.

III. A prática de orientação dentro dos limites das exigências institucionais

No ambiente acadêmico, as regras voltadas para a produtividade acadêmica direcionam as ações de formação de pesquisadores e marcam as relações entre quem está na posição hierárquica de orientador(a) e seus/suas orientados(as), durante a construção do trabalho científico. As tensões inerentes a essas relações devem ser pensadas, primeiramente, olhando para o lugar onde essa interação ocorre, pois nesse *locus* existem constrangimentos que vão perpassar por todo o processo de construção da expertise de pesquisadoras e pesquisadores. Além disso, nem sempre a orientação acadêmica é encarada dentro de seus limites, que atribuem ao orientador(a) o papel de mostrar possibilidades ao orientando(a) e incentivar a autonomia do mesmo como pesquisador(a).

A relação de orientação se inscreve em um sistema de formação acadêmica pautado por uma política de avaliação institucional, baseada em métricas complexas e hierarquizantes de produção, em especial, na pós-graduação (MEC/CAPES, 2025a). A avaliação regular é o rolo compressor de programas de pós-graduação e dos agentes – coordenadores, docentes e discentes – envolvidos em sua estruturação, legitimação e permanência. Um funil estreito, no qual competem, muitas vezes desigualmente, áreas de conhecimento, programas e grupos de pesquisa, em busca de reconhecimento e financiamentos. Tal processo é abordado por alguns autores como uma expressão do neoliberalismo na academia, que submete a formação e a produção de conhecimento a um *ranking* fundado na competitividade e na meritocracia (Maurente, 2019).

O sistema de pós-graduação estrutura-se em normativas que regulam os cursos de mestrado e doutorado, direcionando as atividades de pesquisadores para uma produção orgânica, organizada em linhas de pesquisa afinadas com a proposta de cada curso aprovado pela CAPES (MEC/CAPES, 2025b). Tais normas dependem de cada área de avaliação do curso, que define o número de orientandos(as) e a coerência entre a experiência do corpo docente e os projetos de pesquisa, a área de concentração, as linhas de atuação e a estrutura curricular do curso.

Os Programas serão avaliados ao final de cada quadriênio através de produtos gerados por pesquisas científicas que tenham impacto econômico, social e político. Nesse movimento, orientadores(as) são condicionados a concretizar a adequação dos seus orientandos à pesquisa que desenvolve, pois sua produção e o fortalecimento de seu Programa dependem dos produtos gerados por seu projeto. Esses, quando financiados por agências externas, requerem o cadastro dos orientandos(as) como membros do projeto de pesquisa. Tal inserção passa a conduzir os projetos dos discentes e, de certa maneira, limita sua autonomia, em particular, no doutorado. Cabe dizer que, nesse contexto institucional, a formação contínua visando resultados qualificados produz o efeito de restringir a produção acadêmica a determinados nichos temáticos.

No âmbito dos programas de pós-graduação, a pressão pela produtividade passa a ser exercida conforme a relação hierárquica de poder estabelecida: o coordenador(a) cobra resultados para atender às exigências de produtividade do sistema e, por consequência, orientadores(as) exigem resultados de pesquisa de seus orientandos(as). Esses são instados à adesão aos interesses de determinada linha de pesquisa, publicações e prazos são exigências que podem se converter em conflitos, judicializações e adoecimentos.

Tal processo remete aos debates em torno das noções de “Sociedade do desempenho”, “Sociedade do cansaço” e “Sociedade do esgotamento”, como característica do Ocidente, onde a velocidade é a tônica (Han, 2017, p. 113). O tempo da pesquisa, do pensar, da elaboração, da escrita, enfim, do conhecimento, não condiz com o tempo restrito das agendas e calendários institucionais.

A urgência em finalizar e cumprir os ditames institucionais se expressa exemplarmente no processo de encerramento desse ciclo, cujas avaliações rigorosas dos PPGs exigem celeridade e conclusão à termo de dissertações e teses sob o risco de perda de bolsa de pesquisa (com possibilidade de reembolso às agências de fomento) e jubilamento¹⁵ para o discente. De parte do PPG, o diagnóstico de declínio na produtividade impacta na nota aferida ao Programa e em perda de financiamento.

Diante disso, programas de pós-graduação esperam que integrantes do quadro docente não somente orientem, mas conduzam os alunos à conclusão em período estabelecido. Docentes, por sua vez, veem-se com a obrigação de conduzir teórica e metodologicamente seus orientandos, mediando o amadurecimento intelectual de suas reflexões e *insights* no âmbito das determinações institucionais.

A formação acadêmica fica sob tensão em função da compressão dos prazos e do estímulo (pressão) à produção. Como descreveu Becker (2015, p. 9), os acadêmicos de um modo geral (e os que defendem suas dissertações e teses) “sabem que seu futuro na profissão depende da avaliação que seus escritos

15. Jubilamento é o encerramento compulsório do vínculo entre orientando e instituição de ensino, usualmente provocado por descumprimento de alguma das regras institucionais apresentadas. Contudo, é mais frequentemente associado à não conclusão de atividades acadêmicas e defesa de dissertações e tese no tempo estabelecido.

receberão de seus pares e superiores”. Desse modo, estresse, ansiedade, depressão, são sintomas recorrentes, relatados por docentes e discentes de graduação e pós-graduação. Isso se reflete na qualidade de grande parte da produção acadêmica e se traduz em adoecimento discente (Peixoto et al., 2022) e docente.

Precarização do trabalho e produtivismo acadêmico (Bosi, 2007) atingem diretamente a relação de orientação. Diniz (2024) destaca que agressividade e intolerância discursiva são recorrentemente denunciadas em diversos relatos que obteve de discentes sobre seus orientadores e desaconselha relações em que o orientador é caracterizado como inalcançável/ indisponível ou pelo medo, embora ele seja um agente de poder (Diniz, 2021).

O orientador(a) como guia, com maior experiência e conhecimento especializado, capaz de inspirar e sugerir caminhos teórico-metodológicos, nem sempre é o mesmo que acolhe. Por outro lado, também é frequente orientandos(as) imersos em suas mazelas, que rejeitam orientações e críticas necessárias ao andamento da pesquisa, evidenciando tensões entre orientação e autonomia. De ambas as partes a crítica e autocrítica requerem disposição para o diálogo.

IV. A prática de orientação: dicas para a escrita acadêmica

Antes de listar “truques” para a realização da escrita acadêmica, vale refletir sobre as questões apontadas por Howard Becker (2015) sobre um ponto sensível do universo acadêmico, no qual assumir fragilidades não integra o modelo de “sucesso” e produtividade a ser perseguido. As agruras e tensões são pouco visibilizadas, dentre tantos movimentos vinculados ao “empacar”, reescrever, apagar, revisar. O processo do escrever torna-se secundário, importando o texto acabado.

Becker observa que as dificuldades em torno do escrever não se relacionam meramente com limitações pessoais, “a organização social na qual você escreve está criando essas dificuldades para você” (2015, p. 8). No ato da escrita, ocorrem associações emocionais acerca do que os leitores vão pensar, em particular, orientadores e pares, que supostamente não teriam dificuldades nesse empreendimento, “(...) Se os estudantes soubessem que seus professores escrevem muitas frases péssimas, mas então reescrevem várias vezes, perceberiam que suas frases ruins também podem ser corrigidas (...)!” (2015, p. 9).

Sugestões e críticas a respeito dos dilemas inerentes às relações de orientação extrapolam as reuniões de orientadores-pesquisadores e, atualmente, ocupam também as redes sociais, às vezes de forma irreverente ou apontando sugestões. Karina Kuschnir (2018) oferece dicas interessantes em seu blog, construídas a partir de experiências particulares dialogadas com outros/as docentes. Em “Doze (ou treze) lições para ajudar a terminar TCC, dissertação de mestrado e tese de doutorado”, aponta tanto aspectos emocionais, quanto iniciativas práticas de caráter objetivo, que podem ajudar orientandos/as: “Não esquecer do sonho por trás do trabalho, ter paciência, respeito ao

próprio tempo, afastar os fantasmas, não se apavorar com a defesa e lembrar que tudo tem começo, meio e fim” são posturas subjetivas, cuja interiorização é de difícil controle. A esse conjunto de dicas somam-se outras, mais técnicas, como planejar a escrita, apresentar as referências bibliográficas corretamente, dialogar com os autores, evitar apud em detrimento dos autores originais, ler dissertações e teses e, ainda, fazer da revisão do texto uma prática contínua.

Outras tantas variedades de conselhos e truques podem ser encontradas nos autores mencionados neste artigo e em outras referências (McCallin & Nayar, 2012). No entanto, vale acrescentar algumas sugestões associadas à busca de reduzir pressões, tais como compartilhar com colegas as leituras, dificuldades e angústias, acionar quem possa ler seus escritos e não eliminar os momentos de lazer. Tais cuidados podem abrandar a sensação de solidão da escrita e oportunizar incentivos para a concluir tarefas.

Por mais difícil que seja, em decorrência de prazos, do cansaço e de certo sentimento de (auto)cobrança e fastio do tema, muito recorrente nas situações-limite do fazer acadêmico, reler o texto é uma prática salutar. A escrita acadêmica, em sua completude, é comunicação, não se trata de um diário íntimo a ser mantido em segredo. Embora a autoria seja também composta pelo aspecto de “escreva para si”, o documento finalizado será disponibilizado e lido por outros. Pereira (2013, p. 214) observa que “a escrita é um campo de negociação do qual participam escritor e leitor, ambos em permanente exercício de negociação e deslocamento no ato articulado (embora diacrônico) de escrever e ler”.

Soma-se nesse contexto o papel do(a) orientador(a), que exerce as funções múltiplas de orientar, ler, criticar, avaliar e apoiar. Sendo chamado a ler novamente, nos diversos momentos da orientação, merece receber um texto limpo, ainda que em construção, um “canteiro de obras” organizado. Mesmo que (ou sobretudo) depois de suas intervenções e sugestões ocorram mudanças significativas na forma e conteúdo do texto.

Escrita é processo e exercício contínuo, que percorre todo percurso formativo, não deixe de exercitá-la, satisfazendo-se com frases soltas ou ato mecânico de cortar e colar. Entrar na graduação e se deparar com os trabalhos das disciplinas, que requerem poucas páginas (apesar de serem vistas como excessivas por boa parte dos estudantes) é um preparo necessário para, posteriormente, conseguir elaborar textos com dezenas ou centenas de páginas, em artigos, dissertações e teses. A “escrita se faz escrevendo”: fica a sugestão de que tal afirmativa seja levada a sério.

A escrita acadêmica é desafiadora, requer leitura, foco, disciplina e, ao mesmo tempo, sensibilidade e autonomia responsável. Sumarizamos, no quadro abaixo, alguns pontos a mais que consideramos essenciais para que um trabalho acadêmico seja concluído sob a supervisão de um orientador na pós-graduação. Seguindo algumas práticas desde o início da relação de orientação, a comunicação com orientadores(as) será facilitada e os conflitos serão minimizados.

Quadro 1 – Para evitar conflitos e dinamizar a produção do texto acadêmico

Recomendações das autoras aos orientandos da pós-graduação	
Se aproprie das leituras a respeito de seu objeto de pesquisa.	Lembre-se que você está na pós-graduação e precisa buscar literatura por conta própria.
Faça os aprofundamentos recomendados por seu orientador.	Ao retornar para uma nova conversa de orientação mostre que fez avanços e sabe dialogar a respeito de seu objeto de pesquisa.
Elabore e siga um planejamento de pesquisa e construção do texto.	Ao final do prazo que você determinou saberá exatamente onde precisa de apoio.
Procure aplicar desde o início os aspectos formais da escrita acadêmica.	Em cada exercício de correção das referências e outros elementos formais você automatiza exigências que vão lhe tomar muito tempo depois.
Releia, revise e observe se entendeu o texto que elaborou.	Se você não entendeu, seu orientador também não entenderá.
Não deixe de prestar contas ao seu orientador.	Se você teve um contratempo, comunique, se “travou” peça uma conversa com o orientador.
Quando identificar incontornável falta de afinidade com o orientador(a), procure a coordenação que buscará uma solução.	Não deixe “estourar” o período de qualificação ou defesa para informar a existência de uma relação desagradável e improdutiva.
Busque apoio de amigos, terapêutico e médico, caso necessário.	Dividir as angústias com pessoa de confiança ajuda a amenizar o peso das exigências acadêmicas; em caso de adoecimento existem serviços gratuitos dentro e fora das instituições de pesquisa.
Lembre-se que você é capaz, visto que já passou por várias etapas de processos formativos (IC, TCC, seleções para a pós-graduação).	Cada etapa de formação é um grande desafio e com empenho e apoio você terá êxito; seu orientador/orientadora, também enfrentou dilemas durante a formação, alguns podem ter sido semelhantes aos seus.

Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

V. Considerações finais: recomendações práticas relação ainda a ser explorada

Temas como ética, produtivismo e autoria emergiram como pontos nevralgicos no processo de orientação. Em nível institucional, regras são criadas para incrementar a produção dos programas de pós-graduação, políticas de avaliação compulsórias, com pouca margem às negociações, são implementadas e legitimadas. Revistas e autores adotam diretrizes para se adequarem a elas e pesquisadores(as) seniores e em formação são instados a publicar.

O compartilhamento de coautoria com orientadores, também, visa assegurar que o meio de divulgação científica alcance ou mantenha classificação superior nos estratos do Qualis-Lattes. Os programas de pós-graduação legitimam tais regras (Souza et al., 2019), mas quais são os limites éticos desse direcionamento, considerando o produtivismo e as diversas assimetrias existentes nessa relação?

Mais do que respostas, lançamos perguntas com o propósito de provocar reflexões sobre a relação de orientação, tão necessária na produção de conhecimento, mas ainda coadjuvante como objeto de investigação: Como construir sensibilidade para conduzir e ser conduzido quando a assimetria de origem socioeconômica dos alunos torna o capital social previamente adquirido um diferencial não somente para a orientação, mas igualmente para a dedicação às atividades de pesquisa? Como guiar considerando a especificidade da presença de discentes a partir de sua condição de gênero, raça, etnia e sexualidade? Quais os limites da autoridade de um orientador? Como produzir uma relação orientador-orientando realmente dialógica, ética e com qualidade considerando a necessidade de associar dimensões objetivas e subjetivas no exercício da escrita científica?

Para além das relações interpessoais, esses elementos, muitas vezes, se traduzem em questões pertinentes à pesquisa. As relações existentes entre orientador-orientando e autoria e coautoria, podem ser compreendidas como parcerias e não meramente oportunismo, há intensidade e empenho a serem reconhecidos, interesses compartilhados, que perpetuam o compartilhamento de pesquisas e escritos para além do período formal de orientação. Nesse sentido, são dinâmicas intersubjetivas que encontram como pano de fundo aspectos sociais e estruturais não inerentes ao ambiente acadêmico, mas que interferem (e, muitas vezes, determinam) nas relações de orientação. Tal como o ato de escrever, reescrever e aperfeiçoar o texto, as relações de orientação exigem disposição, boa vontade, empatia e paixão pela produção do conhecimento.

Referências

Beker, H. (2015) *Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos*. Rio de Janeiro: Zahar.

Bianchetti, L. & Machado, A.M. (2002) *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações*. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez.

Bosi, A.P. (2007) A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior no Brasil nesses últimos 25 anos. *Revista Educação e Sociedade*, 28(101), pp. 1503-1523. DOI: 10.1590/S0101-73302007000400012

BRASIL (2010) Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 19 de set. 2025

- Costa, F.J., Sousa, S.C.T. & Silva, A.B. (2014) Um modelo para o processo de orientação na pós-graduação. *RBP*, 11(25), pp. 823–852. DOI: 10.21713/2358-2332
- Diniz, D. (2024) *Carta de uma orientadora*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Diniz, D. (2012) *Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa*. Brasília: Letras Livres.
- Diniz D., 2021 (21 ago.) *Banquinha 34: O que é isso que se chama orientação* [vídeo]. YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=H28JqaWtlcU&t=796s>>. Acesso em: 28 jan. 2026.
- Gomes, L.S.I. & Macedo, J.S. (2024) Apoio e orientação pedagógica no ensino superior: O Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes. In: *VII Congresso de Inovação e Metodologias no Ensino Superior e Tecnológico*. Ouro Preto. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/viicim2024/834960-apoio-e-orientacao-pedagogica-no-ensino-superior--o-programa-institucional-de-apoio-pedagogico-aos-estudantes/>>. Acesso em: 28 de jan. 2026
- Gomes, L.S.I. & Schlickmann, R. (2024) Política de apoio pedagógico no ensino superior: um estudo de caso. *Revista de Avaliação do Ensino Superior*, 29, e024003. DOI: 10.1590/1982-57652024v29id275628
- Han, B.Y-C. (2017) *Sociedade do cansaço*. Petrópolis, Vozes.
- Kuschnir, K., 2018 (09 fev.) *Doze dicas para terminar TCC, dissertação de mestrado e tese de doutorado (Parte 1)* [texto]. Blog. Disponível em: <<https://wp.me/p42zgF-3Cz>>. Acesso em: 01 de dez. 2025.
- Kuschnir, K. 2018 (16 fev.) *Doze (ou treze) lições para ajudar a terminar TCC, dissertação de mestrado e tese de doutorado (Parte 2)* [texto]. Blog. Disponível em: <<https://wp.me/p42zgF-3CU>>. Acesso em: 01 de dez. 2025.
- Lima, J.S. & Farias, M.G.G. (2020) Autoria em produções científicas: conceitos, critérios, integridade na pesquisa e responsabilidade na colaboração. *Investig. bibl.*, 34(82), pp. 103–139. DOI: 10.22201/iibi.24488321xe.2020.82.58068
- Maurente, V.S. (2019) Neoliberalismo, ética e produtividade acadêmica: subjetivação e resistência em programas de pós-graduação brasileiros. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 23, e180734. DOI: 10.1590/Interface.180734
- McCallin, A. & Nayar, S. (2012) Postgraduate research supervision: a critical review of current practice. *Teaching in Higher Education*, 17(1), pp. 63–74. DOI: 10.1080/13562517.2011.590979
- MEC | CAPES (2025a) Diretrizes Comuns da Avaliação de Permanência dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu. Brasília, DF. Disponível em <https://www.gov.br/capes/ptbr/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/documentos-donovo-ciclo-avaliativo-2025-2028>>. Acesso em: 18 de fev. 2026.
- MEC | CAPES (2025b). Documento de área ciência política e relações internacionais (ÁREA 39). Brasília, DF. Disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/ciencia-politica-e-relacoes-Internacionais>. Acesso em: 18 de fev. 2026.

Melzer, E.E.M, Zanlorenzi, M.A. & Tauscheck, N.M. (2024) Pensar a Universidade e o tripé ensino, pesquisa e extensão a partir de Paulo Freire. *Multifaces – Dossiê Temático: Paulo Freire (Parte 2)*, 6(2), pp. 1-7. DOI: 10.29327/2169333.6.2-1

Mills, C.W. (1980) A imaginação sociológica. Tradução de Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Nóbrega, M.H.D. (2018) Orientandos e orientadores no século XXI: desafios da pós-graduação. *Educação & Realidade*, 43(3), pp. 1055-1076. DOI: 10.1590/2175-623674407

Peixoto, M.T., Soares, T.C.M. & Bezerra, S.T.F. (2022) A produção acadêmica suscita adoecimento? Revisão sistemática integrativa sobre a saúde discente na Pós-Graduação stricto sensu. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 18(39), pp. 1-17. DOI: 10.21713/rbpg.v18i39.1840

Pereira, M.V. (2013) A escrita acadêmica – do excessivo ao razoável. *Revista Brasileira de Educação*, 18(52), pp. 213-228. DOI: 10.1590/S1413-24782013000100013

Sleutjes, M.H.S.C. (1999) Refletindo sobre os três pilares de sustentação das universidades: ensino-pesquisa-extensão. *Revista de Administração Pública*, 33(3), pp. 99-111.

Souza, M.L. de, Chaves, R.L.L.L., Tavares, T.R.R. et al. (2019) Coautoria ou orientação? Algumas questões éticas e científicas envolvidas na colaboração acadêmica entre orientadores e orientandos. *Revista da ANPEGE*, 14(24), pp. 179-195. DOI: 10.5418/RA2018.1424.0006

Vignoli, J.C.S., Ferrarini-Bigareli, M.A. & Cristovão, V.L.L. (2021) Letramentos acadêmicos: repertórios de percepções de gestores de universidades públicas paranaenses e experiências prático-investigativas. *D.E.L.T.A.*, 37(3), pp. 1-33. DOI: 10.1590/1678-460X202155381



5 Como escrever um projeto de pesquisa para agências de fomento

*Vanessa Elias de Oliveira
Márcia Scazufca
Bruna Arenque*

I. Introdução

No cenário em que o conhecimento científico avança rapidamente e a competição por recursos se acirra, compreender os mecanismos de financiamento à pesquisa torna-se um diferencial para estudantes e pesquisadores que desejam escrever projetos viáveis, bem estruturados e interessantes. Este capítulo visa desmistificar o universo das agências de fomento, oferecendo informações sobre seu funcionamento e orientações práticas sobre como elaborar um projeto de pesquisa competitivo. Ele tem três objetivos. Em primeiro lugar, apresentar aspectos atinentes ao financiamento à pesquisa no Brasil e no mundo, discutindo questões relevantes no universo das agências de fomento. Em segundo lugar, apresentar um roteiro de como produzir projetos de pesquisa bem estruturados e coerentes, com potencial para obter êxito nos processos de avaliação. Por fim, discutir modelos de financiamento a pesquisas científicas, os quais merecem a atenção dos pesquisadores de todas as áreas de conhecimento, inclusive da Ciência Política, Relações Internacionais e Políticas Públicas.

Para tratar desses temas, o capítulo está estruturado em três partes, para além desta Introdução. Na primeira seção são apresentados alguns dos elementos que compõem o financiamento à pesquisa na atualidade. Na segunda, apresentamos um roteiro com os principais passos para o desenvolvimento de um bom projeto de pesquisa, os elementos que devem estar presentes e como apresentá-los. Na terceira, são discutidas estratégias de financiamento no que tange aos temas e formatos envolvidos nas chamadas de propostas, que podem ser classificados como demanda espontânea ou demanda induzida, e o que isso significa para o planejamento do projeto de pesquisa. Espera-se, por meio do desenvolvimento dessas questões, capacitar pesquisadores do campo para a elaboração de propostas competitivas e antenadas às novas demandas das agências de fomento.

II. A importância e os caminhos recentes do financiamento à pesquisa

O adequado financiamento à pesquisa científica é um dos pilares para o desenvolvimento da ciência. Estudos inovadores, complexos e embasados em coleta e processamento de dados exigem recursos financeiros e humanos e, conseqüentemente, o financiamento se torna elemento essencial, indispensável para a viabilização e a qualidade da produção científica. Além disso, a disponibilidade e estabilidade de recursos financeiros é crucial para a formação de novos pesquisadores, promovendo seu engajamento em projetos de pesquisa a longo prazo e a sustentabilidade do desenvolvimento científico. Ainda, o financiamento favorece a participação dos pesquisadores em redes colaborativas, tanto em âmbito nacional quanto internacional, estimulando a circulação de ideias e o contato e adoção de novas metodologias.

A perenidade de recursos financeiros à pesquisa garante também autonomia aos cientistas para explorar temas científicos relevantes e

contribuir de forma significativa para o avanço do conhecimento. Estes recursos podem ser públicos ou privados, ainda que no Brasil o financiamento privado seja minoritário. Mais recentemente, organizações da sociedade civil e empresas têm ampliado o aporte de recursos para pesquisas, mas a maior parte do financiamento a pesquisas no Brasil ainda é proveniente agências públicas como CNPq, Capes, FINEP e fundações estaduais de amparo à pesquisa (FAPs). O financiamento privado representa apenas cerca de 30% do total (IPEA, 2020), considerando as diferentes áreas do conhecimento como um todo.

Em relação ao que está sendo financiado, as agências de financiamento estão em constante debates sobre qual seria considerado o equilíbrio ideal entre fomento que sustenta o avanço do conhecimento e aquele que fortalece o compromisso da ciência com as demandas e desafios da sociedade. Não havendo uma fórmula pronta para esse equilíbrio, espera-se que cada agência reflita e divulgue de forma transparente o seu entendimento para as comunidades locais, sejam esses atores alvos direto da política pública (majoritariamente cientistas) ou interessados no resultado que essa política de ciência e tecnologia estaria trazendo para a sociedade. Mas, pode-se dizer que há uma demanda crescente por pesquisas com impactos social e/ou econômico, e em muitas agências internacionais este é um requisito obrigatório do projeto. Em outras, ainda, há chamadas que são *policy oriented*, em que a implementação dos achados científicos, para o aprimoramento das políticas públicas, deve fazer parte do projeto de pesquisa, com grande ênfase aos processos de coprodução. Retornaremos a este ponto na última seção.

Apesar da sua relevância, a política de financiamento público à ciência e os seus processos avaliativos estão imbuídos de valores que não são neutros e adicionam camadas de complexidade a sua execução. Os desafios são de diversas naturezas: (i) orçamentárias, quando a inconstância do repasse às agências de fomento limitam recursos para bolsas e projetos, por vezes afetando o andamento de projetos em execução; (ii) de estratégias de financiamento, quando critérios de avaliação são pouco transparentes e dificultam o desenvolvimento de projetos aderentes às chamadas; (iii) de disputa por valores, com a concentração de recursos públicos em algumas regiões com elevado número de instituições de pesquisa e pesquisadores, ampliando desigualdades regionais e internacionais, com diferenças de esforços em pesquisa entre o norte e o sul global (Cash-Gibson et al., 2018; Jácome e Ribeiro, 2025; Bueno et al., 2025).

Em fóruns internacionais de agências de financiamento públicos, como o Global Research Council¹⁶, são discutidas inovações que enfrentam diferentes dimensões acerca dos processos de financiamento, buscando compatibilizar as demandas dos cientistas com os interesses da sociedade. A primeiro diz respeito à *baixa diversidade de atores responsáveis pela definição das perguntas de pesquisa*. Aqui entende-se que o potencial de impacto de uma pesquisa está diretamente ligado à assertividade da pergunta, ou seja,

16. <https://globalresearchcouncil.org/>. Acesso em 19 jun. 2026.

fazer as “perguntas certas”, e é mais provável que isto aconteça quando o cientista coproduz sua proposta de pesquisa com atores não acadêmicos (Rycroft-Malone et al., 2024). Nesse sentido, pode-se citar como por exemplo o termo PIQCT (Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais), para se referir a participantes da pesquisa que são detentores de conhecimento tradicionais do território a ser pesquisado.

Adicionalmente, tem-se a discussão de EDI (equidade, diversidade e inclusão), que aponta uma baixíssima representatividade de gênero e raça entre cientistas, comprometendo a formulação das perguntas pesquisa e o seu potencial de impacto, por não contemplar visões de mundo plurais. Na Ciência Política brasileira, Rangel et al. (2019) demonstram que as assimetrias de gênero e severa desigualdade racial, quando analisados os quadros docentes dos programas de pós-graduação. Isso traz consequências para as pesquisas do campo, como a própria desvalorização de pesquisas sobre gênero e raça – e, consequentemente, maior dificuldade de aprovação de projetos financiados nessas temáticas.

Em segundo lugar, deve-se mencionar as *práticas responsáveis de avaliação e aprovação das propostas de pesquisa*, um tema que vem ganhando relevância no Brasil e no mundo. A Declaração de São Francisco sobre Avaliação de Pesquisa (DORA – Declaration on Research Assessment) é uma iniciativa internacional que propõe a substituição de métricas quantitativas restritivas, como o fator de impacto das revistas, por avaliações mais qualitativas e contextualizadas do mérito científico. Tais práticas de avaliação responsável, conhecidas como RRA – *Responsible Research Assessment*, envolvem a conscientização da comunidade acadêmica, o treinamento de avaliadores e o desenvolvimento de processos flexíveis e inclusivos, que juntem métodos de avaliação quantitativos e qualitativos, buscando balancear a qualidade e o impacto da pesquisa. Considerando a diversidade de objetivos e interesses das áreas de conhecimento, deve-se buscar “assegurar que a diversidade e a heterogeneidade de missões, valores e resultados esperados sejam respeitados” (Projeto Métricas, 2022).

Em terceiro lugar, é fundamental considerar *como e onde são publicados os resultados*, uma vez que o movimento da ciência aberta e iniciativas como o Plano S têm transformado significativamente esse cenário. O Plano S é uma iniciativa internacional lançada em 2018 pela *cOAlition S*, um consórcio internacional que financia pesquisas, com o apoio do European Research Council (ERC), e que busca ampliar a publicação científica em acesso aberto e imediato de todas as publicações resultantes de pesquisas financiadas com recursos públicos, garantindo maior transparência e democratização do conhecimento. Uma lista com os princípios e um guia de implementação do Plano S é disponibilizado pela *cOAlition S* online¹⁷. Essa política busca reduzir barreiras de acesso e aumentar o impacto social da pesquisa, ao mesmo tempo em que impõe novos desafios para pesquisadores e instituições no que se

17. <https://www.coalition-s.org/addendum-to-the-coalition-s-guidance-on-the-implementation-of-plan-s/principles-and-implementation/>. Acesso em 27 set. 2025.

refere a custos de publicação e adaptação a plataformas digitais. Importante ressaltar o custo que a adesão ao plano traria a países em desenvolvimento. Considerando que o pagamento das taxas de publicação (APCs) são feitos majoritariamente com dinheiro de agências públicas de financiamento, isso pode significar maior restrição orçamentária para outros itens da pesquisa, ainda mais se considerarmos os valores em dólares, em média U\$\$ 2,5 mil nas revistas de maior alcance. Apesar de termos o Scielo Brasil (Scientific Electronic Library Online), onde 80% das revistas nacionais indexadas já são de acesso aberto (13% é a média mundial), a obrigatoriedade da publicação em acesso aberto não é uma exigência das maiores agências públicas de financiamento a pesquisa¹⁸.

Além disso, a forma como os dados são monitorados e divulgados ganha centralidade, reforçando a necessidade de boas práticas de gestão, interoperabilidade e reuso responsável das informações. Uma proposta recente, denominada *Framework for Open and Reproducible Research Training (FORRT)*, vem buscando ampliar a transparência, reprodutibilidade, rigor e ética na pesquisa por meio de uma infraestrutura colaborativa que visa divulgar ferramentas que facilitam a integração de práticas abertas e reprodutíveis na formação científica (Azevedo et al., 2025). Nessa linha, o *Open Science Training Handbook* apresenta os caminhos para se ampliar a transparência e as práticas participativas em pesquisa, reforçando a importância do debate sobre ciência aberta no mundo científico¹⁹.

Por fim, tem-se que o financiamento à pesquisa é um *processo dinâmico, que se altera conforme os entendimentos sobre a política científica vão sendo revisitados e (re)discutidos*. Esses debates variam em cada país e entes subnacionais, e serão mais ou menos refletidos nos procedimentos de gestão científica e na confecção dos editais de cada agência. Entender essas nuances e alinhamentos é também parte importante da elaboração de uma proposta de pesquisa para a qual se pleiteia o financiamento.

Esta lista de temas relacionados ao financiamento à pesquisa certamente não é exaustiva, mas apresenta fatores que devem ser de conhecimento da comunidade científica, e sob os quais os pesquisadores têm pouca influência. Mas existe um aspecto sob o qual pesquisadores e proponentes têm maior controle e responsabilidade, e este diz respeito à qualidade do projeto apresentado, assim como o seu alinhamento aos objetivos da chamada ou ao perfil da agência de fomento. Este será o foco da próxima seção.

18. https://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pnews&component=Clipping&view=pnewsclipping&cid=1489&mn=0

19. https://github.com/Open-Science-Training-Handbook/Open-Science-Training-Handbook_EN/tree/master. Acesso em 28 set. 2025.

III. Aspectos relevantes para a elaboração de um projeto de pesquisa

A elaboração de um bom projeto de pesquisa requer mais do que a aplicação de técnicas metodológicas; é imprescindível clareza epistemológica e coerência interna entre os diversos componentes que o estruturam. O ponto de partida é a delimitação precisa do objeto de estudo, cuja formulação deve decorrer de uma problematização crítica, articulada com lacunas identificadas na literatura e com demandas concretas do campo de conhecimento em questão. A questão de pesquisa, mais do que uma simples indagação, deve refletir uma tensão teórica e/ou empírica que justifique a investigação. Essa questão central é, na essência, o cerne do projeto, pois direciona todo o desenvolvimento subsequente da pesquisa.

A construção do projeto envolve, em sua sequência, o desenvolvimento de tópicos que seguem, em grande medida, um padrão estabelecido e consensual em várias tradições acadêmicas. Esses tópicos são amplamente discutidos e apresentados em ótimos textos-guia já publicados, como o de Jairo Nicolau (2013), que aborda os componentes essenciais de um projeto de pesquisa, tais como a abordagem teórica, justificativa, objetivos, metodologia, cronograma etc.

Entretanto, para além das etapas formais, é importante dar atenção especial a aspectos pouco discutidos nos cursos e ao longo das trajetórias acadêmicas dos pesquisadores, mas que fazem a diferença na qualidade da investigação proposta e no impacto que ela terá. Discutimos abaixo estes aspectos essenciais para o desenvolvimento de um bom projeto de pesquisa.

III.1. A equipe

Demonstrar de maneira clara e convincente a capacidade técnica e complementaridade da equipe para o desenvolvimento do projeto é um aspecto em geral pouco discutido, mas central na avaliação das propostas. O projeto pode ser excelente, mas ele certamente não será aprovado se a equipe que o compõem não possui a *expertise* necessária para o seu desenvolvimento. Ainda que alguns conhecimentos técnicos ou práticos possam ser agregados ao longo da pesquisa, ou contratados por meio de serviços de terceiro, a equipe precisa demonstrar capacidade para desenvolver a maior parte do que está sendo proposto.

Nesse contexto, um dos principais desafios é apresentar de forma clara e resumida quais os principais eventos que ocorreram na carreira do membro de equipe, que contribuem para o alcance dos objetivos da proposta. Frequentemente são descritos inúmeros resultados como relevantes em uma carreira brilhante, mas com pouca clareza sobre qual aspecto chave os avaliadores precisam focar para tomar a decisão sobre a *expertise* necessária para os objetivos do projeto. Algumas agências sugerem a descrição da trajetória de forma mais customizada, mas mesmo que não a peçam, trata-se de um elemento que certamente facilita o entendimento da adequação da equipe à proposta. Quanto mais o trabalho do avaliador for facilitado,

menores as chances de informações relevantes para a aprovação de um projeto serem menosprezadas.

III.2. Os requisitos e prioridades da agência e da chamada

É de extrema importância que o pesquisador interessado leia atentamente o edital referente ao financiamento desejado. Normalmente, o perfil exigido do pesquisador (senioridade, trajetória, produção, área de atuação) e as restrições (impedimento para concomitâncias, por exemplo) estão descritas no texto de forma objetiva e orientadora. Há algumas agências que fazem reuniões presenciais ou virtuais para esclarecer pontos específicos do edital, mas todas obrigatoriamente disponibilizam um contato para dúvidas. Ler todo o edital antes de enviar uma mensagem com dúvidas pontuais e/ou pulverizadas podem aumentar a eficiência do tempo e da clareza da resposta, facilitando o seu trabalho de redação do projeto e confecção da proposta.

III.3. O roteiro do projeto

A primeira e óbvia dica sobre o roteiro do projeto é já bastante conhecida, mas deve ser sempre reforçada: desenvolva uma *ideia clara e inovadora*, que agregue conhecimento teórico, empírico e/ou metodológico à área. Uma ideia inovadora não deve ser apenas uma formulação vaga ou genérica, mas sim algo que apresente originalidade e potencial para preencher lacunas do conhecimento ou propor novas abordagens para problemas já estudados. Para isto, é fundamental fazer um detalhado levantamento do estado da arte, identificando questões ainda pouco exploradas ou métodos que podem ser aprimorados. Para isso, as revisões sistemáticas têm sido cada vez mais utilizadas.

Caso o edital disponibilize um *modelo/roteiro de projeto*, é imprescindível que o pesquisador se baseie, o mais fielmente possível, no modelo disponível, só divergindo da estrutura proposta em casos excepcionais e com base em justificativas. O roteiro de projeto tem o intuito de guiar o proponente a incluir as informações de maior relevância e mais aderentes ao objetivo do edital. Portanto, segui-lo facilitará o entendimento das comissões avaliadoras e dos assessores externos sobre os principais pontos da proposta, diminuindo erros nos procedimentos de análise e aumentando a chance de aprovação das propostas que de fato atendem aos critérios solicitados no edital.

Trabalhe numa *narrativa atraente* para o leitor, tornando-o interessando nos desdobramentos da proposta. Utilize uma linguagem acessível, evitando jargões excessivos, e construa transições suaves entre seções para guiar o leitor pelo raciocínio do projeto (Creswell, 2010; Booth, Colomb & Williams, 2016). Inclua contexto suficiente para que os leitores percebam a importância do estudo, destacando lacunas na literatura e potenciais impactos. Além disso, considere usar recursos visuais, como esquemas ou tabelas resumidas, para facilitar a compreensão de conceitos complexos e fortalecer a narrativa e a clareza da proposta em relação ao objeto e/ou a estrutura proposta (APA, 2020).

Apresente *objetivos claros e factíveis, alinhados com a metodologia proposta*. Quando os objetivos estão claramente apresentados, fica mais fácil compreender *se e como* a metodologia proposta adequa-se ao projeto de pesquisa, sendo capaz de trazer as respostas esperadas para os objetivos, perguntas de pesquisa e hipóteses. Além disso, a clareza na definição dos objetivos da pesquisa permite direcionar esforços e recursos de maneira eficiente, favorecendo uma execução bem-sucedida.

Detalhe muito bem a *metodologia* e a *justificativa* para sua escolha. É importante explicar não apenas *como os dados serão coletados e analisados*, mas também *o porquê da escolha* dessa abordagem, relacionando-a com o problema de pesquisa e a literatura existente (Creswell, 2010). Por exemplo, se o estudo for de caráter qualitativo, justifique a seleção de entrevistas em profundidade ou grupos focais, enfatizando como essas técnicas permitem captar nuances e percepções que não seriam evidentes em métodos quantitativos. A justificativa metodológica é essencial, pois fortalece a credibilidade do projeto e demonstra que a abordagem escolhida é adequada para responder às perguntas de pesquisa.

Apresente os *dados* que serão trabalhados e certifique-se que eles estão disponíveis e acessíveis, se não forem produzidos pela própria pesquisa. Quando os dados forem secundários, é muito importante especificar sua fonte, licença de uso e formato, assim como apresentar as suas limitações e critérios de seleção. A transparência no acesso aos dados não apenas facilita a replicabilidade do estudo, mas também contribui para a ética na pesquisa, permitindo que outros pesquisadores validem ou construam sobre os resultados obtidos. No caso de serem dados produzidos pelo pesquisador, detalhe as etapas e decisões metodológicas adotadas ao longo do processo de construção, seja para dados qualitativos ou quantitativos (Bazeley, 2020; Borgman, 2015), sempre visando a transparência e replicabilidade.

Detalhe o *plano de trabalho (cronograma)*, alinhando as etapas ao tempo de execução do projeto. Quando o projeto apresenta um plano de trabalho que organiza o seu desenvolvimento em etapas temporais claras, permitindo visualizar como cada fase se relaciona com os objetivos e resultados esperados, o leitor consegue captar facilmente a viabilidade da proposta, aumentando sua confiança em relação ao projeto. Além disso, cronogramas detalhados auxiliam na gestão de tempo, recursos e prioridades. Ambos os aspectos tornam o projeto mais convincente para avaliadores e financiadores (Locke, Spirduso & Silverman, 2014). Tendo isso em vista, recomenda-se que seja apresentada uma tabela, indicando início e fim de cada atividade, pesquisadores responsáveis e “entregáveis” em cada uma das etapas da pesquisa. Além disso, alinhar o cronograma às metodologias e à disponibilidade de dados reforça a consistência e a viabilidade do estudo.

Em relação aos *resultados esperados*, explique como sua pesquisa contribuirá com novos conhecimentos, resolverá um problema prático e/ou trará benefícios para a sociedade. A apresentação de resultados esperados demonstra o cuidado da equipe em informar ao revisor que o projeto consegue integrar os esforços de pesquisa com o que se espera obter ao final

do processo. Essa dimensão pode parecer simples e óbvia, mas na prática há um maior foco nas redações no arcabouço teórico que justifica a pesquisa, ou de que forma ela será realizada, do que no detalhamento de quais resultados e produtos a pesquisa trará ao final. Da mesma forma, são minoria os projetos que acenam para a importância para ações de monitoramento dos resultados.

Riscos e ameaças ao planejamento proposto sempre irão ocorrer, e nos casos em que o proponente sinaliza conhecê-los, apresentando um mecanismo de monitoramento dos resultados ao longo das etapas de execução do projeto, fica evidente ao avaliador que ele está ciente dos riscos e saberá como mitigá-los. Em geral, agências de financiamento almejam financiar pesquisas disruptivas, que trazem inovações para o conhecimento acumulado naquela determinada área, mas há uma margem de risco que se pode assumir em uma avaliação, e essa descrição objetiva pode dar segurança ao revisor.

Além disso, apresente um *plano de gestão de dados*, incluindo uma política de dados abertos, conforme discutido anteriormente. Um plano de gestão de dados (*Data Management Plan – DMP*) é essencial, e deve especificar como os dados serão coletados, organizados, armazenados, protegidos e compartilhados ao longo do estudo. Esse plano deve detalhar formatos de arquivo, padrões de documentação, procedimentos de *backup* e estratégias para garantir a integridade e confidencialidade dos dados, especialmente quando envolvem informações sensíveis ou pessoais (Borgman, 2015).

Inclua um *plano de publicação*, descrevendo como você publicará os resultados em conformidade com os critérios do financiador. Lembre-se da discussão sobre dados abertos apresentada na seção anterior. Caso já exista previsão de produtos não acadêmicos, apresente um cronograma de entregas também para estes, como por exemplo: oficinas de treinamentos, vídeos, patentes ou registros abertos, ou qualquer produto de comunicação estratégica relevante para a sociedade.

Prepare um *orçamento realista* e justifique as demandas incluídas, tendo em vista os objetivos e a metodologia. Cada despesa deve ser justificada, incluindo recursos humanos, equipamentos, materiais de laboratório, *softwares*, deslocamentos, publicação de resultados e taxas de repositórios de dados abertos, quando aplicável (Locke, Spirduso & Silverman, 2014). Um orçamento bem estruturado demonstra ao avaliador que o pesquisador compreende as necessidades do estudo e que os recursos solicitados são proporcionais ao escopo do projeto. Além disso, a clareza na apresentação das despesas, preferencialmente em tabela ou quadro detalhado, facilita a análise, reduz riscos de cortes indevidos e reforça a viabilidade financeira do projeto.

III.4. Pratique o diálogo e a colaboração

Nem sempre tratamos de projetos de pesquisa como textos que podem receber *feedbacks* e sugestões antes da submissão final. A prática de compartilhar textos em elaboração com colegas e especialistas da área permite identificar lacunas, inconsistências e pontos que podem ser aprimorados,

aumentando a clareza e a coerência da proposta (Creswell, 2010; Locke, Spirduso & Silverman, 2014). Além disso, a escuta de outras perspectivas e saberes pode trazer avanços na metodologia, na justificativa e até mesmo na definição de objetivos, tornando o projeto mais inovador. Por fim, é possível também antecipar dúvidas ou críticas, tornando a submissão mais competitiva.

IV. Estratégias de financiamento e adequação da proposta

Até aqui, tratamos de temas relevantes para as agências de fomento, discutindo alguns aspectos considerados na política de financiamento, e os caminhos para a estruturação de projetos de pesquisa interessantes, consistentes e competitivos. Agora, vamos apresentar os dois principais modelos de chamadas de financiamento à pesquisa adotados pelas agências, no que tange à definição dos temas das chamadas, pois eles impõem condições específicas para as propostas a serem apresentadas.

A estratégia mais comum e que as agências de fomento brasileiras empregam a maior parte dos seus recursos financeiros são conhecidas como *demanda espontânea*. Neste formato, os programas de pesquisa são desenhados para atender as demandas espontâneas de pesquisadores e grupos de pesquisa que, através dos financiamentos, procuram avançar no conhecimento movidos por sua curiosidade e dentro de suas próprias linhas de pesquisa.

As agências de fomento também criam programas para atender a demandas de pesquisas consideradas estratégicas pela própria comunidade científica, ou identificadas internamente pela agência financiadora, os quais chamamos por *demanda induzida*. Estes programas induzem a investigação sobre temas estratégicos para o país, no contexto regional ou nacional, estimulam a formação de novas carreiras ou a criação de novos grupos de pesquisa. Para possibilitar o avanço da fronteira do conhecimento em várias áreas e disciplinas, os programas estratégicos estimulam a formação de grupos de pesquisa multidisciplinares e transdisciplinares e o desenvolvimento de tecnologias e metodologias de pesquisa inovadoras.

Vejamos em maior detalhe cada uma delas.

IV.1. Demanda espontânea

Muitas agências adotam a possibilidade de submissão de propostas em qualquer área do conhecimento, a partir de temas considerados relevantes para o avanço da ciência pelos próprios pesquisadores. No caso das agências nacionais, são exemplos as oportunidades em fluxo contínuo para Projeto Regular²⁰ ou Projeto Temático²¹, da Fapesp, ou as Chamadas Universais, do CNPq. Nesses casos, as normas da modalidade de financiamento definem os recursos disponíveis e os itens financiáveis para cada projeto.

20. <https://fapesp.br/apr>. Acesso em 19 jun. 2026.

21. <https://fapesp.br/tematico>. Acesso em 19 jun. 2026.

Este tipo de iniciativa dá maior liberdade aos pesquisadores, que podem decidir, a partir de seus critérios e experiência de carreira, a temática da pesquisa, a composição da equipe, a metodologia envolvida e as etapas de execução das propostas.

Este tipo de oportunidade impõe ao pesquisador um desafio adicional: apesar da liberdade de escolha do tema, usualmente a demanda espontânea é uma oportunidade que ocorre em regime de submissão contínua e não se conhece a natureza das propostas concorrentes em uma mesma avaliação. É preciso convencer a agência e seus avaliadores sobre a relevância da proposta frente a outros temas igualmente relevantes, do ponto de vista científico e social. Nesse contexto, merece atenção especial o aspecto apresentado na seção anterior, da importância da apresentação de uma “ideia clara e inovadora”, atraente ao leitor/avaliador e, preferencialmente, com relevância científica e social que justifique a sua aprovação.

IV.2. Demanda induzida em temas e formatos previamente definidos

A demanda induzida tem a própria agência ou atores parceiros (governo, empresas e/ou terceiro setor) como definidores dos temas prioritários, especificando, por vezes, subtemas, diversidade na composição da equipe, metodologias específicas a serem adotadas nos projetos e/ou produtos específicos desejáveis ou obrigatórios. Essa abordagem permite que as agências alinhem a produção científica a temas considerados estratégicos e prioritários, garantindo que os recursos disponíveis sejam direcionados para áreas de maior relevância social, econômica e/ou tecnológica.

É muito importante ressaltar que a relevância de se criar programas induzidos está em catalisar alguma dimensão estratégica que não está sendo contemplada na demanda espontânea. Pode estar relacionado a integrar pesquisas que já existem, mas que estão estanques em suas áreas disciplinares, formar massa crítica em uma área pouco desenvolvida e considerada relevante local ou nacionalmente, ou ainda forçar um pensamento voltado para aplicação, que tire a pesquisa dos silos e fóruns de debates acadêmicos. Esse último perpassa o tópico discutido na seção 1, que coloca como ponto fundamental a parceria entre pesquisador e atores não acadêmicos para que a aplicação dos potenciais resultados seja de fato bem orientada.

Um exemplo de programa de financiamento induzido em termos de formato e não de temática, pois se trata de oportunidade a todas as áreas do conhecimento, é o Programa FAPESP de Pesquisa em Políticas Públicas²². O objetivo desse programa é a aplicação direta de ciência no aprimoramento das políticas públicas e em seus processos de gestão, que contribuam para o desenvolvimento sustentável do Estado e para a melhoria do bem-estar da sociedade. Além disso, a coprodução de conhecimentos em todas as fases do projeto, através da formação de novos grupos de pesquisa com parcerias e engajamento entre pesquisadores, gestores públicos, sociedade

22. <https://fapesp.br/politicaspUBLICAS>. Acesso em 19 jun. 2026.

civil e público-alvo, é considerada essencial para se chegar aos resultados almejados pelo programa. A premissa é de que a coprodução amplia a diversidade de olhares para o objeto de estudo (pesquisador e gestor) e incentiva um maior equilíbrio, aproximando os resultados de pesquisa aos problemas mais concretos da gestão pública. O projeto precisa demonstrar como a ciência poderá ter um papel importante para o fortalecimento das decisões da gestão pública.

No contexto internacional, um exemplo interessante de ser analisado é o do Conselho Europeu de Pesquisa – *Horizon Program* (*European Research Council*), apresentado no Plano Estratégico 2025–2027²³. O Plano Estratégico do “*Horizon Europe 2025–2027*” irá financiar pesquisa e inovação com foco nos principais desafios globais atuais, como mudança climática, perda de biodiversidade, transição digital e envelhecimento populacional. As três áreas onde o ERC orienta o financiamento são transição verde, transição digital e uma Europa mais resiliente, competitiva, inclusiva e democrática, e deixa claro que o plano estratégico fortalece ainda mais o direcionamento do financiamento (aumento de 10%) para tópicos relacionados à biodiversidade. As Políticas Públicas têm papel fundamental nestas três áreas, mas cabe ao pesquisador propor pesquisas em políticas públicas vinculadas aos temas estabelecidos pelo ERC na chamada.

V. Considerações Finais

Neste capítulo, foram apresentados aspectos importantes sobre o financiamento à pesquisa pelas agências de fomento nos cenários nacional e internacional. Foram também detalhados os elementos que devem compor os projetos de pesquisa destinados a captar tais recursos. Esses aspectos devem ser considerados por pesquisadores que buscam transformar suas ideias em objetivos de pesquisa claros e viáveis, alinhados às prioridades das agências, aumentando assim as chances de obtenção de financiamento e de geração de impactos acadêmicos e sociais significativos. Trata-se, portanto, de um guia prático e acessível para estudantes e pesquisadores em diferentes fases de sua trajetória acadêmica, contribuindo para o fortalecimento da ciência, no competitivo caminho da busca por recursos para a realização de pesquisas científicas relevantes, inovadoras, que resultem na produção e disseminação de conhecimentos teóricos e práticos transformadores. Afinal, este é um dos principais objetivos da ciência.

23. https://research-and-innovation.ec.europa.eu/funding/funding-opportunities/funding-programmes-and-open-calls/horizon-europe/strategic-plan_en#latest. Acesso em 28 set. 2025.

Quadro-síntese: recomendações para a submissão de projetos

A partir dos pontos discutidos ao longo deste capítulo, o quadro a seguir reúne, de forma sintética, recomendações que tendem a favorecer a aprovação de um projeto de pesquisa, bem como práticas que devem ser evitadas na elaboração e submissão da proposta.

Quadro 1 – O que fazer e o que evitar na submissão de projetos de pesquisa

Dimensão	O que fazer (favorece a aprovação)	O que evitar (pode prejudicar a aprovação)
Leitura do edital	Ler integralmente o edital antes de escrever, identificando perfil exigido, restrições e prioridades da chamada.	Enviar dúvidas pontuais à agência sem antes ler o edital completo; ignorar restrições de elegibilidade.
Adequação ao tipo de chamada	Identificar se a chamada é de demanda espontânea ou induzida e adequar o projeto (liberdade temática x alinhamento a temas/parcerias estratégicas).	Tratar demanda induzida como se fosse espontânea, ignorando temas, formatos ou parcerias exigidos pela chamada.
Ideia de pesquisa	Apresentar uma ideia clara, original e fundamentada em revisão do estado da arte, evidenciando a lacuna que será preenchida.	Apresentar formulações vagas, genéricas ou que repitam o que já é consenso na área sem indicar contribuição nova.
Roteiro/ estrutura	Seguir fielmente o modelo/roteiro fornecido pelo edital, quando existir.	Divergir do roteiro proposto sem justificativa explícita.
Narrativa	Construir uma narrativa atraente, com linguagem acessível, transições claras entre seções e recursos visuais (tabelas, esquemas) que apoiem a compreensão.	Usar jargões excessivos, seções desconectadas ou texto que seja excessivamente repetitivo.
Objetivos e metodologia	Apresentar objetivos claros, factíveis e explicitamente alinhados à metodologia proposta.	Propor objetivos desconectados da metodologia ou metodologia genérica, sem justificativa da escolha.
Dados a serem coletados	Especificar fonte, licença, formato, limitações e critérios de seleção dos dados (se secundários); detalhar etapas de produção (se primários).	Mencionar dados sem indicar disponibilidade/acesso, ou sem detalhar como serão tratados.

Continuação do quadro na página seguinte.

Cronograma	Apresentar tabela com início/fim de cada etapa, responsáveis e entregáveis, alinhada à metodologia e à disponibilidade dos dados.	Apresentar cronograma genérico, sem etapas precisas, responsáveis ou entregáveis claros.
Resultados esperados	Detalhar como a pesquisa contribuirá com conhecimento novo, problemas práticos e/ou benefícios para a sociedade.	Concentrar o texto apenas no referencial teórico e na metodologia, deixando os resultados esperados como item secundário ou genérico.
Riscos	Identificar riscos e ameaças ao planejamento da pesquisa proposta, com mecanismos de mitigação e monitoramento.	Omitir riscos, o que pode dar a impressão de que o projeto não foi pensado de forma realista.
Plano de gestão de dados	Incluir plano de gestão de dados: organização, armazenamento, proteção, compartilhamento, backup, formatos e documentação.	Tratar a gestão de dados como item burocrático, sem detalhamento, especialmente quando há dados sensíveis.
Plano de publicação	Descrever como os resultados serão publicados (acesso aberto, quando exigido) e incluir cronograma de produtos não acadêmicos (oficinas, vídeos, registros).	Ignorar exigências de ciência aberta da agência ou não prever produtos de comunicação além dos acadêmicos, quando relevantes.
Orçamento	Apresentar orçamento realista, justificado item a item, de preferência em tabela, proporcional ao escopo do projeto.	Solicitar recursos sem justificativa clara ou desproporcionais aos objetivos/metodologia propostos.
Equipe	Demonstrar de forma clara e resumida a <i>expertise</i> de cada membro, destacando o que é relevante para os objetivos do projeto.	Listar extensos currículos sem destacar os elementos-chave que justificam a participação de cada pesquisador.
Coprodução	Quando exigido ou valorizado, indicar coprodução com atores não acadêmicos.	Apresentar a pesquisa de forma isolada do contexto social quando a chamada valoriza explicitamente a coprodução.
Impacto social	Sempre enfatizar o potencial de impacto social/econômico.	Não apresentar possíveis impactos sociais gerados pelo projeto, ainda que indiretos.
Diálogo e revisão	Compartilhar versões do projeto com colegas e especialistas antes da submissão, incorporando feedbacks.	Submeter a primeira versão do texto sem revisão externa, perdendo a chance de antecipar críticas dos avaliadores.

Fonte: elaboração dos autores

Referências

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Manual of the American Psychological Association*. 7. ed. Washington, DC: APA, 2020.

Azevedo, F. et al. *Introducing a Framework for Open and Reproducible Research Training (FORRT)*. Disponível em: https://osf.io/bnh7p_v1. Acesso em: 28 set. 2025.

Bazeley, P. *Qualitative data analysis: Practical strategies*. 2. ed. London: SAGE, 2020.

Booth, W. C.; Colomb, G. G.; Williams, J. M. *The craft of research*. 4th ed. Chicago: University of Chicago Press, 2016.

Borgman, C. L. *Big data, little data, no data: Scholarship in the networked world*. Cambridge, MA: MIT Press, 2015.

Bueno, C.; Macharete, R.; Rodrigues, C. A.; Kamia, F.; Moreira, J.; Freitas, C. R.; Nascimento, M.; Gadelha, C. G. Global knowledge asymmetries in health: A data-driven analysis of the Sustainable Development Goals (SDGs). *Sustainability*, v. 17, 6449, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su17146449>.

Creswell, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução de Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Cash-gibson L, Rojas-Gualdrón DF, Pericàs JM, Benach J (2018) Inequalities in global health inequalities research: A 50-year bibliometric analysis (1966–2015). *PLOS ONE* 13(1): e0191901. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0191901>

IPEA. Capital privado não substitui investimentos públicos em pesquisa, por Carlos Henrique de Brito Cruz. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/videos/video/186-capital-privado-nao-substitui-investimentos-publicos-em-pesquisa-por-carlos-henrique-de-brito-cruz>. Acesso em: 09 set. 2025.

Jácome, C. P.; Ribeiro, L. M. R. (org.). *Histórias para descolonizar as ciências: intervenções feministas e antirracistas para educação crítica*. Santarém (PA): Edufopa, 2025.

OPEN SCIENCE TRAINING HANDBOOK. Introduction [repositório GitHub]. Disponível em: https://github.com/Open-Science-Training-Handbook/Open-Science-Training-Handbook_EN/tree/master/01Introduction. Acesso em: 28 set. 2025.

PROJETO MÉTRICAS. Desafios institucionais e perspectivas para avaliação responsável de pesquisa na educação superior brasileira. São Paulo: Brazil, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.7259475

Rangel, M.; Feres Jr., J.; Campos, L. A. Desigualdades na elite da Ciência Política brasileira. *Civitas*, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 564–582, 2019.

Rycroft-malone, J.; Graham, I. D.; Kothari, A.; Mccutcheon, C. Research coproduction: An underused pathway to impact. *International Journal of Health Policy and Management*, v. 13, p. 8461, 2024. DOI: 10.34172/ijhpm.2024.8461.



6 Produtos Técnicos e Tecnológicos: nova fronteira para produção e difusão de conhecimento

*Julia Ximenes
Ricardo Luiz Bueno
Lucas Moura Vieira*

I. Introdução

A Ciência Política oferece diversas possibilidades de estudo, pesquisa e análise, especialmente nos campos da gestão pública e das políticas públicas, que também são investigados por outras áreas das ciências humanas aplicadas, como administração, economia, direito, sociologia e serviço social.

A pesquisa na área de políticas públicas perpassa o estudo das soluções para o enfrentamento de problemas coletivos (Boullosa et al., 2021; do Amaral et al., 2023; Marques, 2010; Motta, 2022; Secchi, 2023), com uma dimensão de ação voltada à compreensão e solução de problemas, bem como a demandas da sociedade e do seu desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo (Souza et al., 2020).

Neste sentido, o desafio é construir um problema público (*problem oriented*) de pesquisa diante de novas gramáticas: problemas concretos, cada vez mais complexos, como as crescentes desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira (questões sociais e interseccionalidade), as crescentes demandas de participação, de transversalidade, a dinâmica e a atuação dos atores políticos, os conflitos, alianças e negociações (Boullosa et al., 2021; Marques, 2010; Secchi, 2023).

Por muito tempo a controvérsia epistemológica e metodológica no campo das ciências sociais se resumiu ao debate com as ciências da natureza, a partir de polêmicas como o empirismo, os critérios de cientificidade e a ênfase nas pesquisas quantitativas, especialmente na Ciência Política (Giddens et al., 1999; Porto & Dwyer, 2006; Sampaio & Paula, 2024).

Mais recentemente, o cientista político Herbert Simon (1980) propôs uma nova dicotomia entre as ciências da natureza e as ciências do artificial. Estas últimas têm como finalidade desenvolver artefatos capazes de melhorar a condição humana. Nessa perspectiva, diferentemente das ciências naturais — que se dedicam a compreender a realidade — as ciências do artificial aproximam teoria e prática ao construir, testar e interpretar artefatos, reduzindo ou mesmo eliminando a distância entre pesquisadores, pesquisados e os produtos gerados (dos Santos Carneiro & Almeida, 2019; Dresch et al., 2015; Lacerda et al., 2013). Trata-se de uma abordagem pragmática suportada pelo caráter geral da precedência da ação humana sobre o mundo e suas estruturas (Goldkuhl, 2012).

Contudo, nas últimas décadas o debate passou a incluir, também, a controvérsia entre o caráter acadêmico e a perspectiva profissional do conhecimento científico construído nos Programas de Pós-Graduação no Brasil, inclusive com as regras para criação dos primeiros programas profissionais na área da Ciência Política e Relações Internacionais (Mamede, 2023).

Assim, as pesquisas orientadas ao uso profissional possuem um critério adicional de qualificação: a compreensão de fenômenos com a finalidade de propor o enfrentamento de problemas públicos complexos (por exemplo, no estudo do binômio ensino-aprendizagem a discussão sobre quais das variáveis seria dependente ou independente), favorecendo a criação e o desenvolvimento de artefatos (por exemplo, *Policy Briefings*,

relatórios, guias e manuais, modelos analíticos tipo *dashboards* e etc.), como é apresentado pelo *Design Science* ou Ciência do Projeto, por intermédio do *Design Science Research* – DSR (Santos et al., 2018; Souza et al., 2020; Sposito et al., 2024). Esta perspectiva ou abordagem de pesquisa exige, também, a adesão ao paradigma interpretativista, em uma perspectiva construtivista do conhecimento, incluindo maior interação entre pesquisador e atores diversos. As capacidades desenvolvidas no DSR facilitam a reflexão e a análise de contextos complexos na solução de problemas (Denzin & Lincoln, 2006, 2011; Santos et al., 2018).

Apesar da origem do DSR ser em sistema de informação, a definição como uma ferramenta para “inventar, desenhar e construir novas formas de solução para problemas” (Venable et al., 2011), a complexidade dos problemas da área das ciências sociais aplicadas, que exigem cada vez mais o hibridismo e a bricolagem nas epistemologias e metodologias adotadas (Denzin & Lincoln, 2006; 2011) permite a sua incorporação na construção de produtos técnico-tecnológicos como o apresentado no presente artigo.

A complexidade da realidade social, política, jurídica e econômica tem demandado adaptações na construção do campo científico e acadêmico, buscando maior aproximação da realidade e dos problemas concretos. Este é o contexto da construção de Produtos Técnico-Tecnológicos (PTTs) no campo das ciências sociais e dos Mestrados e Doutorados Profissionais. O conhecimento científico nas ciências sociais precisa se adaptar para atender às demandas postas, buscando novos instrumentos e ferramentas que:

- a) Considerem diversos aspectos do problema;
- b) Utilizem diferentes disciplinas para a construção de um conhecimento inédito (transdisciplinar e interdisciplinar), e envolva diferentes atores interessados na solução de problemas complexos;
- c) Enfatizem a inovação, a partir de novos conhecimentos para a solução de novos problemas, mas buscando também a melhoria e a extrapolação.

É neste contexto, que surgem novos formatos de produção científica, atrelados a criação dos programas profissionais: os *Produtos Técnico-Tecnológicos (PTT)*. O caráter acadêmico dos programas tradicionais se apresenta na compreensão dos fenômenos, enquanto o profissional busca a intervenção na realidade, a solução de problemas públicos, relatos de experiência com avanço ou inclusão/exclusão de soluções conhecidas; dentre outros (Motta, 2022).

Buscaremos demonstrar como produtos técnicos e tecnológicos, em seus diversos formatos, podem e devem ser utilizados como instrumentos e/ou artefatos que possibilitam um maior impacto social e um maior potencial de contribuição para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas do que os produtos acadêmicos *stricto sensu*, incluindo o DSR como uma possibilidade metodológica para o campo (de Medeiros & Martins, 2024).

Dada a especificidade e o enfoque aplicado dos programas profissionais, a forma PTT pode ser mais adequada para atingir seus resultados e objetivos

do que o formato acadêmico tradicional. Não propomos substituir um formato pelo outro, nem defender a primazia dos PTT, mas destacar que, em certos contextos, essa forma se mostra mais apropriada, sobretudo pelo potencial de impacto que pode gerar. Esse impacto, por sua vez, não deve ser entendido apenas como instrumento de avaliação ou requisito formal, mas como a capacidade do produto de moldar a realidade em que se insere e promover melhorias efetivas.

II. Questões e desafios frequentes

Esta seção se dedica discutir as premissas e os principais desafios práticos e dúvidas recorrentes que os pesquisadores têm em relação aos produtos técnicos ou tecnológicos – PTTs.

Partimos da premissa de que a produção de conhecimento técnico é de natureza diferenciada, no contexto de produção de conhecimento técnico na qual a experiência profissional e o conhecimento conceitual se aliam na produção de artefatos e intervenções na realidade social por meio do processo do *design*. A pesquisa orientada pelo *design* é composta pelo *designer* (o pesquisador), o profissional em sua prática (gestores públicos) e pelo artefato (ferramenta ou modelo de atuação) com objetivo de gerar uma realidade melhor (Juuti & Lavonen, 2006). Para melhor compreender a pesquisa orientada pelo *design*, é necessário primeiro compreender o *design* como processo de ação humana.

O *design* é um processo de ação humana, intuitivo, fruto de um processo criativo, particularmente importante para as profissões como a medicina, o direito, a pedagogia, a engenharia etc. Projetar de forma mais intensiva em conhecimento é o núcleo central dessas profissões, baseando-se no conhecimento de um processo válido sobre como projetar soluções para problemas de campo de forma profissional, e com conhecimento substantivo válido sobre soluções alternativas para vários tipos de problemas de campo. Profissionais experientes internalizam profundamente a ciência do *design* de sua disciplina e à medida que sua disciplina se desenvolve, eles ampliam seu repertório por meio da reflexão sobre suas ações que geram o tipo de conhecimento específico aos PTTs (Van Aken, 2005, 2007).

Desta maneira, quando os pós-graduandos se deparam com o desejo ou a necessidade de produzir conhecimento baseados em *design* surgem dúvidas que decorrem tensão desse novo paradigma, a ciência do artificial, frente a ciência normal sendo as mais frequentes:

- A – Se, como e onde poderão publicá-los?
- B – Quais critérios são empregados para mensurar sua relevância?
- C – Como avaliar os distintos níveis de complexidade?
- D – O que são e como produzir um relato técnico ou tecnológico?

O Produto tecnológico é um “objeto tangível” com elevado grau de novidade fruto da aplicação de novos conhecimentos científicos, técnicas e expertises desenvolvidas no âmbito da pesquisa na PG, usados diretamente na solução de problemas de empresas produtoras de bens ou na prestação de serviços à população visando o bem-estar social. Apesar do caráter tecnológico, o quadro referencial e o método científico são requisitos essenciais (Van Aken, 2005, 2007).

Além da recorrente confusão, por parte dos programas, docente e discentes, em relação aos tipos de PTT considerados para fins de avaliação, outro elemento que se apresenta aos pós-graduandos do campo de públicas, sobretudo daqueles oriundos de programas profissionais, é conhecer quais tipos de produtos estão alinhados ao programa e quais são os seus critérios de execução e avaliação.

Assim, as pesquisas orientadas ao uso profissional teriam como critério de qualificação, a finalidade de propor o enfrentamento de problemas, oferecendo soluções novas a problemas ou a aplicação de uma solução conhecida para um problema novo, como discutido em Motta (2017). Dos vinte e um tipos de PPTs classificados pela Capes, a Área de CP&RI considera dezenove, tais soluções podem ser apresentadas como: (a) projeto ou proposta de caráter inovador; (b) relatórios parciais ou conclusivos em uma das subáreas; (c) sistemas (também softwares); (d) propostas metodológicas (inclusive para pesquisa); (e) manuais de operação; (f) material instrucional (somam-se didáticos), dentre outros.

Os resultados desses produtos devem apresentar alguma contribuição nova para que possam ser caracterizados como extrapolação, melhoria ou inovação. A extrapolação retrata soluções conhecidas aplicadas a novos problemas; a melhoria representa novas soluções para problemas conhecidos; a inovação, neste contexto, trata de novas soluções para novos problemas (Motta, 2017).

Esses trabalhos por terem formatos distintos, também encontrarão vias específicas de divulgação, tendo em vista o público ao qual se destinam. Por conseguinte, uma avaliação de política (em uma das subáreas) ou evento social poderá ser publicada em formato de Nota Técnica disponível ou não em sítio digital da entidade pública ou da sociedade civil demandante da análise e deve ser consumida pelos interessados na sociedade ou agentes públicos (praticantes). Porém, se o interesse for dirigir o debate para a esfera acadêmica o formato mais adequado passa a ser o de artigo e neste sentido terá um formato similar aos artigos de pesquisa empírica, ampliando o debate dos praticantes para os acadêmicos.

De forma diversa dos tradicionais produtos bibliográficos que contam com uma sistemática bem estabelecida de avaliação que buscam articular a relevância da produção e seu impacto em uma dada comunidade epistêmica. Para os produtos técnicos ou tecnológicos a Capes orienta uma avaliação multidimensional a fim de capturar aspectos chave dos PTTs que foram definidos como: aderência, impacto, aplicabilidade, inovação e complexidade. Esses serão os elementos aos quais os pesquisadores deverão dedicar sua atenção.

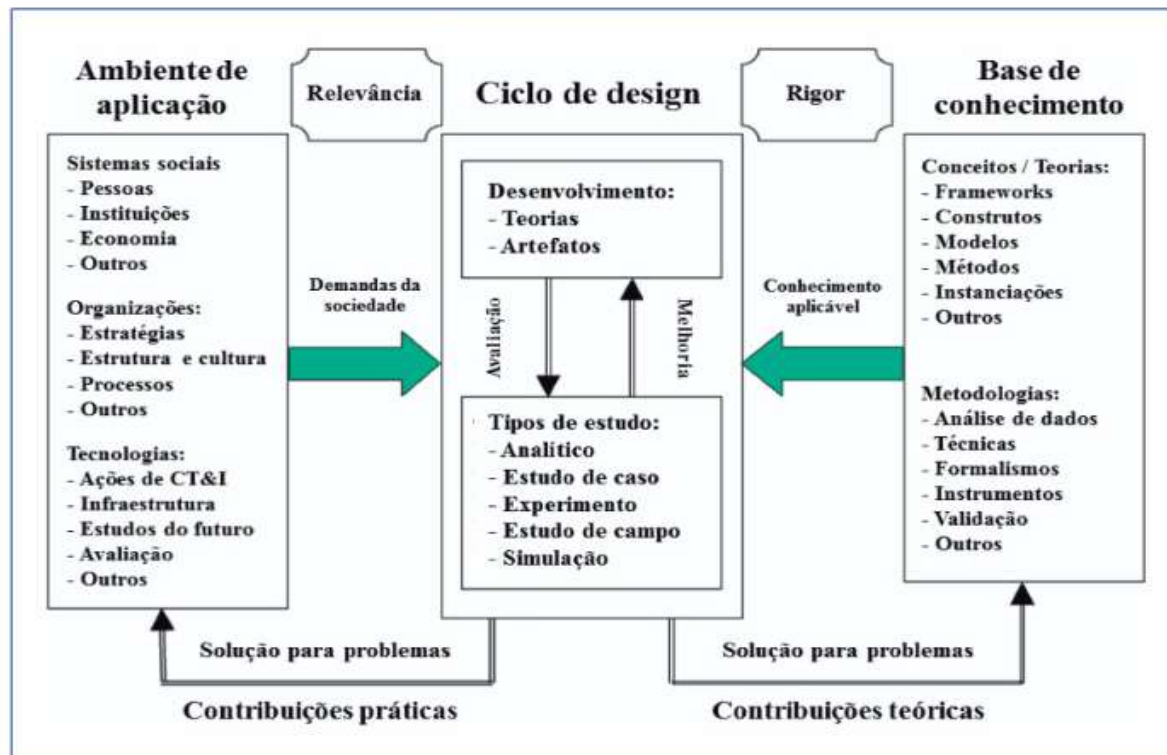
Biancolino et al. (2012) propuseram um protocolo para estruturação de projetos de pesquisa aplicada baseando-se na *Design Science Research*, sugerindo que esses trabalhos deverão apresentar uma clara situação problema, uma proposta em relação ao problema, os mecanismos adotados e os resultados esperados ou obtidos. A aderência do DSR às necessidades institucionais e sociais ocorre em função da aplicabilidade, difusão, comunicação e consequências para resolução de problemas (Sposito et al., 2024; Venable et al., 2011).

Souza, Souza & Zambalde (2020) sintetizam as sete diretrizes principais da *Design Science* propostas por Allan Hevner (2004):

- A – *design* como um artefato;
- B – relevância do problema;
- C – contribuição da pesquisa;
- D – rigor científico;
- E – *design* como um processo;
- F – avaliação do projeto; e
- G – comunicação da pesquisa.

O critério (A) refere-se a ideia de que a pesquisa deve desenvolver um artefato viável, que pode ser de tipos distintos, como um modelo, um método ou um constructo, entre outros. A relevância (B) está ligada à noção de que o objeto da pesquisa deve estar conectado ao desenvolvimento de soluções para problemas relevantes e importantes. As contribuições da pesquisa devem ser claras e verificáveis (C). A aplicação de métodos rigorosos de pesquisa é essencial no processo de elaboração e avaliação do artefato (D). A busca por um artefato efetivo (E) requer a utilização dos meios disponíveis para atingir os os fins desejados. A utilidade, qualidade e eficácia (F) do artefato deve ser demonstrada por um processo rigoroso de avaliação. Por fim, os artefatos devem ser divulgados de forma eficaz para o seu público-alvo (G).

Nesse sentido, os autores considerando as diretrizes e três ciclos principais: (a) relevância; (b) rigor e (c) *design* propõem um modelo para pesquisas orientadas pela *Design Science*, conforme apresentado na Figura I.

Figura 1 – Modelo para pesquisas orientadas pela Design Science

Fonte: adaptação por Souza et al. (2020).

Além desses critérios na pós-graduação o pesquisador deve garantir a aderência evidenciando que o PTT teve origem nas atividades oriundas das linhas de pesquisas, inovação, desenvolvimento tecnológico e projetos vinculados a estas linhas e área de concentração do Programa ao qual está vinculado, tal como modelo acima que faz uma representação da DSR para compreensão, execução e avaliação orientada pelo *design* das Políticas Públicas.

O próximo ponto de atenção do pesquisador se refere ao impacto do PTT, que se relaciona com as mudanças ou transformações causadas pelo produto técnico e tecnológico no ambiente (organização, comunidade, localidade, etc.) em que o mesmo está inserido. Para avaliar tal critério é importante entender o motivo de sua criação, onde a questão do demandante assume grande relevância, e deve estar claro qual o foco de aplicação do produto, permitindo assim avaliar em qual(is) área (s) as mudanças poderão ser percebidas. Assim deve detalhar informações como: origem da demanda, objetivo (ie. diagnóstico, experimentação, solução e etc.), bem como a área impactada: social, econômica, jurídica e etc.

Em terceiro lugar, os pesquisadores devem observar a aplicabilidade que se refere a facilidade com que se pode empregar o Produto para atingir os objetivos específicos e sua possibilidade de ser extrapolado a outros contextos. Assim, avalia-se se o produto foi de fato aplicado e se o mesmo pode ser adaptado, mixado ou transferidos a outros contextos. Por exemplo, uma nova tecnologia de análise de dados que pode ser empregada na realidade fática, e em diversas áreas, organizações ou comunidades. Entende-se que uma produção que possua alta aplicabilidade, apresentará uma abrangência

elevada, ou que poderá ser potencialmente elevada, incluindo possibilidades de replicabilidade como produção técnica.

O próximo elemento de reflexão do pesquisador é o caráter inovador do Produto que deve refletir as vocações dos programas e as singularidades das quatro subáreas: Ciência Política, Relações Internacionais, Políticas Públicas e Estudos Estratégicos/Estudos de Defesa. Assim considera-se a capacidade de um produto expressar e implementar novas abordagens epistemológicas, ideias ou metodologias que ampliem as fronteiras do conhecimento, em resposta a desafios. Portanto, o caráter inovativo do PTT é avaliado a partir dos seguintes aspectos: a concepção de perguntas e problemas inéditas/inovadores no campo de pesquisa e/ou a necessidades sociais; o potencial para aplicação de novas técnicas/ inovação no desenho de pesquisa, instrumentos e técnicas; e o impacto teórico-epistemológico, metodológico e empírico que abre novos caminhos e/ou consolida avanços na área.

Por outro lado, o grau de inovatividade do produto será caracterizado em função da densidade de conhecimento inédito e no grau de maturidade do desenvolvimento do produto, podendo ser de alto teor inovativo – com base em conhecimento inédito; médio teor inovativo – quando empregar uma combinação de conhecimentos preestabelecidos; baixo teor inovativo – quando adaptar conhecimento existente; ou sem inovação aparente.

O último aspecto de atenção e dúvida dos autores de PTTs refere-se à complexidade e como avaliá-la. A Capes define a complexidade como uma propriedade associada à diversidade de atores, relações e conhecimentos necessários à elaboração e ao desenvolvimento de produtos técnico tecnológicos, sendo classificada em:

- a) alta: desenvolvido com sinergia ou associação de diferentes tipos de conhecimento e interação de múltiplos atores (laboratórios, empresas, etc.). Há multiplicidade de conhecimento, identificável nas etapas/passos e nas soluções geradas associadas ao produto, bem como demanda a resolução de conflitos cognitivos entre os atores partícipes.
- b) média: Resulta da combinação de conhecimentos pré-estabelecidos e estáveis nos diferentes atores (laboratórios, empresas etc.).
- c) baixa: Resulta de desenvolvimento baseado em alteração/adaptação de conhecimento existente e estabelecido sem, necessariamente, a participação de diferentes atores.

Assim retomando o exemplo inicial da organização de um evento que compreenda a articulação de uma rede de atores de distintas instituições, mas não avance na integração de distintas áreas ou subáreas seria de média complexidade. De outro modo, um relatório conclusivo de política pública que tenha o envolvimento de múltiplos *stakeholders*, mobilizando de forma identificável distintos conhecimentos poderiam ser considerados de alta complexidade. A diferença entre os exemplos demonstra o quanto o nível de complexidade, atrelada ao DSR, pode influenciar na construção do PTT como artefato, ou seja, não a solução ótima, mas a mais eficaz,

atingindo objetivos e resolvendo problemas do cotidiano (Souza et al., 2020; Sposito et al., 2024).

A próxima seção será dedicada a apresentar e discutir limites e possibilidades de modelos para os produtos técnicos ou tecnológicos.

III. Exemplos práticos e recomendações

Diante das características apontadas, esta seção apresentará quatro exemplos de Produtos Técnico-Tecnológicos que apresentam artefatos para a solução de problemas reais, atendendo aos requisitos de complexidade, caráter inovador e impacto.

Os resultados nem sempre são produtos ou artefatos físicos, mas incluem o conhecimento e a capacidade analítica transferida aos participantes e diferentes atores envolvidos, na perspectiva do *Design Research* (Santos et al., 2018) mencionada anteriormente. O problema público é complexo e os resultados apresentados para os problemas podem ser replicáveis em outros contextos. Ademais, os ciclos de relevância, *design* e rigor foram observados (Souza et al., 2020).

a) Observatório de Gastos Públicos

Este produto é uma proposta de intervenção desenvolvida como um projeto de extensão universitária que busca promover a cidadania fiscal e o controle social. O problema público é a dificuldade da população para acessar, interpretar e usar criticamente os dados sobre gastos públicos, apesar da existência de leis e portais de transparência.

A natureza do produto é de tecnologia social, como uma plataforma de letramento digital aplicada à gestão pública, pois “traduzem” a tecnicidade dos dados existentes em bases de dados governamentais para linguagem acessível.

Trata-se de um artefato no formato de estratégia educativa inovadora que integra os campos da educação fiscal, análise orçamentária e engajamento cívico, com base na articulação de diversos atores. A proposta de uso formativo dos dados públicos está alinhada ao conceito de “inovação social pública”, entendido como a criação de soluções baseadas em evidências e orientadas ao bem comum.

b) Caixa de Ferramentas

O documento foi construído no âmbito de uma tese de doutorado sobre a interseccionalidade nas políticas culturais, cujo objetivo é oferecer um conjunto estruturado de bases normativas, conceitos, diretrizes e exemplos de instrumentos e ferramentas para políticas públicas afirmativas no setor audiovisual brasileiro. O conteúdo é voltado para gestores públicos, pesquisadores e profissionais do audiovisual.

Trata-se de um manual ou um kit de ferramentas que sistematiza o conhecimento para a formulação de políticas públicas, apresentando

instrumentos, técnicas e ferramentas disponíveis para o desenho de políticas culturais que respeitem a interseccionalidade.

A partir de exemplos, o manual orienta as possibilidades para o gestor público, estadual e municipal, desenhar políticas públicas interseccionais. Neste sentido, o impacto ultrapassa o caráter acadêmico e alcança as dificuldades dos entes subnacionais na implementação de políticas públicas interseccionais, ampliando as capacidades institucionais através da formação continuada autônoma e informal dos gestores públicos. Um artefato inserido na complexa realidade do federalismo brasileiro.

c) Relatório Técnico Conclusivo sobre dados culturais

O produto foi construído como um artigo de caráter técnico-tecnológico a partir da carência histórica de dados culturais em municípios de pequeno e médio porte no Brasil. Esta ausência de dados dificulta o planejamento de políticas públicas eficazes e a participação social. Portanto, se enquadra em uma tecnologia social, buscando fortalecer a relação entre academia, Poder Público e sociedade, capacitando os próprios agentes públicos.

A metodologia foi qualitativa e baseada em três fases: pesquisa exploratória com questionários, análise documental de editais e repasses de recursos, e entrevistas em profundidade com diversos agentes culturais (artistas, produtores, gestores, patrocinadores e consumidores).

O diagnóstico contou com a participação da comunidade local em todas as etapas, desde a coleta de dados até a discussão dos resultados combinando técnicas de pesquisa como questionários exploratórios, análise documental e entrevistas em profundidade.

d) Análise da implementação do *Sandbox* regulatório no Brasil

A tese de doutorado apresentou como produto um *framework* analítico como ferramenta diagnóstica para avaliação dos pontos fortes e lacunas nos programas de *sandbox* existentes; e com uma função preditiva/normativa, como um roteiro estruturado para o desenho de novos *sandboxes*. O PTT foi apresentado como contribuição final da investigação, que incluiu o levantamento das melhores práticas internacionais e nacionais, com o diagnóstico das especificidades e fragilidades do processo de implementação de *sandbox* regulatórios na Agências Regulatórias brasileiras. Trata-se de um artefato inserido na realidade regulatória inovadora do *sandbox*.

Para ilustrar a análise dos exemplos a Tabela 1 apresenta o nível de complexidade, inovação e impacto de cada um dos Produtos/artefatos. O nível de complexidade foi avaliado a partir da conscientização sobre o

problema levantado, envolvendo vários atores e saberes²⁴; a inovação inclui o desenho e o resultado encontrado, efetivamente direcionado à construção de um artefato para solução de problemas complexos²⁵; e por fim o impacto, que implica na organização de componentes do ambiente interno para atingir objetivos no ambiente externo²⁶ (Lacerda et al., 2013).

Tabela 1 – Nível de complexidade, inovação e impacto

Produto	Complexidade	Inovação	Impacto
Observatório	Alto conhecimentos e outros atores	Alto Desenho da pesquisa	Alto Novas práticas e diferentes atores
Caixa de Ferramentas	Médio conhecimentos	Alto Resultado	Alto Formulação de PP
Relatório	Médio conhecimentos	Alto Desenho e resultado	Alto Contribuição
Framework	Médio conhecimento	Alto Desenho e Resultado	Alto contribuição para diferentes atores

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Os quatro exemplos estão alinhados ao *Design Research* explicitado anteriormente. Eles não se limitam a explicar, descrever ou explorar um problema de pesquisa. Os produtos estão inseridos na complexidade das demandas públicas e reais, apresentando com rigor e relevância quatro artefatos.

O presente artigo consiste em um relato acadêmico e metarreflexivo sobre os PTTs, não se enquadrando como um PPT em si. Nele demonstramos

24. Um produto de alta complexidade é aquele que possui alto grau de conscientização sobre o problema apresentado e que mobiliza vários atores e vários saberes. O produto de média complexidade demonstra boa compreensão sobre o problema e mobilizada um conjunto limitado de atores e saberes. Por sua vez, o produto de baixa complexidade é aquele que demonstra uma compreensão limitada sobre o problema e não mobiliza poucos atores e saberes para a sua solução.

25. O grau de inovação de um produto pode ser classificado em três níveis (alto, médio e baixo), de acordo com os seguintes critérios: É alto o grau de inovação de um produto desenvolvido com base em conhecimento inédito. O grau é médio quando produto é desenvolvido com base na combinação de conhecimentos pré-estabelecido. E o grau de inovação é baixo quando o produto é desenvolvido com base na adaptação de conhecimento existente.

26. O impacto de um produto está relacionado ao seu potencial de apropriação por organizações públicas, organizações privadas e sociedade civil. O grau alto de impacto está ligado à capacidade concreto que o produto teve de impactar, em alguma medida, as atividades, concepções e relações de atores e instituições. O grau médio de impacto está ligado ao potencial que o produto possui de impactar, em alguma medida, as atividades, concepções e relações de atores e instituições. Enquanto o produto de baixo impacto é aquele que não gera impacto observável em atores e instituições.

como a metodologia associada à pesquisa em *Design Science* é pertinente e viável no campo das políticas públicas, e especialmente em mestrados e doutorados profissionais. Isto porque o avanço de métodos e técnicas nem sempre foi acompanhado pela capacidade para resolver problemas práticos e reais. Os exemplos apresentados permitem combinar métodos de pesquisa para o desenho efetivo e direcionado a Produtos/artefatos que solucionem problemas reais, construindo um conhecimento útil à sociedade.

Esta é a natureza dos Produtos Técnico-Tecnológicos dos mestrados e doutorados profissionais: artefatos que realizam objetivos a partir da conscientização de problemas reais, observando relevância e rigor científico.

Referências

Biancolino, C.A., Kniess, C.T. & Maccari, E.A. et al. (2012) Protocolo para elaboração de relatos de produção técnica. *Revista de Gestão e Projetos*, 3(2), pp. 294–307. DOI: 10.5585/gep.v3i2.121

Boullosa, R.F., Peres, J.L.P. & Bessa, L.F.M. (2021) Por dentro do campo: uma narração reflexiva dos estudos críticos em políticas públicas. *Organizações & Sociedade*, 28(97), pp. 306–332. DOI: 10.1590/1984-92302021v28n9704PT

de Medeiros, M.S. & Martins, T.C. (2024) Design Science Research (DSR) como método de pesquisa em políticas públicas. *Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais*, 10(3). DOI: Disponível em: 10.59356/doi.missoes.v10i3.267

Denzin, N.K. & Lincoln, Y.S. (2006) *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed.

Denzin, N.K. & Lincoln, Y.S. (2011) *The Sage handbook of qualitative research*. 4th ed. Thousand Oaks, CA: Sage.

do Amaral, O.M.E., Alves Soares, S. & Cecília Rodrigues de Almeida, C. (2023) *Área 39: Ciência Política e Relações Internacionais*. Brasília: Ministério da Educação.

dos Santos Carneiro, L.E. & Almeida, M.B. (2019) Design Science: estudo de um campo teórico. *Brazilian Journal of Information Science*, 13(3), pp. 68–80. DOI: Disponível em: 10.36311/1981-1640.2019.v13n3.06

Dresch, A., Lacerda, D.P. & Miguel, P.A.C. (2015) A distinctive analysis of case study, action research and design science research. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 17(56), pp. 1116–1133. DOI: 10.7819/rbgn.v17i56.2069

Giddens, A., Turner, J. & Sousa, G.C.C. (1999) *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora Unesp.

Goldkuhl, G. (2012) Pragmatism vs interpretivism in qualitative information systems research. *European Journal of Information Systems*, 21(2), pp. 135–146. DOI : 10.1057/ejis.2011.54

Hevner, A.R., March, S.T. & Park, J. et al. (2004) Design science in information systems research. *MIS Quarterly*, 28(1), pp. 75–105. DOI : Disponível em: 10.2307/25148625

Juuti, K. & Lavonen, J. (2006) Design-based research in science education: one step towards methodology. *Nordic Studies in Science Education*, 2(2), pp. 54–68. DOI: Disponível em: 10.5617/nordina.424

Lacerda, D.P., Dresch, A. & Proença, A. et al. (2013) Design Science Research: método de pesquisa para a engenharia de produção. *Gestão & Produção*, 20(4), pp. 741–761. DOI: 10.1590/S0104-530X2013000300015

Mamede, W. (2023) O relatório técnico do grupo de trabalho de produção técnica da CAPES: uma visão crítica. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 28, e023022. DOI: 10.1590/S1414-40772023000100034

Marques, E.C.L. (2010) As políticas públicas na Ciência Política. In: Marques, E.C.L., Faria, C.A.P. (org) A política pública como campo multidisciplinar. São Paulo: UNIFESP, 2013, pp. 23–46.

Motta, G.S. (2017) Como escrever um bom artigo tecnológico? *Revista de Administração Contemporânea*, 21(5), pp. 4–8.

Motta, G.S. (2022) O que é um artigo tecnológico? *Revista de Administração Contemporânea*, 26(3), pp. 1–8.

Porto, M.S.G. & Dwyer, T. (2006) *Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI*. Brasília: Editora UnB.

Ribeiro, R.J. (2005) O mestrado profissional na política atual da Capes. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 2(4), pp. 8–15.

Ribeiro, R.J. (2006) Ainda sobre o mestrado profissional. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 3(6), pp. 7–16.

Sampaio, R.C. & Paula, C. de (2024) *Manual de introdução às técnicas de pesquisa qualitativa em ciência política*. Brasília: ENAP.

Santos, G.F.Z., Koerich, G.V. & Alperstedt, G.D. (2018) A contribuição da design research para a resolução de problemas complexos na administração pública. *Revista de Administração Pública*, 52, e20170014. DOI: 10.1590/0034-761220170014

Secchi, L. (2023) O que faz uma boa pesquisa em política pública? In: M.L. Emmendoerfer & B.M.A. Gomes (orgs.) *Métodos qualitativos para análise de políticas públicas*. Salvador: Motres.

Simon, H.A. (1980) Cognitive science: the newest science of the artificial. *Cognitive Science*, 4(1), pp. 33–46. DOI: 10.1207/s15516709cog0401_2

Souza, D.L.D., Souza, T.A.D. & Zambalde, A.L. (2020) Pesquisa acadêmica e avanços em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I): uma proposta de aproximação pela Design Science. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(4). DOI: 10.1590/1679-395120190039

Sposito, L., Enobe, E.C. & de Lima, A.A. et al. (2024) Design Science Research: um estudo sobre o ensino do método. *Revista Ciências Administrativas*, 30, e13989. DOI: 10.5020/2318-0722.2024.30.e13989

Van Aken, J.E. (2005) Valid knowledge for the professional design of large and complex design processes. *Design Studies*, 26(4), pp. 379–404. DOI: 10.1016/j.destud.2004.11.004

Van Aken, J.E. (2007) Design science and organization development interventions: aligning business and humanistic values. *The Journal of Applied Behavioral Science*, 43(1), pp. 67–88. DOI: 10.1177/0021886306297761

Venable, J.R., Pries-Heje, J. & Bunker, D. et al. (2011) Design and diffusion of systems for human benefit: toward more humanistic realisation of information systems in society. *Information Technology & People*, 24(3), pp. 208–216. DOI: 10.1108/09593841111158327

II

PARTE II - ESCRITA DO TEXTO CIENTÍFICO

II

7 A construção de conceitos na Ciência Política

Soraia Marcelino Vieira
Juan Vicente Bachiller

I. Introdução

A Ciência Política tem como finalidade descrever e explicar de maneira objetiva e sistemática os fenômenos políticos. Para isso é essencial o uso de conceitos, unidades básicas do pensamento que captam significados abstraídos da observação empírica. Eles são utilizados como as ferramentas fundamentais para compreender os elementos mais relevantes da realidade política e social, analisar suas interações com outros fatores, formular hipóteses e construir teorias. Este texto discute os conceitos na Ciência Política, a importância de seu uso preciso e os procedimentos adequados para sua definição e operacionalização.

Os conceitos operam como construções intelectuais derivadas da observação empírica da realidade, permitindo estabelecer generalizações ao relacionar fenômenos específicos com outros da mesma natureza. Na Ciência Política eles delimitam fenômenos políticos e permitem sua análise sistemática, tal como ocorre em outras ciências que se valem de conceitos universais. Portanto, sua definição operacional deve ser empiricamente verificável e estar logicamente estruturada dentro de uma teoria científica mais ampla, de acordo com Carl Hempel (1952). Dessa forma, distinguem-se dos conceitos metafísicos, normativos ou subjetivos, que não possibilitam explicações sistemáticas e válidas do mundo real por meio do método científico. No entanto, apesar da pretensão de universalidade desse método, há uma perspectiva que enfatiza o caráter interpretativo do estudo da sociedade e da política (Bevir & Kedar, 2008). A partir dessa visão, a formação de conceitos na Ciência Política não se limitaria à operacionalização, isto é, à definição de um termo para um fenômeno político e à delimitação de suas dimensões e indicadores com vistas à medição, comparação e inferência estatística. Os conceitos utilizados na ciência política podem também ter origem na filosofia e na teoria política, desempenhando um papel fundamental na interpretação simbólica das interações sociais dos indivíduos no contexto político.

Dessa forma, a linguagem com que o cientista político interpreta a realidade política é composta, entre outros elementos, de conceitos com um referente empírico, elaborados segundo os princípios do método naturalista. As definições operacionais dos conceitos políticos permitem a realização de análises descritivas e inferenciais, possibilitando o uso de ferramentas estatísticas, estudos comparativos e estudos de caso para aprofundar a compreensão dos fenômenos políticos. Por outro lado, a Ciência Política também emprega conceitos que são mais abstratos e de difícil apreensão, como “legitimidade”, “justiça social” e “deliberação”. Eles são amplamente utilizados em estudos de caráter qualitativo e interpretativo, alinhados a uma tradição mais humanista do que naturalista, que considera a função das ciências sociais como a reconstrução dos significados das interações simbólicas entre os seres humanos. Essa abordagem caracteriza-se pelo uso de conceitos fundamentais para áreas como as relações internacionais, os enfoques historiográficos, as teorias críticas e, de maneira geral, a teoria política.

Independentemente de sua natureza, os conceitos devem ser rigorosamente definidos pelo cientista político ao estruturar o marco teórico de sua pesquisa. Nesse processo, é essencial evitar ambiguidades, imprecisões e o chamado esticamento conceitual – desafios recorrentes em qualquer campo do conhecimento científico. Além disso, o cientista político enfrenta um obstáculo particular: a ausência de monopólio sobre os termos que descrevem a realidade política. O próprio debate político, um dos elementos centrais de seu objeto de estudo, é permeado por conceitos frequentemente utilizados com finalidades ideológicas ou estratégicas. Assim, distinguir entre o uso político dos conceitos e sua construção metodológica representa um desafio adicional na pesquisa em Ciência Política. Ignorar essa distinção pode comprometer tanto a validade quanto a confiabilidade das análises produzidas. Para colaborar na superação deste desafio, este trabalho, de caráter ensaístico, faz uma revisão da literatura relevante para a temática apresentando exemplos reais.

Este texto está organizado em quatro tópicos, e no primeiro destacam-se os desafios centrais da construção conceitual. No segundo apresentam-se as principais contribuições para a formulação de conceitos na disciplina. O terceiro apartado discute a operacionalização dos conceitos e no último tópico são apresentadas algumas lições práticas.

II. Os desafios na elaboração de conceitos na Ciência Política

Os conceitos são elementos fundamentais do método científico e, no caso específico da Ciência Política, são ferramentas para capturar fenômenos políticos que, sem eles, permaneceriam inacessíveis à observação direta. Um exemplo é o difuso sentimento de mal-estar com os regimes democráticos, caracterizado pela insatisfação dos cidadãos com seus representantes e instituições políticas. Empiricamente, esse fenômeno se observa de diversas formas ao redor do mundo: o aumento da abstenção e a queda na participação eleitoral, o baixo engajamento em partidos políticos e movimentos sociais, entre outros. Em alguns casos, esse descontentamento pode resultar em protestos, mas de maneira fragmentada e desarticulada, sem um eixo claro de mobilização coletiva. Um conceito amplamente utilizado para englobar essa realidade é “desafeição política” (Torcal & Montero, 2006). Esse termo descreve a progressiva desvinculação dos cidadãos em relação aos atores e processos da democracia liberal, manifestando-se na redução da participação política em diversas formas, na crescente desconfiança em relação às instituições e regras do jogo político, e na percepção generalizada de falta de representatividade.

Quando um conceito está devidamente definido e operacionalizado (com dimensões, variáveis e indicadores claramente estabelecidos) ele permite tornar visível uma realidade política que, embora preexistente, era difícil de captar de forma sistemática. Ao transformar essa realidade em um conceito empírico, abre-se a possibilidade de relacioná-lo a outros

conceitos e variáveis, formulando hipóteses e questões de pesquisa. Por exemplo, pode-se investigar se a “precariedade social” é um fator causal da desafeição política ou se a desafeição política contribui para o surgimento de “movimentos políticos populistas”.

O desafio central do cientista político ao elaborar conceitos reside, portanto, em transformar fenômenos difusos da realidade política em conceitos observáveis e mensuráveis. Nesse percurso, ele enfrenta uma série de obstáculos metodológicos, sendo o primeiro deles a necessidade de diferenciar entre os conceitos espontâneos e científicos. No início do século XX, Lev Vygotsky (1986 [1934]) desenvolveu a diferença entre ambos, estabelecendo que, enquanto os primeiros eram formados através de interações socioculturais cotidianas, os segundos dependiam de operações sistemáticas na busca da abstração e da generalização. Aplicado à Ciência Política, é possível afirmar que conceitos utilizados comumente pela sociedade com um determinado significado, por exemplo “burocracia”, atuação das administrações públicas marcadas por regras disfuncionais e empecilhos, muda radicalmente quando empregamos a definição científica fornecida por Max Weber: a condução dos assuntos públicos através de critérios racional-legais.

Essas interações socioculturais também podem afetar a definição dos conceitos políticos, quando através da história, são configurados diferentes contextos que geram distintos significados. O conceito “liberal”, tem diferentes interpretações se aplicado aos Estados Unidos ou à Europa e América Latina. Trata-se de uma diferença sincrônica, pois o mesmo conceito tem significados diferentes em distintas áreas geográficas ao mesmo tempo. A denominada “História dos Conceitos”, desenvolvida, entre outros, por Reinhart Koselleck (2002) estabelece que as principais diferenças acontecem ao longo do tempo, sendo que os conceitos são recipientes de experiência histórica, e seu significado muda por estarem moldados pelas transformações sociais. Bernard Manin (1997) oferece um bom exemplo dessa mutação ao desenvolver o conceito de “representação política”, inicialmente ligado a uma visão aristocrática e elitista ao acesso aos cargos parlamentares, e posteriormente considerado como a mola mestra do governo do povo.

O pesquisador deve se atentar, primeiramente, à transformação do conceito político em uma linguagem científica e posteriormente enfrentar às indeterminações na linguagem sob a forma de imprecisão e ambiguidades na definição conceitual. A imprecisão conceitual acontece quando a definição de um conceito é difusa, quando não há uma correta caracterização dos limites e casos em que pode ser aplicado. Por exemplo, se queremos avaliar a relação entre renda e preferência eleitoral e formulamos a hipótese de que “existe maior propensão dos ricos votarem em partidos de direita”, no mínimo a primeira variável está imprecisamente formulada, pois não fica claro quem entra ou não nessa categoria. O problema deverá ser resolvido definindo com maior precisão o conceito, por exemplo “5% dos eleitores com maior renda”, com uma delimitação explícita.

A ambiguidade, por sua vez, acontece quando um termo pode ter mais de um significado. Provavelmente, o caso mais paradigmático na Ciência Política é “democracia”, pois pode fazer referência à democracia direta, à democracia participativa, à democracia representativa etc. O correto, portanto, é desfazer essa ambiguidade e, se por exemplo estamos falando que “aumentar as consultas populares aprofunda os fundamentos da democracia”, é necessário explicitar que estamos falando da acepção participativa, nesse caso os seus fundamentos representativos não estariam influenciados por estas práticas.

Ambiguidade e imprecisão conceitual são desafios comuns para qualquer campo do conhecimento, enquanto o esticamento conceitual é, de acordo com Giovanni Sartori (1970), um problema inerente à Ciência Política. Esse acontece quando o pesquisador aplica o conceito para casos que não encaixariam plenamente na definição do conceito e, ao ampliar os limites dele, dilui a sua precisão analítica. Por exemplo, os conceitos “patrimonialismo” e “clientelismo” são similares, ambos fazem referência a processos de aparelhamento da administração pública. Porém, enquanto o primeiro é originado nas práticas das monarquias absolutas prévias às revoluções liberais, o segundo tem a sua origem nos partidos políticos, instituições características dos regimes democráticos surgidos dessas revoluções.

O problema do esticamento conceitual não é originado simplesmente por falhas na aplicação do método científico. Ele também ocorre no uso político da linguagem, como, por exemplo, aplicar o termo “golpe de Estado” às crises de governo dentro dos presidencialismos latino-americanos, pois trata-se de uma estratégia empregada na luta política para ativar a capacidade conotativa dos conceitos, para evocar significados além da sua definição literal. Essa aplicação distorce o real significado do termo, construído ao longo de décadas de pesquisa e debate acadêmico. Mesmo sendo uma prática legítima do debate público, o cientista político deve estar atento para não se deixar levar por suas afinidades políticas, buscando empregar os conceitos com objetividade e rigor. As quedas presidenciais na América Latina, por exemplo, têm sido discutidas e classificadas por autores como Perez-Liñan (2007) e Llanos (2023) que buscam analisá-las de uma perspectiva institucional saindo do debate de golpe.

Para conquistar e preservar o poder, os atores políticos utilizam diferentes recursos, como a linguagem política, que possui um caráter essencialmente performativo. Dessa forma, o discurso político é especialmente fecundo ao criar e redefinir conceitualmente a linguagem, pois é através dele que o sentido para a práxis política é exercido. Idealmente, tal discurso seria a base de um debate racional que legitimaria as decisões públicas, nos termos colocados pela teoria da democracia deliberativa de Jürgen Habermas (2020), e os conceitos produzidos pela ciência e pela política seriam indistinta e complementarmente utilizados, alimentando tal debate. No mundo real, os conceitos políticos são empregados como recurso estratégico para obter vantagens sobre os adversários dentro da competição política, procurando, por exemplo, a imprecisão, sob a forma de ambiguidades

deliberadas ou eufemismos. Nesse caso, a missão do pesquisador deve ser empregar uma abordagem crítica, podendo utilizar, por exemplo, técnicas de análise de discurso para desvendar seu real significado. O cientista político deve ser particularmente rigoroso para não trazer esses significados para a construção dos marcos teóricos de sua pesquisa, atendendo às regras e procedimentos próprios do método de formação de conceitos científicos.

Ao analisar o surgimento de novas forças políticas à direita do espectro político, as quais empregam estratégias de mobilização e competição conflitantes com os princípios tradicionais das democracias liberais, Nadia Urbinati (2019), chama a atenção sobre o erro comum de se referir a elas com o termo “fascismo”. Segundo a autora, o termo correto seria “populismo” pois, embora os dois movimentos políticos compartilhem a visão de que existe um povo que deve se opor às elites, numa estratégia de “nós contra eles”, o populista ainda pretende distorcer as regras do jogo democrático em benefício próprio, enquanto o fascista almeja destruir o regime democrático.

Evidentemente, nenhuma definição conceitual permanece fechada ao debate acadêmico, e todas podem ser questionadas e reelaboradas. Em todo caso, o pesquisador deverá se concentrar primeiramente no estado da arte dentro da literatura científica específica, ao definir os conceitos próprios e, posteriormente, atender às regras do método científico em sua formação.

III. As principais contribuições na construção dos conceitos da Ciência Política

Como discutido, o cientista político enfrenta uma série de desafios internos ao construir conceitos, mas, felizmente, ele não está sozinho nessa empreitada. Durante décadas, especialistas no campo de estudo têm dedicado significativos esforços na questão da elaboração de conceitos empíricos. Nesse ponto, conhecer as contribuições mais relevantes à esta tarefa metodológica permite começar a jornada aproveitando um caminho já percorrido.

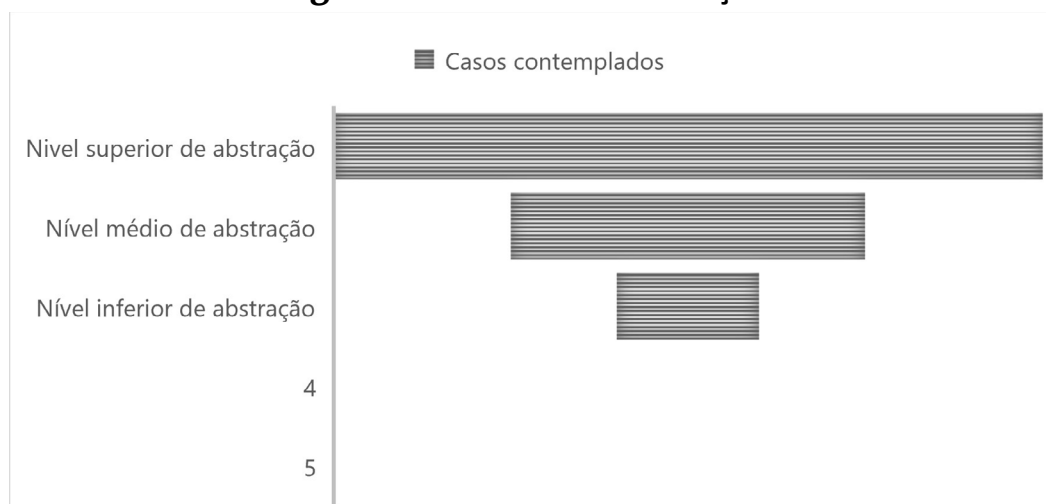
As regras para a construção de conceitos na Ciência Política se originam na década de 1970, inicialmente por Giovanni Sartori, e nascem da sua preocupação pela política comparada. Da mesma forma que, a princípio, não poderíamos comparar, por exemplo, as respostas comportamentais de cachorros e gatos, duas espécies animais diferentes, se não desenvolvemos um conceito mais abstrato que permita o seu estudo conjunto (a etologia dos mamíferos domésticos) as realidades políticas também precisam de abstrações conceituais para comparar casos aparentemente dissimiles. Por exemplo, uma moção de censura sofrida por um primeiro-ministro não tem muita relação com um processo de impeachment para depor um presidente, mas o conceito “crise de governo” pode nos permitir comparar finais prematuros do mandato na Europa e na América Latina.

O principal objetivo de Sartori (1970; 1984), portanto, é criar conceitos na Ciência Política que possam “viajar”, ou seja, que tenham grau de abstração suficiente para se adaptar a contextos políticos diversos. Para isso, ele cria a “escada de abstração”. Nos degraus mais elevados estariam os conceitos

mais abstratos, mais amplos e gerais, que podem ser aplicados para um maior número de casos, enquanto nos degraus mais baixos os conceitos seriam detalhados e específicos. Relacionado a isso, a já mencionada problemática do esticamento conceitual aconteceria quando um conceito tenta ser aplicado para um conjunto de casos que não se encaixam em sua definição exata, precisamente por não atender às regras de abstração dessa escada.

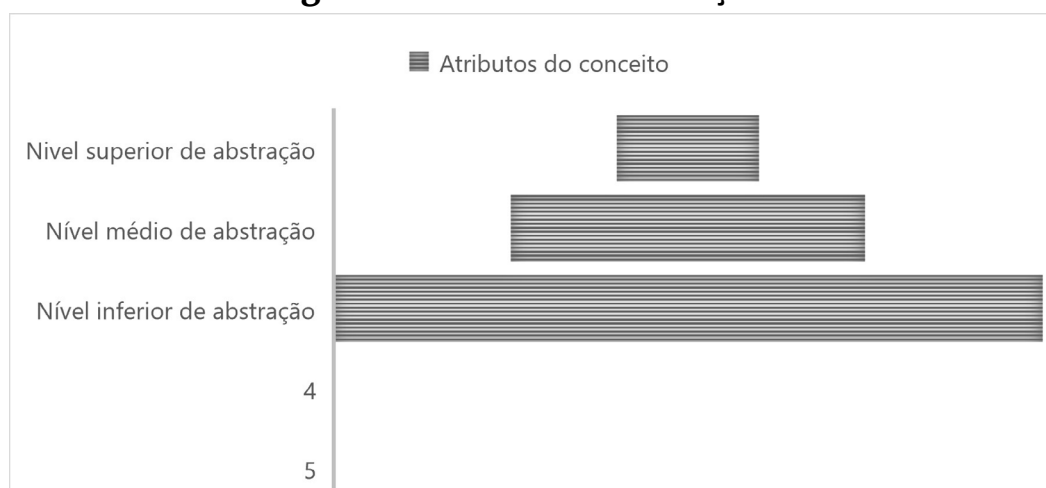
Além disso, Sartori (1970) estabelece que os conceitos variam tanto quanto à sua extensão, o conjunto de casos ao qual ele pode ser aplicado; como à sua intensidade, os atributos que o definem. Na medida em que um conceito ascende na escala de abstração, torna-se mais amplo e geral, o que equivale a dizer que ganha em extensão, podendo ser empregado para comparar um maior número de casos. Porém, ao aumentar a sua abstração, perde em detalhe e especificidade, o que equivale a dizer que os conceitos situados nos degraus inferiores da escada de abstração têm uma maior quantidade de características definitórias.

Figura 1 – Escada de abstração I



Fonte: elaboração própria (2025).

Figura 2 – Escada de abstração II



Fonte: elaboração própria (2025).

Para ilustrar, pense-se no conceito de “Estado falido”. Originariamente ele faz referência àqueles Estados que perderam completamente a capacidade de assegurar a ordem, pois carecem da habilidade para manter o monopólio da coerção legítima, com instituições inexistentes ou inoperantes, sendo propenso a conflitos armados internos e crises humanitárias (Gakuo Mwangi, 2019). Trata-se de um conceito com características bem delimitadas, tendo uma elevada intensão e, conseqüentemente, baixo nível de extensão, que poderia ser aplicado para realidades muito concretas como Haiti, Somália, Ruanda ou Libéria. As vezes ele tem sido empregado para casos diferentes, como a realidade da desigual extensão estatal no México ou no Brasil, onde coexistem áreas geográficas onde a lei é efetivamente aplicada e outras zonas concretas dominadas por poderes paralelos, como narcotráfico ou milícias. Porém, chamar a estes países de estados falidos seria um exemplo paradigmático de esticamento conceitual pois, embora algumas características do Estado falido possam estar presentes, elas são circunscritas à territórios específicos de uma jurisdição estatal bem mais ampla, além de não manifestarem todas as condições necessárias do conceito.

Como pode ser resolvido esse problema quando a intenção é comparar as carências na formação estatal de um número significativo de países? Nesse caso, podem-se subir degraus na escada de abstração e desenvolver um conceito como “Estado frágil”, com características como variações territoriais na aplicação da lei, diferenças no grau de qualidade institucional ou captura política das instituições. Pode ser observado que todos esses atributos, agora colocados dentro de uma escala contínua, são bem mais imprecisos, mas, em troca, eles permitem encaixar casos como os mencionados, México e Brasil, que são estados parcialmente frágeis, junto com Somália, Haiti, Ruanda e Libéria, que são estados completamente frágeis, além de situar num continuum outras realidades estatais que se encontram num ponto intermediário entre ambas as categorias.

Quadro 1 – Estado falido *versus* Estado frágil

Conceito	Nível de abstração	Atributos (intensidade)	Casos contemplados (extensão)
Estado falido	Menor	Muitos (falhas generalizadas na autoridade estatal, ausência do monopólio da violência, conflito civil, ausência de instituições etc.)	Poucos (países onde especificamente não existe uma autoridade central de fato)
Estado frágil	Maior	Poucos (falhas generalizadas ou pontuais na autoridade estatal)	Bastante (países em conflito, países sem autoridade central, países emergentes com áreas concretas dominadas por poderes paralelos etc.)

Fonte: elaboração própria (2025).

Gerring & Barresi (2003) definiram esta metodologia como estratégia “min-max” de definição, que permite de um lado definições gerais dos conceitos, ao mesmo tempo que permite também que eles sejam adaptados a realidades regionais mais idiossincráticas. Segundo estes autores, uma definição mínima de um conceito seria o estabelecimento das condições essenciais deste, sendo aplicável, portanto, ao maior número possível de casos. Por sua vez, a definição máxima incorporaria o maior número possível de atributos na definição, porém o escopo de fenômenos aplicáveis seria menor. Por exemplo, “democracia representativa” seria um conceito aplicável para o conjunto de regimes democráticos ao redor do mundo, e contaria como atributos genéricos eleições regulares, separação de poderes, Estado de direito e pluralismo político, entre outros. Já o conceito de “democracia delegativa”, de O’Donell (1991) define os novos regimes surgidos após as transições democráticas da América Latina na década de 1980 e, portanto, é mais peculiar e circunscrito a uma realidade política muito específica, tem um atributo essencial, claramente definido, que é a concentração de poderes nas mãos do presidente acima dos contrapesos sociais e institucionais.

Quadro 2 – Democracia delegativa *versus* democracia representativa

Conceito	Nível de abstração	Atributos (intensidade)	Casos contemplados (extensão)
Democracia delegativa	Menor	Concretos (concentração de poder presidencial, vulnerando o sistema de checks and balances)	Poucos (países democráticos da América Latina após as transições de final do século XX)
Democracia representativa	Maior	Gerais (Eleições livres e periódicas, separação de poderes, pluralismo, Estado de Direito)	Bastante (países considerados como democracias plenas ou imperfeitas)

Fonte: elaboração própria (2025).

Algumas limitações da perspectiva de Sartori (1970) foram apontadas por Collier & Mahoney (1993) que estabelecem que, em certas ocasiões, não há motivos para compartilhar, de modo estrito, as propriedades dos conceitos em todos os fenômenos estudados. De acordo com esta visão, os atributos utilizados na definição dos conceitos podem se encaixar categoricamente em algum dos casos de estudo, enquanto em outros tal categorização é mais difusa e questionável. Desta forma, ao comparar um número suficientemente amplo de casos e tentar encaixá-los dentro de um conceito específico, poderia ser observado que, embora todos compartilhem um número considerável de categorias ou propriedades, não existe nenhuma delas que seja comum a todos os casos. Este problema não tem por que

desestimular a realização de determinada comparação, mas deve promover a reflexão de que as propriedades dos conceitos podem se manifestar num continuum e não através de categorizações fechadas. Desta forma, o uso de índices e escalas para operacionalizar conceitos através de variáveis numéricas, é uma das formas mais empregadas para comparar conjuntos difusos de casos similares.

IV. A operacionalização dos conceitos na pesquisa em Ciência Política

O ato de operacionalizar um conceito é o processo pelo qual concepções abstratas são transformadas em variáveis observáveis, o que permite sua aplicação nas investigações empíricas. Na Ciência Política, esse processo é, particularmente complexo e desafiador devido ao caráter normativo, histórico e multidimensional dos conceitos utilizados. Para que os conceitos possam transitar entre o mundo abstrato e a realidade empírica, é necessário que sejam capazes de incorporar essas diferentes dimensões, o que garante, também, a validade e a confiabilidade nos resultados obtidos, assim como asseguram a coerência entre a teórica e prática.

Ao definir democracia, por exemplo, pode-se usar diferentes referências teóricas e especificidades, como mencionado anteriormente, mas para traduzir o conceito empiricamente é necessário torná-lo operativo a partir de dimensões observadas na realidade. O V-Dem, por exemplo operacionaliza o conceito apresentando as variáveis e os indicadores mensuráveis, como demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3 – Conceito de Democracia do V-Dem

Dimensão (abordagem)	Variáveis principais	Indicadores mensuráveis
Procedimental (eleitoral)	Regularidade e competitividade das eleições; liberdade de partidos; acesso a mídia	- Índice de competição eleitoral - Número de partidos efetivos - Liberdade de imprensa
Constitucional (institucional)	Separação de poderes; independência judicial; Estado de Direito	- Grau de independência judicial - Índice de restrição ao Executivo - Efetividade das leis
Processual (participação)	Engajamento popular; participação em consultas; liberdade de associação	- Taxa de participação eleitoral - Número de organizações civis - Frequência de consultas populares
Deliberativa (qualidade do debate)	Inclusividade e racionalidade do debate público; respeito às minorias	- Índice de diversidade de vozes no parlamento - Avaliação da qualidade do debate legislativo

Continuação do quadro na página seguinte.

Igualitária (acesso e direitos)	Igualdade no acesso a direitos políticos e civis	- Índice de igualdade de gênero na política - Índice de inclusão de minorias - Liberdade religiosa
------------------------------------	--	--

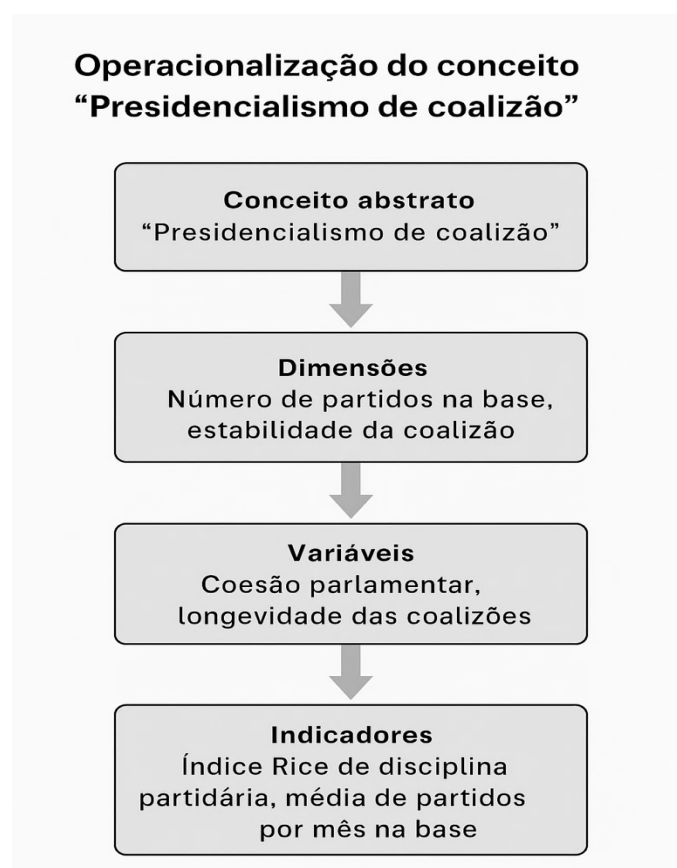
Fonte: elaboração própria a partir de informações do V-Dem (2025).

O processo passa pela tradução do conceito teórico em indicadores mensuráveis. Esta operacionalização deve estar embasada em critérios claros de mensuração, uma vez que, sem esse rigor, corre-se o risco de distorções e a validade da pesquisa pode ser comprometida. Ao definir o indicador, deve-se estar atento à manutenção da essência do conceito original.

Uma etapa importante é verificar se a operacionalização preenche os requisitos de validade e confiabilidade. A validade está relacionada à capacidade do indicador medir o que se propõem e confiabilidade refere-se à consistência dos resultados obtidos. Para que a operacionalização seja funcional é importante que venha acompanhada de testes metodológicos que assegurem esses dois critérios, especialmente quando se trata de pesquisas comparativas e longitudinais.

Se pensamos no conceito presidencialismo de coalizão, por exemplo, podemos propor um processo de operacionalização que siga os seguintes passos.

Figura 3 – Operacionalização do conceito Presidencialismo de coalizão



Fonte: elaboração própria (2025).

Ao operacionalizar os conceitos torna-se possível utilizá-los em estudos empíricos, sejam eles estudo de caso, comparativo ou longitudinal o que permite que os dados sejam usados em modelos estatísticos, por exemplo. A clareza conceitual, de acordo com Schmitter (1965), assim como a precisão operacional, são condições fundamentais para que a ciência política avance como disciplina empírica. O que não se pode esquecer é que a aplicação empírica de conceitos exige sensibilidade teórica e rigor metodológico teórico-abstratos.

Quadro 4 - Boas e más definições de conceitos utilizados na ciência política

Conceito	Boa definição	Má definição
Democracia	“Sistema político com eleições livres, pluralismo, separação de poderes e Estado de Direito.”	“Governo do povo.” (vaga, sem critérios operacionais)
Populismo	“Estratégia política que opõe povo vs. elites, distorce regras democráticas para benefício próprio.”	“Todo governo popular.” (confunde popularidade com populismo)
Presidencialismo de coalizão	“Modelo institucional em que o presidente governa com apoio de múltiplos partidos, negociando cargos e políticas.”	“Sistema em que o presidente precisa de aliados.” (genérico e impreciso)
Radicalização política	“Processo de intensificação de posições ideológicas, com rejeição ao diálogo e polarização extrema.”	“Quando há muita briga na política.” (simplista e sem dimensão analítica)
Clientelismo	“Prática de troca de favores entre políticos e eleitores, baseada em vínculos pessoais e não programáticos.”	“Corrupção.” (reduz o conceito a um juízo moral, sem precisão teórica)

Fonte: elaboração própria (2025).

V. Lições práticas para quem escreve conceitos

Trabalhar com conceitos na Ciência Política vai além de um exercício metodológico, constitui um importante compromisso com a clareza, precisão e honestidade intelectual. É através dos conceitos que o cientista observa e interpreta a realidade e sua definição sistemática e rigorosa é uma condição indispensável para a produção do conhecimento confiável, mensurável e replicável.

A construção de conceitos não é apenas um exercício teórico, mas uma prática metodológica que exige disciplina, clareza e aplicabilidade. Seguem algumas orientações práticas que podem servir como guia (Quadro 5).

Quadro 5 – Orientações práticas para definição conceitual

Tarefa	O que fazer
Defina com precisão	evite ambiguidades e delimite claramente os casos aos quais o conceito se aplica
Contextualize historicamente	reconheça que conceitos mudam ao longo do tempo e em diferentes espaços
Evite o esticamento conceitual	não aplique o conceito a casos que não compartilham seus atributos essenciais
Traduza em dimensões e variáveis	desdobre o conceito em aspectos observáveis e mensuráveis
Escolha indicadores adequados	selecione medidas que preservem a essência do conceito
Considere usos políticos e simbólicos	esteja atento às disputas discursivas que podem distorcer significados
Reveja e atualize	trate conceitos como ferramentas abertas, passíveis de revisão conforme mudanças sociais e políticas

Fonte: elaboração própria (2025).

Como discutido ao longo deste texto, a construção conceitual apresenta uma série de desafios ao pesquisador, pois além da operacionalização envolve disputas simbólicas, contextos históricos e usos estratégicos da linguagem política. Desse modo, o cientista político deve ser consciente que os conceitos carregam significados que podem ser manipulados, esvaziados ou distorcidos no debate político. Para evitar esses riscos é importante agir com objetividade e meticulosidade. Confira o *checklist* para definição de conceitos a seguir.

VI. Checklist rápido para definir conceitos

- ☐ O conceito está claramente definido e sem ambiguidades?
- ☐ Os limites de aplicação estão explícitos?
- ☐ Há dimensões identificadas e coerentes com a literatura?
- ☐ As variáveis derivadas são observáveis?
- ☐ Os indicadores escolhidos são mensuráveis e válidos?
- ☐ O conceito evita esticamento indevido?
- ☐ O contexto histórico e político foi considerado?
- ☐ O conceito pode ser revisado e adaptado em pesquisas futuras?

Ao reconhecer a complexidade dos conceitos, a necessidade de conhecer suas especificidades e contextualizações, reafirma-se a importância de uma postura crítica e reflexiva na Ciência Política. Afinal é por meio dos conceitos que se constrói a ponte entre a teoria e a realidade e é nessa travessia que a disciplina encontra sua força explicativa e relevância social.

Referências

- Bevir, M. & Kedar, A. (2008) Concept formation in Political Science: an anti-naturalist critique of qualitative methodology. *Perspectives on Politics*, 6(3), pp. 503–517. DOI: 10.1017/S1537592708081255
- Collier, D. & Mahon, J. (1993) Conceptual stretching revisited: adapting categories in comparative analysis. *American Political Science Review*, 87, pp. 845–855. Disponível em: < <https://polisci.berkeley.edu/sites/default/files/people/u3827/conceptualStretchingRevisited.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2026.
- Freedom House (2024) *Freedom on the Net 2024*. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-net/2024>>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- Gakuo Mwangi, O. (2019) Failed States. In: S. Romaniuk, M. Thapa & Marton, P. (org.) *The Palgrave Encyclopedia of Global Security Studies*. London: Palgrave Macmillan.
- Gerring, J. & Barresi, P. (2003) Putting ordinary language to work: a min-max strategy of concept formation in the social sciences. *Journal of Theoretical Politics*, 15(2), pp. 201–232. DOI: 10.1177/0951629803015002647
- Habermas, J. (2020) *Facticidade e validade: contribuições para uma teoria discursiva do direito e da democracia*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- Hempel, C. (1952) *Fundamentals of Concept Formation in Empirical Science*. Chicago: University of Chicago Press.
- Koselleck, R. (2002) *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Stanford: Stanford University Press.
- Linz, J. (1990) The perils of presidentialism. *Journal of Democracy*, 1(1), pp. 51–69.
- Llanos, M. & Marsteintredet, L. (org.) (2023) *Latin America in times of turbulence: Presidentialism under Stress*. London: Routledge.
- Manin, B. (1997) *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press.
- O'Donnell, G. (1991) Democracia delegativa? *Novos Estudos CEBRAP*, 31, pp. 25–40. Disponível em: < <https://uenf.br/cch/lesce/files/2013/08/Texto-2.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2026.
- Pérez-Liñán, A. (2007) *Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sartori, G. (1970) Concept misinformation in comparative politics. *American Political Science Review*, 64, pp. 1033–1046.
- Sartori, G. (1984) *Social science concepts: a systematic analysis*. Beverly Hills: SAGE.
- Torcal, M. & Montero, J.R. (2006) Political disaffection in comparative perspective. In: Torcal, M. & Montero, J.R. (org.) *Political Disaffection in Contemporary Democracies*. New York: Routledge.
- Urbinati, N. (2019) *Me the people: how populism transforms democracy*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

V-Dem Institute (2025) *V-Dem project*. Disponível em: <<https://v-dem.net/about/v-dem-project/>>. Acesso em: 19 ago. 2025.

Vygotsky, L.S. (1986) [1934] *Thought and language*. Cambridge, MA: The MIT Press.

II

8 Como formar uma identidade intelectual: pesquisa, escrita e posicionamento autoral

Marta Mendes da Rocha

I. Introdução

O conhecimento é uma escolha tanto de um modo de vida quanto de uma carreira, quer o saiba ou não, o trabalhador intelectual forma-se a si próprio, na medida em que trabalha para o aperfeiçoamento de seu ofício, para realizar suas próprias potencialidades (Mills, 2009, p. 22).

Desde os primeiros passos da formação metodológica de um cientista social, aprendemos que a produção do conhecimento científico é um empreendimento coletivo, que não resulta do esforço isolado de um indivíduo, mas sim do trabalho conjunto e acumulado de pessoas, instituições e gerações. O caráter coletivo da ciência se expressa no diálogo entre cientistas, no compartilhamento de dados, métodos e resultados, por meio de artigos, bancos de dados e congressos e na formação de comunidades e redes de pesquisa. A validação do trabalho científico por meio da revisão por pares é outra expressão dessa construção coletiva, fundamental para a legitimação do conhecimento.

O papel ativo dos pesquisadores na construção da autoria científica, por outro lado, é uma questão menos debatida nos cursos introdutórios de metodologia. E por que essa é uma questão importante? Porque diz respeito a como, cada um de nós, se insere no campo acadêmico e desenvolve uma identidade intelectual. Este texto tem como objetivo oferecer orientações que possam contribuir para a formação de jovens pesquisadores mostrando como eles e elas podem, desde cedo, participar do diálogo acadêmico de forma mais consciente e, assim, desenvolver uma perspectiva autoral.

Ao falar em perspectiva autoral e identidade intelectual, não ignoro que a maioria dos estudantes não possui capital acadêmico de origem e não foi socializada em um ambiente permeado por debates científicos e práticas intelectuais. Para essa maioria, a trajetória acadêmica se constrói muito mais do aproveitamento de oportunidades que se abrem do que de escolhas conscientes orientadas a um fim pré-definido. Os estudantes brasileiros, em contraste com outros países, precisam tomar decisões sobre seu futuro acadêmico e profissional muito cedo, ainda no ensino médio, muitas vezes com pouca informação sobre como se dá a produção do conhecimento científico, o funcionamento do sistema acadêmico no país e o campo de estudos no qual pretende se inserir. Tudo isso, torna ainda mais importante e desafiador refletir sobre protagonismo acadêmico e autoria na pesquisa e na escrita.

II. Protagonismo e autoria na pesquisa

No sistema educacional e acadêmico brasileiro, o contato dos estudantes com a pesquisa costuma ocorrer, principalmente, por meio dos programas de iniciação científica, do desenvolvimento de trabalhos de conclusão de curso e das pesquisas de mestrado e doutorado. Com exceção dos programas

de iniciação científica, em que os estudantes se inserem para atuar em uma investigação proposta por um orientador, nos demais casos os discentes têm espaço para propor seus próprios problemas de pesquisa. Este ato faz com que o pesquisador adote uma posição ativa no diálogo científico-acadêmico e entre em contato com aqueles que, antes dele, se questionaram sobre determinado fenômeno e mobilizaram teorias e hipóteses para investigá-lo.

Para construir um problema de pesquisa é necessário saber o que outros já disseram sobre o tema ou questão e, para isso, deveríamos nos comportar como alguém que entra em uma sala onde uma discussão já teve início. Não devemos entrar falando, precisamos antes ouvir, tentando entender o que já foi dito, o que se sabe sobre o problema, que questões, dúvidas e lacunas (teóricas e metodológicas) persistem e como podemos contribuir para avançar o conhecimento sobre a questão. Construir um problema de pesquisa dessa forma é um caminho promissor para oferecer uma contribuição relevante, ao invés de simplesmente seguir tendências ou modismos.

Mesmo quando um pesquisador participa de um empreendimento coletivo no qual ele não é o autor do problema, a questão da autoria e do protagonismo permanece relevante. Em nenhuma etapa da trajetória acadêmica pesquisadores devem ser reduzidos a executores de tarefas. Programas de iniciação científica, por exemplo, precisam oferecer uma experiência formativa, na qual estudantes compreendam o conjunto da pesquisa, reconheçam seu papel no trabalho coletivo, desenvolvam competências a partir das atividades delegadas e recebam o treinamento necessário para realizá-las. Dessa forma, os estudantes exercem um papel mais ativo na pesquisa e têm maiores chances de participar da definição de seus rumos.

Atitude intelectual ativa é:

- Adotar uma postura protagonista no diálogo científico, formulando problemas e argumentos próprios.
- Rejeitar posições passivas em qualquer etapa da pesquisa, inclusive em trabalhos coletivos.
- Escolher objetos que dialoguem com debates relevantes, evitando seguir modas acadêmicas.
- Refletir continuamente sobre como deseja se inserir no campo e alinhe suas escolhas de escrita e pesquisa a esse projeto.

III. Protagonismo e autoria na escrita

Na trajetória acadêmica, é comum que os estudantes inicialmente atuem como leitores e reprodutores de conhecimento, absorvendo teorias, conceitos e métodos elaborados por outrem. Esse papel é essencial para a formação, mas se limita a compreender e reproduzir o que já foi produzido, sem inserir novas ideias ou questionamentos originais. A partir do momento em que os estudantes se engajam na pesquisa científica e são instados a

escrever – relatórios de pesquisa, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado – eles abandonam a posição passiva de leitores e experimentam o papel de autores e produtores de conhecimento. Este papel implica formular problemas de pesquisa próprios, propor hipóteses, construir análises e interpretar dados de maneira inovadora ou crítica. Um exercício que exige reflexão, autonomia e iniciativa e contribui para o desenvolvimento de habilidades e competências que, aos poucos, transformam os estudantes de receptores passivos a agentes ativos do processo científico.

As pressões por produtividade fazem com que, cada vez mais cedo, estudantes se preocupem e se interessem em publicar. O que poderia ser visto como algo positivo, porém, tem seus problemas. A publicação aparece, muitas vezes, como um fim em si mesmo, a quantidade se sobrepõe à qualidade e o que deveria ser um processo criativo e rico em termos de aprendizado e amadurecimento intelectual se transforma em um fardo. Neste sentido, é importante refletir sobre o que é uma publicação acadêmica e qual é a sua finalidade. O desejo de publicar não pode existir de forma separada do desejo de pesquisar e se engajar no diálogo acadêmico-científico com a comunidade de praticantes. Ele deve estar acompanhado da avaliação de que o trabalho de investigação resultou em ideias, interpretações, argumentos, métodos, dados e inovações que merecem ser comunicados já que podem contribuir para iluminar problemas e fenômenos relevantes para um determinado campo de estudos.

Do ponto de vista dos autores, a escrita acadêmica não deve ser vista como a etapa final do fazer científico, mas como parte dele. A escrita permite aos pesquisadores organizar ideias, esclarecer hipóteses, refletir sobre dados e identificar lacunas no conhecimento existente. É por meio da escrita que se testa a coerência do raciocínio, se articulam conceitos e se problematizam resultados preliminares. Na pesquisa etnográfica, por exemplo, a escrita participa do próprio processo de produzir conhecimento, acompanhando todas as etapas da investigação, uma prática marcada por escolhas retóricas, posicionamentos e relações de poder que produzem, e não apenas descrevem a realidade (Clifford & Marcus, 2016).

Além disso, a escrita contínua promove a participação no diálogo científico, pois possibilita compartilhar reflexões, colocar ideias e argumentos sob o escrutínio da comunidade de praticantes e inserir o trabalho em debates mais amplos desde fases iniciais. Dessa forma, a escrita se torna parte integrante da construção do conhecimento, e não apenas um instrumento de comunicação final, contribuindo para o desenvolvimento de pensamento crítico, autonomia intelectual e protagonismo na pesquisa. Se você tem prazer em pesquisar, lidar com os dados, organizá-los, mas encara a escrita como um fardo, é necessário identificar o que não vai bem.

O avanço da inteligência artificial generativa (IAG) no campo acadêmico traz novos desafios para se pensar o papel ativo de pesquisadores e pesquisadoras na escrita acadêmica e na construção da autoria científica. Embora a IAG possa apoiar tarefas como a organização de referências, a síntese de textos e a elaboração de rascunhos, a autoria exige escolhas

teóricas, metodológicas e analíticas que são responsabilidade intransferível do pesquisador. Isso evidencia que o uso de IAG não elimina, mas reforça a necessidade de protagonismo intelectual, pois cabe ao pesquisador decidir criticamente o que incorporar, revisar ou rejeitar.

Escrita como produção de conhecimento:

- Use a escrita para pensar, testar hipóteses e construir análises e não apenas para comunicar resultados.
- Se a escrita parecer um fardo, identifique as causas e reformule o processo.
- Utilize a IAG de forma crítica, como apoio à reflexão, sem substituir o pensamento próprio.
- Entenda que a autoria envolve escolhas responsáveis e intransferíveis no campo teórico e metodológico.

IV. Trabalho colaborativo e coautoria

Mesmo em contextos coletivos, em que múltiplos pesquisadores contribuem, a autoria confere visibilidade e credibilidade, reforçando a ideia de que a pesquisa é um empreendimento coletivo, mas valoriza a contribuição individual. Escrever em coautoria envolve negociação de ideias, divisão de tarefas, reconhecimento, e não deve ser vista apenas como uma forma de fazer mais em menos tempo. O trabalho em coautoria não raro traz à tona questões relacionadas ao peso das hierarquias acadêmicas na atribuição de autoria – orientadora-aluna, pesquisadoras reconhecidas *versus* iniciantes – e dimensões de gênero, classe e raça que estruturam essas hierarquias e definem quem obterá reconhecimento e visibilidade.

Para enfrentar um conjunto de problemas relacionados à autoria científica e à ética da pesquisa, muitas revistas científicas passaram a solicitar o detalhamento das contribuições individuais de cada autor no momento da submissão de manuscritos. A *Contributor Roles Taxonomy* ou, simplesmente, taxonomia CRediT, é um vocabulário controlado que define 14 papéis específicos para descrever as contribuições de autores em publicações científicas, como conceituação, metodologia, investigação e curadoria de dados. Ela serve para tornar explícito o envolvimento de cada colaborador em diferentes etapas da pesquisa, sendo aplicada principalmente em periódicos durante o processo de submissão de artigos. Seus benefícios incluem maior transparência na atribuição de autoria e melhor reconhecimento e responsabilização dos autores.

A questão da coautoria também pode ter um forte componente ético e político. Na Antropologia, por exemplo, como resultado de transformações epistemológicas e éticas e dos debates sobre descolonização do conhecimento, tornou-se cada vez mais recorrente a coautoria entre interlocutores e etnógrafos, em artigos, livros e relatórios. A incorporação de interlocutoras como autores ou colaboradores é vista como uma forma de reconhecer que

eles, muito mais do que apenas fornecer dados, produzem interpretações, categorias e análises fundamentais para o entendimento etnográfico. Também é uma forma de dar visibilidade a saberes locais e romper com a lógica colonial de falar “sobre” e não “com”.

Coautoria e trabalho coletivo:

- Encare a coautoria como negociação de ideias, divisão justa de tarefas e reconhecimento mútuo.
- Mantenha transparência e responsabilização, detalhando contribuições individuais (por exemplo, usando taxonomias como CRediT).
- Considere coautorias com interlocutores para valorizar saberes locais e combater lógicas coloniais.
- Esteja atento ao peso das hierarquias acadêmicas (orientador–orientanda, senior–junior) na definição de autoria e explicita os acordos.
- Considere como gênero, raça e classe influenciam reconhecimento, crédito e oportunidades.
- Exercite vigilância ética na inclusão, exclusão e ordem de autores, assegurando justiça e coerência.

V. A escolha da pessoa gramatical na escrita científica

A escolha da pessoa gramatical na escrita científica reflete não apenas estilo, mas também posicionamento e estratégia do pesquisador. Ela deve ser considerada à luz do contexto e das preferências do autor ou autora, mas sem descuidar das condições de produção do conhecimento e do texto e do efeito que se pretende produzir a partir dele. Nas Ciências Humanas e Sociais há diferenças entre campos, tradições teóricas e estilos de escrita quanto à escolha da pessoa gramatical. Essas diferenças tendem a expressar as concepções de cientificidade em cada área e os modos de se posicionar no processo de produção de conhecimento.

Durante muito tempo, prevaleceu a ideia de que a objetividade científica exigia a neutralização da voz do pesquisador, perspectiva levou à prática comum de utilizar a terceira pessoa (“discute-se”, “analise-se”, “argumenta-se”), ocultando a posição de quem escreve, demarcando a separação entre pesquisador e objeto de estudo e conferindo ao texto um tom de formalidade e distância. O pesquisador era visto como intérprete “neutro” de dados, sem espaço para a subjetividade. Essa perspectiva predominou na Economia, na Ciência Política e na Sociologia Quantitativa, por exemplo.

Na Antropologia, diferentemente, há uma tradição consolidada de reflexão sobre o lugar do pesquisador no campo e desde as décadas de 1980 e 1990 muitos textos defendem que o uso da primeira pessoa explicita a posição do autor ou autora e reconhece a dimensão relacional da pesquisa etnográfica (Abu-Lughod, 1991). Assim, escrever na primeira pessoa do singular (“investigo”, “argumento”, “proponho”) torna mais evidente a

posição do sujeito no processo de pesquisa e permite assumir explicitamente a responsabilidade pelos argumentos, interpretações e escolhas metodológicas. Essa postura, também presente na Sociologia Qualitativa baseada em entrevistas, observação e análise interpretativa, não enfraquece o rigor científico, pelo contrário, fortalece a análise crítica. Nos estudos de gênero, raça e pós-coloniais, escrever em primeira pessoa é um posicionamento ético e político: explicita experiências vividas, situa o pesquisador e combate a ilusão de neutralidade. Autoras feministas defendem essa prática por valorizar a voz pessoal como forma de resistir ao universalismo abstrato, às hierarquias de saber e à “visão de nenhum lugar”, afirmando a importância de “saberes localizados” (Hooks, 1990; Abu-Lughod, 1991; Haraway, 1988).

O uso do “nós” na escrita acadêmica (“pesquisamos”, “analisamos”, “consideramos”, “concluímos”) pode assumir diferentes sentidos e efeitos, variando entre um “nós” real e prático, associado a situações de coautoria efetiva, e um “nós” retórico ou simbólico, empregado mesmo em textos de autoria individual. Em trabalhos coletivos, o “nós” parece a escolha mais natural, pois explicita a dimensão compartilhada da reflexão; ainda assim, é necessário cuidado para que esse uso não mascare desigualdades de contribuição entre os autores. Já em textos individuais, o “nós” muitas vezes funciona de modo impessoal, quase como substituto da voz passiva. Nas Ciências Humanas e Sociais, o recurso à primeira pessoa do plural também pode possuir um tom de convite ao leitor ou remontar à ideia de uma ampla comunidade discursiva que inclui autores, leitores, a comunidade científica ou a sociedade. É preciso estar atento às ambiguidades que emergem sobre quem compõe esse “nós”, equilibrando os efeitos de inclusão discursiva com a clareza quanto às responsabilidades e contribuições efetivas.

Mais recentemente, a terceira pessoa do singular passou a dar espaço para a primeira do singular, inclusive na Ciência Política e em estudos quantitativos, mas por motivos diferentes dos já mencionados. Trata-se, sobretudo, de uma mudança estilística influenciada pelas normas internacionais de escrita científica, especialmente no espaço anglófono, que valorizam clareza, objetividade e a atribuição explícita da autoria dos argumentos. O “eu argumento”, “eu observo” ou “eu mostro” aparecem como forma de marcar com precisão a contribuição individual do pesquisador ou pesquisadora, evitar construções passivas e dar mais transparência ao texto. Nesse sentido, a adoção da primeira pessoa na Ciência Política está mais ligada a convenções editoriais e à competitividade acadêmica do que a uma transformação epistemológica orientada por reflexividade no campo.

É compreensível que pesquisadoras e pesquisadores em formação, sintam desconforto em escrever na primeira pessoa do singular. Este desconforto expressa a tensão entre apagar-se como autor e assumir o protagonismo e a responsabilidade pelo texto. Ele pode resultar da socialização acadêmica em áreas que historicamente privilegiaram a impessoalidade como sinônimo de rigor, de inseguranças próprias do processo de formação, como medo de parecer pretensioso e receio de não ter ainda legitimidade para “assinar” ideias próprias, ou da sensação de que o trabalho não traz novidade suficiente.

Porém, é necessário compreender que escrever em primeira pessoa não significa necessariamente reivindicar uma contribuição inédita ou “grandiosa”, nem implica abandonar o rigor ou transformar a pesquisa em uma experiência puramente subjetiva. Esta escolha deve ser vista como uma forma de se explicitar o lugar de onde se fala, as condições sob as quais o conhecimento é produzido e como isso interfere nos resultados. Em termos estratégicos e políticos, a escolha da pessoa gramatical não é neutra: ela evidencia como os pesquisadores se posicionam frente à pesquisa, aos leitores e à comunidade acadêmica. Portanto, é muito mais do que uma forma de transparência metodológica e de uma escolha estilística: é uma postura epistemológica, ética e política.

Escolhas de estilo, pessoa gramatical e posicionamento:

- Na escolha da pessoa gramatical leve em consideração a temática, sobre quem se fala, os objetivos do texto e os efeitos que se pretende produzir.
- Alinhe a escolha da pessoa gramatical ao campo disciplinar, às normas editoriais e ao efeito comunicativo desejado.
- Reconheça que toda escolha gramatical revela um posicionamento ético, político e epistemológico no processo de produção do conhecimento.

VI. Autoria e interdisciplinaridade

A forma narrativa certamente produz efeitos sobre o leitor, seja destacando a ideia de autoria (eu), convite ao diálogo (nós) ou ocultando a autoria (terceira pessoa). No entanto, desenvolver uma voz própria e ter protagonismo na escrita científica vai muito além da escolha da pessoa gramatical. A construção de uma identidade intelectual envolve escolhas e a postura dos pesquisadores em relação à produção do conhecimento, à pesquisa, à escrita e à comunidade acadêmica em que se insere e com a qual dialoga.

Me recordo de ouvir, uma vez, uma amiga doutoranda em um prestigiado programa de pós-graduação brasileiro na área de Ciências Humanas, se queixar de que suas sugestões de textos em seu grupo de estudos eram totalmente ignoradas por se tratar de referências que – mesmo abordando de forma direta o tema central de estudo do grupo – eram provenientes de outro campo disciplinar. Os programas de pós-graduação muitas vezes são fortemente estruturados por tradições disciplinares, o que resulta em uma tendência de reforçar cânones, autores e debates específicos. Isso pode gerar resistência a referências “de fora”, sobretudo quando eles questionam os referenciais centrais estabelecidos pelo grupo ou pelo orientador. Às vezes, essa resistência pode advir de um receio legítimo de perda de foco ou da preocupação legítima dos orientadores sobre o nível da maturidade de pesquisadores em formação para transitar por diferentes tradições teóricas com a devida vigilância epistemológica.

No entanto, a interdisciplinaridade pode ser um caminho bastante fértil para desenvolver uma voz autoral e uma identidade intelectual porque força os pesquisadores a habitarem fronteiras, espaços desafiadores, nos quais é difícil simplesmente reproduzir um cânone já consolidado. Pesquisas que exigem abordagens interdisciplinares normalmente nascem do interesse em compreender fenômenos complexos que não cabem em um único campo disciplinar. Em si, a complexidade desses problemas os tornam potencialmente mais propensos à produção de conhecimento original. Circular entre disciplinas é, também, uma forma de perceber os limites e vieses de cada uma delas, o que, em geral, resulta em uma postura mais crítica e reflexiva sobre as convenções do próprio campo. Experiências interdisciplinares de pesquisa abrem espaço para formular perguntas e respostas que escapam do enquadramento rígido de uma só tradição e contribuem para enriquecer o repertório metodológico e analítico das Ciências Humanas. Por não poderem contar com a aceitação automática de um referencial comum, pesquisas interdisciplinares também estimulam a capacidade de argumentação e podem contribuir para a construção de uma identidade própria. Tudo isso contribui para dar mais densidade à voz autoral dos pesquisadores.

VII. Ler, pesquisar, escrever, publicar

A leitura de grandes volumes de texto e a prática frequente da escrita são partes inescapáveis do trabalho dos pesquisadores na área de Ciências Humanas. Já tendo discutido como a formulação do problema e a discussão com a literatura ajudam a criar uma perspectiva autoral, quero abordar os diferentes tipos de texto e de publicações mais frequentes na área e como cada um deles pode contribuir para a construção de uma perspectiva autoral e de uma identidade intelectual.

Em geral, pesquisadores comunicam resultados de suas reflexões e pesquisas na forma de artigos, livros autorais e coletâneas. Os artigos científicos funcionam como o principal veículo de inserção no debate acadêmico devido ao seu formato relativamente curto, que privilegia clareza e objetividade. A elaboração de artigos tem um papel importante de socializar pesquisadores em formação nas convenções, referências e vocabulário de uma disciplina e funciona como forma de legitimar a sua presença em uma comunidade científica. O processo de submeter textos à avaliação dos pares e revisar o artigo com base nos pareceres é crucial no desenvolvimento da capacidade argumentativa.

O formato de artigo, contudo, pode ser limitado para expressar os resultados de pesquisas e de empreendimentos intelectuais de maior fôlego. Ele também é inadequado quando se pretende explorar várias dimensões de um mesmo problema e apresentar argumentos mais sofisticados que resultam do acúmulo de reflexões, pesquisas e dados. Neste caso, os livros – autorais ou em coautoria – funcionam melhor. Diferentemente do artigo, o livro autoral permite desenvolver um argumento e explorar diferentes

dimensões de um problema ao longo de capítulos, explorar um volume maior de dados e formular interpretações originais de maior fôlego. Por oferecer maior espaço para a liberdade criativa e a afirmação de uma voz própria, o livro costuma ser reconhecido como uma obra autoral em sentido mais pleno. Livros podem resultar de dissertações de mestrado e teses de doutorado, projetos de pesquisa ou do acúmulo de reflexões de pesquisadoras que se encontram na metade ou estágio avançado da carreira. Livros autorais nem sempre são sinônimos de livros de autoria individual. Há exemplos célebres nas Ciências Sociais brasileiras de pesquisadores que trabalharam em sólida parceria intelectual e publicaram livros com forte perspectiva autoral.

A organização de coletâneas e de dossiês de periódicos posicionam o pesquisador em outro lugar: o de mediador de debates. No entanto, enquanto a coletânea geralmente circula em formato de livro, com vida útil mais longa, o dossiê em revista científica tem impacto imediato e se insere em debates em curso, ajudando a marcar agendas de pesquisa. Organizar uma coletânea ou propor um dossiê não significa apenas reunir textos, mas propor uma chave de leitura para um problema, articular vozes distintas, mapear um campo, projetar-se como alguém capaz de estabelecer diálogos e liderar redes de pesquisa. Nesse sentido, também contribuiu para a identidade intelectual, ainda que de modo diferente.

Textos curtos voltados ao grande público – como artigos de opinião, textos de divulgação científica e notas de pesquisa – ampliam o alcance da produção acadêmica em blogs, mídias digitais, jornais, revistas e podcasts. A crescente demanda das agências de fomento por estratégias de comunicação científica tem incentivado pesquisadores a divulgar resultados em formatos variados, conectando suas investigações ao debate público. Além de tornar os resultados mais acessíveis, esse tipo de publicação ajuda a desenvolver uma perspectiva autoral ao esclarecer “para quem se escreve”, “com quem se dialoga” e quais campos, dentro e fora da academia, se busca alcançar.

Pesquisa, leitura, escrita e publicação:

- Veja a interdisciplinaridade como uma oportunidade para atuar em fronteiras conceituais, inovar e desenvolver uma voz autoral própria.
- Fique atento às convenções disciplinares e ganhe familiaridade com o vocabulário do campo.
- Participe do processo de submissão e revisão por pares para desenvolver argumentação e resposta crítica.
- Adapte o formato da publicação (artigo, livro, coletânea) ao tipo de material e objetivo da publicação.
- Considere trabalhar com estratégias de divulgação científica em diferentes formatos (textos curtos, mídias digitais).

VIII. A construção da autoria e da identidade intelectual em cenários adversos

A vida acadêmica impõe diversos desafios a todos os estudantes, exigindo habilidades de organização, autonomia, estudo, leitura crítica, produção de textos e participação em diversas atividades simultâneas. Especialmente para estudantes de baixa renda que precisam trabalhar e dispõem de pouco tempo para os estudos e para os pertencentes a minorias étnicas, raciais e sexuais, a experiência de cursar uma faculdade pode ser bastante penosa, permeada de ansiedade, dúvidas e frustrações. Muitos destes são os primeiros em suas famílias a ingressarem em uma universidade, razão pela qual geralmente possuem menor familiaridade e menos referências sobre a vida e o sistema acadêmico, o que exige aprender a navegar em um ambiente novo e complexo com suporte limitado. Tais dificuldades marcaram minha própria experiência como estudante oriunda de família de trabalhadores de baixa renda, a segunda da família a ingressar em uma universidade pública. Embora meu fascínio pela universidade e pelo meu curso tenham sido quase imediatos, eu me sentia permanentemente um peixe fora d'água frente a colegas que podiam passar o dia inteiro na faculdade e dedicar-se integralmente aos estudos, que falavam inglês fluentemente e/ou já tinham viajado para o exterior. Com a entrada na pós-graduação, um ambiente ainda mais elitizado, esse sentimento se acentuou. Apenas depois de muitos anos de estudo, pesquisa e inserção no meio acadêmico, a sensação de não pertencimento foi se apaziguando.

Graças às políticas de ação afirmativas implementadas nas últimas duas décadas, as universidades públicas são, hoje, muito mais plurais e inclusivas. Mas o sentimento de não pertencimento continua a obstaculizar a trajetória de muitos estudantes. Como alguém que conviveu de perto com esses sentimentos, minha dica é: no ambiente acadêmico, busque se aproximar de pessoas generosas e honestas, com paixão pelo que fazem, seguras de si e dedicadas à formação de novos pesquisadores e pesquisadoras. Pessoas como essas são muito mais comuns do que se imagina. Outra dica importante: identifique pesquisadores e pesquisadoras com um perfil que espelhe como você gostaria de ser no futuro, se aproxime deles e aproveite o que eles têm a oferecer de melhor.

Busque aprender sobre o desenvolvimento do seu campo de estudos em seu país: as instituições e pessoas importantes em sua criação, desenvolvimento e consolidação e os principais eventos, canais de divulgação, fontes de financiamento e associações. Esse conhecimento não tem apenas objetivos práticos, ele é importante para que você seja capaz de identificar as forças e incentivos que atuam sobre a sua trajetória e como forma de desenvolver uma perspectiva crítica e reflexiva em relação ao seu campo de investigação.

Aproveite oportunidades que, mesmo que não se encaixem perfeitamente ao que você mais gosta ou gostaria de estudar e pesquisar, possam contribuir para o desenvolvimento de novas competências e habilidades de pesquisa. Como mencionei no início deste artigo, para a

maioria das pessoas, a trajetória acadêmica se faz mais do aproveitamento de oportunidades do que de escolhas e decisões conscientes orientadas para um fim pré-determinado. Isso não é contraditório com a ideia de desenvolvimento de uma perspectiva autoral. A autonomia intelectual não é sinônimo de voluntarismo e não decorre de agir conforme a vontade sem considerar restrições, consequências ou condições objetivas. Ela se constrói pela capacidade de articular escolhas individuais com as condições objetivas disponíveis, reconhecendo restrições e, ao mesmo tempo, elaborando caminhos criativos dentro delas.

Mills, em seu ensaio “O artesanato intelectual”, mostra como o trabalho do pesquisador pode ser pensado de forma semelhante ao de um artesão. Assim como o artesão, o cientista social não está apenas preocupado em produzir algo, mas em zelar pela qualidade do que faz, sabendo que o resultado final carrega a marca de sua habilidade, de seu esforço e da superação de obstáculos ao longo do processo. A obra concluída, por isso, é fonte de uma satisfação particular, pois nela se materializa não apenas um produto acabado, mas também a trajetória de quem a realizou. Mais do que gerar conhecimento, essa prática constitui um exercício de formação: ao pesquisar, o cientista desenvolve sua capacidade analítica e reflexiva, mas também se desenvolve a si mesmo, pois vive através de seu trabalho, e é por meio dele que se manifesta e se torna visível para o mundo. Nesse sentido, a produção intelectual não é apenas um fim em si, mas parte da própria constituição da identidade e da autoria do pesquisador.

Aproveitando oportunidades e fazendo escolhas no campo acadêmico:

- Procure pessoas generosas e comprometidas com a formação acadêmica – redes de apoio ajudam a sustentar a autoria.
- Identifique modelos inspiradores e aprenda diretamente com suas trajetórias e escolhas.
- Conheça a história e a estrutura do seu campo no país (instituições, financiadores, periódicos, debates).
- Use esse conhecimento para reconhecer incentivos, restrições e orientar estratégias realistas para sua carreira.
- Aproveite atividades que ampliem competências, mesmo fora do seu tema central – isso fortalece sua autonomia.
- Construa sua autonomia intelectual equilibrando suas escolhas com as condições objetivas do campo.
- Cultive a postura artesanal: zelar pela qualidade, revisar, refinar e reconhecer o valor do processo.
- Entenda a pesquisa como um processo formativo, no qual você também se transforma e molda sua identidade autoral.

Referências

Abu-Lughod, L. (1991) Writing against culture. In R.G. Fox (org.) *Recapturing anthropology: working in the present*. Santa Fe: School of American Research Press, pp. 137–162.

Clifford, J. & Marcus, G. (2016) *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Trad. M.C. Coelho. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens / EdUERJ.

Haraway, D.J. (1988) Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, 14(3), pp. 575–599. DOI: 10.2307/3178066

Hooks, B. (1990) Choosing the margin as a space of radical openness. In: B. Hooks, *Yearning: race, gender, and cultural politics*. Boston: South End Press, pp. 145–153.

Mills, C.W. (2009) *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar.

II

9 A evolução da coautoria na Ciência Política brasileira: tendências temporais e padrões de gênero

*Dalson Figueiredo Filho
Ernani Rodrigues de Carvalho
João Guilherme Neves*

I. Introdução²⁷

Na academia, na arte e na vida, vale a pena ter um colaborador(a)? A trajetória de Luiz Gonzaga, o “Rei do Baião”, que alcançou seu auge quando encontrou no letrista Humberto Teixeira, o parceiro ideal, diz que sim! De um lado, a genialidade musical e a performance magnética de Gonzaga e de outro a poesia refinada de Teixeira. Juntos, eles deram ao Brasil um gênero musical – o baião – e canções que se tornaram clássicos imortais.

A experiência de Gonzaga e Teixeira revela que a parceria é um instrumento útil de alavancagem profissional. Quando dois ou mais indivíduos somam habilidades distintas – como a composição melódica de um e a escrita lírica de outro – o resultado se mostrou exponencial, indo muito além do que cada um poderia alcançar isoladamente. Como diz o ditado popular, “duas cabeças pensam melhor do que uma”.

Assim como na arte musical, na academia não é diferente. Os estudos sobre coautoria são diversos e sabemos, por exemplo, que existe uma tendência generalizada de crescimento de trabalhos colaborativos (Henriksen, 2016). Além disso, existem evidências de que artigos coautorados são mais citados do que *papers* individuais (Ductor, 2014). Existe inclusive uma métrica específica para aferir o nível de colaboração científica, denominada R²⁸. Quando olhamos especificamente para a Ciência Política, a reflexão sobre os critérios de colaboração é antiga. Maio & Kushner (1981) argumentam que o crescimento da coautoria científica está associado ao aumento da quantificação.

No Brasil, Soares & Souza et al. (2010) testam a hipótese de que “trabalhos experimentais e empíricos apresentam maior cooperação entre autores, enquanto trabalhos teóricos tendem a ser escritos individualmente” (Soares & Souza, 2010, p. 525). A tradição das Ciências Sociais em geral e da Ciência Política em particular foi de publicações solo. Os grandes nomes dessa área se notabilizaram por escreverem trabalhos seminais, quase sempre solitariamente. Isso é curioso dada a complexidade dos fenômenos sociais que, em teoria, seriam mais bem explicados a partir da interação de saberes. Afinal, é mais simples prever um eclipse solar do que uma votação na Câmara dos Deputados.

A nossa proposta é analisar como a coautoria tem avançado nos últimos anos. Para tanto, selecionamos duas revistas conceituadas nacionalmente no meio acadêmico da Ciência Política. Em termos quantitativos, avaliamos como a cooperação científica variou entre 1999 e 2025 considerando uma amostra de 1.183 trabalhos.

O restante do texto está dividido em cinco seções. A próxima parte descreve as principais características do desenho de pesquisa. Depois disso, apresentamos um levantamento sistemático sobre a prevalência de coautoria na Ciência Política brasileira a partir de todos os trabalhos publicados na *Brazilian Political Science Review* e na *Revista de Sociologia e Política*. Para

27. Agradecemos a Olivia Perez e Rafael Sampaio pelo convite e pelo apoio logístico, respectivamente.

28. Para aplicações dessa medida, ver Parish & Boyack (2018) e Ioannidis (2008).

complementar a análise quantitativa, apresentamos algumas sugestões práticas de como implementar trabalhos colaborativos. Por fim, discutimos as implicações dos resultados e apontamos possibilidades de agenda futura.

II. Materiais e Métodos

O Quadro 1 sumariza as principais características do desenho de pesquisa.

Quadro 1 – Desenho de pesquisa

Amostra	1.183 trabalhos
Variáveis	número de autores; b) nome da revista; c) sexo do primeiro autor
Período	1999 até 2025
Técnicas	estatística descritiva e <i>text mining</i>
Softwares	Google sheets e R Studio

Fonte: elaboração própria, 2026.

A amostra é composta por 1.183 trabalhos publicados em dois periódicos: a Revista de Sociologia e Política (RSP) e a *Brazilian Political Science Review* (BPSR). A escolha dessas revistas se justifica pelos seguintes motivos. Primeiro, este estudo integra um volume especial publicado pela Revista de Sociologia e Política, o que confere pertinência editorial e garante a interlocução direta com seu público-alvo. Segundo, tanto a RSP quanto a BPSR figuram entre os periódicos mais bem avaliados na Ciência Política brasileira, reconhecidos por sua qualidade metodológica e impacto acadêmico. Em particular, a BPSR foi criada em 2007 com o propósito de ampliar a projeção internacional da Ciência Política produzida no Brasil e fortalecer o diálogo com a comunidade acadêmica global. Além disso, salvo melhor juízo, destacou-se como o primeiro periódico nacional da área a exigir a disponibilização de materiais de replicação, alinhando-se precocemente às melhores práticas de transparência e reprodutibilidade científica. Por fim, ambas possuem longa trajetória de publicação contínua e regular, o que permite observar tendências temporais de maneira consistente. Em conjunto, esses fatores asseguram que a análise capte a evolução da coautoria em veículos centrais para a disciplina.

A base de dados foi estruturada em um documento na nuvem e conta com as seguintes variáveis de interesse: a) número de autores; b) nome da revista; e c) sexo do primeiro autor. Colhemos manualmente todas as publicações (artigos, dossiês, resenhas de livros, notas de pesquisa etc.) veiculadas entre 1999 e 2025. Os dados foram examinados com auxílio estatística descritiva e técnicas de mineração de texto (*text mining*). Todas as análises foram implementadas com auxílio do *software* R, versão 4.5.1.

III. Resultados

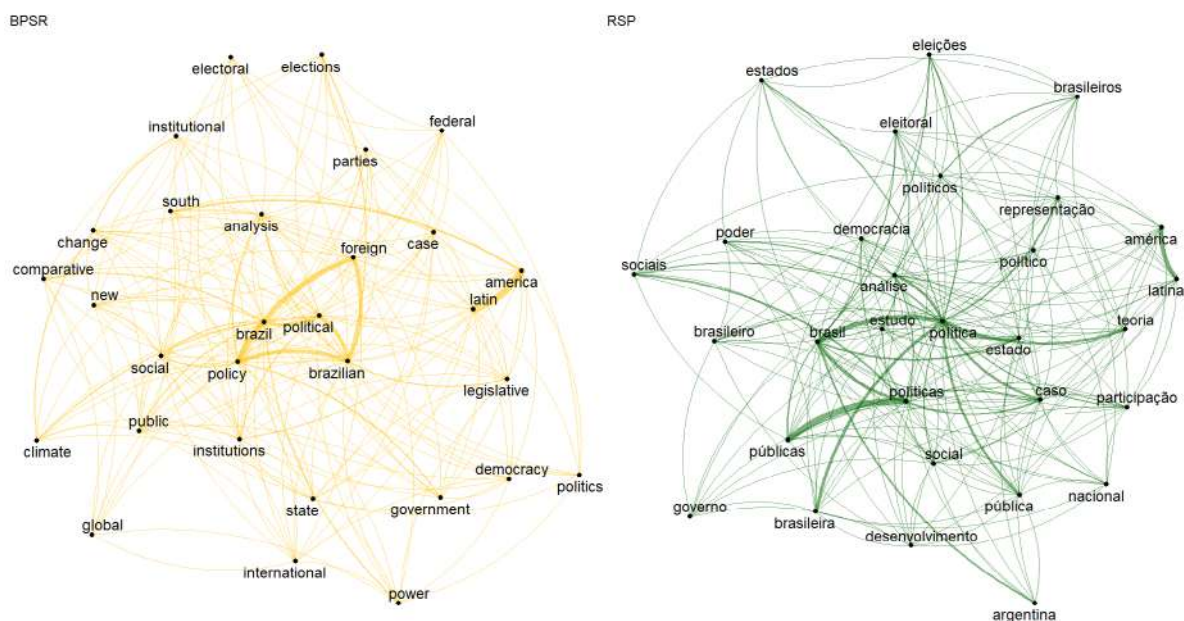
Figura 1 – Nuvem de palavra dos títulos (BPSR e RSP)



Fonte: elaboração própria, 2026.

As palavras mais frequentes são “política”, “brasil”, “brazil”, “political” e “brazilian”. A análise desagregada por periódico indica a rede de coocorrência de palavras.

Figura 2 – Rede de coocorrência de palavras



Fonte: elaboração própria, 2026.

A espessura das arestas indica a força das coocorrências, o que permite comparar o foco editorial. Na BPSR, em amarelo, as palavras mais centrais são “political”, “brazil”, “brazilian”, “policy” e “america”. Na RSP, em verde, os termos mais recorrentes são “política”, “brasil”, “políticas”, “análise” e “estado”. Em ambas as revistas a coocorrência de “america” e “latina” aparece com forte intensidade.

No que diz respeito ao número de autores, nossa principal variável de interesse, 64,8% dos trabalhos foram escritos por uma única pessoa. Duas em cada dez publicações foram feitas em duplas. Cerca de 10% foram escritos em trio e apenas 2,2% contam com quartetos como autores.

Tabela 1 – Percentual de trabalhos por número de autores

Número de autores	Brasil	EUA
1	64,8	60,5
2	22,1	27,6
3	9,3	8,3
4	1,9	2,2

Nota: o artigo com o maior nível de colaboração (n = 9), intitulado “ChatGPT e outras IAs transformarão a pesquisa científica: reflexões sobre seus usos”, foi liderado por Rafael Sampaio e publicado na Revista de Sociologia e Política.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do artigo e com informações de Metz & Jäckle (2017).

Evidências colhidas por Metz & Jäckle (2017) para o caso dos Estados Unidos (1990–2013) indicam que a colaboração no Brasil é ligeiramente menos frequente. A Figura 3 mostra a variação da média de autores por publicação na Revista de Sociologia e Política (n = 797) e na *Brazilian Political Science Review* (n = 386) entre 1999 e 2025.

Figura 3 – Coautoria na Ciência Política brasileira (1990–2025)

Fonte: elaboração própria, 2026.

A média de autores por trabalho passou de 1,04 em 1999 para 1,96 em 2025, o que representa um crescimento de 88,46%. Essa tendência de crescimento da colaboração acadêmica reflete um movimento internacional de maior cooperação. Por exemplo, Metz & Jäckle (2017) examinaram mais de 67 mil artigos publicados em 96 revistas entre 1990 e 2013. Os achados sugerem que a média de autores por artigo passou de 1,36 em 1990 para 1,93 em 2013, o que significa um incremento de cerca de 44%. A Figura 4 compara a evolução da coautoria por periódico.

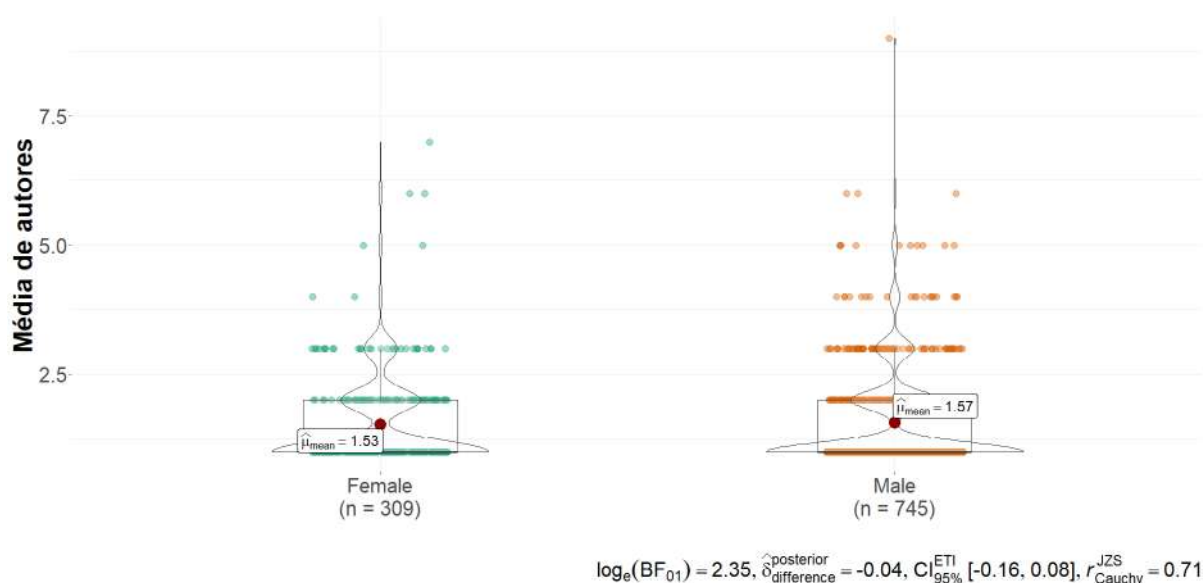
Figura 4 – Coautoria em perspectiva comparada

Fonte: elaboração própria, 2026.

O primeiro volume da Revista de Sociologia e Política (RSP) foi editado em 1999, com uma média de 1,04 autores por publicação. Apenas em 2016 (ver X, verde, na Figura 4), a marca de dois autores por trabalho foi ultrapassada, o que significa um tempo de maturação de 17 anos. Similarmente, o padrão de colaboração científica na BPSR também exhibe tendência positiva. Começou com uma média de 1,12 em 2007 e ultrapassou a marca de 2 autores por obra (ver linha pontilhada lilás) em 2024 (também foram necessários 17 anos de espera).

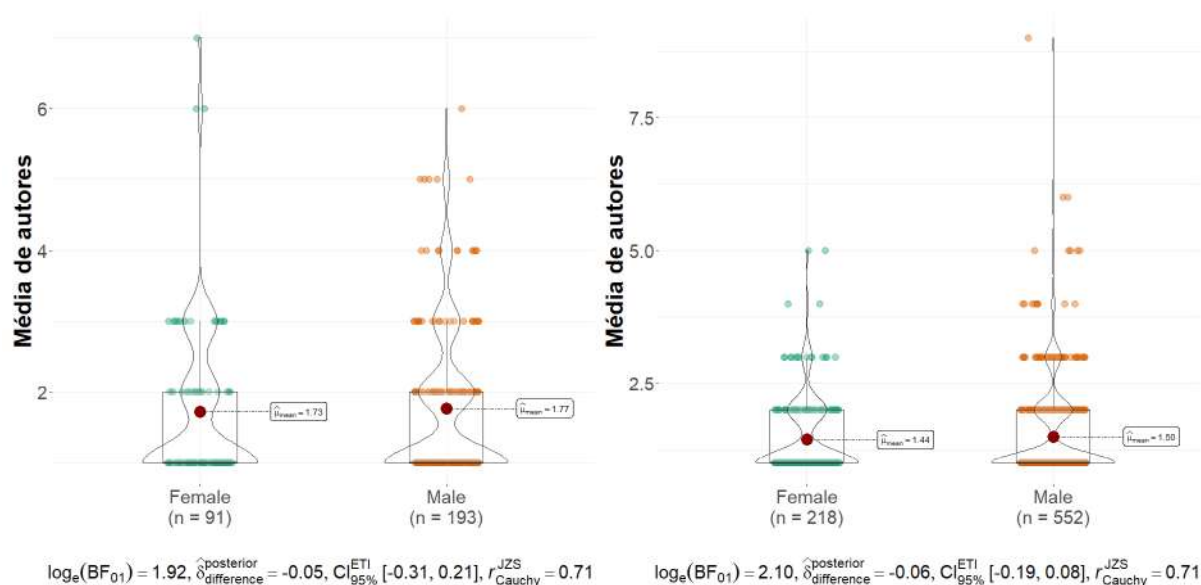
Outra vertente muito explorada pela literatura diz respeito à clivagem de sexo. Por exemplo, Breuning & Sanders (2007) examinaram a prevalência de mulheres autoras em oito prestigiosas revistas de Ciência Política nos EUA: *American Political Science Review* (APSR), *American Journal of Political Science* (AJPS), *Journal of Politics* (JOP), *World Politics* (WP), *International Organization* (IO), *Comparative Politics* (CP), *Comparative Political Studies* (CPS), and *International Studies Quarterly* (ISQ). As evidências sugerem 20,9% de mulheres como primeira autora. No Brasil, de acordo com nossas estimativas, esse percentual é de 29,17%, sendo 31,76% na BPSR e 28,31% na RSP. Nossos dados permitem ainda explorar o nível de coautoria considerando o sexo do primeiro autor. A Figura 5 ilustra essas informações.

Figura 5 – Coautoria por sexo



Fonte: elaboração própria, 2026.

Dos 299 trabalhos em que a primeira autora é mulher, a média de coautoria é de 1,53. Para as 726 publicações em que um homem aparece como primeiro autor, a média de autores foi de 1,58. A diferença não foi estatisticamente significativa. A comparação por revista também revela que os padrões de coautoria independem do sexo, conforme ilustra a Figura 6.

Figura 6 – Coautoria por sexo por revista

Fonte: elaboração própria, 2026.

IV. Sete regras para escrever artigos científicos em coautoria

A partir da nossa experiência em projetos colaborativos e com o objetivo de tornar o artigo mais aderente à natureza do presente dossiê, sistematizamos sete orientações práticas para pesquisadores e estudantes envolvidos na escrita de artigos científicos. O Quadro 2 sumariza essas recomendações por etapa da pesquisa.

Quadro 2 – Recomendações para pesquisa em coautoria

Etapa do projeto	Pergunta de verificação	Objetivo
Formação da equipe	Os coautores possuem competências complementares (teoria, método, dados, redação)?	Aumentar a qualidade analítica e metodológica do artigo
Definição do projeto	O problema de pesquisa está claramente definido e compreendido por todos?	Reduzir ambiguidades e conflitos ao longo da pesquisa
Organização do trabalho	As responsabilidades de cada autor foram definidas (revisão de literatura, dados, análise, redação)?	Melhorar a coordenação do projeto

Continuação do quadro na página seguinte.

Coordenação da pesquisa	Existe um responsável pela coordenação geral do projeto (PI ou autor líder)?	Garantir integração das diferentes contribuições
Processo de escrita	O manuscrito está sendo produzido com controle de versões e ferramentas colaborativas (ex.: Overleaf ou Google Docs)?	Evitar perda de versões e facilitar revisões
Revisão do manuscrito	Todos os autores realizaram revisões internas antes da submissão?	Identificar inconsistências e melhorar a qualidade do texto
Definição de autoria	A ordem de autoria e os critérios de contribuição foram discutidos entre os participantes?	Aumentar transparência e prevenir conflitos

Fonte: elaboração própria com auxílio do ChatGPT, 2026.

No que diz respeito à formação da equipe, nossa recomendação é escolher coautores por complementaridade, não apenas por proximidade. Em nossa experiência, muitas colaborações são estabelecidas por laços de amizade entre autores e/ou afinidades temáticas. Evidentemente, esses fatores facilitam a cooperação. No entanto, equipes eficazes costumam combinar competências distintas, como domínio teórico, habilidades metodológicas, acesso a dados e capacidade de redação. Por exemplo, se a sua formação é majoritariamente quantitativa e o projeto vai utilizar técnicas qualitativas, como grupos focais ou entrevistas em profundidade, pode ser particularmente útil incluir na equipe uma pesquisadora com treinamento específico nessas metodologias. Se suas habilidades são focadas em teoria política e a proposta de trabalho exige conhecimento aprofundado de processo decisório e tomada de decisão institucional, um pesquisador com essas habilidades, inclusive com experiência de trabalho em gestão, seria fundamental. Em outras oportunidades, o acesso aos dados é particularmente desafiador, seja pela natureza sensível das informações, seja por outros motivos como falta de transparência. Nesses casos, uma forma de contornar o problema é estabelecer parcerias institucionais com servidores do órgão que detém os dados originais.

A segunda recomendação refere-se à definição do projeto. Devemos delimitar precisamente o problema de pesquisa desde o início do projeto colaborativo, de modo que todos os envolvidos saibam exatamente qual é o objetivo do trabalho e o que se espera de cada participante. Grande parte dos conflitos em projetos de coautoria decorre de ambiguidades sobre o objetivo do artigo/trabalho. Um problema de pesquisa bem definido reduz divergências, facilita a coordenação da pesquisa e orienta o processo de escrita.

Outro procedimento útil em projetos colaborativos é definir, antes de iniciar a pesquisa, quem será responsável por cada etapa do trabalho: revisão da literatura, coleta ou organização de dados, análise empírica e redação

do texto. Naturalmente, essa divisão pode ser ajustada ao longo do projeto e diferentes autores podem colaborar em partes específicas da pesquisa. Por exemplo, se o grupo inclui dois especialistas em métodos quantitativos — um com formação frequentista e outro com abordagem bayesiana — ambos podem contribuir para a etapa de análise de dados. Ainda assim, é recomendável estabelecer previamente papéis e responsabilidades para cada integrante da equipe. Uma estratégia comumente empregada é estabelecer uma divisão de tarefas tomando como critério o nível de especialização dos autores. Estudantes de graduação, por exemplo, podem ficar responsáveis por tarefas mais operacionais como digitação de dados e formação do manuscrito. Discentes de mestrado ou doutorado, que já detêm um leque mais amplo de habilidades, podem se engajar em atividades de análise, checagem e acompanhamento da coleta dos dados.

Projetos com múltiplos autores frequentemente se beneficiam da presença de um responsável pela coordenação do processo de pesquisa e escrita. Em muitos contextos acadêmicos, essa função é desempenhada pelo chamado *Principal Investigator* (PI), isto é, o pesquisador responsável pela coordenação geral do projeto. Via de regra, o PI participa das decisões estruturadoras da pesquisa e frequentemente aparece como primeiro autor do manuscrito. Além disso, o PI é aquele autor responsável pela captação de recursos privados e/públicos e geralmente será o interlocutor da pesquisa em processos de divulgação científica.

A escrita científica em coautoria raramente ocorre de forma linear. O processo costuma envolver múltiplas rodadas de revisão do manuscrito. Por essa razão, o controle de versões é fundamental. Todo pesquisador já enfrentou a situação de perguntar a um colaborador: “você tem a versão mais atualizada do arquivo aí?”. O uso sistemático de versões sucessivas do texto facilita ajustes e melhora a qualidade do artigo. Uma ferramenta particularmente útil nesse processo é o *Overleaf*, que permite edição simultânea do manuscrito por diferentes autores, controle automático de versões e registro transparente das alterações realizadas ao longo do processo de escrita. Outra ferramenta amplamente utilizada é o *Google Docs*, que também permite colaboração em tempo real e mantém um histórico completo de versões do documento. Nossa recomendação é eleger um membro da equipe de pesquisadores para ficar responsável pela organização e sistematização dos arquivos. Em nossa experiência recente, todos os projetos de pesquisa estão armazenados no repositório do *Open Science Framework*.

Quando diferentes autores contribuem para um mesmo texto, há maior risco de fragmentação do argumento. Por isso, revisões focadas na coerência geral do manuscrito são fundamentais. Nossa sexta recomendação é realizar revisões internas antes de submeter o artigo a eventos científicos ou periódicos acadêmicos. Em projetos de longa duração, o chamado efeito fadiga pode afetar os autores, tornando mais difícil identificar erros e inconsistências no texto. Revisões cruzadas entre os coautores ajudam a detectar problemas que passam despercebidos em leituras individuais. Em nossa experiência de colaboração (Dalson e Ernani falando), muitos trabalhos iniciados por um autor são revisados pelo outro e vice-versa.

Isso ajuda a dar unidade ao texto ao mesmo tempo em que reduz a chance de erros.

Por fim, é importante estabelecer critérios claros para a definição da ordem de autoria. Idealmente, essa decisão deve ocorrer antes da submissão do manuscrito, de modo a evitar conflitos posteriores. A literatura sobre integridade científica também alerta para um problema recorrente: a inclusão de autores que não contribuíram de forma substantiva para a pesquisa. A autoria deve refletir participação efetiva no desenvolvimento do trabalho. Ao mesmo tempo, projetos de escrita colaborativa oferecem oportunidades importantes de aprendizagem, especialmente para estudantes de pós-graduação e pesquisadores em início de carreira. A interação entre autores pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades de pesquisa, análise e redação científica.

V. Conclusão

Este estudo demonstrou que a coautoria na Ciência Política brasileira deixou de ser uma prática marginal para se consolidar como um padrão crescente de produção científica, ainda que conviva com uma tradição relevante de autoria individual. A evidência empírica, baseada em 1.183 trabalhos publicados na *Brazilian Political Science Review* e na *Revista de Sociologia e Política*, indica que a média de autores por artigo praticamente dobrou ao longo do período analisado, refletindo um processo de convergência às dinâmicas internacionais de colaboração acadêmica.

Do ponto de vista analítico, esse movimento pode ser interpretado como resultado da crescente complexidade dos desenhos de pesquisa, da maior sofisticação metodológica e da ampliação das exigências institucionais por produtividade e impacto. A coautoria emerge, nesse contexto, tanto como estratégia de divisão de trabalho quanto como mecanismo de complementaridade de competências, capaz de aumentar a qualidade analítica e a robustez empírica das investigações.

Adicionalmente, os resultados mostram que a colaboração científica na área não reproduz clivagens de gênero no que se refere à intensidade da coautoria, ainda que persista uma sub-representação feminina nas primeiras autorias. Esse achado sugere que os obstáculos enfrentados pelas mulheres na disciplina não se manifestam na propensão à colaboração, mas possivelmente em etapas anteriores da trajetória acadêmica, o que abre espaço para investigações futuras mais focadas em desigualdades estruturais, como acesso a financiamento, ocupação de cargos de destaque, oportunidades de inserção em redes acadêmicas influentes e, sobretudo, os efeitos da divisão desigual do trabalho doméstico e de cuidado.

No plano micro, a análise qualitativa das trajetórias de pesquisa reforça que a coautoria é um processo socialmente construído, dependente de mecanismos de coordenação, confiança e definição clara de papéis. Assim, mais do que um arranjo técnico, a colaboração científica constitui um ativo relacional que contribui para a formação de redes acadêmicas, circulação de conhecimento e capacitação de novos pesquisadores.

Apesar de suas contribuições, o estudo apresenta limitações importantes, sobretudo no recorte empírico restrito a dois periódicos e na utilização de uma medida simplificada de coautoria baseada apenas no número de autores. Tais restrições indicam a necessidade de avanços metodológicos, especialmente com o uso de análise de redes, métricas de contribuição individual e abordagens qualitativas mais sistemáticas.

Nesse sentido, uma agenda de pesquisa promissora inclui a expansão do universo empírico, a investigação dos efeitos de incentivos institucionais sobre padrões de colaboração e a análise do impacto das tecnologias digitais na organização do trabalho científico.

Em síntese, os resultados sugerem que a coautoria se consolidou como um elemento central da produção científica em Ciência Política no Brasil, não apenas como reflexo de tendências globais, mas como componente estruturante de uma comunidade acadêmica cada vez mais interdependente, especializada e orientada à produção coletiva de conhecimento.

Referências

Barbosa, L.V. de Q. (2015) *O silêncio dos incumbentes: fragmentação partidária e empoderamento judicial no Brasil*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15169>>. Acesso em: 12 de mai. 2026.

BARBOSA, L.V. de Q. & CARVALHO, E.R. De (2020) The Supreme Federal Court as queen of chess: partisan fragmentation and judicial empowerment in Brazil. *Revista de Sociologia e Política*, 28(73), e007b. DOI: 10.1590/1678-987320287307en

Breuning, M. & Sanders, K. (2007) Gender and Journal Authorship in Eight Prestigious Political Science Journals. *PS: Political Science & Politics*, 40(2), pp. 347–351. DOI: 10.1017/S1049096507070564

Carvalho, E.R. de (2004) Em busca da judicialização da política no Brasil: apontamentos para uma nova abordagem. *Revista de Sociologia e Política*, 23, pp. 127–139. DOI: 10.1590/S0104-44782004000200011

Carvalho, E.R. de (2009) Judicialização da política no Brasil: controle de constitucionalidade e racionalidade política. *Análise Social*, 44(191), pp. 315–335. DOI: DOI: 10.31447/AS00032573.2009191.04

Carvalho, E.R. de & Leitão, N. (2010) O novo desenho institucional do Ministério Público e o processo de judicialização da política. *Revista Direito GV*, 6, pp. 399–422. DOI: 10.1590/S1808-24322010000200003

Ductor, L. (2014) Does Co-authorship Lead to Higher Academic Productivity? *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 77(3), pp. 385–407. DOI: 10.1111/obes.12070

Figueiredo Filho, D.B., Nunes, F. & Rocha, E.C. da et al. (2011) O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). *Revista Política Hoje*, 20(1). Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3808/31622>>. Acesso em: 12 de mai. 2026.

Figueiredo Filho, D.B., Lins, R. & Domingos, A. et al. (2019) Seven reasons why: a user's guide to transparency and reproducibility. *Brazilian Political Science Review*, 13(2), e0001. DOI: 10.1590/1981-3821201900020001

Figueiredo Filho, D.B. & Júnior, J.A.S. (2009) Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r). *Revista Política Hoje*, 18(1), pp. 115-146. Disponível em: <<http://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3852/3156>>. Acesso em: 12 de mai. 2026.

Henriksen, D. (2016) The rise in co-authorship in the social sciences (1980-2013). *Scientometrics*, 107(2), pp. 455-476. Disponível em: <https://www.issi-society.org/proceedings/issi_2015/0209.pdf>. Acesso em: 12 de mai. 2026.

Ioannidis, J.P.A. (2008) Measuring co-authorship and networking-adjusted scientific impact. *PLoS ONE*, 3(7), p. e2778. DOI: 10.1371/journal.pone.0002778

Maio, G. de & Kushner, H. (1981) Quantification and Multiple Authorships in Political Science. *The Journal of Politics*, 43(1), pp. 181-193. DOI: 10.2307/2130246

Melo, N.M.L. de (2010) *Quem controla os controladores? Independência e accountability no Ministério Público brasileiro*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/1968>>. Acesso em: 12 de mai. 2026

Metz, T. & Jäckle, S. (2017) Patterns of publishing in political science journals: an overview of our profession using bibliographic data and a co-authorship network. *PS: Political Science & Politics*, 50(1), pp. 157-165. DOI: 10.1017/S1049096516002341

Paranhos, R. et al. (2016) Uma introdução aos métodos mistos. *Sociologias*, 18(42), pp. 384-411. DOI: 10.1590/15174522-018004221

Parish, A.J., Boyack, K.W. & Ioannidis, J.P.A. (2018) Dynamics of co-authorship and productivity across different fields of scientific research. *PLoS ONE*, 13(1), p. e0189742. DOI: 10.1371/journal.pone.0189742

Pereira, M.A. & Carvalho, E.R. de (2008) Boaventura de Sousa Santos: por uma nova gramática do político e do social. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (73), pp. 45-58. DOI: 10.1590/S0102-64452008000100002

Peres, P. & Carvalho, E.R. de (2012) Religando as arenas institucionais: uma proposta de abordagens multidimensionais nos estudos legislativos. *Revista de Sociologia e Política*. 20(43), pp. 81-106. DOI: 10.1590/S0104-44782012000300005

Sampaio, R.C., Nicolás, M.A. & Junquilha, T.A. et al. (2024) ChatGPT e outras IAs transformarão a pesquisa científica: reflexões sobre seus usos. *Revista de Sociologia e Política*, 32, e008. DOI: 10.1590/1678-98732432e008

Soares, G.A.D., Souza, C.P.R. de & Moura, T.W. de (2010) Colaboração na produção científica na Ciência Política e na Sociologia brasileiras. *Sociedade e Estado*, 25(3), pp. 525-538. DOI: 10.1590/S0102-69922010000300006

Tomio, F.R. de L. & Carvalho, E.R. de (2013) Dossiê política, direito e judiciário: uma introdução. *Revista de Sociologia e Política*, 21(45), pp. 7-11. DOI: 10.1590/S0104-44782013000100002

II

10 A centralidade da explicação autoral na escrita científica: proposta de modelo analítico-interpretativo

Olivia Cristina Perez

I. Introdução

Este artigo apresenta um modelo de escrita científica alinhado ao que a literatura já consolidou e acrescenta a necessidade de incluir explicações autorais em todas as etapas de um artigo. Alguns dados mostram a importância desse campo: em 2023, o Brasil registrou a publicação de aproximadamente 157 mil artigos científicos (Brasil, 2024), o que colocou o país na décima posição entre as nações com maior volume de produção científica no período (Brasil, 2024).

Para auxiliar pesquisadores, existe ampla literatura sobre escrita científica, com destaque para os manuais produzidos em língua inglesa. A literatura identifica entraves persistentes no processo de publicação, como a pressão crescente por produtividade, que limita a diversidade temática e metodológica, reforçando padrões que privilegiam determinados tipos de pesquisa em detrimento de abordagens consideradas menos convencionais (Griffiths; Norman, 2016). A escrita fica mais difícil quando se espera condições ideais para produzir, prática que interrompe a continuidade e amplia o adiamento do texto (Silvia, 2018). Outros trabalhos evidenciam obstáculos estruturais do próprio texto acadêmico, como introduções que não formulam com precisão o problema de pesquisa ou discussões desorganizadas, aspectos que prejudicam a compreensão dos achados e que são recorrentes em manuscritos rejeitados em periódicos científicos (Wu, 2011). Há ainda evidências de que a aprovação de artigos depende do alinhamento rigoroso às diretrizes editoriais, da objetividade na apresentação dos achados e da descrição metodológica que permita replicação, componentes frequentemente insuficientes em manuscritos submetidos por pesquisadores iniciantes (Perez, Sousa & Brito, 2024).

Diversos autores(as) apresentam caminhos para fortalecer a escrita acadêmica, dentre os quais destacamos o ensino do modelo IMRaD (acrônimo para *Introduction, Methods, Results and Discussion*). O modelo se consolidou por padronizar a comunicação científica e facilitar a avaliação por pares ao organizar o manuscrito em perguntas centrais sobre problema, método e resultados (Wu, 2011). Ele pode ser aplicado às humanidades e ciências sociais quando dados, método e lógica analítica são apresentados de forma clara – o que aumenta a compreensão do texto (Codina, 2022).

Logo, a literatura sobre escrita científica apresenta modelos amplamente utilizados e consolidados, mas ainda abre espaço para contribuições que reforcem a interpretação original produzida por quem pesquisa. No sentido de contribuir com esse aspecto, a pergunta de pesquisa do texto é: como a centralidade da explicação autoral em cada seção do artigo pode aprimorar a elaboração de textos científicos e ampliar sua capacidade analítica?

As dificuldades da explicação autoral dialogam com críticas formuladas pelo movimento negro, que mostra como a ciência ocidental se apoia em bases coloniais e racistas (Gonzalez, 1988; Nego Bispo, 2025). Tais perspectivas questionam a ideia de neutralidade científica e evidenciam como a ciência reproduz hierarquias coloniais. A ruptura dessa lógica ocorre quando saberes retomam suas próprias referências e dispensam mediações externas, por

exemplo, com a valorização de epistemologias afro-indígenas e a formulação de categorias próprias, que deslocam padrões hegemônicos e ampliam o campo interpretativo.

Com base nesses ensinamentos que reforçam a importância da formulação de categorias próprias, o objetivo do artigo é propor um modelo de escrita científica que integra a literatura existente com uma abordagem focada na explicação autoral. Mostramos que a originalidade do artigo não está apenas no fato de tratar de um aspecto ainda não observado, mas sobretudo na explicação que oferece aos resultados alcançados. Essa explicação pode se apoiar em teorias existentes, mas deve necessariamente trazer a contribuição autoral do pesquisador(a). A abordagem não destoa do modelo IMRaD; ela apenas torna mais evidente a função central da explicação autoral em um artigo científico.

A combinação entre experiência editorial, revisão bibliográfica e exemplificação prática busca oferecer um modelo de escrita que fortalece a explicação autoral, ampliando as chances de aprovação em periódicos nacionais e internacionais.

II. Metodologia

A metodologia deste estudo articula dois eixos principais: a experiência editorial e de publicação de artigos acumulada pela autora e uma revisão não sistemática da literatura sobre escrita científica. A abordagem é qualitativa e interpretativa, orientada à identificação de elementos que fortalecem o caráter autoral na produção de artigos.

A autora foi editora associada na área de ciência política de um importante periódico de ciências sociais entre 2019 e 2021. Durante esse período, acompanhou a tramitação e avaliação de dezenas de manuscritos, observando dificuldades recorrentes e razões frequentes de rejeição. Somando-se a essa experiência, desde 2024 é diretora de uma editora universitária – trabalho que tem evidenciado o quanto a formulação das interpretações originais é elemento decisivo para a construção do conhecimento. O artigo também traz a experiência da autora como escritora de dezenas de artigos científicos – o que contribuiu para o presente trabalho principalmente nos exemplos sobre escrita.

Este texto foi construído ainda com uma revisão não sistemática da literatura sobre escrita científica. A revisão não buscou exaustividade, mas priorizou textos que discutem rotina da escrita, estrutura IMRaD, práticas editoriais, clareza argumentativa e construção da autoria.

Além disso, o estudo dialoga com investigação anterior em que se identificou que uma das principais dificuldades de aprovação de artigos científicos está relacionada à incompatibilidade entre a forma de escrita adotada por autores(as) e as expectativas dos periódicos. Essa constatação orientou a formulação do presente trabalho e ajudou a definir os focos analíticos centrais.

III. Resultados e Discussão

O Quadro 1 apresenta a proposta de estrutura de um artigo científico construída com os aprendizados derivados da literatura e da experiência da autora como editora e escritora de artigos científicos. A estrutura segue o modelo IMRaD, com ênfase no caráter autoral do artigo. Nesse formato, a introdução situa o tema e identifica a lacuna; os métodos descrevem com precisão como o estudo foi conduzido; os resultados expõem os dados e as interpretações autorais. Cada uma dessas partes será explicada com maior detalhamento, acompanhada de exemplos que ilustram seu funcionamento.

Quadro 1 – Estrutura de um artigo científico

1 Título e Resumo 2 Introdução Apresentação da pesquisa Explicação sobre o objeto Área de inserção e conceitos Síntese dos estudos recentes Lacuna e pergunta de pesquisa Referencial teórico Hipótese (opcional) Objetivo do trabalho Contribuições: campo de pesquisa e social 3 Metodologia Tipo de pesquisa Técnica de coleta de dados Materiais coletados Objetos da pesquisa Como a pesquisa aconteceu na prática Técnica de organização e análise dos dados <i>*Sempre justificar as escolhas</i>	4 Resultados e Discussão Introdução ao dado Exposição do dado Descrição detalhada Explicação autoral Uso de outros dados para explicar, quando possível Uso de teoria para explicar, quando possível Avanços em relação aos estudos anteriores Conexão com os objetivos da pesquisa <i>* Repetir o esquema para cada item/categoria analisada</i> 5 Conclusão Retomar o tema e o objetivo Resumir os principais resultados Confirmar ou negar a hipótese Apresentar limitações (opcional) Recomendar estudos futuros Sugerir mudanças no campo de pesquisa Referências: Apenas citadas e padronizadas
--	---

Fonte: Elaboração própria (2025).

III.1. Título e Resumo

A escrita objetiva do título orienta a leitura e favorece a comunicação do núcleo da pesquisa. Estudos apontam que o título influencia a aprovação de manuscritos porque apresenta o foco do estudo de modo direto (Perez, Sousa & Brito, 2024). Um título como “O caráter autoral como fator essencial para a aprovação de um artigo científico” cumpre essa função ao expor a interpretação construída, enquanto opções genéricas como “**Reflexões sobre**

ciência e sociedade” não permitem identificar o problema investigado tampouco os resultados alcançados.

O resumo de um artigo científico não deve discorrer sobre o tema do artigo e sim sobre os principais elementos da pesquisa, com ênfase para sua contribuição ao campo. O resumo pode incorporar explicitamente ou como exercício o modelo IMRaD, que organiza o texto em introdução, métodos, resultados e discussão – estrutura reconhecida por reforçar transparência, rastreabilidade e clareza na apresentação de estudos (Codina, 2022; Wu, 2011). Segue um exemplo curto de resumo seguindo o modelo IMRaD: Introdução: O estudo investiga fatores que influenciam a aprovação de artigos científicos. Métodos: A análise baseia-se em revisão sistemática da literatura. Resultados: Identificou-se que o caráter autoral das explicações apresentadas em cada seção do artigo é decisivo para a aprovação. Discussão/ Conclusões: O modelo oferece parâmetros para aprimorar a escrita e aumentar a aderência às exigências editoriais.

III.2. Introdução

A introdução de um artigo precisa definir o problema de pesquisa, situar sua relevância e indicar a lacuna que o estudo busca preencher (Codina, 2022). Também deve evitar contextualizações extensas sem foco e apresentar com precisão a motivação do estudo, já que introduções vagas estão entre as causas de rejeição editorial (Wu, 2011).

Para ser enxuto, o artigo deve se concentrar em uma única relação observada, ou em uma única “história”, que explicita de forma direta a contribuição inédita da pesquisa. Isso significa que todos os conceitos, discussões ou contextos históricos que não tenham relação direta com o objetivo específico do texto, não devem ser abordados. Por isso a delimitação do tema é fundamental: o artigo deve restringir-se ao problema investigado, evitando digressões ou tópicos secundários que não dialoguem com os resultados.

Como sugestão, o primeiro parágrafo pode começar com a frase: “Este texto trata da (relação que vai observar e o nome do objeto) mostrando como (descoberta da pesquisa).” Esse início apresenta o foco da pesquisa e já permite indicar a interpretação construída sobre o problema, tornando evidente o caráter autoral desde a primeira frase.

Quando cabível, no segundo parágrafo, a introdução pode apresentar o objeto de pesquisa com informações, por exemplo, sobre sua fundação, seus objetivos institucionais, sua composição e outras características que permitam ao leitor(a) compreendê-lo. Essas informações costumam estar disponíveis em documentos institucionais ou em sites oficiais. Podem existir trabalhos publicados sobre o objeto da pesquisa e eles devem ser inseridos nessa etapa do artigo.

Em seguida, o texto deve contextualizar o objeto dentro da área de estudo, apresentando conceitos essenciais e definindo-os a partir de autores(as) de referência. A título ilustrativo: “O estudo se insere no campo da contracolonialidade, que é definida conforme o piauiense Nego Bispo

(2025), como a recusa ao sistema colonial que mercantiliza saberes e vidas e, ao mesmo tempo, a criação de modos próprios de existir ancorados nas cosmologias e trajetórias comunitárias.” Nessa etapa, mais importante que acumular muitas citações é selecionar conceitos-chave trabalhados por autores(as) reconhecidos – conforme a orientação teórica do autor(a) do texto.

Passamos agora para a parte em que há mais reprodução de trabalhos: a revisão da literatura, também chamada de revisão bibliográfica ou estado da arte. Nesses parágrafos o autor(a) deve apresentar uma síntese dos estudos sobre seu tema, privilegiando pesquisas recentes, especialmente publicadas nos últimos cinco anos.

Fazemos aqui três observações importantes sobre a revisão da literatura. Primeiro distinguimos ela do **referencial teórico e da revisão sobre o objeto da pesquisa**. O referencial teórico reúne autores(as) que fornecem os conceitos centrais e orientam a análise, geralmente poucos nomes já consolidados. Isso difere da revisão sobre o objeto da pesquisa, que apresenta estudos e informações sobre a instituição, grupo ou obra investigada. Já a revisão da literatura deve sistematizar a produção sobre o tema de estudo. Por exemplo, em uma pesquisa sobre os resultados de um curso de escrita decolonial no mestrado da UFPI, o referencial teórico pode incluir autores(as) da contracolonialidade, como Nego Bispo, que serão usados para definir os conceitos e orientar as explicações sobre os resultados; a revisão do tema reunirá artigos recentes sobre escrita decolonial publicados em bases como SciELO; e a revisão sobre o objeto apresentará informações institucionais sobre o próprio curso.

Em segundo lugar, no modelo mais curto aqui proposto, a revisão da literatura integra a própria introdução e cumpre a função de identificar as lacunas do campo, reforçando a contribuição autoral do estudo. Esse modelo já aparece na literatura sobre escrita de artigos. Muitos artigos são rejeitados porque suas introduções não delimitam o problema nem articulam o diálogo com o estado da arte, o que reforça a necessidade de incorporar a revisão ao início do texto (Wu, 2011). A estrutura IMRaD integra a revisão da literatura à introdução, pois é nessa seção que se apresentam o que já se sabe sobre o tema, o problema de pesquisa e a lacuna que justifica o estudo (Codina, 2022). Adicionando a essas contribuições, como este artigo defende que o caráter autoral deve orientar a escrita científica, a revisão da literatura não pode ocupar espaço desproporcional nem substituir o núcleo analítico do artigo. Por isso que a maior parte do manuscrito precisa ser dedicada à explicação dos resultados, e não à reprodução extensiva de outras obras.

No entanto, sabe-se que a organização do artigo depende das normas editoriais, pois muitas revistas exigem uma seção específica de revisão após a introdução, o que demanda atenção ao formato solicitado.

Na proposta aqui apresentada a revisão bibliográfica tem uma função essencial: deve apresentar o que a literatura já produziu sobre o problema, organizando contribuições, limitações e lacunas que justificam o estudo, conforme descreveu Becker (2020). Logo, não se trata de acumular referências de forma descritiva ou sem direção, mas de apresentar um mapeamento que tenha como propósito evidenciar a lacuna e justificar a

pertinência do artigo. Sugerimos que esses parágrafos sejam organizados por ideias, e não por autores(as) isoladamente, permitindo ao leitor identificar as linhas principais de interpretação e os consensos ou controvérsias em curso.

Por isso, logo após a revisão bibliográfica a pergunta deve ser apresentada, em forma interrogativa, articulada ao objetivo do trabalho e formulada de modo que leve a uma explicação nova sobre o assunto, e não à repetição do que a literatura já afirma. A pergunta pode ser formulada de modo a antecipar a descoberta, como: “De que forma o caráter autoral influencia a aprovação de artigos científicos em periódicos?”.

Para orientar a resposta da pergunta em seguida deve-se apresentar o referencial teórico. A escolha deve recair sobre um a três autores(as) centrais, capazes de oferecer ferramentas à análise. Os mesmos autores(as) usados para definir conceitos podem aparecer novamente como parte desse referencial. Considere que não é necessário abarcar todas as teorias disponíveis, mas selecionar aquelas que efetivamente contribuem para a interpretação dos resultados. Essa escolha não é neutra: trata-se também de uma decisão que expressa a forma como o pesquisador(a) enxerga os fenômenos que investiga. Em alguns casos, é possível formular uma hipótese derivada do referencial teórico.

A introdução deve necessariamente apresentar o objetivo do artigo. Esse objetivo precisa ser descrito de modo explícito e detalhar quais categorias ou itens serão analisados, sempre em consonância com os resultados que a pesquisa trará. Esse aspecto é tão importante que muitas vezes o pesquisador(a) formula objetivos preliminares no início da investigação, e os reavalia ao final, de modo que fiquem em consonância com os resultados efetivamente alcançados. Como exemplo, um artigo pode começar buscando, por meio de revisão sistemática, os fatores que explicam a aprovação de trabalhos científicos, especialmente quando esses critérios ainda não são evidentes. No percurso da análise, pode surgir a descoberta de que o caráter autoral é o elemento decisivo, o que leva à reformulação do objetivo e à escolha de autores(as) tratam de autoria e escrita científica. Esse processo demonstra que a escrita envolve necessariamente revisões sucessivas.

Finalize a introdução com as contribuições da pesquisa, mostrando como a investigação acrescentou de forma original ao campo de estudos. Sempre que pertinente, podem ser incluídas também contribuições sociais, indicando de que modo os resultados têm relevância prática para determinados grupos, instituições ou políticas públicas.

III.3. Metodologia

A metodologia é uma seção central de um artigo científico: a falta de definição metodológica é um dos principais motivos de rejeição de manuscritos, pois impede entender a relação entre pergunta, análise e resultados (Wu, 2011). A seção de metodologia deve explicar com precisão como a pesquisa foi conduzida, detalhando procedimentos, fontes e critérios analíticos para garantir transparência e permitir a avaliação do percurso

realizado, em consonância com a lógica do IMRaD, que exige métodos claros e verificáveis (Codina, 2022).

A metodologia informa o tipo de pesquisa, por exemplo, qualitativa, e explica por que esse enquadramento atende ao objetivo do estudo. Em seguida, descreve a técnica de coleta de dados, como entrevistas ou análise documental, e identifica os objetos ou materiais, indicando critérios de escolha, como experiência prévia, participação em um programa ou disponibilidade de registros. A seção também deve listar o material coletado, como dez entrevistas, três relatórios ou um conjunto de cem atas, e explicar como a pesquisa ocorreu na prática, incluindo acesso ao campo, contato com participantes ou uso de bases públicas. Por fim, apresenta a técnica de organização e análise dos dados, como categorização temática ou análise de conteúdo, e informa como cada procedimento foi aplicado para produzir os resultados.

A definição e explicitação de critérios para cada etapa da metodologia é essencial porque organiza o percurso da pesquisa e reduz escolhas arbitrárias. Esses critérios orientam a seleção do tipo de pesquisa, dos objetos, da técnica de coleta e dos procedimentos de análise. A justificativa associada a cada item explicita porque essas escolhas são adequadas ao problema investigado. Essa combinação (critério e justificativa para cada item) fortalece a consistência do estudo e permite que o leitor(a) compreenda como cada decisão sustenta o resultado produzido. A título ilustrativo: “O artigo examinou toda a literatura sobre escrita científica disponível no SciELO porque esse portal reúne a base mais consolidada e de acesso aberto da produção científica brasileira, o que permite mapear tendências nacionais e identificar como a escrita acadêmica tem sido orientada nos principais periódicos do país”.

III.4. Resultados e discussão

A primeira etapa dos resultados é a descrição dos dados. Nessa etapa propomos primeiro que os dados sejam introduzidos ao leitor(a). O pesquisador(a) deve anunciar a categoria, conceito ou objetivo em foco e informar como os dados foram coletados e organizados.

Na sequência, os dados devem ser apresentados de forma sistemática. O uso de figuras é recomendável porque organiza informações e facilita a leitura. Podem ser incluídos por exemplo gráficos de barras para volumes comparativos, gráficos de linhas para evoluções temporais, nuvens de palavras para temas recorrentes, quadros com trechos de textos, entrevistas ou legislações. O importante é apresentar os dados de forma sistematizada.

Após a apresentação, o pesquisador(a) deve descrever os dados detalhadamente. É o momento de indicar frequências, tendências ou padrões que emergem, sem ainda atribuir causas. É comum pesquisadores encerrarem a seção dos resultados na descrição dos dados, sem passarem para a discussão deles – etapa essa que consideramos central no artigo, principalmente quando é apresentada uma explicação autoral e inédita sobre os dados.

A etapa da discussão dos dados, pode se guiar pelas seguintes perguntas: o que os dados significam? Por que eles se apresentam dessa forma? A explicação dos resultados pode ser guiada pelo referencial teórico, que oferece categorias e conceitos úteis para interpretar os dados. No entanto, é essencial que essa interpretação seja também autoral, isto é, construída a partir da leitura crítica do material empírico pelo próprio pesquisador(a). As análises devem sempre estar ancoradas nos dados apresentados, evidenciando como eles sustentam os argumentos desenvolvidos. Quando necessário, podem ser incorporados dados adicionais ou resultados de outras pesquisas que complementem a interpretação, mas sem substituir a contribuição original do autor(a). Como exemplo: “Os dados mostram que 70% dos artigos repetem a mesma teoria, isso indica que a produção científica segue limitada por padrões que inibem explicações próprias e reforçam a lógica colonial que valoriza apenas certos autores”.

Em seguida, o autor(a) deve apresentar os avanços de suas interpretações construídas a partir dos dados, em diálogo com os artigos analisados na revisão da literatura. Esse movimento é fundamental para demonstrar como o estudo dialoga com pesquisas anteriores e, ao mesmo tempo, avança em relação a elas. Dessa forma, tanto a revisão da literatura quanto o referencial teórico exposto na introdução reaparecem na discussão dos resultados.

Por fim, cada seção de resultados deve ser concluída com uma síntese dos achados, conectando-os diretamente aos objetivos estabelecidos para o item.

Essa sequência de análise dos dados — introdução, apresentação, descrição, destaque dos pontos relevantes, explicação e relação com a literatura/objetivo da pesquisa — deve ser repetida para cada categoria, conceito ou objetivo da pesquisa.

É importante diferenciar a explicação autoral tanto da descrição dos dados quanto da simples confirmação de teorias e de resultados já apresentados por outros estudos. A descrição apenas informa o que aparece no material. A explicação autoral responde por que isso ocorre. A teoria ajuda a entender os dados, mas é importante que haja uma contribuição própria para o campo. Por exemplo, uma descrição informa apenas o dado, como afirmar que 70% dos artigos confirmam a teoria. A explicação autoral pergunta porque isso acontece. Em um exemplo hipotético um artigo pode explicar o dado mostrando que a replicação de teoria acontece principalmente entre cientistas que têm menor contato com debates sobre colonização da ciência desenvolvidos por autoras negras. Esse movimento não abandona a teoria, mas acrescenta ao conhecimento. A explicação dos dados é enriquecido pelas experiências de vida que, somadas às leituras, ajudam o pesquisador(a) a compreender por que os resultados assumem determinada forma.

A literatura já aponta a que caráter analítico de uma pesquisa é central para a escrita científica (Becker, 2020; Swales & Feak, 2012). No entanto, essa é uma parte frequentemente negligenciada da pesquisa, e uma explicação possível está na própria colonização da ciência, que historicamente incentivou a reprodução de autores consagrados em vez da

construção de interpretações próprias. Essa herança reforça a prática de citar sem elaborar, dificultando que pesquisadores(as) assumam a autoria de suas explicações e fortaleçam o caráter analítico do texto.

O trabalho de Lélia Gonzalez (1988) e Nego Bispo (2025) foram centrais para orientar esse olhar. Suas críticas à ciência ocidental como práticas assentadas em bases coloniais evidenciaram como epistemologias eurocêntricas invisibilizam saberes. Essa perspectiva encorajou a explicitar um modelo que não apenas organiza a escrita científica, mas que também busca ampliar a legitimidade de diferentes trajetórias acadêmicas.

Com base nesse referencial, defendemos aqui que não basta descrever o fenômeno investigado, nem apenas relatar dados coletados ou repetir o que outros autores disseram. A marca da escrita científica é a explicação: é preciso mostrar o porquê do que foi observado, produzindo interpretações que ajudem a compreender melhor o problema de pesquisa. Escrever a seção de resultados exige, portanto, coragem analítica. É o momento de assumir a autoria da interpretação, de articular dados e conceitos com ousadia e responsabilidade.

III.5. Conclusão e referências

A conclusão de um artigo científico deve ser breve, objetiva e diretamente conectada ao objetivo apresentado na introdução. Para isso, pode iniciar retomando o tema e o propósito central da pesquisa, em seguida resumir os principais achados sem repetir dados ou tabelas, destacando apenas os pontos mais relevantes da análise. Quando houver hipótese, deve ser confirmada ou negada à luz dos resultados. Também é recomendável explicitar eventuais limitações. Não é recomendável reproduzir autores(as) tampouco incluir explicações que não foram desenvolvidas na seção dos resultados e discussão.

Por fim, a conclusão deve apontar direções para pesquisas futuras e indicar possíveis mudanças no campo, abrindo caminho para a continuidade do debate. A conclusão tem justamente essa função: abrir perspectivas para outros(as) pesquisadores(as) do campo. A título de exemplo, a conclusão pode terminar com essa ideia “A análise sugere caminhos para estudos futuros sobre autoria e usos da teoria e indica a necessidade de práticas que ampliem vozes diversas”.

A seção de referências é o fechamento formal de um artigo científico e deve obedecer a critérios de rigor e padronização, incluindo apenas as obras efetivamente citadas no corpo do texto. O formato das referências deve seguir o padrão estabelecido pela revista em que o artigo será submetido (como APA, Chicago, Vancouver ou ABNT). É importante também incluir obras digitais sempre que forem utilizadas. O que se avalia não é a quantidade de autores(as) citados(as), mas a capacidade do pesquisador(a) de demonstrar que reconhece o referencial teórico escolhido a partir de sua própria visão de mundo, que compreende o debate atual sobre o tema e que insere seu trabalho como contribuição às discussões mais recentes.

IV. Conclusões

Este artigo parte da ideia de que escrever não é apenas relatar procedimentos ou reproduzir teorias consagradas, mas construir interpretações próprias sobre o fenômeno investigado. Defendemos que o caráter autoral do texto deve ocupar o centro da produção acadêmica, pois é nele que o estudo revela sua contribuição real. Esse entendimento se apoia em autores(as) que mostram como bloqueios de escrita, rotinas herdadas e expectativas disciplinares que incentivam a mera reprodução de argumentos alheios, ocultando a posição de quem pesquisa e reduzindo a força explicativa dos artigos.

Ao longo do texto, argumentamos que a centralidade da explicação autoral não é um detalhe de estilo, mas uma forma de reposicionar pesquisadores(as) como sujeitos ativos da produção de conhecimento. Em vez de se limitar ao acúmulo de citações, a escrita deve demonstrar interpretações autorais para responder à pergunta da pesquisa e sustentar a contribuição do artigo. O conjunto dos achados mostra que, quando cada seção do artigo incorpora a explicação autoral, o texto ganha coerência argumentativa e aprofunda sua capacidade de interpretação, superando a simples descrição dos dados.

São necessárias algumas explicações adicionais e ressalvas sobre o modelo apresentado. Primeiramente é importante ressaltar que o esquema apresentado deve ser compreendido como um modelo sugestivo, pensado para oferecer um ponto de partida à organização do manuscrito. Não se trata, contudo, de um guia rígido a ser seguido em todas as pesquisas. O autor(a) mantém plena liberdade para adaptar a estrutura às especificidades da sua abordagem, observando sobretudo o formato mais comum adotado pelo periódico ao qual o artigo será submetido. Incentivamos também que cada um busque construir o seu modelo considerando as suas características da escrita. Assim, o modelo funciona como referência inicial e não como guia único, servindo ao propósito de orientar, mas sem restringir a autonomia da escrita científica.

Outra limitação deve-se ao fato de que o modelo apresentado é indicado para pesquisas originais, isto é, àquelas que, a partir da revisão da literatura, identificam uma lacuna e explicitam como o estudo contribui para preenchê-la.

Pesquisas futuras podem investigar quem é replicado na literatura e por que essa replicação ocorre, examinando mecanismos que estabilizam teorias e limitam explicações próprias. Também são necessários estudos sobre quem controla padrões editoriais e espaços de divulgação científica, identificando como essas estruturas restringem a entrada de novas vozes. Outro eixo promissor envolve analisar como classe, gênero, raça e região influenciam a produção e a circulação do conhecimento, o que permite ao leitor(a) compreender de modo mais preciso como diferentes desigualdades moldam o acesso ao debate acadêmico.

Como desdobramento prático, sugerimos ampliar a formação em escrita, diversificar os sujeitos que ocupam espaços de poder editorial e valorizar saberes produzidos em diferentes territórios. Democratizar essas instâncias não é apenas uma meta institucional, mas condição para que a ciência produza interpretações mais diversas e representativas.

Referências

- Becker, H.S. (2020) *Writing for social scientists: how to start and finish your thesis, book, or article*. 3ª ed. Chicago: University of Chicago Press.
- Belcher, W.L. (2019) Introduction. In: *Writing your journal article in twelve weeks: a guide to academic publishing success*. 2ª ed. Chicago: University of Chicago Press.
- Brasil (2024) Ciência aberta. Brasil publicou quase 157 mil artigos em 2023. Gov. br, 25 mar. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/brasil-publicou-quase-157-mil-artigos-em-2023>>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- Codina, L. (2022) The IMRaD model: what is it and how can it be applied to articles in the humanities and social sciences? *Hipertext.net*, (24), pp. 96–103. DOI: 10.31009/hipertext.net.2022.i24.01
- Ferreira, J.C. & Patino, C.M. (2024) How to become a productive academic writer? *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, 50(5), e20240345. DOI: 10.36416/1806-3756/e20240345
- Gonzalez, L. (1988) A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, 92/93, pp. 69–82.
- Griffiths, P. & Norman, I. (2016) Why was my paper rejected? Editors' reflections on common issues which influence decisions to reject papers submitted for publication in academic nursing journals. *International Journal of Nursing Studies*, 57, pp. A1–A4. DOI:10.1016/j.ijnurstu.2016.03.017
- Nassi-Calò, L. (2023) A comunidade científica está publicando (muito) mais e isso é um problema. *SciELO em Perspectiva*, 29 nov. Disponível em: <<https://blog.scielo.org/blog/2023/11/29/a-comunidade-cientifica-esta-publicando-muito-mais-e-isso-e-um-problema/>>. Acesso em: 9 dez. 2025.
- Perez, O.C., Sousa, L.M. & Brito, K.C.S. (2024) Elementos que levam à aprovação de um artigo científico. In: *14º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Ensino e Pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais*. Salvador.
- Santos, A.B. dos; Kohan, W.O. & Pereira Júnior, G. (2025) Entrevista com Nego Bispo: 'Eu lhe ensinei tudo que eu sabia, mas eu não sabia tudo que eu queria lhe ensinar'. *Transformação*, 48(1), e025053. DOI: 10.1590/0101-3173.2025.v48.n1.e025053
- Silvia, P.J. (2018) *How to write a lot: a practical guide to productive academic writing*. 2ª ed. Washington, D.C.: American Psychological Association.
- Swales, J. M. & Feak, C.B. (2012) *Academic writing for graduate students: essential tasks and skills*. 3ª ed. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Sword, H. (2012) *Stylish academic writing*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Wu, J. (2011) Improving the writing of research papers: IMRAD and beyond. *Landscape Ecology*, 26(10), pp. 1345–1349. DOI:10.1007/s10980-011-9674-3

II

11 Como escrever resumos de artigos científicos: o modelo IMRaD

Adriano Codato

I. Introdução

Este capítulo sustenta uma tese: a maioria dos resumos em Ciência Política falha não por problemas substantivos, mas por organização inadequada da informação. Informações essenciais (o problema, os métodos, os achados principais) aparecem misturadas, omitidas ou descritas de forma genérica e imprecisa. A solução mais eficaz é o uso consistente da *lógica IMRaD* (Introdução, Métodos, Resultados e Discussão), seja explicitamente sinalizada, seja incorporada de modo implícito.

Escrever bons resumos não é um exercício literário, mas uma competência técnica: saber identificar claramente problema de fundo ou a motivação, explicar os métodos empregados na pesquisa, destacar somente os resultados relevantes e comunicar as implicações mais gerais das descobertas. Embora a maioria dos periódicos da área não exija resumos formalmente estruturados, suas diretrizes editoriais pressupõem, na prática, uma “lógica informacional” próxima ao modelo IMRaD.

II. Por que resumos são importantes?

Resumos operam em três circuitos centrais do sistema acadêmico, daí sua relevância. Primeiro, leitores os utilizam como instrumento de triagem, decidindo rapidamente se um artigo é relevante para seus interesses de pesquisa. Segundo, algoritmos de bases como Scopus, Web of Science e Google Scholar processam o texto do resumo para fins de busca, recomendação e ranqueamento, tornando a escolha das palavras decisiva para a visibilidade do artigo. Terceiro, editores recorrem ao resumo para avaliar a aderência da submissão ao escopo do periódico, a novidade trazida pelo artigo e para escolher pareceristas alinhados ao tema. Resumos vagos, sem métodos claros ou sem conclusões explícitas frequentemente resultam em rejeição sumária antes da avaliação externa.

Mas o gênero resumo convive com três restrições que tornam sua escrita tecnicamente exigente. A primeira é o espaço limitado: a maioria dos periódicos estabelece limites entre 150 e 200 palavras, o que exige economia lexical e eliminação de redundâncias. A segunda é a autonomia: o resumo deve ser plenamente compreensível sem acesso ao artigo completo, evitando referências internas, citações bibliográficas, vocabulário idiossincrático e acrônimos não definidos. A terceira é a estrutura: resumos orientados pela lógica IMRaD seguem uma sequência informacional definida, na qual problema, método, resultados e interpretação devem aparecer de forma ordenada a fim de preservar a coerência do texto.

III. O modelo padrão: o IMRaD

O modelo IMRaD organiza artigos científicos segundo uma lógica simples: a sequência da descoberta científica espelha a estrutura do texto. Essa padronização não serve aos autores, mas aos leitores — inversão frequentemente ignorada nas Ciências Sociais.

O IMRaD responde a quatro perguntas fundamentais (Heseltine, 2015):

- Introdução → Por que você começou?
- Métodos → O que você fez?
- Resultados → Que resposta você obteve?
- Discussão → O que isso significa?
- Vejamos dois exemplos práticos do IMRaD comparando-o com o modelo narrativo, mais comum nas Ciências Humanas

IV. O IMRaD e o resumo narrativo

Periódicos de Ciência Política de maior impacto têm instruções muito vagas sobre como escrever os resumos dos seus artigos.

No Quadro 1 sintetizo as recomendações de sete deles.

Quadro 1 – Diretrizes dos principais periódicos de Ciência Política

Periódicos	Recomendações para elaboração de abstracts	Fonte
<i>American Journal of Political Science, American Political Science Review, Perspectives on Politics</i>	- Extensão: 150 palavras - Conteúdo obrigatório: questão de pesquisa, métodos, achados - Função: resumir o manuscrito de forma autossuficiente - Vocabulário: evitar palavras incomuns que prejudiquem indexação	APSA (2023) <i>Style Manual for Political Science</i> .
<i>International Organization, Political Analysis, British Journal of Political Science, Political Science Research and Methods</i>	- Extensão: 120–200 palavras (1–2 parágrafos) - Conteúdo: elementos mais relevantes, incluir palavras-chave - Linguagem: clara e acessível, limitar jargão técnico - Função: facilitar descoberta em bases de dados	<i>Writing an effective abstract</i> , Cambridge University Press

Fonte: Elaboração própria (2026)

Embora raramente exijam resumos estruturados, os principais periódicos de Ciência Política convergem quanto ao conteúdo esperado:

identificação clara da questão de pesquisa, explicitação de métodos e achados centrais, linguagem precisa e atenção aos termos utilizados tendo em vista otimizar a indexação. Na prática, essas exigências pressupõem a lógica IMRaD como padrão funcional, tornando resumos narrativos aceitáveis apenas quando incorporam, implicitamente, a mesma hierarquia informacional e separação analítica.

No entanto, como veremos, o IMRaD “explícito” é bastante superior ao resumo narrativo para comunicar as informações essenciais do artigo.

IV.1 Exemplos comparados: resumo padrão vs. IMRaD

Esta seção apresenta dois exemplos comparados de resumos narrativos e resumos orientados pela lógica IMRaD.

IV.1.1 Exemplo 1: Estudo quantitativo

Quadro 2 – Resumo originalmente publicado (formato narrativo)

Analizamos como o calendário das eleições locais afeta o sucesso de candidatos pertencentes a grupos minoritários, ainda amplamente sub-representados em cargos políticos. Partimos de pesquisas que demonstram como eleições concomitantes reduzem as disparidades raciais na participação eleitoral e exploramos mudanças no calendário eleitoral municipal na Califórnia. Nossa análise revela que preencher cargos locais em novembro de anos pares aumenta a representação de minorias em posições eletivas, pelo menos para determinados grupos. Os resultados evidenciam como, quando e para quem o calendário eleitoral é relevante. Os latinos são os principais beneficiários, possivelmente em detrimento da representação de brancos e, em menor grau, de negros. A investigação dos mecanismos potenciais sugere que esses efeitos dependem do tamanho populacional dos grupos e da magnitude das mudanças na participação eleitoral. O aumento no número de candidatos do mesmo grupo racial/étnico também parece contribuir para os benefícios representacionais das eleições coincidentes. Por fim, os efeitos são mais acentuados durante eleições presidenciais, quando os ganhos de participação são maiores²⁹. [148 palavras em inglês; 163 em português]

Com base nesse mesmo artigo, elaborei um resumo estruturado.

Quadro 3 – Formato IMRaD

Introdução: Candidatos de minorias raciais permanecem sub-representados em cargos eletivos nos Estados Unidos. Este estudo examina como o calendário de eleições municipais afetou o sucesso eleitoral de minorias na Califórnia entre 2008 e 2020.

Continuação do quadro na página seguinte.

29. Referência: Hajnal, Z. L., Kogan, V. and Markarian, G. A. (2025).

Métodos: A raça e etnia dos candidatos foram estimadas por método bayesiano usando sobrenomes e dados censitários. Mudanças legislativas obrigaram municípios com baixa participação a alterar o calendário eleitoral, permitindo comparações antes-depois através de regressão com controles por cidade e ano.

Resultados: Eleições locais em novembro de anos pares aumentam a representação latina entre 10 e 14%, aproximando-a de sua proporção populacional. Os efeitos variam conforme o tamanho da população latina e o aumento no comparecimento eleitoral. Brancos perdem entre 4 e 10%, asiático-americanos ganham 2%, e afro-americanos não alcançam significância. Os efeitos são maiores quando eleições locais coincidem com eleições presidenciais e onde latinos representam entre 20% e 50% da população.

Discussão: Reformas institucionais aparentemente técnicas podem produzir ganhos expressivos nos padrões de representação descritiva, reduzindo desigualdades históricas no acesso a cargos eletivos. [168 palavras]

Fonte: Elaboração própria (2026)

No resumo IMRaD, a Introdução identifica explicitamente o problema de fundo em uma frase (a sub-representação de minorias) e delimita o objeto empírico – o que, onde e quando – em outra (o efeito do calendário eleitoral municipal na Califórnia entre 2008 e 2020), algo apenas sugerido no fluxo narrativo original. Na seção de Métodos, o resumo IMRaD descreve de forma direta a técnica empregada (estimativa bayesiana de raça e etnia), os dados utilizados (sobrenomes combinados com informações censitárias) e o desenho da pesquisa (mudanças legislativas que permitem comparações antes-depois por meio de regressões com controles por cidade e ano), enquanto o resumo narrativo se limita a uma expressão vaga (“exploramos mudanças”).

Nos Resultados, o formato IMRaD quantifica numericamente efeitos e condições (“latinos +10-14%”, “efeitos maiores quando representam 20-50% da população”, “brancos -4-10%”), ao passo que o resumo narrativo recorre a generalizações (“aumenta a representação”, “possivelmente [sic] em detrimento”). Já na Discussão, o IMRaD separa claramente evidência empírica de interpretação ao explicitar a implicação substantiva dos resultados (“reformas institucionais produzem ganhos expressivos na representação descritiva”), enquanto o formato narrativo mistura achados e inferências ao longo do texto.

Essa separação entre dados e interpretação reflete um princípio fundamental identificado por Brett (1994): em Ciências Sociais quantitativas, a seção Resultados, em um artigo, desempenha simultaneamente funções de apresentação (*relato objetivo de números*) e comentário (*interpretação autoral*). No entanto, no resumo, essas funções devem aparecer em seções distintas: Resultados para evidência empírica e Discussão para significado teórico, evitando que leitores confundam o que foi encontrado com o que isso pode significar.

IV.1.2 Exemplo 2: Estudo metodológico

Quadro 4 – Resumo originalmente publicado (formato narrativo)

Pesquisas por survey no Sul Global sempre exigem orçamentos elevados e trabalho de campo extenso. A expansão da conectividade digital é uma oportunidade para pesquisadores alcançarem amostras globais de participantes e contextos de estudo onde o contato presencial é desafiador. Este artigo avalia anúncios no Facebook como ferramenta para recrutar amostras diversificadas de survey no Sul Global. Utilizando a plataforma de anúncios do Facebook, recrutamos respondentes por cotas no México, Quênia e Indonésia e avaliamos o desempenho dessas amostras em diversos indicadores, identificamos fontes de viés, replicamos um experimento canônico e destacamos as vantagens e desvantagens que pesquisadores devem considerar. Este método pode recrutar respondentes de forma rápida e barata, mas essas amostras tendem a ser mais escolarizadas que as populações nacionais correspondentes. A ponderação ameniza os desequilíbrios amostrais. Este método gera dados comparáveis a amostras online comerciais por uma fração do custo. Nossa análise demonstra que anúncios no Facebook podem viabilizar pesquisas em contextos diversos de maneira econômica e eficaz³⁰. [149 palavras em inglês; 161 em português]

Quadro 5 – Resumo formato IMRaD

Introdução: Pesquisas por survey no Sul Global exigem orçamentos elevados e trabalho de campo extenso. A expansão da conectividade digital permite alcançar populações onde o contato presencial é difícil. Este estudo avalia anúncios no Facebook como ferramenta para recrutar amostras diversificadas no México, Quênia e Indonésia.

Métodos: 9.973 respondentes foram recrutados via anúncios no Facebook utilizando cotas demográficas e geográficas. O estudo aplicou o modelo de Erro Total de Survey para identificar vieses. Características demográficas e opiniões políticas foram comparadas com censos nacionais e surveys presenciais representativos.

Resultados: Este método recruta respondentes rapidamente a baixo custo (US\$ 0,16–1,57 por respondente), mas sobrerrepresenta indivíduos mais escolarizados. O método gera dados comparáveis a amostras comerciais online com custo substancialmente menor. A amostragem por cotas reduz vieses, embora dados inferidos pelo Facebook apresentem imprecisões.

Discussão: Anúncios no Facebook viabilizam pesquisas eficientes e econômicas em diferentes contextos, mas não substituem surveys probabilísticos presenciais. A sobrerrepresentação de escolarizados e a não-resposta exigem ponderação e monitoramento contínuo durante a coleta. [165 palavras]

Fonte: Elaboração própria (2026)

30. Referência: Rosenzweig, L.R. et al. (2025).

No resumo IMRaD, a Introdução separa claramente o problema de fundo (os altos custos e as dificuldades logísticas de surveys no Sul Global) do objeto empírico e do escopo do estudo, especificando a estratégia analisada e os contextos nacionais considerados (uso de anúncios no Facebook no México, Quênia e Indonésia), distinção que no formato narrativo aparece diluída em um único fluxo argumentativo.

Na seção de Métodos, o IMRaD de forma direta os elementos centrais do desenho da pesquisa: tamanho da amostra (9.973 respondentes), estratégia de recrutamento (cotas demográficas e geográficas), enquadramento analítico (modelo de Erro Total de Survey) e critérios de validação (comparações com censos e surveys presenciais), permitindo ao leitor avaliar como os dados foram produzidos e comparados. Já o resumo narrativo se limita a descrições genéricas que pouco informam sobre o procedimento adotado (“recrutamos respondentes por cotas”, “avaliamos o desempenho”).

Nos Resultados, o formato IMRaD quantifica custos (US\$ 0,16–1,57 por respondente), identifica vieses problemáticos (sobre-representação de indivíduos mais escolarizados) e delimita condições de comparabilidade, ao passo que o resumo narrativo utiliza formulações vagas (“rápida e barata”, “mais escolarizadas”) e mistura achados empíricos com juízos conclusivos. Já na Discussão, o IMRaD distingue evidência empírica e implicações ao explicitar limites do método (“não substitui surveys probabilísticos”) e exigências analíticas adicionais (ponderação e monitoramento da não-resposta), enquanto o formato narrativo tende a condensar essas ressalvas em afirmações gerais sobre eficiência e viabilidade (“econômica e eficaz”).

V. O IMRaD e a organização da prática científica

Os dois exemplos anteriores demonstram que o IMRaD organiza o pensamento científico em quatro dimensões:

IMRaD como infraestrutura cognitiva: como pensar

O IMRaD ensina a pensar a própria pesquisa de forma ordenada, pois obriga o autor a separar e ordenar, em sequência lógica, o problema investigado, os procedimentos adotados, as evidências produzidas e a interpretação dos achados. Ao impor uma arquitetura ao pensamento, o formato organiza tanto a concepção quanto a apresentação da pesquisa.

Eficiência informacional sob restrição de palavras: o que escolher dizer

O IMRaD maximiza informação substantiva ao eliminar digressões narrativas e contextualizações genéricas. Ele força escolhas claras sobre o que entra e o que fica fora do resumo.

Separação entre procedimento, achado e interpretação: como organizar a informação

Ao exigir que Métodos, Resultados e Discussão apareçam como categorias distintas, o IMRaD evita que procedimentos sejam confundidos com conclusões e que interpretações sejam apresentadas como evidência empírica.

Valor pedagógico do IMRaD: uma forma de aprender

Para pesquisadores em formação, o IMRaD torna visível a distinção entre o que foi feito, o que foi encontrado e o que isso significa, operações que cientistas experientes já internalizaram.

V.1 Armadilhas comuns

Equívocos recorrentes consomem espaço sem agregar informação:

- iniciar o resumo com “Este artigo...” em vez de entrar diretamente no problema de pesquisa;
- repetir resultados na Discussão ou distribuir achados entre Resultados e Discussão sem critério;
- recorrer a expressões vagas (“muitos casos”, “várias variáveis”) em lugar de quantificações precisas;
- empregar excessivamente a primeira pessoa plural (“nós argumentamos”, “nosso estudo”).

Esses problemas costumam se manifestar como linguagem vaga, redundâncias, uso desnecessário de citações bibliográficas e excesso de jargão técnico, todos eles incompatíveis com a economia lexical exigida pelos resumos científicos.

Wu (2011), depois de analisar centenas de manuscritos submetidos à *Landscape Ecology*, identificou dois problemas estruturais recorrentes: ausência de questões de pesquisa claramente formuladas na Introdução e falta de organização interna nas seções de Resultados e Discussão. Em suas palavras, “o leitor precisa ver um edifício, não uma pilha de tijolos”. Embora Riitters (2011) alerte que “criatividade abomina prescrição e lixo bem documentado continua sendo lixo”, Wu argumenta que escrita científica deve ser disciplinada e estruturada. A lição para resumos em Ciência Política é muito clara: IMRaD não é camisa de força, mas ferramenta que, bem aplicada, transforma trabalho bom em excelente.

V.2 Como aplicar

Como aplicar essa disciplina na prática? Uma forma direta é escolher verbos que comuniquem com precisão o que foi feito metodologicamente.

evite	prefira
“exploramos”, “examinamos”, “investigamos”	“testamos”, “estimamos”, “comparamos”
“observamos”, “reconstruímos”, “mapeamos”	“calculamos”, “mensuramos”, “quantificamos”

Além disso, cada palavra economizada pode ser investida em maior especificidade:

evite	prefira
Os resultados sugerem e indicam...	Os resultados evidenciam relação positiva...
Nosso estudo examina e investiga...	O artigo analisa...

Resumos nunca devem incluir citações, pois quem tem acesso apenas ao resumo não sabe que referência é esta. Quando o estudo replica ou testa explicitamente a teoria de uma autora específica, basta o nome da pessoa. Referências genéricas à “literatura” também desperdiçam espaço.

evite	prefira
Seguindo o argumento de Lijphart (1999) de que sistemas proporcionais favorecem maior representação de minorias através da redução de barreiras eleitorais, analisamos...	Sistemas proporcionais favorecem maior representação de minorias através da redução de barreiras eleitorais. Neste artigo analisamos...

Termos muito especializados sem definição confundem seus leitores. Busque sempre o (difícil) equilíbrio: precisão terminológica para especialistas, clareza para não-especialistas.

evite	prefira
“Aplicamos accountability horizontal para examinar checks and balances em contextos de presidencialismo de coalizão.”	“Analisamos como controles entre poderes (accountability horizontal) afetam coalizões presidenciais.”
“Aplicamos um mixed-member proportional system com single-member districts, electoral thresholds e overhang seats para avaliar efeitos mecânicos e psicológicos segundo a lógica de Duverger.”	“Analisamos como sistemas eleitorais mistos, que combinam distritos uninominais com listas proporcionais, afetam a tradução de votos em cadeiras, considerando regras de barreira eleitoral e compensação de assentos.”

V.3 Mini-exemplos de frases eficazes por seção

Vejamos a seguir frases que funcionam bem em resumos e frases que não funcionam:

INTRODUÇÃO

Frases que funcionam BEM:	Frases que NÃO funcionam:
“Por que democracias com desigualdades similares adotam políticas redistributivas distintas? Testamos se coalizões governamentais e pontos de veto institucionais moderam a resposta política à pressão distributiva...”	“Neste artigo, investigamos e analisamos diversos aspectos importantes das políticas distributivas...” (prolixa e genérica)

Regra prática: Se você pode responder “o que você quer explicar?” e “que relação específica você examina?”, a Introdução do seu resumo está clara. Se não consegue responder a essas duas perguntas, ele não anuncia nada.

MÉTODOS

Frases que funcionam BEM:	Frases que NÃO funcionam:
“Aplicamos análise de conteúdo automatizada a 2.340 discursos parlamentares (2015–2023) usando dicionários validados sobre redistribuição e direitos sociais, com teste de validade interna (α de Krippendorff=0,82) e validação externa em amostra manual de 349 discursos.”	“Usamos métodos qualitativos apropriados para tratar de mais de mais de 2.000 discursos políticos.” (imprecisa demais)

Regra prática: Se você pode responder “o quê?”, “quantos?” e “como?”, seu método está bem descrito. Se não consegue responder essas três perguntas, não informa o necessário.

RESULTADOS

Frases que funcionam BEM:	Frases que NÃO funcionam:
“Sistemas proporcionais aumentam a representação feminina em 8 pontos percentuais (IC 95%: 4,2–11,8) comparados a sistemas majoritários, mas apenas quando combinados com magnitude de distrito média-alta (6+ cadeiras). O efeito é nulo em sistemas proporcionais com magnitude baixa (2–3 cadeiras), que operam como majoritários de fato.”	“Os resultados foram interessantes e relevantes para minorias quando se consideram diferentes sistemas.” (não diz quais resultados)

Regra prática: Se você pode responder “quanto?”, “em que direção?” e “com que grau de certeza?”, seu resultado está bom. Se não consegue responder a essas três perguntas, está vago demais.

DISCUSSÃO

Frases que funcionam BEM:	Frases que NÃO funcionam:
“Pesquisas futuras devem examinar se a relação em U invertido entre magnitude de distrito e representação de minorias se mantém em democracias não-ocidentais.”	“Pesquisas futuras devem explorar outros contextos e variáveis relacionadas ao tema da representação de minorias.” (banal e inútil)

Regra prática: Se você pode responder “o que isso desafia?”, “por que isso importa?” e “o que vem depois?”, sua discussão está completa. Se não consegue responder essas três perguntas, não serve.

VI. Formatos complementares de resumos além do IMRaD

VI.1 Quando o IMRaD não se aplica

O IMRaD funciona melhor para pesquisas empíricas com desenho linear. Estudos interpretativos, históricos, teóricos ou revisões de literatura, onde perguntas e achados se constroem iterativamente, e não trazem dados empíricos, podem exigir maior flexibilidade argumentativa e, portanto, formatos alternativos. Nesses casos, o modelo narrativo (seção 5.2) ou adaptações criativas do IMRaD são mais adequados.

No entanto, Codina (2022) demonstra que o IMRaD é aplicável a humanidades e ciências sociais sempre que houver: (i) extração de dados de objeto bem identificado, (ii) quadro metodológico definido, e (iii) transparência para avaliação. O modelo IMRaD não exige absolutamente “dados numéricos”, experimentos ou trabalho de campo. Análises documentais, estudos de caso, entrevistas, observação participante ou análise de conteúdo atendem plenamente aos requisitos do formato. A razão do sucesso do IMRaD, segundo Codina, não é sua origem nas ciências exatas, mas a *transparência* que impõe à comunicação científica, independentemente da disciplina ou método. Nesses casos, o modelo narrativo (seção 5.2) ou adaptações criativas do IMRaD são adequados apenas para trabalhos sem qualquer componente empírico.

VI.2 O modelo narrativo (não-estruturado)

Diferentemente do IMRaD, o modelo narrativo organiza a pesquisa em texto corrido, sem subdivisões explícitas entre componentes. Autores dispõem de maior liberdade retórica para estruturar a apresentação conforme a lógica de sua argumentação. Este formato predomina em humanidades e ocasionalmente em artigos teóricos de Ciência Política, onde a flexibilidade argumentativa é valorizada. A principal desvantagem é dificultar que leitores localizem rapidamente informações específicas sobre procedimentos metodológicos ou achados empíricos.

O equilíbrio é sempre delicado: padronização excessiva marginaliza abordagens não empíricas; flexibilidade excessiva dificulta a comunicação e a avaliação. A solução? Primeiro dominar o IMRaD, depois adaptar conscientemente o resumo ao tipo de pesquisa.

Na dúvida, use IMRaD sem subseções para estudos empíricos; e resumo narrativo para trabalhos teóricos.

VI.3 Modelo narrativo na forma e IMRaD no conteúdo

Não confunda resumo estruturado (com subseções explícitas) e resumo que segue uma *lógica estruturada* (IMRaD implícito).

A maioria dos periódicos de Ciência Política prefere este segundo tipo: um texto corrido, sem rótulos formais, mas organizado segundo a *sequência problema → método → resultados → interpretação*.

Exemplo:

Quadro 6 – Resumo sem as marcações do IMRaD

Mensuramos a instabilidade do poder Executivo no Brasil olhando para a taxa de rotatividade ministerial. Desenvolvemos um modelo com doze covariáveis para verificar se elas impactam na demissão dos ministros e, portanto, na instabilidade política dos diferentes governos entre 1946 e 1964. Essas variáveis se referem ao perfil dos ministros, a fatores institucionais e conjunturais, tanto políticos quanto econômicos. Os resultados obtidos através do modelo de riscos proporcionais de Cox mostraram que dois fatores foram preponderantes para explicar a configuração política desse período: o aumento do número efetivo de partidos na Câmara dos Deputados e a constante variação na quantidade de partidos representados no gabinete dada a necessidade de acomodar aliados. Variáveis políticas ligadas à consolidação do regime, como a idade de existência da democracia, ou econômicas, como o aumento do PIB e a diminuição das taxas de inflação, não foram significativas.

Fonte: Codato, A., Franz Júnior, P., Sangalli, A. and Silva, R. (2024).

Este resumo é um bom exemplo do IMRaD “disfarçado”.

A frase inicial define claramente o problema de pesquisa (instabilidade do Executivo medida pela rotatividade ministerial). Em seguida, o texto explicita o desenho metodológico (modelo explicativo com doze covariáveis, período histórico e uso de modelo de riscos proporcionais de Cox). A terceira parte apresenta os resultados centrais, distinguindo fatores significativos (fragmentação partidária e recomposição do gabinete) de fatores não significativos (variáveis econômicas e de consolidação do regime). O resumo, portanto, é narrativo na forma, mas estruturado no conteúdo. Seu principal limite é analítico: se fosse submetido hoje a periódicos mais exigentes, seria recomendável explicitar, na frase final, qual é a contribuição substantiva do

achado para o debate sobre instabilidade governamental, isto é, o que esses resultados mudam em relação à literatura existente.

VI.4 Modelo CARS (Create a Research Space): como usá-lo na IMRaD

Desenvolvido por Swales (1990) para estruturar *Introduções* de artigos, esses conselhos podem ser aproveitados também na Introdução do seu resumo. Ele propõe três movimentos retóricos:

- Estabelecer o território: demonstrar que a área é importante. Exemplo: “O problema da autonomia de elites tecnocráticas na gestão da política econômica é uma questão central para a qualidade das democracias contemporâneas”.
- Estabelecer o nicho: indicar a lacuna no conhecimento existente. Exemplo: “Entretanto, pouco sabemos sobre como elites estatais conciliam expertise técnica com responsividade às demandas dos cidadãos em contextos de crise econômica”.
- Ocupar o nicho: anunciar a pesquisa. Exemplo: “Este artigo examina o grau de insulamento burocrático dos diretores e presidentes que comandaram os Bancos Centrais de Brasil, Argentina e Chile durante a crise fiscal de 2008–2010”.

Ele foca apenas na Introdução, sem abordar Métodos, Resultados ou Discussão. Então ele é útil para estruturar as 2 ou 3 frases iniciais do resumo.

VI.5 Complementos ao resumo acadêmico

VI.5.1 “Visual abstract” ou “Graphic abstract”

Visual abstracts sintetizam visualmente pergunta, método e achado principal em uma única imagem. Consolidados nas ciências biomédicas (The Lancet, Cell), vêm sendo adotados em ciências sociais aplicadas. Estudos indicam aumento na visibilidade e engajamento (mais compartilhamentos, acessos), mas o efeito sobre citações ainda precisa ser testado (Ramos & Concepción 2020). Um bom visual abstract segue três princípios: hierarquia informacional (problema → método → resultado), minimalismo gráfico e autossuficiência.

Abaixo um exemplo de resumo visual de artigo na área.

Figura 1 – Visual abstract: O desaparecimento do centro ideológico no Brasil (2018–2022)³¹

O Fim do Centro: A Polarização dos Partidos Políticos no Brasil



Fonte: Bolognesi, B., Ribeiro, E., Codato, A. and Silva, B.F. (2025).

VI.5.2 Componentes de impacto público

Uma tendência crescente em comunicação científica é a exigência de componentes que traduzam o impacto social da pesquisa para públicos não especializados. Esses formatos não substituem o resumo IMRaD tradicional. São complementos adicionais que aparecem junto ao resumo acadêmico em periódicos de alto impacto. Embora ainda não obrigatórios em todos os periódicos de Ciência Política, familiarize-se com esses formatos. Eles provavelmente serão exigidos em breve.

VI.5.3 Plain Language Summary (PLS)

O PLS é um resumo complementar, geralmente entre 100 e 200 palavras, escrito em linguagem acessível e sem jargão técnico, destinado a leitores sem formação especializada. Também é conhecido como *lay summary*, *public summary* ou, no caso da *eLife*, *digest*.

Ao traduzir achados científicos para um público mais amplo, amplia o alcance da pesquisa, facilita sua circulação em mídias e aumenta o engajamento público com a ciência, tornando os resultados acessíveis a formuladores de políticas, jornalistas e ao público geral.

Esse formato é adotado por periódicos como *eLife*, *PLOS*, *Cochrane Reviews*.

31. Referência: Bolognesi, B., Ribeiro, E., Codato, A. and Silva, B.F. (2025).

VI.5.4 Significance Statement

Impact Statement (ou *statement of significance* ou simplesmente *Significance*) é um texto adicional curto, geralmente entre 50 e 120 palavras, que explicita por que a pesquisa é relevante para além da comunidade acadêmica, destacando implicações práticas, sociais ou políticas. Esse formato estimula os autores a refletirem sobre o impacto público de seus achados, aumenta a relevância percebida do estudo e facilita a comunicação com formuladores de políticas e jornalistas.

Esse tipo de texto é exigido por periódicos como *PNAS*, *Science Advances* e *PNAS Nexus*.

Vejam os exemplos concretos. Diferentemente dos exemplos anteriores, *PNAS* exige dois textos complementares: um resumo técnico IMRaD (logo, detalhado e não reproduzido aqui) e um *Significance Statement* voltado ao público geral. Abaixo, leia o segundo componente:

Quadro 7 – Relevância (*Significance*) [em inglês: 71 palavras; em português, 81]

Este estudo avalia a capacidade de operadores políticos e cidadãos comuns preverem a eficácia de 172 mensagens sobre temas políticos. Ambos os grupos acertaram pouco acima do acaso, sem diferença significativa entre especialistas e leigos. Os resultados indicam que profissionais da política têm dificuldade para antecipar quais apelos mobilizam eleitores, o que reflete a complexidade dos processos de influência sobre preferências. Os achados questionam premissas correntes sobre a capacidade de elites moldarem a opinião pública mediante estratégias de comunicação direcionadas.

Fonte: Broockman, D. E.; Kalla, J. L.; Caballero, C.; Easton, M. (2024).

Os formatos complementares apresentados (*visual abstracts*, *PLS*, *significance statements*) ampliam o alcance e o impacto dos resumos acadêmicos tradicionais. No entanto, independentemente do formato escolhido, a qualidade do resumo depende de estratégias práticas de escrita e revisão, tema da próxima seção.

VII. Estratégias práticas para aprimorar a redação dos resumos

VII.1 Do rascunho à versão final

Redija o resumo após concluir o artigo, quando a pergunta de pesquisa, os métodos, os resultados e a contribuição estiverem definidos. Refletir sobre o resumo desde o início do projeto pode ajudar a clarificar objetivos, mas escrevê-lo cedo demais tende a gerar retrabalho.

Para a primeira versão, extraia uma frase de cada seção do artigo: da Introdução, a pergunta de pesquisa; dos Métodos, o desenho do estudo; dos Resultados, o achado principal; da Discussão, a contribuição à literatura. Esse procedimento produz um esboço inicial que pode ser progressivamente refinado.

Os nossos próprios resumos são difíceis de autoavaliar. Circule versões preliminares e solicite comentários objetivos sobre clareza da pergunta, inteligibilidade dos métodos, identificação do resultado principal e fluidez das transições.

Reescreva várias vezes. A cada rodada, verifique a presença dos componentes IMRaD, elimine redundâncias e fortaleça as conexões entre seções.

VII.2 Identificando transições IMRaD em resumos

O exercício a seguir ilustra como resumos bem escritos organizam o percurso do argumento por meio de transições claras entre problema, método, resultados e interpretação.

Quadro 8 – Exercício prático: Identificando transições IMRaD em resumos

Passo 1. Selecione 10 resumos recentes de periódicos de referência em sua subárea.

Passo 2. Marque em cada texto as quatro partes do IMRaD quando não estejam explicitamente rotuladas.

Passo 3. Identifique os conectores de transição utilizados para ligar essas partes, como:

- “Para responder a esta questão...” (Introdução → Métodos)
- “Os dados revelam...” (Métodos → Resultados)
- “Estes achados indicam...” (Resultados → Discussão)

Passo 4. Verifique se essas transições tornam o argumento fácil de acompanhar ou se há quebras bruscas que dificultam a leitura.

Passo 5. Aplique o mesmo procedimento ao seu próprio resumo, verificando se cada seção está conectada à seguinte por uma transição explícita ou facilmente deduzível.

Fonte: Elaboração do autor

VII.3 Tudo o que um resumo científico precisa cumprir

Antes de finalizar a redação do resumo e submeter seu artigo, percorra esta lista e avalie se tudo foi feito, Aplique este *checklist* ao longo do processo de escrita, não apenas na verificação final:

Quadro 9 – Checklist prático para revisar resumos científicos

- ☐ **A questão de pesquisa está clara?** A frase inicial permite identificar o problema central do artigo?
- ☐ **Os métodos estão inteligíveis?** O resumo informa o que foi estudado (objeto), como foi estudado (técnicas empregadas) de modo compreensível?
- ☐ **O resultado principal é identificável?** Há um achado empírico central que responde diretamente à pergunta de pesquisa, sem se perder em descrições genéricas?
- ☐ **Resultados e discussão respondem ao problema?** O resumo converge para solucionar a questão formulada na introdução ou apenas enumera informações empíricas?
- ☐ **A contribuição está explícita?** O resumo indica com precisão como o estudo avança o estado da arte, indo além de reafirmações triviais ou extensões incrementais pouco especificadas?
- ☐ **O resumo é plenamente autossuficiente?** Um leitor consegue compreender o estudo apenas a partir do resumo, sem recorrer ao artigo completo ou ao seu conhecimento prévio do assunto?
- ☐ **A linguagem é clara e direta?** O texto evita jargão desnecessário, formulações ambíguas, metáforas e linguagem promocional, incompatíveis com a prosa científica?
- ☐ **O limite de palavras foi respeitado?** O resumo está de acordo com o número máximo exigido pelo periódico?

Fonte: Elaboração do autor

Raramente um resumo atende a todos os critérios na primeira versão. Ajuste-o progressivamente a cada revisão. Um resumo que não atende a qualquer um desses critérios falha como instrumento e compromete a escolha e a leitura do seu manuscrito desde o início.

VIII. Nota final sobre o uso de Inteligências Artificiais Generativas

Ferramentas baseadas em modelos de linguagem de grande escala (LLMs), como (ChatGPT, Claude, Gemini etc.), geram resumos rapidamente, mas têm muitas limitações: produzem textos plausíveis, mas genéricos, às vezes imprecisos, ainda não conseguem hierarquizar informações conforme sua relevância nos artigos, além de violarem normas tácitas da área, como o grau apropriado de cautela nas afirmações causais, o tipo de evidência considerada suficiente ou o uso adequado de terminologia técnica. No caso da Ciência Política, é mais comum um resumo feito por IA escrever “Sistemas proporcionais aumentam a representação feminina” do que “Sistemas proporcionais *estão associados* a maior representação feminina”. IAs podem escrever: “Este estudo demonstra que partidos de esquerda apoiam mais redistribuição”. Humanos sabem que isso é trivial. É preciso mostrar um mecanismo causal novo ou condição moderadora inesperada para tanto. “Populismo” tem um significado muito controverso (Laclau, Mudde, Rosanvallon etc.). IAs não sabem disso imediatamente se não forem instruídas. E assim por diante.

Uma pesquisa analisou quase 5.000 resumos gerados por IA e comparou-os com 200 abstracts originais e 100 artigos completos. Ela demonstrou que modelos como ChatGPT-4o exageraram resultados até nove vezes mais do que humanos, omitindo ressalvas sobre as limitações dos estudos, ignorando incertezas e simplificando excessivamente suas conclusões (Peters & Chin-Yee, 2025).

Logo, a redação do resumo deve permanecer sob controle autoral direto. Escrever o próprio resumo não é apenas exigência ética. É também, ou principalmente, um exercício pedagógico. Ao sintetizar problema, método, resultados e discussão em 150 ou 200 palavras, autores esclarecem, até para si mesmos, a estrutura lógica de sua pesquisa. Inteligências Artificiais Generativas podem auxiliar na revisão iterativa, mas não na criação. Apenas quem já domina muito bem a escrita de resumos pode avaliar criticamente textos gerados por IA.

Referências

Bolognesi, B., Ribeiro, E., Codato, A. and Silva, B.F. (2025) ‘O desaparecimento do centro ideológico no sistema partidário brasileiro: a classificação mais atualizada dos experts’, *Opinião Pública*, 31, pp. 1–28, e31120. <https://doi.org/10.1590/1807-0191202531120>.

Brett, P. A genre analysis of the results section of sociology articles. *English for Specific Purposes*, v. 13, n. 1, p. 47–59, 1994. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0889-4906\(94\)90024-8](https://doi.org/10.1016/0889-4906(94)90024-8). Acesso em: 9 jan. 2026.

Broockman, D. E.; Kalla, J. L.; Caballero, C.; Easton, M. (2024). Political practitioners poorly predict which messages persuade the public. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 121(45), e2400076121. <https://doi.org/10.1073/pnas.2400076121>

Codato, A., Franz Júnior, P., Sangalli, A.; Silva, R. (2024) ‘Mensurando e explicando a instabilidade dos gabinetes presidenciais no Brasil entre 1946 e 1964’, *Estudos Históricos*, 37(81), e20240105. <https://doi.org/10.1590/S2178-149420240105>

Codina, L. The IMRaD model: What is it and how can it be applied to articles in the humanities and social sciences? *Hipertext.Net*, n. 24, p. 96–103, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.31009/hipertext.net.2022.i24.01>. Acesso em: 20 dez. 2025.

Hajnal, Z. L., Kogan, V. and Markarian, G. A. (2025) “Who wins when? Election timing and descriptive representation”, *American Journal of Political Science*, 69(4), pp. 1454–1468. <https://doi.org/10.1111/ajps.12930>

Heseltine, E. Why authors have to use a rigid format for their journal articles. *Annals of the Royal College of Surgeons of England*, v. 97, n. 4, p. 249–251, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1308/003588415X14181254789808>. Acesso em: 29 nov. 2025.

Peters, U.; Chin-Yee, B. Generalization bias in large language model summarization of scientific research. *Royal Society Open Science*, v. 12, e241776, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1098/rsos.241776>. Acesso em: 15 jan. 2026.

Ramos, E.; Concepcion, B. P. Visual abstracts: Redesigning the landscape of research dissemination. *Seminars in Nephrology*, v. 40, n. 3, p. 291–297, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.semnephrol.2020.04.008>. Acesso em: 30 out. 2025.

Riitters, K. Creativity abhors prescription. *Landscape Ecology*, v. 26, n. 10, p. 1351–1352, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10980-011-9673-4>. Acesso em: 5 jan. 2026.

Rosenzweig, L.R. et al. (2025) “Survey sampling in the Global South using Facebook advertisements”, *Political Science Research and Methods*, 13(4), pp. 781–797. doi:10.1017/psrm.2025.18.

Swales, J. M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Wu, J. Improving the writing of research papers: IMRAD and beyond. *Landscape Ecology*, v. 26, n. 10, p. 1345–1349, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10980-011-9674-3>. Acesso em: 13 jan. 2026.

Outras fontes

Google LLC. *NotebookLM: assistente de pesquisa e escrita com tecnologia de IA*. [S.l.]: Google, 2024. Disponível em: <https://notebooklm.google/>. Acesso em: 16 jan. 2026.

II

12 Escrita acadêmica ética, responsável e humana com Inteligência Artificial

Rafael Cardoso Sampaio

I. Introdução

A integração da inteligência artificial generativa (IAG) na produção de conhecimento acadêmico, acelerada por ferramentas como o ChatGPT, evoluiu rapidamente de uma postura de cautela para uma adoção ampla, motivada especialmente pela promessa de maior eficiência. A capacidade de automatizar ou acelerar diversas fases do trabalho acadêmico gerou otimismo (Pereira et al., 2024). Contudo, essa incorporação massiva também levanta questionamentos sobre a integridade da pesquisa, a originalidade do pensamento e o desenvolvimento das competências cognitivas dos próprios acadêmicos (Lopes et al., 2024; Sampaio et al., 2024).

A resposta inicial da academia concentrou-se em debates normativos e filosóficos. Uma parte considerável da literatura recente dedicou-se a investigar os limites da autoria, questionando se uma entidade não humana poderia ser creditada em trabalhos científicos. A conclusão predominante é que a IA funciona como ferramenta, pois não possui agência ou responsabilidade legal e moral por suas produções (Resnik & Hosseini, 2025). Em paralelo, outro foco dominante foi a criação de políticas institucionais, que frequentemente enquadram o uso de IA sob a ótica da desonestidade acadêmica, refletindo a preocupação em proteger os valores tradicionais da produção de conhecimento e valorizando práticas de total transparência (Trindade & Oliveira, 2024).

Apesar de relevante, a discussão normativa vigente deixa uma lacuna de orientação prática para estudantes e jovens pesquisadores sobre como utilizar a IA de forma ética, sem comprometer o desenvolvimento intelectual (Winberg et al., 2024). A ausência de um método claro agrava os perigos às fundações cognitivas e criativas da produção de conhecimento, manifestando-se em três áreas críticas.

O primeiro risco diz respeito à diluição da autoria. A autoria manifesta a voz singular de um pesquisador, mas a colaboração com IA pode esvaziar o processo criativo ao transferir tarefas intelectuais para a máquina (Floridi, 2025). Estudos demonstram que, mesmo melhorando a qualidade textual, o uso de IA pode reduzir a satisfação intrínseca que alimenta a motivação acadêmica (Mei et al., 2025). Essa delegação pode levar à fixação de ideias e à redução da autoconfiança criativa, uma vez que a criatividade humana opera com base em associações idiossincráticas, enquanto a IA gera textos derivativos e estatisticamente prováveis (Lopes et al., 2024).

O segundo risco envolve o descarregamento cognitivo (*cognitive offloading*). A delegação de tarefas mentais diminui o engajamento com o pensamento crítico e a aprendizagem autônoma. Evidências mostram que o uso de IA sem salvaguardas resulta em desempenho inferior em avaliações posteriores, sugerindo que o suporte tecnológico contínuo mina a resolução independente de problemas (Jin et al., 2025; Lee et al., 2025). Com o tempo, essa dependência pode atrofiar capacidades cognitivas essenciais (Lopes et al., 2024; Sampaio et al., 2024).

O terceiro risco tange à privacidade e propriedade intelectual. Ao interagir com ferramentas de IA, pesquisadores expõem ideias e rascunhos ao treinamento de modelos, gerando questões de confidencialidade (Winberg et al., 2024). A falta de transparência sobre o uso de dados protegidos agrava o cenário (Bai et al., 2024; Sampaio et al., 2024). Além disso, a natureza derivativa dos modelos cria riscos tangíveis de plágio inadvertido (Pereira et al., 2024).

Este artigo busca preencher a lacuna de orientação prática, oferecendo um guia metodológico para a escrita acadêmica ética, responsável e humana com inteligência artificial com ênfase na Ciência Política e voltado especialmente para jovens pesquisadores e estudantes ainda receosos em utilizar a IA em seus trabalhos. O *uso ético* refere-se à adesão aos princípios de integridade científica (não fabricar dados, não plagiar); o *uso responsável* tange à transparência algorítmica e à privacidade de dados de pesquisa; já o *uso humano* diz respeito à preservação da agência e da voz do pesquisador, impedindo que a tecnologia substitua o pensamento crítico.

O guia é estruturado em cinco fases que orientam o pesquisador para uma colaboração ética e responsável, assegurando que a autoria humana permaneça central no processo. Nesse sentido, em vez de focar somente no que evitar, o objetivo é mostrar como unir a eficiência da máquina com a prevalência do pensamento humano, lidando diretamente com os três riscos aqui apresentados.

II. Guia prático para uso ético, responsável e humano da IA generativa na escrita acadêmica

Diante de tais desafios, elaboramos um guia prático composto por sete etapas a serem observadas durante a escrita com IA buscando equilíbrio entre um uso ético, responsável e que valorize o humano. O Quadro 1 resume as etapas para efeitos didáticos.

Quadro 1 – Etapas para uso ético, responsável e humano da IA na escrita acadêmica

	Fase	Foco Principal	Objetivo
Pré-escrita	1. Planejamento humano para o uso de IA	Estruturação pré-IA, proteção de dados e engenharia de prompts	Garantir a intenção autoral, proteger dados de pesquisa e dominar princípios de interação com IA.
Escrita	2. Escrita assistida e curadoria crítica	Brainstorming, análise e revisão contínua	Usar a IA para expandir ideias, aprofundar reflexão crítica e refinar progressivamente o conteúdo.
	3. Apropriação e reescrita autoral	Transformação e personalização do texto	Infundir a voz, pensamento e estilo do autor, garantindo originalidade e evitando marcas algorítmicas.
Pós-escrita	4. Verificação rigorosa de fatos e fontes	Validação independente de informações	Assegurar a precisão factual, bibliográfica, lógica e ausência de plágio.
	5. Responsabilidade final e transparência	Accountability e declaração de uso	Assumir responsabilidade integral pelo trabalho e declarar transparentemente o uso de IA.

Fonte: elaboração própria (2025).

II.1. Fase 1: planejamento humano para o uso de IA

A proteção de dados sensíveis que possam identificar participantes de uma pesquisa é uma consideração central ao utilizar inteligência artificial. A inserção de qualquer informação confidencial, como relatos pessoais ou dados que permitam a identificação de indivíduos, deve ser evitada em plataformas públicas de IA. O manejo inadequado dessas informações pode levar a violações de privacidade e ao descumprimento de regulamentações de proteção de dados (Trindade & Oliveira, 2024). A anonimização completa dos dados, removendo quaisquer identificadores pessoais antes da interação com ferramentas de IA, é recomendada para salvaguardar a confidencialidade dos participantes.

Outra dimensão de cuidado refere-se à preservação do ineditismo e do capital intelectual da pesquisa. Pesquisadores manifestam apreensão de que seus achados originais, uma vez inseridos em uma plataforma de IA, possam se tornar parte da informação geral disponível online. Os modelos de linguagem são continuamente treinados com os dados que recebem, e qualquer informação fornecida pode ser incorporada ao seu conjunto de

treinamento e, eventualmente, ser reapresentada em interações com outros usuários (Pereira et al., 2024; Sampaio et al., 2024). Como cada plataforma estabelece suas próprias regras quanto à privacidade dos dados e ao uso dessas informações para treinamento dos modelos, o pesquisador deve conhecer as políticas de cada ferramenta antes de seu uso.

Ainda antes da escrita com IA, a principal orientação é: “nunca comece pelo chat”. Toda escrita acadêmica rigorosa deve ser iniciada fora das ferramentas de inteligência artificial. O pesquisador deve primeiro estabelecer as fundações intelectuais do trabalho mapeando a tese central, formulando perguntas de pesquisa e esboçando o esqueleto do texto. Essa estruturação prévia fortalece a intenção autoral e mitiga que o algoritmo dite a narrativa ou limite o escopo criativo (Pereira et al., 2024; Mollick & Mollick, 2024). A criatividade genuína emerge de conexões inesperadas e pensamento que vão além de dados de treinamento, enquanto a IA opera com padrões estatísticos de alta probabilidade, tornando-se usualmente inadequada para inovação conceitual (Lopes et al., 2024; Resnik & Hosseini, 2025).

Na pesquisa em Ciência Política, isso significa, entre outras coisas, definir o desenho de pesquisa de forma independente. Antes de solicitar à IA que “escreva uma introdução”, o pesquisador deve ter clareza sobre quatro elementos. O primeiro é a pergunta de pesquisa, que delimita o que está sendo investigado e, preferencialmente, explicita uma relação causal a ser testada, por exemplo “Qual o impacto das emendas parlamentares na coesão partidária no Brasil pós-2018?”. O segundo é a hipótese de trabalho, que oferece uma resposta provisória para guiar o estudo. O terceiro é o marco teórico, que define as lentes conceituais da análise, como institucionalismo de escolha racional ou sociologia política. O quarto é a estratégia metodológica, que define como a hipótese será testada empiricamente, seja por métodos quantitativos, qualitativos ou mistos.

Definido o planejamento, o pesquisador deve escolher as ferramentas e dominar os princípios de interação com a IA. Há uma vasta gama de ferramentas disponíveis (ver Sampaio et al., 2024; Trindade & Oliveira, 2024). As plataformas de IA geralmente oferecem algum tipo de editor de texto com possibilidades de escrita, dentre os quais você deverá escolher (ver Apêndice 1). Não obstante, muitas ferramentas funcionam como extensões que você pode adicionar ao seu editor de texto, como o Microsoft Word e o Google Docs, sendo que as próprias empresas já embutiram ferramentas do tipo em seus editores. Aqui, o principal cuidado é que algumas ferramentas são especializadas na escrita acadêmica e outras são generalistas, merecendo mais cuidado, além disso, cada plataforma estabelece suas próprias regras quanto à privacidade dos dados e ao uso dessas informações para treinamento dos modelos.

Os chats dos modelos de linguagem, como ChatGPT, DeepSeek e afins, também podem auxiliar na escrita acadêmica. A qualidade dos resultados é diretamente proporcional à precisão do comando fornecido, prática conhecida como “engenharia de prompts” (Trindade & Oliveira, 2024). Em vez de fazer perguntas genéricas, o pesquisador deve assumir o papel de um “designer

de narrativas”, como sugere Floridi (2025), especificando os requisitos, restrições e parâmetros da tarefa (para mais, ver Sampaio & Figueiredo, 2025).

Grosso modo, deve-se atribuir um *papel ou função* específica à IA para convertê-la em uma assistente especializada e não em ferramenta generalista. Comandos como “atue como pesquisador sênior especialista em instituições políticas e relações Executivo Legislativo” ou “assuma o papel de um parecerista de periódico e me dê sugestões e pontos a serem melhorados no seguinte texto” tendem a ser efetivos. Essa definição ajuda a IA a compreender o tipo de saída (*output*) esperado e aumenta a precisão das respostas (Mollick & Mollick, 2024).

Além de definir um papel, o prompt deve fornecer um *contexto* claro, incluindo a *tarefa* exata a ser realizada, incluindo o *formato*, o *público-alvo*, e o *estilo* de escrita desejado, o que maximiza a relevância do resultado (Trindade & Oliveira, 2024), como “corrija esta seção de discussão teórica sobre a governabilidade na Nova República pós-1988. O público-alvo são pares acadêmicos especializados em instituições políticas brasileiras. Mantenha tom analítico e formal. Utilize o vocabulário conceitual consagrado pela literatura brasileira sobre o presidencialismo de coalizão, incluindo conceitos como ‘poderes de agenda’, ‘disciplina partidária’, ‘formação de gabinetes’ e ‘custos de transação legislativos’. A seção deve ter entre 1.500 e 2.000 palavras, estruturada em parágrafos argumentativos sem uso de listas ou marcadores. Justifique as alterações realizadas ao texto”. Em muitos casos, é bom fornecer contextos maiores, como anexar um artigo ou colar um texto dentro da temática que você deseja escrever.

II.2. Fase 2: geração de insumos, curadoria crítica e refinamento iterativo

Uma vez escolhidas as ferramentas e dominados os princípios de engenharia de prompts, torna-se possível interagir com a inteligência artificial de maneira controlada, utilizando-a como um recurso de apoio para ampliar o repertório criativo e analítico, sem substituir a capacidade de análise crítica. Um uso profícuo consiste em solicitar à IA a geração de listas de ideias sobre um tópico, a sugestão de diferentes ângulos para um argumento, a criação de exemplos para ilustrar conceitos ou a elaboração de analogias para teorias complexas (Mollick & Mollick, 2024). Essa abordagem transforma a IA em uma “parceira de brainstorming” ou em uma “fonte de inspiração” e uma “bússola” que aponta novas direções (Jin et al., 2025). A IA pode aumentar a fluência e a flexibilidade do pensamento divergente, auxiliando na superação de bloqueios criativos.

Assim como o trabalho não começa no chat, ele também não termina nele. Nenhuma resposta produzida por IA deve ser tratada como versão final. Cada trecho de texto produzido pela máquina é um protótipo, um rascunho inicial que exige um rigoroso processo de curadoria e apropriação humana. Em vez de aceitar passivamente a primeira sugestão, que frequentemente é genérica e carece de profundidade (Pereira et al., 2024), o pesquisador deve guiar a ferramenta com comandos específicos, a exemplo de “sua

sugestão anterior foi útil, mas agora a refine para incorporar o debate sobre a execução de emendas parlamentares como moeda de troca nas relações Executivo–Legislativo e remover as generalizações sobre barganha política em sistemas presidencialistas”.

Esta fase se define por ciclos curtos e contínuos de revisão, nos quais o pesquisador lê criticamente o material, identifica imprecisões, superficialidades ou lacunas argumentativas (“Escrever”, “Filtrar”, “Verificar”), e utiliza essas observações para refinar seus prompts em um diálogo contínuo com a ferramenta (Bai et al., 2024). Esse ciclo de interação e refinamento progressivo não só melhora a qualidade do resultado da máquina, mas também ajuda o próprio pesquisador a clarificar seus objetivos e a aprofundar seu pensamento crítico (Lee et al., 2025), mantendo total agência e controle sobre o conteúdo (Floridi, 2025).

Uma forma de aprofundar esse processo é inverter a dinâmica da interação, solicitando que a IA atue como uma “entrevistadora” ou “crítica socrática” para desafiar a lógica do trabalho humano. Comandos como “leia este parágrafo sobre o conceito de polarização afetiva e aponte três falhas lógicas ou contra-argumentos baseados na literatura recente” ou “aja como um aluno iniciante e peça para eu explicar este conceito em termos simples” forçam o autor a defender e a clarificar suas ideias, quebrando o que Mollick & Mollick (2024) denominam “ilusão de profundidade explanatória”, quando acreditamos entender um tópico mais profundamente do que de fato entendemos.

Muitas ferramentas de escrita com IA permitem você selecionar um texto e pedir para a máquina “melhorar a escrita”, “deixar mais formal”, “simplificar a linguagem”, “corrigir ortografia e gramática”, “encurtar”, “alongar” ou “mudar o tom”, como é o exemplo do Gemini, que é capaz de editar o texto diretamente no Google Docs (Ver apêndice 1). Prefira esse tipo de opção mais detida em pequenos trechos, evitando opções generalistas que escrevem trechos completos, como “escrever introdução (conclusão)” ou “escrever com argumentos opostos” (ver Apêndice 1). Mas todas essas opções, na prática, significam que seu texto vai ser reescrito por uma IA generativa.

Da mesma maneira, ao usar chats de grandes modelos de linguagem, como ChatGPT, Qwen, DeepSeek e afins, sempre prefira prompts que peçam para revisar ou melhorar o trecho com “justificativas para as mudanças”, o que garante que você compreenda as razões pelas quais a máquina está mexendo no seu texto e te exercita a compreender tais sugestões. Esse exercício de avaliação das justificativas funciona como prática reflexiva, utilizando a IA como um “espelho” para testar a robustez dos próprios argumentos (Jin et al., 2025). Uma alternativa é solicitar que o chat ofereça “duas ou mais opções de correção”. Dessa maneira, você poderá observar as diferentes alternativas e construir seu próprio texto. A experiência mostra que a familiaridade com as ferramentas de IA leva os pesquisadores a se tornarem mais críticos e exigentes com os resultados, desenvolvendo uma postura de validação contínua (Lee et al., 2025; Winberg et al., 2024).

II.3. Fase 3: apropriação e reescrita autoral

Como já dito, frequentemente você estará revisando, refinando e se apropriando diretamente do texto que está sendo escrito com auxílio de IA. Entretanto, mesmo após curadoria e verificação, deve acontecer uma apropriação e reescrita autoral.

A fase de apropriação autoral é o momento em que o pesquisador transforma esse material em sua própria produção intelectual por meio da reescrita ativa. Este processo envolve muito mais do que simples correções, exigindo que cada trecho seja reformulado com as próprias palavras do autor, ajustando o vocabulário, o tom e o estilo para garantir que o texto reflita sua voz única (Lopes et al., 2024b; Pereira et al., 2024; Trindade & Oliveira, 2024).

O pesquisador deve reorganizar parágrafos, inserir transições lógicas e acrescentar sua interpretação e análise original, elementos que a IA frequentemente não pode fornecer (Floridi, 2025). Portanto, estamos falando de uma apropriação que acrescenta de modo significativo a *parte humana da autoria*, como o pensamento crítico, a criatividade, ou simplesmente a “alma ao texto”, já que textos de IA usualmente soam muito genéricos, técnicos e justamente sem o toque humano. A leitura do texto em voz alta é uma técnica profícua para identificar dissonâncias e garantir que o resultado soe coeso, com as “costuras” que revelem a origem mecânica de certas passagens.

Aqui, é preciso cuidado especial com o que Floridi (2025) chama de *dataprint*, ou seja, as marcas deixadas pelos dados de treinamento e técnicas de desenvolvimento dos grandes modelos de linguagem. Como já sabemos, as IAs foram treinadas nos dados disponíveis na internet, o que significa que reproduzem todos os vieses ali presentes, como a maior presença de textos em língua inglesa e de países do norte global.

Sem o cuidado devido, todos esses vieses irão diretamente para o seu texto e os “vícios de linguagem das máquinas” se transformarão nos seus próprios, como pode ser visto nos atuais usos abusivos de certas palavras (“crucial”, “essencial”); expressões (“insights valiosos”); traduções incorretas, como “rica tapeçaria” que vem do inglês “rich tapestry”; marcadores de texto (“-”) e formas de construir orações subordinadas com dois pontos “:” e ponto e vírgula “;” (ver Sampaio & Figueiredo, 2025). Em suma, o objetivo é não deixar que a IA “lave” a sua escrita.

II.4. Fase 4: verificação rigorosa de fatos e fontes

Após a curadoria e reescrita do texto, o pesquisador deve verificar de forma independente e meticulosa cada informação, dado, estatística e referência bibliográfica gerada pela ferramenta. É um erro assumir que a fluidez e a aparente coerência do texto da IA são sinônimos de precisão (Pereira et al., 2024).

Modelos de linguagem são propensos a “alucinações”, um fenômeno que consiste na fabricação de informações, dados e citações que parecem plausíveis, mas são falsos ou imprecisos (Trindade & Oliveira, 2024; Lopes et al., 2024). Confiar cegamente nessas saídas, sem uma validação rigorosa,

compromete a integridade da pesquisa, podendo configurar má conduta acadêmica e minar a credibilidade do autor.

A verificação deve acontecer especialmente em termos de quatro elementos. Primeiramente, a *verificação factual*, na qual o pesquisador confirma datas, nomes e estatísticas em fontes primárias ou em bases de dados confiáveis. Em segundo lugar, a *verificação bibliográfica*, que envolve checar a existência real de cada obra citada, validando seus DOIs e autores em plataformas como Scopus, Web of Science ou Google Scholar, porém sugerimos *nunca usar citações geradas por IA*, e, especialmente, *nunca citar textos que não foram lidos pelo autor* (algo já possível com certas ferramentas, ver Apêndice 1).

Não se trata apenas de citações inventadas ou falsas, mas a IA pode citar textos e autores que existem, mas citar incorretamente. Por exemplo, ela pode gerar uma citação correta ao clássico trabalho de “Bowling Alone” de Robert Putnam, mas atribuir a ele uma ideia que é da literatura de cultura política, mas não presente na obra ou mesmo citar uma ideia do próprio Putnam, mas presente em outro trabalho. Por isso, a regra é absoluta e não admite exceções. *Nunca cite um texto que você não leu na íntegra, mesmo que a referência pareça perfeita.*

Em terceiro lugar, a *verificação de plágio*, pois ideias e textos gerados por IA podem estar baseados em ideias e textos já publicados, podendo gerar um plágio inadvertido. Finalmente, a *verificação lógica*, que consiste em avaliar a coerência interna do argumento e a ausência de contradições (Lee et al., 2025). Esse processo de validação é o componente final do ciclo proposto por Bai et al. (2024), sendo a etapa que efetivamente garante a qualidade e a confiabilidade do trabalho.

II.5. Fase 5: responsabilidade final e transparência

A etapa final do processo de escrita é assumir responsabilidade total e inequívoca sobre o manuscrito. Como autor humano, você deve assumir a precisão das informações, a integridade dos argumentos e a originalidade da contribuição, mesmo que partes do texto tenham sido sugeridas ou refinadas com o auxílio da IA. A autoria acadêmica implica uma prestação de contas (*accountability*) que é intransferível. Uma IA, por ser uma ferramenta sem consciência, intencionalidade ou personalidade jurídica, não pode ser responsabilizada por erros, plágio ou quaisquer outras implicações éticas do trabalho. A responsabilidade é, e sempre deve ser, inteiramente do autor humano (Resnik & Hosseini, 2025; Sampaio et al., 2024).

O principal consenso sobre o uso de IA na escrita acadêmica é a declaração transparente de sua utilização. Essa não é uma mera formalidade, mas um pilar da integridade acadêmica. As políticas de periódicos e instituições convergem para a exigência de que os autores declarem o uso de ferramentas de IA, geralmente na seção de metodologia, nos agradecimentos ou em uma declaração final específica (Trindade & Oliveira, 2024; Sampaio et al., 2024). Essa declaração deve nomear a ferramenta, a versão e a data de utilização, como “ChatGPT 5.1, Gemini 3.0 pro, usados em novembro de

2025”. A inclusão da data é particularmente relevante porque os modelos de IA são atualizados com frequência, mas nem sempre alteram o nome de sua versão. Registrar quando a ferramenta foi utilizada facilita a replicabilidade da pesquisa e permite que futuros leitores compreendam o contexto tecnológico em que o trabalho foi produzido.

Além disso, é importante descrever como as ferramentas foram utilizadas e para que finalidade, documentando o processo, mantendo um registro dos prompts utilizados e das principais versões do texto, é uma prática recomendada que assegura a rastreabilidade do trabalho e prepara o autor para responder a quaisquer questionamentos de revisores ou editores. A transparência demonstra uma conduta ética e responsável perante a comunidade científica, reforçando o agente humano como plenamente responsável pela qualidade, veracidade e originalidade de sua obra (Winberg et al., 2024). É importante esclarecer que a transparência no uso da IA ainda é um ponto que pode gerar avaliações paradoxais. Em certos cenários, ela elevou a aceitação moral do trabalho (Mei et al., 2025), em outros, aumentou a desconfiança sobre a qualidade do trabalho (Schilke & Reimann, 2005).

Para estruturar essa declaração de forma sistemática, os pesquisadores podem utilizar *frameworks* como o desenvolvido por Resnik & Hosseini (2025), que oferecem modelos para diferentes níveis de contribuição da IA, desde a geração de ideias até a edição, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Divulgação do uso de IA em pesquisa e escrita

Categoria de Divulgação	Uso da IA (Exemplos)
Divulgação Desnecessária	A IA atua em tarefas menores ou como parte de uma operação integrada que não gera conteúdo nem toma decisões de pesquisa.
	Para sugerir palavras ou frases que melhorem a clareza ou inteligibilidade de uma frase existente.
	Como parte de uma operação maior na qual a IA não está gerando ou sintetizando conteúdo nem tomando decisões de pesquisa (ex.: IA integrada a outros sistemas/máquinas).
	Como assistente digital (ex.: ajudar a organizar e manter ativos digitais e fluxos de trabalho de um projeto).

Continuação do quadro na página seguinte.

Divulgação Opcional	A IA foi usada como ferramenta auxiliar para aprimoramento ou suporte, mas não afetou o conteúdo central.
	Para editar texto existente quanto à gramática, ortografia ou organização.
	Para localizar e gerar exemplos para conteúdo existente.
	Para fazer <i>brainstorming</i> e sugerir formas de organizar um artigo ou o título de um artigo/seção.
	Para validar e/ou oferecer <i>feedback</i> sobre ideias, texto e código existentes.
Divulgação Obrigatória	A IA teve impacto na geração, síntese ou decisão do conteúdo central da pesquisa.
	Para formular perguntas, hipóteses, elaborar e conduzir experimentos.
	Para redigir partes do artigo, resumir, parafrasear, revisar significativamente ou sintetizar conteúdo textual.
	Para traduzir partes ou a totalidade do artigo.

Fonte: baseado em Resnik & Hosseini (2025).

Antes de submeter o manuscrito, uma boa prática é realizar uma verificação final, consultando as políticas institucionais (do periódico, evento, associação, editora etc.) relativas ao uso de Inteligência Artificial e ao cumprimento dos requisitos de transparência exigidos. Como é natural, algumas instituições são mais restritivas que outras e já conhecer a regra facilita o processo.

III. Refletindo sobre o processo de escrita com IA

Como uma fase adicional e não obrigatória, recomenda-se que o uso de IA seja permeado pela reflexão do pesquisador, notadamente para aqueles que ainda não dominam o texto acadêmico. Após cada escrita com IA, realiza-se um exercício de documentação do processo, uma espécie de “diário de bordo da IA”. Esse documento, que geralmente não integra o trabalho final, funciona como um exercício de autoavaliação.

O pesquisador registra sistematicamente como utilizou a ferramenta, observando pontos como as etapas do trabalho em que a IA foi acionada e com quais prompts, e de que maneira a ferramenta impactou o processo em termos de eficiência, satisfação e aprendizado, por exemplo, ao sugerir novas perspectivas (Pereira et al., 2024). Também são registrados os principais obstáculos encontrados, como a geração de conteúdo genérico ou “alucinações” que exigiram verificação (Trindade & Oliveira, 2024). Essa análise permite identificar o que a interação revelou sobre o próprio processo de escrita.

Este exercício de documentação não visa apenas à transparência, mas ao desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a colaboração, permitindo um uso mais intencional e controlado em projetos futuros e consolidando a agência e a responsabilidade do autor humano, além de ser um exercício em si de escrita humana e reflexão.

IV. Conclusão

Este artigo apresentou um roteiro em cinco fases para uma interação ética, responsável e humana com a inteligência artificial generativa na escrita acadêmica, estruturado em torno de três riscos centrais: o sentimento de perda da autoria, o descarregamento cognitivo e a exposição de dados de pesquisa. As fases foram numeradas por razões didáticas e não exigem aplicação sequencial ou integral em cada atividade de escrita. Além disso, uma possível limitação é que ao seguir fielmente as fases, todo o ganho da eficiência trazido pela IA pode se perder nos processos de curadoria e reflexão. Entretanto, o objetivo principal era desenvolver um método detalhado para esse uso crítico da IA para a escrita acadêmica, garantindo que a tecnologia sirva ao aprimoramento do pensamento, e não à sua substituição. Acreditamos que com o treino, os jovens pesquisadores irão fazer as etapas de forma mais natural e poderão também sentir ganhos de produtividade.

Para além do guia, recomenda-se que pesquisadores reservem uma porção do tempo de redação para a prática deliberada sem auxílio da IA, como estratégia concreta para mitigar os riscos de descarregamento cognitivo e atrofia de habilidades. A documentação dessas experiências em um diário reflexivo auxilia na construção de maturidade intelectual e tecnológica, permitindo o refinamento contínuo de diretrizes pessoais para projetos futuros.

Em última análise, o uso ético da IA na pesquisa não se resume a seguir um conjunto de regras, mas a cultivar uma postura de vigilância intelectual e responsabilidade. Ao aderir aos princípios de rigor, transparência e reprodutibilidade, dentro dos limites do que a tecnologia permite, o pesquisador assegura a integridade de seu trabalho e contribui para uma cultura acadêmica que valoriza a inovação sem sacrificar a profundidade.

Declaração de uso de IA

Durante a preparação deste texto, o autor utilizou Claude (versão 4.5 Opus), Gemini (versões 2.5Pro, 3.0 Pro) e GLM 4.5 da Z.ai entre julho e novembro de 2025 para *brainstorming*, avaliação do texto e melhorias gramaticais e semânticas ao texto. Após o uso destas ferramentas, o autor revisou e editou o conteúdo em conformidade com o método científico e assume total responsabilidade pelo conteúdo da publicação.

Referências

- Bai, S., Gonda, D.E. & Hew, K.F. (2024) Write-Curate-Verify: a case study of leveraging generative AI for scenario writing in scenario-based learning. *IEEE Transactions on Learning Technologies*, 17, pp. 1301–1312. DOI: 10.1109/TLT.2024.3378306
- Floridi, L. (2025) Distant writing: Literary production in the age of artificial intelligence. *Minds and Machines*, 35(3), p. 30. DOI: 10.1007/s11023-025-09732-1
- Jin, F., Sun, L. & Pan, Y. et al. (2025) High heels, compass, spider-man, or drug? Metaphor analysis of generative artificial intelligence in academic writing. *Computers & Education*, 228, p. 105248. DOI: 10.1016/j.compedu.2025.105248
- Lee, H., Sarkar, A. & Tankelevitch, L. et al. (2025) The impact of generative AI on critical thinking: self-reported reductions in cognitive effort and confidence effects from a survey of knowledge workers. *Proceedings of the 2025 CHI Conference on Human Factors in Computing Systems*. Yokohama, Japão. DOI: 10.1145/3706598.3713778
- Lopes, C., Forgas, R.C. & Cerdà-Navarr, A. (2024) Tese de doutorado em educação escrita por inteligência artificial? *Revista Brasileira de Educação*, 29, e290065. DOI: 10.1590/S1413-24782024290065
- Mei, P., Brewis, D. & Nwaiwu, F. et al. (2025) If ChatGPT can do it, where is my creativity? Generative AI boosts performance but diminishes experience in creative writing. *Computers in Human Behavior: Artificial Humans*, 4, p. 100140. DOI: 10.1016/j.chbah.2025.100140
- Mollick, E.R. & Mollick, L. (2024) Instructors as innovators: a future-focused approach to new AI learning opportunities, with prompts. *SSRN Electronic Journal* [Preprint]. DOI: 10.2139/ssrn.4802463
- Pereira, R., Reis, I.W. & Ulbricht, V. et al. (2024) Generative artificial intelligence and academic writing: an analysis of the perceptions of researchers in training. *Management Research: Journal of the Iberoamerican Academy of Management*, 22(4), pp. 429–450. DOI: 10.1108/mrjiam-01-2024-1501
- Resnik, D. & Hosseini, M. (2025) Disclosing artificial intelligence use in scientific research and publication: when should disclosure be mandatory, optional, or unnecessary?. *Accountability in Research*. DOI: 10.1080/08989621.2025.2481949
- Sampaio, R. & Figueiredo, D. (2025) *Prompts (infalíveis!) para pesquisa acadêmica com inteligência artificial*. Teresina: EDUFPI.
- Sampaio, R., Sabbatini, M. & Limongi, R. (2024) *Diretrizes para o uso ético e responsável da inteligência artificial generativa: um guia prático para pesquisadores*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom).
- Schilke, O. & Reimann, M. (2005) The Transparency Dilemma: how AI Disclosure Erodes Trust. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 188, 104405. DOI: 10.1016/j.obhdp.2025.104405
- Trindade, A. & Oliveira, H. (2024) Inteligência artificial generativa e competência em informação: habilidades informacionais necessárias ao uso de ferramentas de

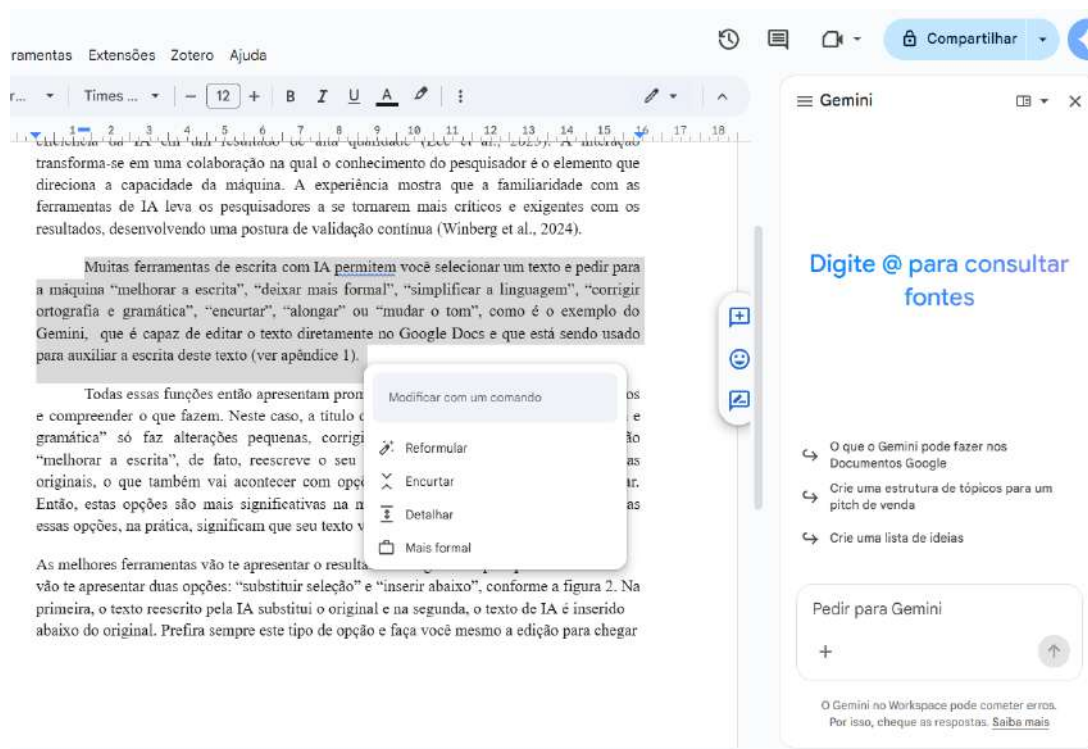
IA generativa em demandas informacionais acadêmico-científicas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 29, e-47485. DOI: 10.1590/1981-5344/47485

Winberg, C., Engel-Hills, P. & Winberg, S. (2024) "Am I in control of my own writing?" Training postgraduate candidates in the responsible use of generative artificial intelligence in academic writing. *African Journal of Inter/Multidisciplinary Studies*, 6(1), pp. 1-13. DOI: 10.51415/ajims.v6i1.1512

Apêndice 1

A Figura 1 mostra as opções presentes no Gemini acessado diretamente do Google Docs.

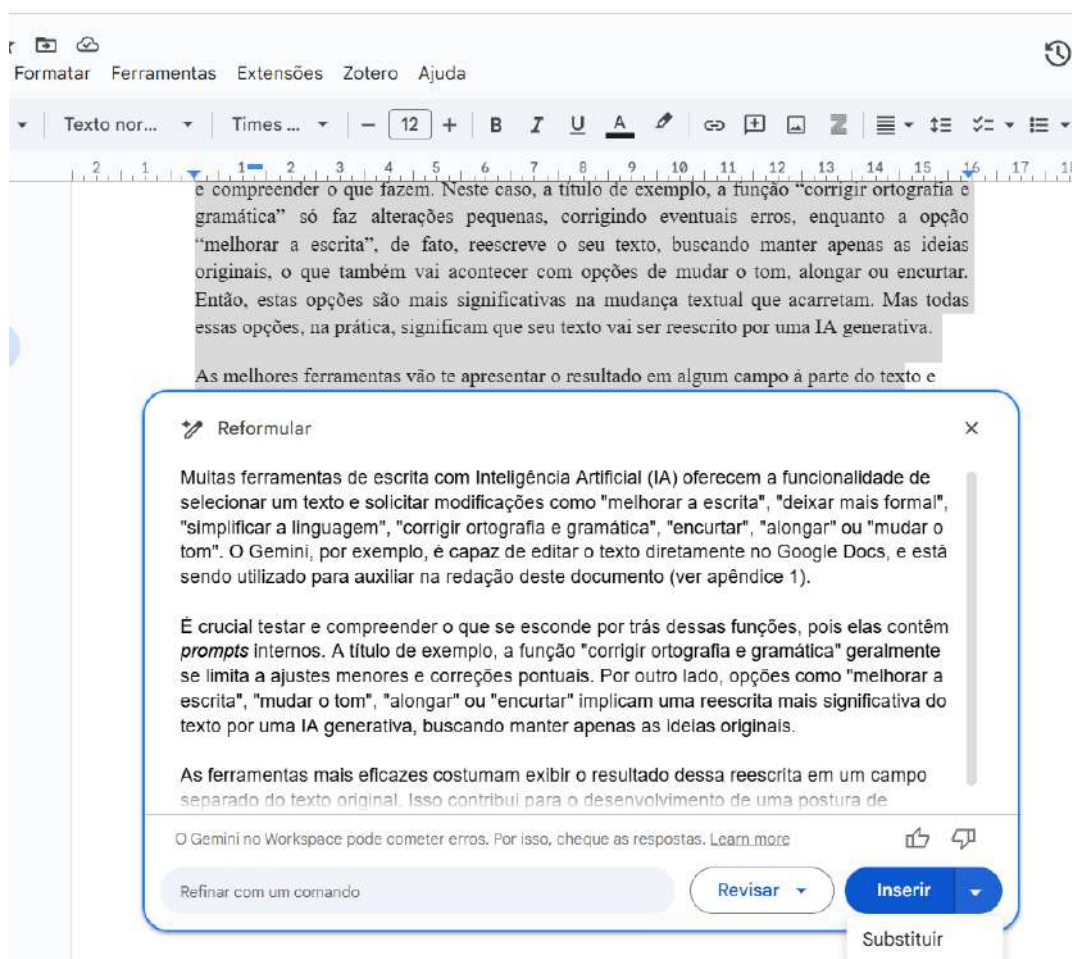
Figura 1 – Opções de ferramenta de escrita com IA



Fonte: captura de tela realizada pelo autor. Acesso em: 28 de nov. 2025.

A Figura 2 mostra as opções presentes no Gemini para inserir um texto corrigido abaixo ou para substituir o trecho presente na seleção original.

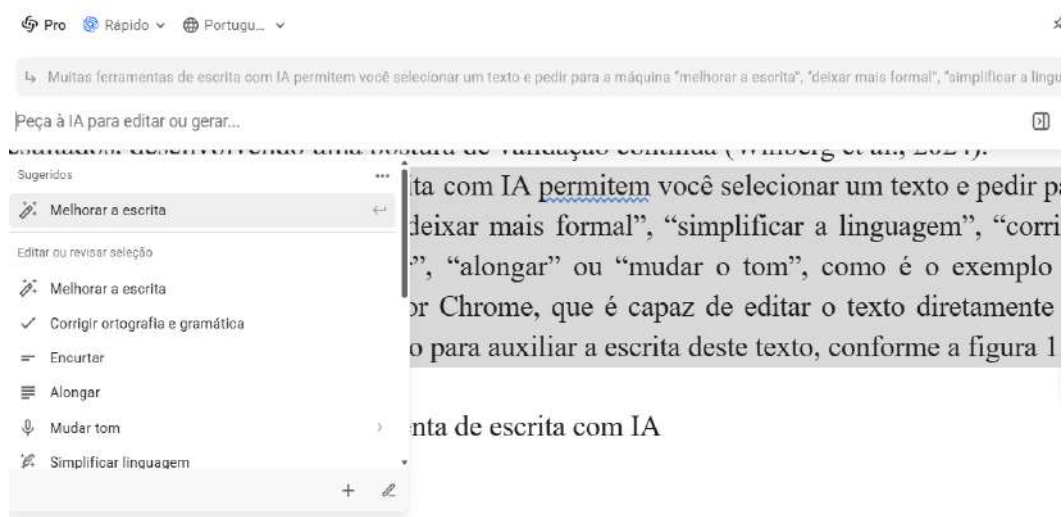
Figura 2 – Opções de inserção do texto modificado pela ferramenta de IA



Fonte: captura de tela realizada pelo autor. Acesso em: 28 de nov. 2025.

A Figura 3 mostra a ferramenta de IA MaxAI que ao ser acionada quando selecionado um texto, apresenta todas essas opções para reformular o texto e mesmo um espaço para um prompt personalizado.

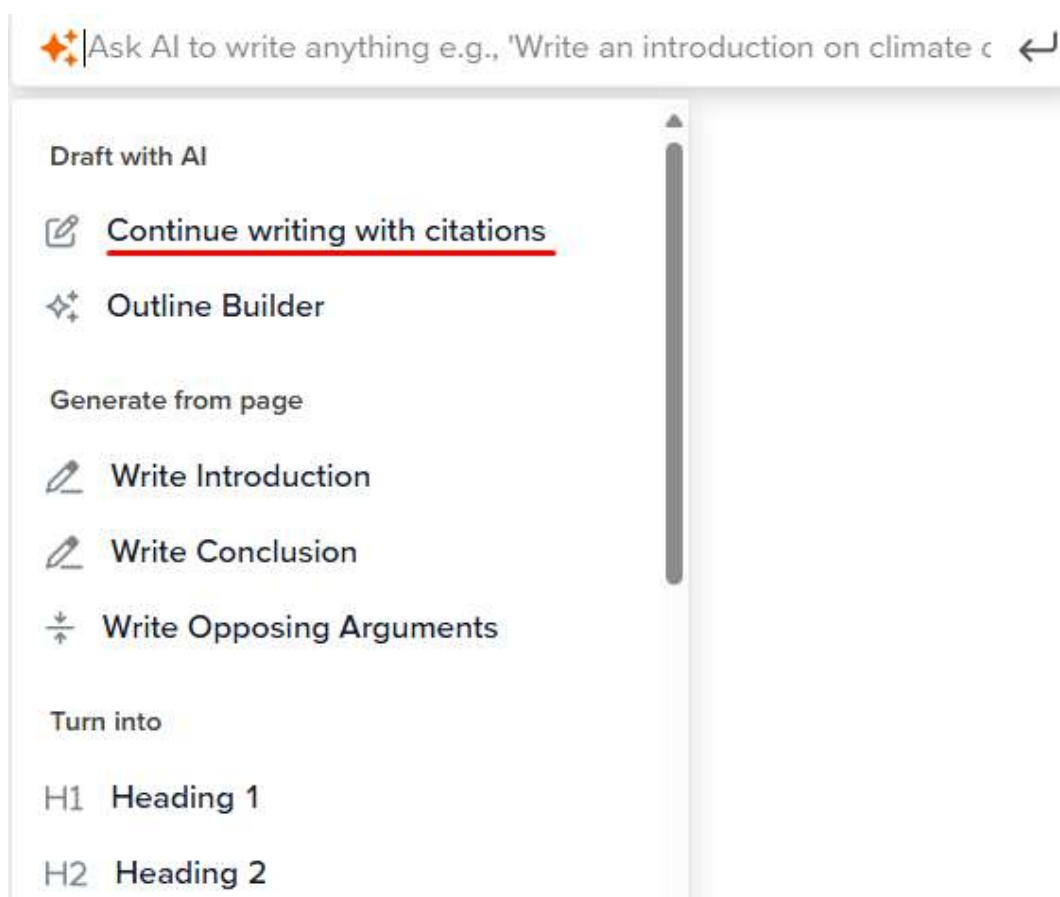
Figura 3 – Opções de ferramenta MaxAI de escrita com IA



Fonte: captura de tela realizada pelo autor. Acesso em: 23 de jul. 2025

Por fim, a Figura 4 apresenta as opções da ferramenta de escrita acadêmica do SciSpace, que apresenta diversas possibilidades consideradas antiéticas pelo autor, como “continuar escrevendo com citações”, “escreva a introdução”/“escreva a conclusão” e ainda “escreva usando argumentos opostos” (tradução minha).

Figura 4 – Ferramenta de escrita com IA da SciSpace



Fonte: captura de tela realizada pelo autor. Acesso em: 23 de jul. 2025.

Ferramentas citadas

MaxAI: <https://maxai.co/>

Gemini: <https://gemini.google.com/>

SciSpace: <https://scispace.com/>

III

PARTE III - PROCESSO EDITORIAL

III

13 Como escolher a revista certa para seu artigo: orientações práticas para jovens pesquisadores(as)

Marcelo Marques

I. Introdução

Publicar um artigo científico é o passo final de um processo longo e cuidadoso. Antes de chegar a essa etapa, o(a) pesquisador(a) percorre diferentes momentos de elaboração, revisão e diálogo com a comunidade acadêmica. Um dos mais importantes ocorre quando os resultados da pesquisa são apresentados em congressos, seminários ou encontros científicos.

Essas apresentações cumprem um papel essencial: permitem testar argumentos, receber sugestões e identificar lacunas no texto. Essa troca é valiosa porque antecipa críticas que poderiam surgir na avaliação editorial, aumentando as chances de o manuscrito ser aceito em um periódico. Em geral, trabalhos que passam por esse processo de interlocução apresentam maior clareza teórica, consistência metodológica e coerência analítica.

Após essa etapa de amadurecimento, surge um novo desafio: decidir onde publicar. A escolha da revista científica é uma das decisões mais estratégicas do processo de pesquisa. Essa decisão pode influenciar a visibilidade do artigo, o alcance da discussão e, em muitos casos, a trajetória acadêmica do(a) autor(a).

Essa escolha, contudo, costuma gerar dúvidas, especialmente diante das mudanças recentes na forma de avaliação dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) no Brasil. Até pouco tempo, o sistema Qualis da CAPES³² era assumido como principal parâmetro de classificação de periódicos, embora não tenha sido criado com esse intuito³³. A partir de 2025, esse modelo foi substituído por novos critérios, que variam conforme a Área de Avaliação³⁴.

Sem detalhar essas mudanças, o objetivo deste guia é oferecer orientações práticas que ajudem pesquisadores(as) em formação a tomar decisões mais seguras sobre onde publicar. Isso porque a escolha inadequada do periódico pode resultar na rejeição do artigo ou, mesmo sendo aprovado, dificultar sua circulação no meio acadêmico. Metodologicamente, este guia se apresenta como um ensaio analítico fundamentado na literatura especializada, em documentos recentes da CAPES e na experiência do autor como parecerista e editor com mais de dez anos de atuação. O propósito é tornar compreensíveis as etapas e decisões do processo de publicação científica, oferecendo orientações diretas e úteis para quem está iniciando a trajetória acadêmica.

32. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão ligado ao Ministério da Educação que regulamenta e financia a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.

33. O Qualis foi criado com o objetivo de avaliar a produção dos PPGs. A classificação de periódicos foi um dos mecanismos encontrados para viabilizar essa avaliação e, ao longo do tempo, acabou sendo interpretado dessa forma, gerando críticas sobre seus efeitos e limitações no meio acadêmico.

34. Os novos critérios de avaliação e, especialmente, os procedimentos para classificação dos artigos podem ser consultados no documento referencial “Diretrizes comuns da Avaliação de Permanência dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*” da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, 2025a). Para uma leitura crítica sobre o novo sistema, conferir Perez (2025).

Para uma melhor organização da exposição, o texto foi dividido em três seções, além desta introdução. A primeira, “Elementos preparatórios: revisão técnica e instruções aos autores”, discute como preparar o manuscrito para submissão, abordando a importância da clareza textual e da adequação às normas do periódico. A segunda, “Escolhendo a revista científica”, apresenta critérios práticos para selecionar o periódico mais adequado. Por fim, as “Considerações” destacam que publicar não é apenas buscar reconhecimento, mas também construir trajetórias acadêmicas consistentes e aprender com as recusas editoriais, que fazem parte do processo de amadurecimento científico.

II. Elementos preparatórios: revisão técnica e instruções aos autores

A publicação científica tem como principal objetivo comunicar ideias, descobertas e interpretações sobre um tema específico, tanto à comunidade acadêmica quanto a públicos mais amplos, como gestores públicos, organizações sociais, empresas e, de forma geral, a toda a sociedade. Para cumprir essa função, todo manuscrito deve se atentar a cinco elementos básicos. A Tabela 1 resume a importância de cada um deles.

Tabela 1 – Elementos básicos avaliados em um artigo científico

Elementos básicos	Importância (adequação e inadequação)
Clareza e coerência na argumentação	Adequação: permite que editores(as) e pareceristas compreendam rapidamente os objetivos, métodos e resultados da pesquisa
	Inadequação: textos com objetivos confusos, mudanças de foco entre seções ou falta de conexão entre argumentos costumam receber pareceres negativos
Fundamentação teórica e metodológica	Adequação: demonstra domínio do tema e uso adequado de referenciais teóricos e procedimentos metodológicos
	Inadequação: citar autores sem articular seus argumentos ao problema de pesquisa indica fragilidade teórica; omitir o método ou descrevê-lo de forma genérica revela fragilidade metodológica
Rigor na argumentação e apresentação	Adequação: indica consistência lógica e precisão na exposição das evidências ou análises, reforçando a credibilidade científica do trabalho
	Inadequação: apresentar dados sem explicitar como foram obtidos ou analisados compromete a confiança do leitor e dos avaliadores

Continuação da tabela na página seguinte.

Indicação de contribuição	Adequação: explicita as contribuições do estudo para o campo em que se insere, mesmo que modestas ou parciais
	Inadequação: não evidenciar a contribuição teórica ou empírica leva à percepção de falta de originalidade ou relevância
Linguagem clara e bem estruturada	Adequação: a clareza e organização do texto contribuem para que o conteúdo seja facilmente compreendido pela equipe editorial e pelos(as) pareceristas
	Inadequação: a ausência de estrutura interna coerente, períodos e parágrafos muito longos dificultam a leitura e tendem a resultar em avaliação negativa

Fonte: elaboração própria com auxílio instrumental das ferramentas de inteligência artificial ChatGPT, NotebookLM e Manus (2025).

Antes de submeter um texto à avaliação, é essencial que o(a) autor(a) revise cuidadosamente o manuscrito. Aspectos técnico-redacionais são tão importantes quanto os teóricos ou metodológicos, pois um texto mal apresentado dificilmente será bem avaliado. A clareza e a organização são decisivas para que editores(as) e pareceristas compreendam rapidamente os objetivos e resultados da pesquisa. Como lembram Nahas & Ferreira (2005, p. 27), citando Coates et al. (2002), “artigos mal escritos têm influência negativa direta ou subliminar na avaliação do revisor”³⁵.

Uma boa redação aumenta as chances de aceitação do trabalho. Isso porque, do ponto de vista do(a) avaliador(a), um texto que apresenta algumas lacunas teórico-analíticas ainda pode ser aprovado, desde que esteja bem escrito e organizado, com a expectativa de que tais fragilidades sejam ajustadas no processo de revisão. Contudo, quando essas lacunas se somam a erros gramaticais, de estrutura técnica e de estilo, a credibilidade do estudo fica comprometida, o que tende a resultar em uma avaliação negativa.

Além do conteúdo conceitual, analítico e redacionais, o manuscrito também deve atender a exigências técnicas da redação científica (Quadro 1). Isso inclui elementos como o resumo e a introdução, que cumprem funções específicas. O resumo deve apresentar, de forma breve e objetiva, o tema, os objetivos, a metodologia e os principais resultados. A introdução, por sua vez, contextualiza a pesquisa, situa-a no debate acadêmico, explicita objetivos e apresenta a organização do texto.

35. O estudo de Coates et al. (2002) analisou 120 artigos submetidos à publicação no periódico Cardiovascular Research (CVR) entre os anos de 1999 e 2000. Focando em problemas linguísticos que podem dificultar a compreensão dos textos, os dados indicaram que aspectos técnicos da escrita, além da qualidade científica do manuscrito, são fatores importantes que contribuem para a não aprovação.

Quadro 1 – Modelo de checklist a ser preenchido antes da submissão do manuscrito

Antes de enviar seu manuscrito, verifique se:

- ☐ O texto está claro, objetivo e bem estruturado
- ☐ Há coerência entre título, resumo e conteúdo
- ☐ A metodologia foi informada
- ☐ As referências estão completas e no formato exigido pelo periódico
- ☐ As tabelas e figuras estão legíveis, numeradas e citadas no texto
- ☐ O arquivo segue as “instruções aos autores”
- ☐ O resumo cumpre os critérios da revista e apresenta os elementos necessários
- ☐ O texto foi revisado por um(a) profissional, colega ou orientador(a) antes do envio

Fonte: elaboração própria (2025).

Outro aspecto essencial é a adequação às normas do periódico. Cada revista possui suas próprias “instruções aos autores”, que definem regras de formatação, citações, referências e estrutura. Seguir essas orientações evita rejeições por motivos formais e demonstra o cuidado do(a) autor(a) com o processo de publicação. Ignorar esse passo pode gerar atrasos significativos: em alguns periódicos, uma submissão inadequada pode levar meses apenas para ser devolvida para correção — ou ser recusada.

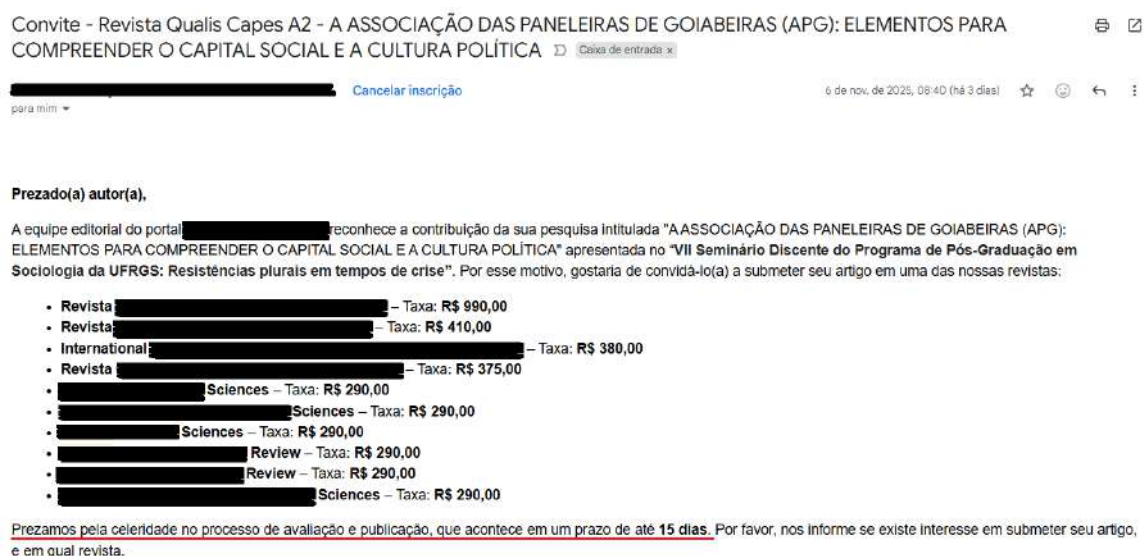
Superada essa etapa, chega o momento de decidir onde o trabalho será submetido: uma escolha que envolve critérios técnicos, estratégicos e institucionais. É sobre essa decisão, muitas vezes fundamental para o sucesso da publicação, que trata a próxima seção.

III. Escolhendo a revista científica: revistas predatórias e o impacto do artigo

Como destacam Nahas & Ferreira (2005), quem está prestes a submeter um manuscrito deve refletir com cuidado sobre a escolha do periódico. Essa decisão envolve várias questões importantes. A principal delas consiste em levar em conta que “revistas de circulação restrita ou de má qualidade não trazem recompensa aos esforços investidos na confecção de um trabalho científico, embora a aceitação para publicação seja mais fácil” (Nahas & Ferreira, 2005, p. 26). Outro ponto a ser considerado, segundo os autores, é que “nem todos os artigos serão aceitos por periódicos de primeira linha”, o que torna necessário “ponderar sobre o valor científico do estudo e prepará-lo para uma revista adequada” (Nahas & Ferreira, 2005, p. 26).

Sobre o primeiro ponto, destacam-se as “revistas predatórias”. Trata-se de periódicos que não seguem padrões mínimos de qualidade, transparência e rigor acadêmico. Frequentemente, fazem convites indiscriminados para publicação de trabalhos já apresentados em eventos ou para participação em coletâneas cujas temáticas pouco se relacionam à área de pesquisa do(a) autor(a). Comumente seguem este padrão:

Figura 1 – Assédio acadêmico de revista predatória



Fonte: imagem de e-mail enviado ao autor. Destaca-se que se trata de um artigo já publicado em 2021.

Como se observa na imagem acima, essas revistas cobram taxas e prometem avaliação rápida, garantindo aceitação quase automática dos manuscritos. Publicar em revistas predatórias não só compromete a credibilidade do trabalho como pode prejudicar a trajetória acadêmica do(a) pesquisador(a). Por isso, é recomendável verificar sempre se o periódico está indexado em bases reconhecidas, se apresenta informações claras sobre o corpo editorial e o processo de avaliação e verificar quais pesquisadores(as) da sua área já publicaram³⁶.

Sobre o segundo ponto destacado a partir das contribuições de Nahs & Ferreira (2005), a grande questão é como ponderar esse valor científico do artigo. Além do senso crítico do(a) autor(a) sobre “originalidade”, possíveis “inovações”, “avanços” e “relevância” — em suma, o potencial de contribuição científica do seu trabalho —, é preciso também considerar as especificidades dos periódicos, já que alguns privilegiam artigos empíricos que apresentam dados e análises originais em detrimento de revisões de literatura, por exemplo.

Nesse mesmo sentido, vale destacar que revisões bibliográficas, que não apresentam avanços teóricos relevantes ou que apenas reúnem informações sem análise crítica, costumam ser menos valorizadas em periódicos de maior qualificação. Por isso, a escolha do periódico deve considerar não apenas a qualidade do trabalho, mas também sua contribuição específica para o campo, o escopo e ao perfil editorial da revista.

36. Para uma leitura sobre o crescimento das revistas predatórias e sua identificação, conferir Guimarães & Hayashi (2023). Para um mapeamento no Brasil, ver Andrade et al. (2023).

III.1. Verifique o escopo e perfil editorial

O escopo da revista é um elemento central na escolha do periódico pelos(as) autores(as), pois é nele que se verifica se o tema do artigo está alinhado à missão e aos objetivos editoriais do periódico. Submeter um trabalho fora do escopo pode resultar em rejeição na triagem inicial, ou seja, sem que o manuscrito seja enviado para avaliação por pareceristas. É importante esclarecer que essa rejeição não significa que a decisão será rápida; em alguns casos, a equipe editorial pode levar meses para concluir essa análise.

A imagem a seguir ilustra um caso do próprio autor em que o artigo não estava alinhado ao escopo da revista. A rejeição da submissão ocorreu rapidamente. No entanto, a necessidade de submeter o trabalho a outro periódico atrasou todo o processo: o artigo, inicialmente submetido em 2022, só foi publicado em 2025³⁷.

Figura 2 – Artigo fora do escopo

Decision Letter [REDACTED]

From: [REDACTED]

To: marcelo.marques.cso@gmail.com

CC:

Subject: [REDACTED] Decision on Manuscript ID [REDACTED]

Body: 03-Feb-2022

Prezado Prof. Marques:

Escrevemos-lhe a respeito do seu artigo # [REDACTED], intitulado "Os coletivos culturais contemporâneos no Brasil: novidades no campo (associa)ativista?", apresentado para publicação em [REDACTED]

O Conselho de Redação reconhece o mérito do trabalho submetido, mas considera que a sua submissão não se enquadra no escopo editorial da revista. Convém esclarecer que esta decisão prende-se única e exclusivamente ao não enquadramento da matéria contida no artigo nos objetivos de [REDACTED]. Não houve julgamento quanto ao mérito do texto.

Agradecemos, de todo modo, o interesse em publicar sua pesquisa em [REDACTED]. Esperando contar com sua colaboração em outra oportunidade, subscrevemo-nos.

Date Sent: 03-Feb-2022

Fonte: imagem de e-mail enviado ao autor.

Além da leitura “sobre o periódico”, “política editorial”, “objetivos e missões” ou seções relativas, os(as) autores(as) podem consultar os artigos publicados nas últimas edições. Isso permitirá ter uma compreensão da natureza e dos temas abordados e verificar se o seu manuscrito encontra aderência ao escopo do periódico. A Tabela 2 sintetiza alguns elementos básicos na avaliação do escopo e perfil editorial de uma revista.

37. Artigo em coautoria com Vanessa Marx (Marques & Marx, 2025).

Tabela 2 – Avaliação do escopo e perfil editorial de uma revista

Item	Verificação
Alinhamento ao escopo	O tema do artigo está dentro do escopo da revista?
Tipo de estudo	O enfoque do estudo (teórico, empírico ou revisão) corresponde ao que a revista prioriza?
Seções institucionais	Foram consultadas páginas como “Sobre a revista”, “Política editorial” e “Objetivos e missões”?
Edições recentes	Foram analisados títulos, resumos e formatos dos artigos das últimas edições?
Público-alvo	O público da revista foi identificado e o artigo ajustado em tom e conteúdo?
Perfil editorial	O manuscrito se encaixa no perfil editorial, evitando submissões fora do escopo?
Exemplos práticos	Foram considerados exemplos de adequação ao periódico para avaliar chances de aceitação?

Fonte: elaboração própria com auxílio instrumental das ferramentas de inteligência artificial ChatGPT, NotebookLM e Manus (2025).

Além do alinhamento ao escopo e perfil editorial, é importante considerar outros aspectos da revista que impactam diretamente o sucesso da publicação. Na seção seguinte, serão discutidas a regularidade e a celeridade do processo editorial, fatores essenciais para evitar contratempos.

III.2. Observe a regularidade e a celeridade da revista

Outro fator importante na escolha de uma revista é a celeridade do processo de avaliação. Nas áreas de Humanidades, uma das críticas mais recorrentes diz respeito à lentidão nas etapas de avaliação e publicação. Em muitos casos, o prazo entre a submissão e o retorno dos pareceres ultrapassa o tempo informado pelo periódico, chegando a seis meses ou mais — mesmo em revistas conceituadas. O intervalo entre a aprovação e a publicação também pode exceder seis meses, de modo que, considerando todo o processo editorial, o período entre a submissão e a veiculação do artigo pode alcançar até dois anos.

Essa demora decorre de vários fatores: o grande volume de manuscritos recebidos, a falta de recursos humanos e financeiros e a forte dependência do trabalho voluntário de editores(as), pareceristas e, não raro, de revisores(as). Essa combinação cria gargalos em diferentes fases do processo editorial e aumenta a frustração dos(as) autores(as), sobretudo quando os resultados precisam ser divulgados com rapidez por razões de relevância social ou temporal. Além disso, prazos longos podem comprometer o cumprimento de exigências institucionais ou de editais de fomento.

Para minimizar esses problemas, é importante observar indicadores de agilidade editorial antes da submissão. Revistas que adotam fluxo contínuo de publicação costumam ser mais rápidas, pois não esperam o fechamento de um volume para divulgar os textos aprovados. Da mesma forma, periódicos com periodicidade trimestral ou quadrimestral tendem a acelerar o processo. Outro ponto é verificar as “datas de arbitragem” informadas pelo periódico nos próprios artigos publicados, avaliando se o tempo médio entre submissão e publicação é compatível com as necessidades do(a) autor(a). Por fim, é fundamental conferir se a revista mantém regularidade nas edições, pois revistas com edições atrasadas são um claro indicativo de problemas editoriais e, portanto, devem ser evitadas.

A questão da celeridade, no entanto, não deve ser dissociada da qualidade da avaliação e das práticas editoriais. Mais do que rapidez, é essencial que o processo seja transparente³⁸ e fundamentado. Por isso, é recomendável evitar revistas com baixa avaliação, práticas pouco claras ou comunicação deficiente — como ausência de retorno de e-mails ou demora excessiva na resposta editorial. Também é preciso cautela com periódicos que impõem barreiras financeiras ou modelos de acesso pago sem justificativa clara. Estes fatores frequentemente se tencionam: revistas muito rápidas podem apresentar baixo impacto ou pareceres superficiais³⁹, enquanto periódicos bem avaliados costumam ter prazos mais longos e escopos restritos.

Escolher uma boa revista, portanto, é sempre um exercício de equilíbrio entre agilidade, qualidade da avaliação e credibilidade institucional: cabe ao(à) pesquisador(a) ponderar esses elementos para tomar uma decisão estratégica e bem-informada. Outro elemento importante nesse momento de escolha é a indexação da revista, ponto a ser discutido na sequência.

III.3. Avalie a indexação e métricas

Parte do que foi discutido na seção anterior se relaciona diretamente à indexação e às métricas dos periódicos. Entre os vários critérios que orientam a escolha de uma revista, a presença em bases de dados confiáveis é um dos principais indicadores de qualidade e visibilidade.

38. Dentre eles, pode-se destacar os critérios para seleção de propostas de dossiês e as informações sobre a sua organização. Algumas revistas organizam dossiês “fechados”, compostos por trabalhos previamente convidados — ainda que sujeitos à avaliação —, e dossiês mistos, que combinam trabalhos convidados com uma “cota” para chamada aberta. Essa prática impacta a transparência do processo editorial, pois os(as) autores(as) que fazem submissão via chamada aberta nem sempre têm ciência disso.

39. Não é raro que os pareceres sejam vagos ou pouco fundamentados, o que dificulta o aprimoramento do texto. Em alguns casos, o conteúdo das avaliações revela desconhecimento do tema por parte do(a) parecerista. Além disso, muitas recusas são comunicadas sem justificativas claras, o que reforça a percepção de arbitrariedade e falta de critério no processo de avaliação. Portanto, celeridade não necessariamente é sinônimo de qualidade editorial.

Na área de Ciência Política e Relações Internacionais, assim como em Sociologia, a CAPES reconhece os seguintes indexadores e bases relevantes: SciELO, Scopus, Web of Science, Redalyc, DOAJ, Dialnet, OpenEdition Journals, ERIHPlus e Latindex. Cada uma adota seus próprios critérios, exigindo das revistas alto grau de organização e rigor editorial — especialmente as três primeiras. Publicar em periódicos indexados nessas bases amplia a visibilidade da produção e pode influenciar positivamente as avaliações institucionais.

Uma observação crítica é importante neste ponto. Como destaca Perez (2025, p. 3), o uso de critérios baseados em métricas de plataformas comerciais internacionais pode criar uma dependência da CAPES em relação a essas empresas — como também ocorre em relação ao índice h5 do Google. Essa prática, inclusive, pode colocar em risco a autonomia da avaliação científica nacional, enfraquecendo a soberania acadêmica e, como uma das consequências, o desenvolvimento de mecanismos próprios voltados à qualificação científica nacional. Além disso, reforça uma lógica de competição global, voltada à busca por prestígio e *rankings*, em vez de promover a cooperação regional e a valorização de pesquisas que dialogam com a realidade brasileira. Trata-se, em suma, de um debate que convida à reflexão sobre os limites das métricas internacionais e à necessidade de fortalecer critérios de avaliação próprios, um tema que não pode ser ignorado.

Quanto às métricas bibliométricas, é importante lembrar que, embora não devam ser o único fator considerado, elas ajudam a estimar a influência e o alcance de uma revista. No caso da Sociologia, por exemplo, em substituição ao Qualis, a CAPES passou a adotar dois indicadores principais: o índice h5, obtido pelo Google Scholar Metrics, e o JCR (Journal Citation Reports), para periódicos não aderentes⁴⁰. Já na Área de Ciência Política e Relações Internacionais, utiliza-se também o índice h5, além da mediana h5, para a avaliação da produção intelectual agregada do corpo docente⁴¹.

O índice h5 mede o impacto recente de uma revista ou autor. Ele representa o maior número *h* de artigos publicados nos últimos cinco anos que receberam ao menos *h* citações cada. Por exemplo, se um periódico tem um índice h5 igual a 10, isso significa que ele publicou 10 artigos, nos últimos cinco anos, que foram citados pelo menos 10 vezes cada um. Essa métrica reflete o impacto recente e evita distorções causadas por artigos antigos que acumulam muitas citações ao longo do tempo. Dinâmica e sensível a variações, o índice é recalculado anualmente, podendo subir ou

40. Conferir Ficha de Avaliação da Área de Sociologia (CAPES, 2025b).

41. A Área de Ciência Política adota duas listagens de periódicos. A lista 1 reúne revistas sediadas em países ibero-americanos ou lusófonos, além daquelas dedicadas a estudos de área, como os estudos latino-americanos. A lista 2 inclui os demais periódicos. Os artigos publicados nessas revistas são classificados em nove estratos (de A1 a A8 e B), com base no índice h5 obtido pelo Google Scholar (ou outra base equivalente). O estrato B corresponde a publicações sem classificação definida ou com práticas editoriais insuficientes (CAPES, 2025c).

cair conforme o desempenho das publicações mais recentes⁴². Essa mesma característica, no entanto, pode reduzir a previsibilidade para autores(as), já que o valor do índice muda a cada ano⁴³.

A mediana h5, por sua vez, mostra a mediana das citações dos artigos que compõem o h5. Ela indica se o impacto está distribuído de forma equilibrada ou concentrado em poucos trabalhos. Em termos simples: o h5 mostra o “pisso” de impacto, enquanto a mediana h5 mostra a tendência central das citações, oferecendo uma visão mais precisa da consistência do periódico⁴⁴.

Como se observa, escolher uma revista científica envolve múltiplos critérios, que vão desde a adequação temática e metodológica até aspectos práticos, como celeridade do processo de avaliação, regularidade das publicações, indexações e métricas de impacto. Mais do que uma decisão técnica, escolher onde publicar é uma decisão estratégica: o(a) pesquisador(a) precisa equilibrar prestígio, visibilidade, rapidez e aderência ao escopo da revista. Quando feita com critério, essa escolha aumenta a visibilidade da pesquisa, acelera sua circulação e fortalece a trajetória acadêmica do(a) autor(a).

IV. Conclusões

Como discutido ao longo deste guia, escolher a revista científica adequada envolve decisões estratégicas e técnicas, mas também um aprendizado formativo. Publicar não significa apenas buscar reconhecimento institucional, trata-se de valorizar o próprio trabalho intelectual, contribuir para o fortalecimento da ciência e considerar o impacto social da pesquisa, entendido como aquilo que ela pode efetivamente oferecer à sociedade.

Isso implica inserir a produção em espaços de circulação legítimos, com boas práticas editoriais e impacto real sobre o campo de conhecimento e a sociedade⁴⁵. Essa escolha, como discutido, exige equilíbrio entre prestígio, pertinência temática, qualidade editorial e condições concretas de acesso.

42. Para uma leitura sobre índice h, criado por Hirsch, conferir Ilva & Grácio (2017). Para um estudo sobre as mudanças para índice h5 e como instrumento de avaliação e sua relação com sistemas tradicionais de classificação de periódicos na Sociologia, conferir o trabalho de Silva (2022). Para consulta do índice h5 dos periódicos, ver o *Google Scholar Metrics*. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=metrics_intro&hl=pt-BR. Acesso em: 6 dez. 2025.

43. Entre a submissão, a aprovação e a publicação de um texto, o indicador de impacto da revista pode aumentar ou diminuir, influenciando sua avaliação futura. Cabe destacar, ainda, o índice h de cada artigo, aspecto relevante, mas cuja discussão não será aprofundada neste guia devido à limitação de espaço.

44. A mediana h5 é mais sensível à distribuição das citações entre os artigos que compõem o h5. Se há artigos com citações extremamente altas ou baixas, a mediana ainda oferece uma visão central mais representativa, mas pode variar mais rapidamente se a composição do conjunto de artigos mudar.

45. É preciso destacar que um artigo pode alcançar amplo impacto mesmo em periódicos fora dos extratos mais altos, desde que tenha relevância teórica e social.

Com relação às métricas e aos indicadores bibliométricos, embora úteis, eles devem ser interpretados com cautela e sempre considerados de forma complementar a outros critérios qualitativos, como o escopo da revista e a comunidade acadêmica em torno dela, a qualidade do corpo editorial, o público-alvo e o processo de avaliação. Além disso, é preciso considerar que métricas e indicadores bibliométricos não captam a diversidade e a desigualdade que marcam a produção científica no Brasil.

Como destaca Perez (2025), há diferenças significativas entre pesquisadores(as) vinculados a programas de pós-graduação consolidados e aqueles(as) que atuam em instituições com menor estrutura, redes de cooperação menos robustas e recursos limitados. Programas de Pós-Graduação (PPGs) recém-criados, por exemplo, “contam apenas com cursos de mestrado, compostos por docentes em início de carreira, sem redes consolidadas de publicação e com menor acesso às principais revistas do campo” (Perez, 2025, p. 3).

Problema similar são enfrentados por periódicos vinculados a essas instituições e de regiões fora do eixo Sul-Sudeste. Muitos deles enfrentam dificuldades para manter regularidade, atrair submissões qualificadas e alcançar indexações relevantes. Em geral, operam com equipes reduzidas, dependem de trabalho voluntário e carecem de recursos para aprimorar a gestão editorial. Essas limitações reduzem sua visibilidade e os tornam menos atrativos para autores(as) que buscam pontuação em avaliações institucionais, alimentando um círculo de desigualdade na própria estrutura de publicação científica.

Essas disparidades estruturais impactam diretamente a visibilidade e o reconhecimento da produção científica brasileira. Por isso, é fundamental pensar em estratégias que promovam uma maior descentralização da avaliação e da circulação do conhecimento. Entre essas estratégias, destacam-se o fortalecimento de revistas regionais, o incentivo a redes de colaboração interinstitucional e o reconhecimento do valor científico e social de periódicos de acesso aberto, especialmente aqueles sediados fora dos grandes centros de pesquisa.

Do ponto de vista editorial, isso significa adotar políticas que valorizem a diversidade de contextos e de agendas de pesquisa, evitando que os critérios de impacto internacional se tornem o único parâmetro de qualidade. Uma política científica mais equilibrada deve considerar as condições concretas de produção da ciência no país, apoiando práticas colaborativas, solidárias e territorialmente distribuídas, que reforcem a pluralidade do sistema acadêmico brasileiro.

Por fim, é importante lembrar que todos os cuidados e estratégias aqui discutidos não garantem a aceitação do manuscrito. Como apontam Nahas & Ferreira (2005, p. 27), “vários artigos premiados foram inicialmente rejeitados”. As recusas fazem parte do processo científico e podem ocorrer por diferentes motivos, como divergências teóricas, desconhecimento dos autores mobilizados ou da própria temática por parte da pessoa parecerista. O essencial é encarar a recusa como etapa de aprendizado: críticas que

sejam intelectualmente honestas e pedagogicamente construtivas oferecem uma excelente oportunidade de aprimoramento do texto. Em suma, cada submissão, parecer ou revisão compõe a trajetória de amadurecimento do(a) pesquisador(a), fortalecendo sua inserção no campo e contribuindo para o avanço da ciência feita.

Declaração de uso de IA: As ferramentas de inteligência artificial ChatGPT, NotebookLM e Manus foram usadas para auxiliar na construção das Tabelas 1 e 2 e na revisão técnico-gramatical.

Referências

Andrade, D.A.F., Campos, F.F. & Sousa, J.A.G. et al. (2023) Mapeamento de revistas brasileiras com práticas editoriais predatórias. *Revista Brasileira de Editoração Científica*, 1(1), pp. 1–15. DOI: 10.21452/abecmeeting2023.196

CAPES (2025a) *Diretrizes comuns da avaliação de permanência dos programas de pós-graduação stricto sensu*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19052025_20250502_DocumentoReferencial_FICHA.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2025.

CAPES (2025b) *Ficha de avaliação acadêmico e profissional: sociologia – quadriênio 2025–2028*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/SOCIOLOGIA_FICHA_2025_2028.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2025.

CAPES (2025c) *Ficha de avaliação acadêmico e profissional: ciência política e relações internacionais – quadriênio 2025–2028*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/copy3_of_CIENCIA_POLIT_RI_FICHA_2025_2028.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2025.

Coates, R., Sturgeon, B. & Bohannan, J. et al. (2002) Language and publication in “Cardiovascular Research” articles. *Cardiovascular Research*, 53(2), pp. 275–285. DOI: 10.1016/S0008-6363(01)00530-2

Guimarães, J.A.C. & Hayashi, M.C.P. (2023) Revistas predatórias: um inimigo a ser combatido na comunicação científica. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 21, e023003. DOI: 10.20396/rdbci.v21i00.8671811

Ilva, D.D. & Grácio, M.C.C. (2017) Índice h de Hirsch: análise comparativa entre as bases de dados Scopus, Web of Science e Google Acadêmico. *Em Questão*, 23, pp. 196–212. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/68010>. Acesso em: 26 ago. 2025.

Marques, M.S. & Marx, V. (2025) Coletivos e as novidades no debate político-organizacional: uma abordagem processual-relacional sobre os coletivos culturais contemporâneos no Brasil. *Opinião Pública*, 31, pp. 1–41. DOI: 10.1590/1807-0191202531102

Nahas, F.X. & Ferreira, L.M. (2005) A escolha do periódico. *Acta Cirúrgica Brasileira*, 20(2), pp. 26–27. DOI: 10.1590/S0102-86502005000800007

Perez, O.C. (2025) Avaliação em disputa: a reforma do Qualis e os desafios para a ciência. *Novos Debates*, 11(1), pp. 1–5. DOI: /10.48006/2358-0097/V11N1.E111011

Silva, M.L.P.S. (2022) *Índice h5 do Google Acadêmico e Webqualis Capes na produção da sociologia brasileira*. Trabalho de Conclusão de Curso. Maceió: Universidade Federal de Alagoas.

III

14 O processo editorial de revistas científicas: o longo caminho entre a submissão e a publicação

*Debora Rezende Almeida
Rebecca Abers*

I Introdução

Este artigo tem o objetivo de esclarecer como se dá o processo editorial e o longo caminho entre a submissão e a publicação de um artigo, apresentando informações frequentemente acessíveis apenas àqueles com experiência em editoria científica. O fluxo editorial envolve funções deliberativas, gestoras e executivas necessárias para a transparência do processo de publicação (Grants et al., 2011). O(a) autor(a) geralmente terá que lidar com uma equipe gestora que envolve alguns assistentes, responsáveis diretos pela comunicação da revista e auxílio em todo fluxo editorial, além do contato com os próprios editores chefes e/ou o comitê editorial. Ao mesmo tempo, haverá aqueles responsáveis pela análise acerca da qualidade do artigo: pareceristas e editores. Por fim, caso aceito, há toda uma fase de execução final da publicação que envolve profissionais de revisão e diagramação, bem como os administradores da plataforma em que será publicado. São muitos momentos em que algo pode atrapalhar ou impossibilitar a publicação de um artigo.

Este artigo apresenta as dinâmicas do processo editorial de um periódico acadêmico, a partir da experiência das autoras como editoras de um periódico classificado em alto extrato pelo Qualis Capes, e do diálogo com algumas referências bibliográficas sobre o tema. A organização do artigo segue o fluxo editorial das revistas, porém, é preciso considerar que haverá variações a depender do periódico escolhido para publicação. O texto ainda apresenta debates que atualmente orientam a prática editorial em torno da produção do conhecimento científico, como a Ciência Aberta e vieses de *peer review*. Compreender quais são os obstáculos que os autores podem encontrar no caminho entre a submissão e a publicação e as escolhas que deverão fazer pode diminuir bastante o tempo de publicação e colaborar com a produção de trabalhos de qualidade científica. Ao mesmo tempo, o artigo pode contribuir para a reflexão de editores sobre boas práticas de avaliação científica e os desafios mais prementes do processo editorial em um contexto de crescente mudança na forma de produzir e disseminar conhecimento.

II. Visão geral do processo

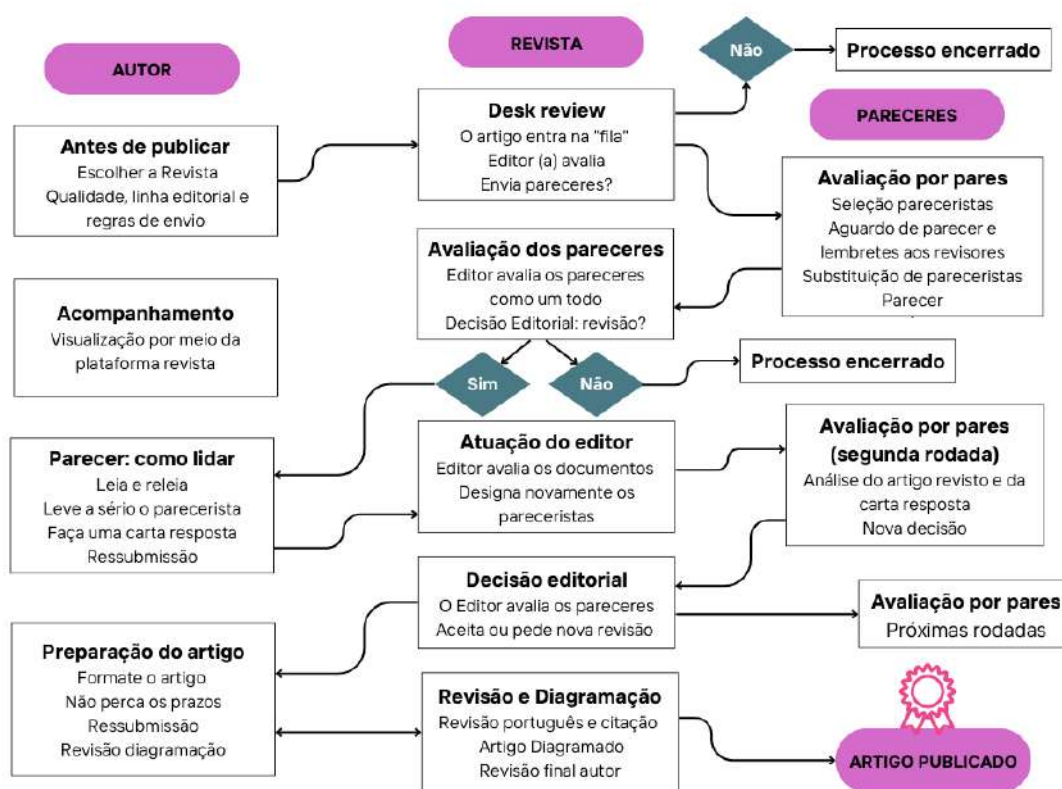
A submissão de artigos à periódicos científicos envolve os seguintes passos:

- a) Preparação do manuscrito antes de submeter;
- b) A avaliação inicial do texto pelo comitê editorial (“*desk review*”);
- c) A avaliação por pares;
- d) Avaliação dos pareceres pelo comitê editorial;
- e) Em caso de revisão, interação entre autor e pareceristas;
- f) Em caso de aceite, revisão, diagramação e encaminhamento à plataforma para publicação.

Um artigo pode ser rejeitado em dois momentos – na revisão inicial e após a avaliação de pareceres externos. Em caso de artigos científicos, o aceite ocorre geralmente após pelo menos uma rodada de avaliações entre pares, ainda que, a depender da área de conhecimento, exista diferentes formas de avaliação como a feita pelos próprios editores ou pela disponibilização pública à comunidade científica interessada no tema (Ross-Hellauer, 2017). Isso significa que o(a) autor(a) deve tomar o cuidado de somente submeter um artigo que esteja em estágio bem avançado⁴⁶ e que preparado para escutar críticas e melhorar o texto.

O fluxograma da Figura 1 resume e sistematiza essas etapas, as quais serão explicadas nas próximas seções.

Figura 1 – Passos do processo editorial



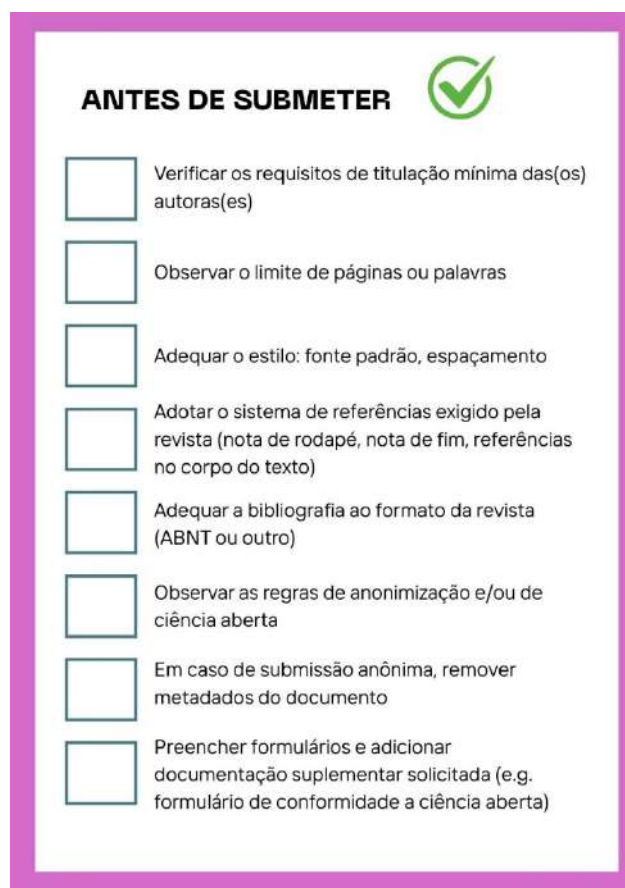
Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

Uma vez escolhida a revista, é importante ler com muito cuidado as instruções aos autores para evitar atrasos ou mesmo uma rejeição sumária. Em algumas revistas, a submissão em desacordo com as normas pode resultar em rejeição imediata, antes mesmo da avaliação editorial. Além disso, é preciso estar ciente das diretrizes de ética em pesquisa. A maioria das

46. Outros artigos da coletânea tratarão da preparação de artigos científicos. Alguns cursos sobre escrita científica também estão disponíveis online e podem ser acessados, por exemplo, o Curso de Escrita Acadêmica do canal da Professora Rosana Pinheiro-Machado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/@rosanapinheiro-machado9854>>. Acesso em: 12 jan. 2026.

revistas brasileiras se orienta pelas regras do *Committee on Publication Ethics* – COPE⁴⁷, instituição internacional que estabelece orientações sobre temas relacionados à ética em pesquisa, como coleta e transparência de dados, plágio, conflitos de interesse, entre outros. A Figura 2 apresenta um “checklist” de itens mínimos que deveriam ser considerados no momento da submissão.

Figura 2 – Checklist de preparação do manuscrito para submissão



ANTES DE SUBMETER 

- ☐ Verificar os requisitos de titulação mínima das(os) autoras(es)
- ☐ Observar o limite de páginas ou palavras
- ☐ Adequar o estilo: fonte padrão, espaçamento
- ☐ Adotar o sistema de referências exigido pela revista (nota de rodapé, nota de fim, referências no corpo do texto)
- ☐ Adequar a bibliografia ao formato da revista (ABNT ou outro)
- ☐ Observar as regras de anonimização e/ou de ciência aberta
- ☐ Em caso de submissão anônima, remover metadados do documento
- ☐ Preencher formulários e adicionar documentação suplementar solicitada (e.g. formulário de conformidade a ciência aberta)

Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

Embora o anonimato seja implícito no processo de editoração e geralmente o autor tenha o direito de receber um tratamento confidencial durante todo o processo de avaliação de seu manuscrito (Coimbra Jr., 1998), é importante considerar que os periódicos adotam cada vez mais os princípios da Ciência Aberta (Heinz & Miranda, 2024). Isso envolve uma série de práticas, para além da abertura no processo de avaliação de manuscritos por pares, como o acesso aberto e o compartilhamento dos conjuntos de dados de análise, instrumentos, *scripts* de análise estatística, roteiros e materiais adicionais, disponibilizados em repositórios online abertos.

O pressuposto sociológico por trás do movimento de Ciência Aberta é que o conhecimento é um produto de colaboração social que pertence à comunidade e, portanto, deve ser socializado a fim de gerar um ambiente

47. Disponível em: <<https://publicationethics.org/guidance>>. Acesso em: 21 dez. 2026.

de colaboração, reprodutibilidade, transparência e interatividade entre autores e avaliadores (Inácio & Amante, 2021; SciELO Brasil, 2022; Albagali et al., 2015; Wachholz, 2022). As maiores controvérsias dizem respeito à disponibilização de dados e abertura do processo avaliativo. No primeiro caso, a literatura mostra que a disponibilização pública tem o potencial de aumentar a confiança nos achados, permitir a confirmação dos resultados e gerar novas hipóteses e estudos (Wachholz, 2002). Os limites não são desprezíveis, entre eles o temor dos autores de não obterem o devido crédito pelo uso dos dados e a dificuldade de produzir dados que sejam acessíveis, razoavelmente estruturados e inteligíveis, de modo a permitir a replicabilidade (Machado, 2015).

Ao mesmo tempo, quando se trata de pesquisas qualitativas e etnográficas, pesquisadores têm levantado problemas éticos como a dificuldade de proteger o anonimato e até proteção física de entrevistados (Shih, 2015; Parkinson & Wood, 2015). Há também problemas epistemológicos em tornar públicos os dados de pesquisa. Nesse caso, questiona-se o pressuposto central do debate sobre transparência de dados de que a pesquisa em ciências sociais envolve a extração de dados do mundo social. Pachirat (2015), argumenta, por exemplo, que em pesquisas etnográficas, o conhecimento deriva de interações entre pesquisador e pesquisado que não podem ser simplesmente apresentadas como “dados”⁴⁸.

Diante dessas críticas, os autores precisam avaliar a viabilidade de disponibilizar dados e estar atentos às novas exigências de produção do conhecimento científico. Um bom começo é conhecer as plataformas de acesso gratuito disponíveis para repositório dos dados, como a SciELO Data e a Havard Dataverse⁴⁹.

Segundo, em relação à abertura do processo de revisão, as definições mais conhecidas envolvem a abertura de identidade de pareceristas e autores e a publicação dos pareceres (Ross-Hellauer, 2017). A abertura da avaliação tem sido adotada no país, especialmente nos periódicos indexados na plataforma SciELO, não como obrigação, mas como opção. Existe ainda grande resistência à abertura da autoria pelo temor de geração de vieses contra autores por questões de gênero, ou mesmo pertencimento a instituições menos prestigiosas. Para Ross-Hellauer (2017), o anonimato do parecerista é visto como uma proteção contra influência indevida e garantia de liberdade para emitir sua verdadeira opinião sem medo de causar ofensa ou gerar retaliação. Porém, o autor também destaca uma série de argumentos favoráveis à avaliação aberta como o aumento da *accountability*, o reconhecimento do trabalho do pareceristas, e a possibilidade de melhorar a qualidade de pareceres uma vez que o nome do avaliador estará associado à publicação. Em geral, os estudos mostram que o anonimato continua

48. O simpósio sobre transparência de dados produzido pela Seção de Pesquisa Qualitativa e Multimétodos da Associação Americana de Ciência Política é uma fonte muito rica de debates sobre este tema (Buche et al, 2015).

49. Disponível em: <<https://data.scielo.org/> ; <https://dataverse.harvard.edu/>>. Acesso em: 21 dez. 2025.

central no processo de revisão por pares e escolhido pela maioria dos pareceristas, ainda que não haja evidências de que a abertura comprometa significativamente a disponibilidade dos revisores para analisar os trabalhos, as recomendações ou os prazos de resposta (Bravo et al., 2019).

Nos casos em que a autoria permanece anônima – prática ainda predominante na área de ciência política – é necessário realizar a anonimização do texto conforme as instruções da revista. Anonimizar significa retirar todas as referências à autoria, tanto na capa quanto ao longo do manuscrito, e remover os metadados e propriedades do arquivo.

III. Avaliação inicial

Após a submissão, o artigo passa pela etapa de *desk review* ou avaliação inicial. Como a avaliação por pares é um processo custoso, a maioria das revistas realiza uma triagem cuidadosa para verificar não apenas se o texto se enquadra na linha editorial, mas também se apresenta condições mínimas de aprovação futura, mesmo após revisões. Essa fase concentra a maior parte das rejeições: entre 60% e 75% (Björk, 2019).

O *desk review* pode ser realizado pela(o) editora(or)-chefe ou por um comitê editorial no qual diferentes editoras(es), responsáveis por áreas temáticas específicas, assumem essa função. Em geral, dois fatores predominam como razão para a rejeição nessa fase: inadequação à linha editorial e baixa qualidade do trabalho.

No primeiro caso, um artigo pode ser recusado por não se configurar claramente como contribuição à área da revista. Por exemplo, a Revista Brasileira de Ciência Política costuma rejeitar artigos que, embora relevantes, deixem de dialogar com a literatura de ciência política. Podem ser trabalhos de alta qualidade, mas as questões e literaturas apresentadas se direcionam a debates no direito, políticas públicas ou história. Um artigo que parte de autores do pensamento político brasileiro, mas cujo problema de pesquisa se pauta por uma preocupação de como ideias se consolidaram no plano jurídico e encontraram respaldo constitucional. Ou um artigo cuja temática central é a guerra na Ucrânia, mas que não se propõe a refletir sobre o problema do ponto de vista da ciência política, destacando seus atores, arenas e conflitos, mas apenas apontando fatores históricos que levarão a eclosão do ataque russo.

No segundo caso, a decisão está ligada à qualidade. Os(as) editores(as) avaliam se o artigo atende às expectativas de um texto científico da área. Em caso de artigos originais, geralmente espera-se uma contribuição efetiva aos debates científicos, seja teórica ou empírica. A literatura destaca que as razões para a rejeição estão ligadas a: a) qualidade da escrita; b) ausência de problema de pesquisa delimitado e adequado ao escopo de um artigo; c) limitado diálogo (ou excesso de citações sem direcionamento e aprofundamento) com referências fundamentais; d) má formulação de hipóteses; e) falta de apresentação adequado do método; f) lacunas na

apresentação e tratamento dos dados e conclusões que não aliam teoria e resultados; g) a não explicitação da contribuição do artigo para o campo de conhecimento (Falaster et al., 2016; Ross-Hellauer, 2017). Em artigos quantitativos se nota maior destaque para problemas provenientes de amostras com baixa representatividade da população, pouca informação sobre os dados e inadequação no tratamento dos dados; em textos qualitativos as insuficiências ocorrem na apresentação dos procedimentos, coleta e análise dos dados. Os motivos são tão diversos que é importante que as revistas detalhem os motivos da decisão final a fim de preservar a transparência do processo editorial (Mendes-Da-Silva, 2020).

Além dos artigos originais, várias revistas aceitam diferentes tipos de documentos para além de artigos originais como artigos de revisão de literatura, ensaios, artigos de métodos, notas de pesquisa etc., os quais possuem seus indicadores de qualidade geralmente definidos nas normas da revista.

IV. Avaliação por pares

A avaliação por pares, que data da revolução científica no século XVI, foi caracterizado por Merton (1973, p. 339) como um “sistema de vigilância institucionalizada” que protegeria normas compartilhadas de excelência científica. Ou seja, é “um processo da ciência para a própria ciência”, cujo objetivo é julgar e dar um veredito sobre os méritos do trabalho (ou artigo) científico (Falaster et al., 2016). Os revisores são considerados os *gatekeepers* do conhecimento, pois têm a função de escrutinar e controlar a qualidade dos argumentos oferecidos (Ferreira et al., 2014). A imparcialidade do processo de avaliação de pares é seu princípio central, garantida em grande medida pelo papel do editor como intermediador entre parecerista e autor(a) (Lee, et al., 2013).

Essa é a etapa mais demorada do processo e está sujeita a uma diversidade de críticas tais como: a) falta de consistência entre distintos pareceristas; b) alto tempo e recursos gastos; c) viés de seleção do editor e de preferência temática dos pareceristas; d) falta de incentivos aos avaliadores; e) comentários pouco úteis para o trabalho apresentado (Ross-Hellauer, 2017).

As críticas apontam para a possibilidade de que pareceristas sejam enviesadas contra determinados posicionamentos teóricos ou metodológicos, temas de pesquisa ou pessoas provenientes de países ou instituições periféricas, ou ainda pertencentes a grupos sociais menos privilegiados, como as mulheres. O viés na avaliação por pares tem sido estudado de forma sistemática, com resultados pouco conclusivos. Por exemplo, em uma revisão sistemática da literatura, Lee et al. (2013) constataam que as avaliações por pares de fato variam em função da nacionalidade e das instituições de autoras e pareceristas, e que frequentemente favorecem hipóteses com as quais as(os) avaliadoras(es) já concordam. Contudo, também argumentam que não há evidências convincentes de que a avaliação por pares promova o conservadorismo na ciência, e encontram apenas evidências mistas de viés contra autoras mulheres e contra autoras(es) que vivem em países não

anglófonos. Em trabalho mais recente, Aigner et al. (2025) mostram, para revistas de Economia, que autores de países em desenvolvimento têm muito mais dificuldade em publicar em revistas de alto impacto, mesmo quando a qualidade do trabalho é controlado.

A escolha dos pareceristas é um desafio, pois é preciso encontrar pessoas que tenham a formação adequada, conheçam o tema ou a metodologia em questão e que, ao mesmo tempo, não tenham conflitos de interesse com o(a) autor(a). A maioria das revistas qualificadas exige pelo menos dois pareceres para tomar uma decisão. Quando há divergências significativas entre pareceres, ou um dos pareceres é considerado superficial, pode ser solicitado um terceiro. Conseguir o número mínimo de pareceres, contudo, é uma das maiores dificuldades do processo. Não é raro que os editores precisem entrar em contato com cinco, dez ou até mais especialistas, enviar lembretes e mensagens adicionais, até receber dois pareceres consistentes. Esse processo pode demorar meses. É importante que os autores lembrem que, geralmente, os pareceres não são remunerados e o trabalho é pouco reconhecido em processos avaliativos como progressão funcional ou avaliações dos programas. Todo autor(a) precisa considerar esse dilema quando também está do outro lado e recebe um convite para ser parecerista.

A forma dos pareceres varia de acordo com a revista. Algumas solicitam apenas um documento em formato livre, enquanto outras disponibilizam formulários com perguntas específicas. Não é raro que os pareceres tragam críticas e sugestões divergentes ou até contraditórias. Muitas vezes, as diferenças são tão grandes que o(a) autor(a) não consegue atender a todas em uma única revisão. O conteúdo também é bastante heterogêneo: há pareceres longos e detalhados, outros curtos e pouco informativos; alguns concentram-se em críticas severas, enquanto outros trazem sugestões construtivas para o aperfeiçoamento do texto. Um bom parecer precisa discutir os méritos e defeitos do manuscrito, indicar claramente porque são avaliados dessa forma e apontar maneiras de melhoria, como sugestão de referências e destaque de trechos pouco claros. Representa o comprometimento com o conhecimento científico que carece ainda de mais treinamento e sensibilização dos acadêmicos no país, ainda que melhoras sejam sentidas ao longo dos últimos anos (Campos, 2019).

Além dos comentários, aos pareceristas geralmente é solicitado que apresentem uma recomendação específica. As opções variam por revista, e podem incluir as seguintes: aceitar, aceitar com pequenas revisões; revisar com pequenas modificações, revisar com grandes modificações ou rejeitar. Uma submissão que não consegue atender às recomendações dos pareceristas, independentemente do número de vezes em que foi avaliada, pode ser rejeitada, mesmo depois de duas ou mais revisões.

V. Como as recomendações dos pareceristas são tratadas pelos editores

Os editores não tratam as recomendações dos pareceres como uma decisão vinculativa, pois precisam compará-los, analisar inconsistências e compreender os pareceres em sua integralidade. Isso ocorre porque os critérios dos pareceristas podem diferir das prioridades e da linha editorial da revista. Por isso, o autor pode ter seu artigo rejeitado, apesar dos pareceres apenas recomendarem revisão e ressubmissão, ou mesmo ser solicitado revisão quando um dos pareceres rejeitou o artigo, pois os editores consideram que os comentários indicam caminhos para uma revisão viável do texto.

Por que esse aparente descompasso entre pareceristas e editores? Os editores fazem uma análise integral dos pareceres, buscando entender as diferentes perspectivas e a força dos argumentos apresentados. Em alguns casos, pareceres solicitam mudanças que extrapolam a mera revisão, demandando alterações demasiadamente profundas considerando o prazo da revista. Quando os pareceres são muito díspares, os editores também podem optar por priorizar o parecerista que considera ser o maior especialista na temática ou o parecer que se alinha melhor com a linha editorial da revista. Por fim, os editores podem escolher publicar o artigo, mesmo sem a concordância total dos pareceristas. Para fazer isso, os editores e comitê editorial podem inclusive ler o artigo em questão e avaliar em que medida as mudanças solicitadas são de fato imprescindíveis para garantir a qualidade do artigo.

VI. Chegou o parecer, e agora?

As respostas ou reações aos pareceres geralmente variam a depender do grau de mudanças sugerido. Esse é um momento carregado de frustrações. Primeiro porque conseguir concluir um artigo apto para a fase de avaliação por pares é um longo e árduo caminho. Segundo, a vida de pesquisador envolve uma série de exigências de publicação – o chamado produtivismo acadêmico – que quase sempre ocorre em ordem inversamente proporcional ao nosso tempo para dedicação à tarefa de pesquisa e escrita e às demandas de um processo editorial de qualidade. Ao reagir aos pareceres, é interessante pensar nos revisores como aliados, que dedicaram voluntariamente o seu tempo para contribuir para sua pesquisa (Lira Neto, 2023).

A primeira dica prática é não reagir à primeira leitura e ler várias vezes os pareceres para: sistematizar os pontos principais que requerem direta resposta ou justificativa e mapear as concordâncias e divergências entre os pareceres.

A segunda dica é levar a sério o processo de revisão, uma vez que a mesma pessoa que solicitou modificações lerá o seu artigo e não gostará de ver sua opinião ignorada. Nesse processo de revisão, é comum que os autores apenas adicionem ideias, e com isso extrapolem o número de palavras permitido, sem de fato realizar uma revisão geral do texto.

Texto revisto, a terceira dica é responder detalhadamente ao parecerista. Algumas revistas, além de uma carta resposta, solicitam que os autores também identifiquem no texto as principais mudanças. Esse processo agiliza a revisão subsequente e facilita o trabalho do revisor, podendo tornar sua publicação mais rápida.

Para elaborar a carta resposta considere os seguintes passos: 1) tratar com respeito os pareceristas, pois nos principais periódicos acadêmicos da área, trata-se, ainda, de um trabalho praticamente anônimo e gratuito (Campos, 2019). Uma mensagem inicial de agradecimento é bem-vinda e mostra o respeito com o conhecimento científico, que é sempre cumulativo. 2) Os autores não são obrigados a aceitar todas as mudanças propostas, até porque os pareceres costumam discordar entre si. Porém, é essencial justificar suas escolhas e fundamentar a negativa. 3) Responda, se possível, a cada um dos principais questionamentos, apontando as mudanças realizadas. A Figura 3 apresenta um exemplo de modelo de resposta, adaptado da carta enviada a autoras e autores pela *Revista de Sociologia e Política*.

Figura 3 – Modelo de resposta a pareceres

Resposta à Revista de Sociologia e Política

Prezados editores e pareceristas, agradecemos a leitura atenta do texto e as sugestões, que contribuíram significativamente para seu aprimoramento. Algumas recomendações não puderam ser integralmente atendidas, em razão do limite de palavras e, sobretudo, do escopo proposto para o artigo. Algumas questões não foram possíveis de atender devido ao escopo proposto do artigo...

A seguir apresentamos respostas para cada um dos argumentos centrais dos pareceres.

As autoras

Parecerista 1:

a) Embora o texto seja substantivamente adequado e conceitualmente sólido, algumas fragilidades comprometem sua eficiência comunicativa e economia textual. A principal limitação diz respeito à extensão e densidade descritiva, que em alguns trechos aproxima o artigo de um manual didático, diluindo o foco em pontos excessivamente operacionais...

Resposta: Revisamos a primeira parte do artigo, cortando pontos excessivamente operacionais, especialmente a parte sobre “Antes de submeter”. Consideramos que esta parte poderia ser suprimida e substituída por uma figura que condensa o processo editorial...

b) Do ponto de vista argumentativo, há momentos em que o manuscrito se mantém excessivamente descritivo, sem oferecer análise sobre a dimensão formativa do processo editorial...

Resposta: (...) aprofundamos a discussão sobre como a ciência aberta, central nas dinâmicas atuais de produção de conhecimento, as quais os autores e editores precisam se adequar. Com estas modificações, esperamos que o artigo esteja agora mais analítico do que na sua primeira versão...

Parecerista 2:

a) Sugiro positivamente a eliminação ou a condensação drástica da discussão sobre ...

Resposta: Agradecemos a sugestão e entendemos o ponto de vista do editor. Porém, considerando também o que foi solicitado em outros pareceres, e os argumentos que construímos ao longo do artigo, decidimos por manter, mas aprimorar este debate...

Fonte: adaptação de modelo enviado pela *Revista de Sociologia e Política*, a partir da resposta aos nossos pareceristas (2025).

Em caso de novo pedido de revisão, não desista, reinicie o processo e considere que você está mais próximo do que no início de talvez ter seu artigo aprovado.

Casos de rejeição são diferentes e também demandam um certo posicionamento do autor. O primeiro cuidado é estar ciente que uma rejeição pode levar a várias emoções negativas, e autores podem passar por diferentes estágios de um ciclo de luto: “negação, raiva, barganha e depressão, ou um estado de miséria emotiva, que pode retardar ou mesmo prejudicar sua produtividade” (Teixeira da Silva & Nazarovets, 2025, p. 1). Por isso, é importante que as revistas tenham um *desk-review* rápido para evitar esperas desnecessárias. Ao mesmo tempo, ainda carecemos de maior especialização dos pareceristas e, por conta do excesso de trabalho ou mesmo da baixa valorização acadêmica para esta tarefa, nem sempre as revisões apresentam o detalhamento e até o respeito necessário com o autor, aumentando a frustração e raiva.

Apesar desses limites inerentes ao processo de revisão por pares, é importante reconhecer que a rejeição de artigos geralmente está pautada numa lista extensa de motivos – discutida anteriormente – o que nos ajuda a entender por que é mais fácil um artigo ser rejeitado do que aprovado. Assim, a rejeição não precisa ser apenas uma experiência negativa. É possível aprender e revisar a partir da rejeição (Stewart, 2002 apud Teixeira da Silva & Nazarovets, 2025). Não é uma vergonha ter um artigo rejeitado e, com frequência, estudantes têm uma impressão errônea de que apenas eles passam por essa experiência. É importante ouvir os conselhos, aprender com as críticas e estar disposto a trabalhar nas fragilidades do artigo. Ou seja, você pode escolher a encarar essa etapa como um processo iterativo de investigação científica, que melhora os padrões pessoais e profissionais (Teixeira da Silva & Nazarovets, 2025).

VII. O processo de editoração e publicação

O caminho não acaba quando você recebe uma mensagem de aceite do artigo. Cada revista adota procedimentos muito variados para o processamento dos artigos até a publicação em suas plataformas próprias e/ou *publishers* de conteúdo científico. Vamos considerar aqui as diferentes etapas que podem ou não estar presentes a depender do periódico escolhido.

A mensagem de aceite geralmente apresenta uma série de procedimentos que devem ser seguidos para preparação do artigo e envio de sua versão final. Preste atenção em todas as instruções e, principalmente, não envie um documento final sem que ele esteja formatado de acordo com as regras da revista. Lembre-se que as revistas brasileiras e na área de Humanidades, em sua maioria, não adotam nenhum tipo de taxa de submissão, inscrição ou publicação. Mesmo aquelas que adotam taxas, contam com uma equipe que quase sempre é não remunerada. Além disso, as revistas sofrem cada vez mais de falta de financiamento e escassez de editais de fomento para

realizar todo este trabalho discutido neste artigo. Então, é importante considerar que há um custo por trás de cada artigo publicado que pode ser diminuído com a responsabilidade dos autores no momento da formatação.

Após o envio da versão final, as revistas podem fazer uma revisão de português e normas de citação. Esta revisão geralmente é apresentada ao autor que precisa responder aos comentários do revisor de texto e realizar os ajustes necessários. É muito importante que o autor cumpra os prazos determinados, pois muitas vezes o atraso na publicação deriva da má comunicação com a revista nesse estágio.

Vencida a fase de revisão de texto, os artigos são enviados para profissional responsável pela diagramação. Nesse momento, geralmente é criado um arquivo em formato .pdf e realizada a padronização do artigo considerando o tipo de formatação, linguagem, uso de imagens, tabelas, quadros etc., adotados pela revista. Algumas revistas também solicitam dos autores que seja feita uma segunda revisão final, apontando erros de diagramação ou mesmo erros pontuais no texto que ainda não tinham sido percebidos. Os editores, assistentes e/ou comitê editorial farão uma revisão final para garantir que todas as etapas foram cumpridas.

Por fim, algumas revistas ainda precisam realizar a marcação e formatação de texto usando o XML (*Extensible Markup Language*), para criar uma estrutura de dados que pode ser interpretada por diferentes sistemas. Essa marcação será comunicada ao repositório de publicação que terá ainda, de acordo com seu fluxo de trabalho, um tempo para finalmente disponibilizar o artigo para o público. No caso da plataforma SciELO, por exemplo, a equipe responsável pela disponibilização pública dos artigos é pequena. Lembre-se de que além da revista em que você está publicando, existem mais de trezentas outras esperando que a mesma tarefa seja cumprida por essa plataforma.

VIII. Conclusão

O processo editorial não é perfeito e pode sofrer de várias falhas, como o viés e falta de transparência editorial, rigor de seleção excessivo, inadequação dos pareceristas sugeridos e viés dos avaliadores em relação aos autores e temas, baixa qualidade dos pareceres ou posição arrogante e indelicada do parecer – que deve ser corrigida sempre que possível pelos editores – entre outras. Aqui escolhemos dar ênfase nas características de um processo editorial, esclarecendo o caminho por trás de um artigo até ele chegar na fase vitoriosa de publicação. Na medida do possível, oferecemos algumas dicas de como navegar por esse processo e discutimos alguns dos dilemas centrais da prática editorial atualmente.

Como apresentamos, não é um processo fácil, mas é necessário para garantirmos a qualidade do conhecimento científico que está sendo produzido e divulgado no país. Neste artigo consideramos que o conhecimento do processo editorial, geralmente muito pouco visível ao

público, pode contribuir para o aprimoramento da publicação científica no país. Há vários erros que podem ser inicialmente evitados, como a escolha correta da revista e a leitura de suas regras e linha editorial. Em relação à produção dos artigos, destacamos alguns dos principais motivos de rejeição nas diferentes fases de submissão e à necessidade de os autores estarem cientes do movimento de ciência e dados abertos, que tem sido intensificado nos últimos anos. Esse movimento coloca desafios à transparência e à ética editorial, ao mesmo tempo que demanda que os autores reflitam sobre anonimato, disponibilização de dados e interação com pareceristas. É muito importante ainda que os acadêmicos no país tenham ciência não só do trabalho hercúleo por trás de uma editoria e seus assistentes, bem como dos pareceristas, trabalho que em sua maioria é levado a cabo sem nenhuma remuneração ou mesmo reconhecimento. O bom relacionamento entre essas diversas partes do processo é fundamental para a melhoria dos artigos, a troca entre pares e a qualidade das publicações. Afinal, como diria o poeta José Datrino, mais conhecido como o Profeta Gentileza pelas ruas do Rio de Janeiro: “gentileza gera gentileza”. Ademais, a rejeição, mais comum do que imaginada, não é o fim do processo: pode ser o caminho.

Referências

- Abigail, S., Maciel, M.L. & Abdo, A.H. (orgs.) (2015) *Ciência aberta, questões abertas*. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: UNIRIO.
- Aigner, E., Greenspon, J. & Rodrik, D. (2025) The global distribution of authorship in economics journals. *World Development*, 189, 106926. DOI: 10.1016/j.worlddev.2025.106926.
- Björk, B.C. (2019) Acceptance rates of scholarly peer-reviewed journals: A literature survey. *El profesional de la información*, 28(4), pp. 1–9. DOI: 10.3145/epi.2019.jul.07.
- Bravo, G., Grimaldo, F. & López-Iñesta, E. et al. (2019) The effect of publishing peer review reports on referee behavior in five scholarly journals. *Nature Communications*, 10(322), pp. 1–8. DOI: 10.1038/s41467-018-08250-2.
- Büthe, T., Jacobs, A.M. & Bleich, E. et al. (2015) Transparency in qualitative and multi-method research: A symposium. *Qualitative and Multi-Method Research: Newsletter of the American Political Science Association's QMMR Section*, 13(1), pp. 2–64. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2652097>. Acesso em : 12 jan. 2025.
- Campos, L.A. (2019) How to write an academic review?. *SciELO in Perspective*. Disponível em: <https://blog.scielo.org/en/2019/09/12/how-to-write-an-academic-review/>. Acesso em: 12 sept. 2019).
- Coimbra Jr., C.E.A. (1998) A confidencialidade no processo editorial. *Cadernos de Saúde Pública*, 14(2), pp. 234–235. DOI: 10.1590/S0102-311X1998000200001.

Falaster, C., Ferreira, M.P. & Canela, R. (2016) Motivos de rejeição dos artigos nos periódicos de administração. *Organizações & Sociedade*, 23(77), pp. 285–306. DOI: 10.1590/1984-9230776

Ferreira, M.A., Canela, R. & Pinto, C.F. (2014) O processo editorial nos periódicos e sugestões para a publicação. *Revista de Gestão e Secretariado*, 5(2), pp. 1–22. DOI: 10.7769/gesec.v5i2.307

Grants, A.F.L., Oliveira, A.P. de & Philippi, T.B. (2011) *Processo editorial*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Heinz, M. & Miranda, A. (2024) Ciência Aberta: argumentos e desafios para sua legitimação científica. *Em Questão*, 30, pp. 1–32. DOI: 10.1590/1808-5245.30.135618

Inácio, A. & Amante, M.J. (2021) Ciência aberta e novas (velhas) formas de fazer e comunicar ciência. *Páginas a&b*, S3(número especial), pp. 83–86.

Lee, C.J., Sugimoto, C.R. & Zhang, G. (2013) Bias in peer review. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 64(1), pp. 2–17. DOI: 10.1002/asi.22784

Lira Neto, J.C. (2023) Parecer de artigo científico: como responder aos revisores?. *Revista Enfermagem Atual in Derme*, 97(3), pp. 1–2.

Machado, J. (2015) Dados abertos e ciência aberta. In: S. Abigail, M.L. Maciel & A.H. Abdo (org.) *Ciência aberta, questões abertas*. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: UNIRIO, pp. 201–228.

Mendes-Da-Silva, W. (2020) Lições que podem ser aprendidas da rejeição de um artigo. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(4), pp. 369–375. DOI: 10.1590/1982-7849rac2020200080

Merton, R.K. (1973) *The sociology of science: theoretical and empirical investigations*. Chicago: University of Chicago Press.

Miglioranza, C. (2024) Abertura da revisão por pares aposta na transparência e em interações mais diretas entre pesquisadores. *Jornal da Universidade (UFRGS)*, 90040. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10183/291727>>. Acesso em: 12 jan. 2026.

Pachirat, T. (2015) A tyranny of light. *Qualitative and Multi-Method Research: Newsletter of the American Political Science Association's QMMR Section*, 13(1), pp. 27–31. Disponível em: < https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2652097>. Acesso em: 12 jan. 2026.

Parkinson, S.E. & Wood, E.J. (2015) Transparency in intensive research on violence: Ethical dilemmas and unforeseen consequences. *Qualitative and Multi-Method Research: Newsletter of the American Political Science Association's QMMR Section*, 13(1), pp. 22–27. Disponível em: < https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2652097>. Acesso em: 12 jan. 2026.

Ross-Hellauer, T. (2017) What is open peer review? A systematic review. *F1000Research*, 6(588), pp. 1–37. DOI: 10.12688/f1000research.11369.2

SciELO Brasil (2022) *Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil*. Disponível em: < <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/20140900-Criterios-SciELO-Brasil.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

Shih, V. (2015) Research in authoritarian regimes: transparency tradeoffs and solutions. *Qualitative and Multi-Method Research: Newsletter of the American Political Science Association's QMMR Section*, 13(1), pp. 20–22. Disponível em: < https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2652097>. Acesso em: 12 jan. 2026.

Teixeira da Silva, J.A. & Nazarovets, M. (2025) Rejected papers in academic publishing: turning negatives into positives to maximize paper acceptance. *Learned Publishing*, 38(1), pp. 1–15. DOI: 10.1002/leap.1649

Wachholz, P.A. (2022) Transparência, abertura e reprodutibilidade: avanços da GGA no alinhamento com boas práticas editoriais e a ciência aberta. *Geriatrics, Gerontology and Aging*, 16, e0220027. DOI: 10.53886/gga.e0220027

III

15 Como redigir um parecer acadêmico? Parâmetros, tipose dilemas éticos da avaliação por pares em periódicos nas Ciências Sociais

Luiz Augusto Campos

I. Introdução⁵⁰

Dentre os diversos pilares de toda comunidade científica, a avaliação por pares é sem dúvidas um dos mais fundamentais. Não é exagero dizer que a constituição da autoridade científica passa pelo sem-número de avaliações as quais todo(a) cientista passa no decorrer de sua carreira. Nessa trajetória, pareceres de diferentes tipos ajudam a determinar quem deve receber um dado fomento de pesquisa, progredir na carreira ou mesmo qual manuscrito é digno de ser publicado. Assim, pareceres não apenas servem para moderar diversas atividades acadêmicas, mas sobretudo para determinar padrões do que vem a ser uma investigação científica legítima e, portanto, digna de prestígio, divulgação e financiamento.

Não deixa de ser curioso, porém, que tenhamos poucas orientações normativas sobre como avaliar um manuscrito acadêmico ou redigir um parecer. Mais paradoxal ainda é que a redação de pareceres costuma ser uma tarefa pouco transparente. Tudo isso cria um paradoxo: uma das tarefas mais centrais ao fazer científico é também uma das menos refletidas e ensinadas nas pós-graduações mundo afora. Como resultado, cientistas de diversos tipos tendem a desenvolver estilos e critérios próprios para a avaliação acadêmica, o que não raro suscita antinomias e controvérsias sobre a revisão por pares.

Sem nenhuma pretensão de exaustão, o objetivo deste texto é expor, em linhas gerais, o que é um parecer acadêmico e o que deve ser considerado quando temos de fazer uma avaliação de algum manuscrito. Trata-se de um texto normativo com vistas a melhor orientar a atividade de avaliadores(as) acadêmicos(as). Existem inúmeras modalidades de avaliação acadêmica, da correção dos trabalhos de fim de curso por parte de um professor às bancas de seleção para a pós-graduação, ou mesmo de defesa de teses e dissertações. No entanto, nos concentramos aqui num tipo mais formal de parecer, aquele que costuma ser exigido por periódicos acadêmicos cujas publicações são revisadas por pares. Nada impede, contudo, que as dicas resumidas abaixo sirvam também para a redação de pareceres de outros gêneros.

As seções a seguir buscam responder algumas perguntas básicas sobre a redação de um parecer. Na primeira seção, exploramos a questão sobre *o que é um bom parecer*, suas características e qualidades. A segunda seção aborda *quais os tipos de parecer* e como escolher uma dada recomendação de publicação. A terceira seção discute *por que devemos redigir pareceres*, sobretudo tendo em vista que essa tarefa raramente é remunerada ou reconhecida publicamente. Na quarta seção, apresentamos a partir de uma pesquisa empírica *quais problemas destacar em um parecer*. A quinta seção debate algumas *questões éticas* relacionadas à avaliação acadêmica para, depois, delinear algumas conclusões na seção final.

50. Partes desse manuscrito foram previamente publicadas em duas ocasiões, cf. Campos (2019); e Campos & Candido (2022).

II. O que é um bom parecer?

Um bom parecer acadêmico é aquele capaz de *resumir* de modo *qualificado e cortês* as *características, qualidades, insuficiências e potencialidades* de um dado manuscrito acadêmico (projeto, *paper*, tese, dissertação, artigo etc.), levando em conta os *parâmetros próprios* de quem o requisita (periódicos, agências de fomento etc.), de modo a *subsidiar uma decisão*, sua aprovação ou reprovação. O objetivo fundamental de um parecer é avaliar as *contribuições* reais ou potenciais de um manuscrito para fazer avançar um determinado debate acadêmico.

Nas revistas científicas, assim como nas agências de fomento, pareceres são subsídios para decisões e não a decisão em si (Hargens & Herting, 1990). Daí a importância de evitar pareceres *excessivamente sintéticos* do tipo “o texto está bom e deve ser publicado” ou “o projeto está péssimo e não deve ser financiado”. Em vez disso, é fundamental resumir o trabalho e discorrer sobre os méritos e defeitos, indicando claramente porque eles são assim julgados e como eles se expressam no texto. Também se recomenda que o(a) parecerista indique caminhos para as melhorias, sugira referências e destaque trechos pouco claros.

Existem inúmeros modelos de parecer e seria impossível aqui resumir todos. Mas pensando na definição de um parecer reproduzida no início desta seção, podemos indicar algumas partes que tendem a ser comuns a bons pareceres de modo geral. Os elementos abaixo podem ser lidos como um *check-list* a ser contemplado por um bom parecer:

- **Resumo do texto avaliado:** todo bom parecer possui um resumo do texto avaliado. Isso não apenas facilita a decisão final do(a) editor(a), mas também permite a ele(a) avaliar como o texto foi lido. Isso permite, também que os(as) autores(as) de um manuscrito possam eventualmente contestar ou problematizar a leitura feita pelo(a) parecerista, ou mesmo reescrever trechos para evitar leituras enviesadas.
- **Qualidades:** quase todo manuscrito submetido a um periódico apresenta alguma qualidade. Por isso, é importante que pareceristas destaquem essas qualidades, mesmo que elas sejam marginais. Na pior das hipóteses, essas qualidades orientarão trabalhos futuros ou eventuais investimentos de pesquisa.
- **Insuficiências:** De todo modo, espera-se de um parecer que ele se concentre nos defeitos e insuficiências de um texto. Nesse quesito, há dois tipos de críticas: *internas* e *externas*. No caso das críticas *internas*, são apontadas as incoerências na estruturação do argumento dentro da própria economia do texto, usando suas passagens como evidências de inconsistências. No caso das críticas *externas*, apela-se para incoerências entre o texto e o objeto estudado ou o contexto no qual ele se insere.
- **Potencialidades:** mesmo nos casos de rejeição sumária, é desejável que um parecer indique as potencialidades de um trabalho acadêmico,

destacando caminhos possíveis de resolução dos problemas ou mesmo saídas metodológicas para pesquisas futuras. Neste caso, recomenda-se que a avaliação seja o mais imparcial possível e se furte de indicar caminhos, referências ou saídas que sejam muito coladas à carreira ou à identidade de quem concede o parecer.

- **Contribuição:** a qualidade mais importante de um texto acadêmico está em sua contribuição original para o avanço do conhecimento. Por isso, todo parecer deve não apenas destacar de que modo o manuscrito em tela faz avançar o que sabemos sobre um dado tema, como também deve ajudá-lo a tornar tal contribuição mais evidente e clara.

Para além desses elementos, um bom parecer deve ser redigido sempre em observação dos parâmetros próprios de quem o encomenda e de acordo com regras de cortesia e polidez. Pode parecer um alerta banal, mas a cortesia na escrita de um parecer é uma das suas características mais centrais. É verdade que muitos textos suscitam sentimentos fortes nos críticos mais criteriosos. No entanto, não há razão para que a escrita contenha ofensas ou sarcasmos. Para além disso, cada revista ou edital possui parâmetros próprios para a redação de um parecer e é fundamental que o(a) avaliador siga a risca esses parâmetros. Logo, todas as sugestões aqui contidas devem ser moduladas de acordo com as orientações específicas das revistas ou das agências científicas que solicitaram uma dada avaliação.

III. Quais os tipos de parecer?

Todos os sistemas acadêmicos dependem de um sem-número de pareceres que podem ser mais fechados ou mais abertos, registrados formalmente ou comunicados informalmente. Mas a despeito das variações, costumamos falar em quatro tipos de avaliação acadêmica que variam de acordo com o grau de transparência em relação à identidades dos envolvidos:

- **Avaliação Duplo-Cega (double-blind):** modelo ainda hegemônico nas editorias de ciências sociais, os sistemas de avaliação duplo-cega mantêm em segredo a identidade tanto dos(as) autores(as) quanto dos(as) seus(suas) avaliadores(as). Disseminado no mundo científico a partir de meados do século XX, esse modelo buscava garantir alguma imparcialidade do processo de avaliação por pares.
- **Avaliação Cega (blind):** quando um dos polos da avaliação, em geral, os avaliadores(as), sabem a identidade dos(as) autores(as) que estão avaliando, mas os(as) autores(as) não têm acesso à identidade dos(as) avaliadores(as). Embora estabeleça uma relação assimétrica entre quem avalia e é avaliado, esse modelo se justifica em sistemas de avaliação que precisam proteger de algum modo aqueles que avaliam, como no caso de concessão de fomento de pesquisa.

- **Avaliação Aberta:** nesse tipo de avaliação, autores(as) e avaliadores(as) conhecem as identidades de uns e outros. Embora os experimentos em avaliação aberta sejam hoje vistos como inovadores, fato é que a maior parte das avaliações acadêmicas é, a rigor, aberta, como no caso de bancas de defesa de dissertações, teses, promoção na carreira etc.

Apesar de avaliação perpassar inúmeras atividades acadêmicas, são as revistas científicas que costumam ter os sistemas mais formalizados e estáveis para a redação de pareceres. Elas costumam disponibilizar cinco recomendações possíveis que um parecer deve fazer:

- **Aprovar o manuscrito como está:** o texto poderia ser publicado como está, necessitando, no máximo, de algumas mínimas revisões ortográficas e gramaticais, nenhuma de conteúdo ou estrutura.
- **Aprovar o manuscrito com revisões menores (minor revision):** o texto demanda apenas poucas revisões, que em tese podem ser facilmente realizadas pelos autores. Isso abrange problemas de forma, ausência de poucas referências, trechos ou um argumento pouco claro. Apesar disso, entende-se que o texto deve ser publicado. Embora não seja obrigatório, subentende-se também que o parecerista está aberto à reavaliação de uma segunda versão do manuscrito caso ele seja reapresentado.
- **Aprovar o manuscrito com maiores revisões (major revision):** o texto demanda revisões mais profundas, mas nada que exija uma reestruturação drástica. Isso abrange problemas de forma mais gerais, ausência de várias referências relevantes e muitos argumentos pouco claros. De todo modo, entende-se que o texto deva ser publicado, desde que algumas mudanças na estrutura sejam contempladas. Embora não seja obrigatório, subentende-se também que o parecerista está aberto à reavaliação de uma segunda versão do manuscrito caso ele seja reapresentado.
- **Rejeitar o manuscrito, mas recomendar sua ressubmissão:** para que o texto se torne publicável e contribua com sua área temática, seus objetivos e estrutura devem ser substantivamente modificados. Essa decisão pressupõe que o texto demanda mudanças profundas, mas que sua intenção original é viável, legítima e pode redundar em contribuições substantivas no futuro, daí o incentivo à ressubmissão. Embora não seja obrigatório, subentende-se que o parecerista está aberto à reavaliação de uma segunda versão, mas que esta poderá ser ressubmetida a novos pareceristas.
- **Rejeitar o manuscrito:** para que o texto se torne publicável e contribua com sua área temática, seus objetivos e estrutura devem ser completamente modificados. Essa decisão não pressupõe que o texto “não tem salvação”, mas apenas que as mudanças necessárias são tão drásticas que elas redundariam em outro texto se fossem feitas.

É relativamente comum que autores e autoras ressubmetam manuscritos rejeitados ou os reapresentem depois dos pareceres recebidos. Nesses casos, os responsáveis pela decisão final podem achar por bem consultar os(as) mesmos(as) pareceristas para determinar se as melhorias realizadas foram suficientes. O importante aqui é reavaliar o manuscrito com base no primeiro parecer, isto é, indicar se as modificações respondem às questões levantadas, evitando, assim, condicionar a publicação à resolução de problemas não indicados na primeira avaliação. Isso evita a multiplicação de rodadas de avaliação ou de exigências injustas.

É comum que pareceristas tenham dúvidas sobre o rigor com que devem julgar um manuscrito. Nesse caso, o melhor juiz para além dos parâmetros predeterminados por quem demanda um parecer é o quanto um manuscrito possui alguma contribuição relevante e original para um dado campo, mesmo que ela não esteja tão evidente no texto. Caso essa contribuição inexista ou seja muito difícil de identificar, deve-se privilegiar a recusa. Caso ela possa ser melhor explicitada com algum esforço de reescrita, deve-se preferir a aprovação, ainda que com revisões menores ou maiores.

Para além dos elementos internos de um parecer e suas possíveis deliberações, Porto & Gurgel (2018) sugerem um conjunto de etapas que levam em conta conferências externas ao texto, como o rastreamento de plágios e a análise criteriosa de citações. De todo modo, a grande maioria dos manuscritos submetidos a uma revista de qualidade é rejeitada. Por isso, não devemos nos punir caso o número de textos aprovados seja irrisório ou bem menor que os rejeitados. Lembremos também que a avaliação final de um manuscrito não é uma decisão final, cabendo ao editor ratificá-la, moderá-la ou complementá-la, não raro recorrendo a outros pareceres.

IV. Por que redigir um parecer?

Por serem em geral anônimos e privados, pareceres dão pouquíssimo retorno em termos de reconhecimento acadêmico. Por que, então, redigi-los? Em primeiro lugar, o parecer é o principal instrumento de controle de qualidade da produção científica e dos padrões mínimos dessa atividade. Ao recusar conceder um parecer, estamos terceirizando para outrem tal tarefa, abdicando, portanto, da possibilidade de garantir certos padrões de qualidade científica. Em segundo lugar, conceder pareceres é a melhor forma de se manter atualizado em um determinado campo de pesquisa. Em terceiro lugar, o(a) parecerista de hoje será o(a) autor(a) de amanhã e vice-versa. Isso quer dizer que como autores, temos a expectativa de que nossos pares sejam diligentes em suas avaliações dos nossos trabalhos e, portanto, devemos sê-lo em reciprocidade. Em quarto lugar, diversos sistemas de avaliação da produção científica têm incorporado a qualidade e a quantidade de pareceres nas suas métricas. O sistema de gestão de fluxo *ScholarOne*, usado por muitas revistas, já possui um módulo que permite aos editores dar notas aos pareceres e ranquear os(as) pareceristas. Algumas áreas da

CAPES também consideram a produtividade de pareceres em seus baremas. Sobretudo a partir da construção da plataforma Publons, base com dados de milhares de pareceres, é provável que essa atividade seja cada vez mais reconhecida e estudada.

Em geral, concede-se de um a dois meses para cada parecerista redigir sua avaliação. Todavia, o importante é informar o mais rapidamente possível a quem requisita um parecer a disponibilidade para redigi-lo, isto é, não postergar o aceite ou a recusa ao convite por muito tempo. Isso porque convites sem resposta permanecem em aberto, deixando editores na dúvida sobre a disponibilidade do avaliador solicitado e sobre a necessidade de convocação de um segundo ou terceiro nome. Portanto, é mais recomendado aceitar a tarefa e requisitar mais tempo para sua execução do que postergar o aceite indefinidamente.

De todo modo, sabemos que a demanda pela redação de pareceres cresce aceleradamente em função do aumento exponencial do número de artigos publicados todos os dias. Por conta disso, é possível até mesmo falar em uma crise estrutural da disponibilidade de pareceristas. Como previu o matemático Alfred Lotka no início do século XX, os acadêmicos mais ativos tendem a corresponder a uma fração mínima do campo científico de modo geral, o que faz com que um percentual pequeno deles esteja de fato disponível para avaliar manuscritos. Tudo isso contribui para que o sistema de avaliação por partes encontre-se “saturado pelo aumento do número de publicações online e o desproporcional número de pesquisadores para revisá-los” (Caló, 2015, s.p.).

Para além disso, a rotina acadêmica pode ser extenuante e, na maioria dos casos, isto acaba levando a atrasos justamente nas tarefas com recompensas menos palpáveis. Embora varie o tempo que cada acadêmico dedica as suas distintas atividades, é razoável supor que ele conceda algo entre cinco e dez pareceres por ano. Mas mesmo nos casos em que de fato é impossível atender a um convite para dar um parecer, os pareceristas podem ser úteis indicando outros colegas ou orientandos que são especialistas na matéria do manuscrito.

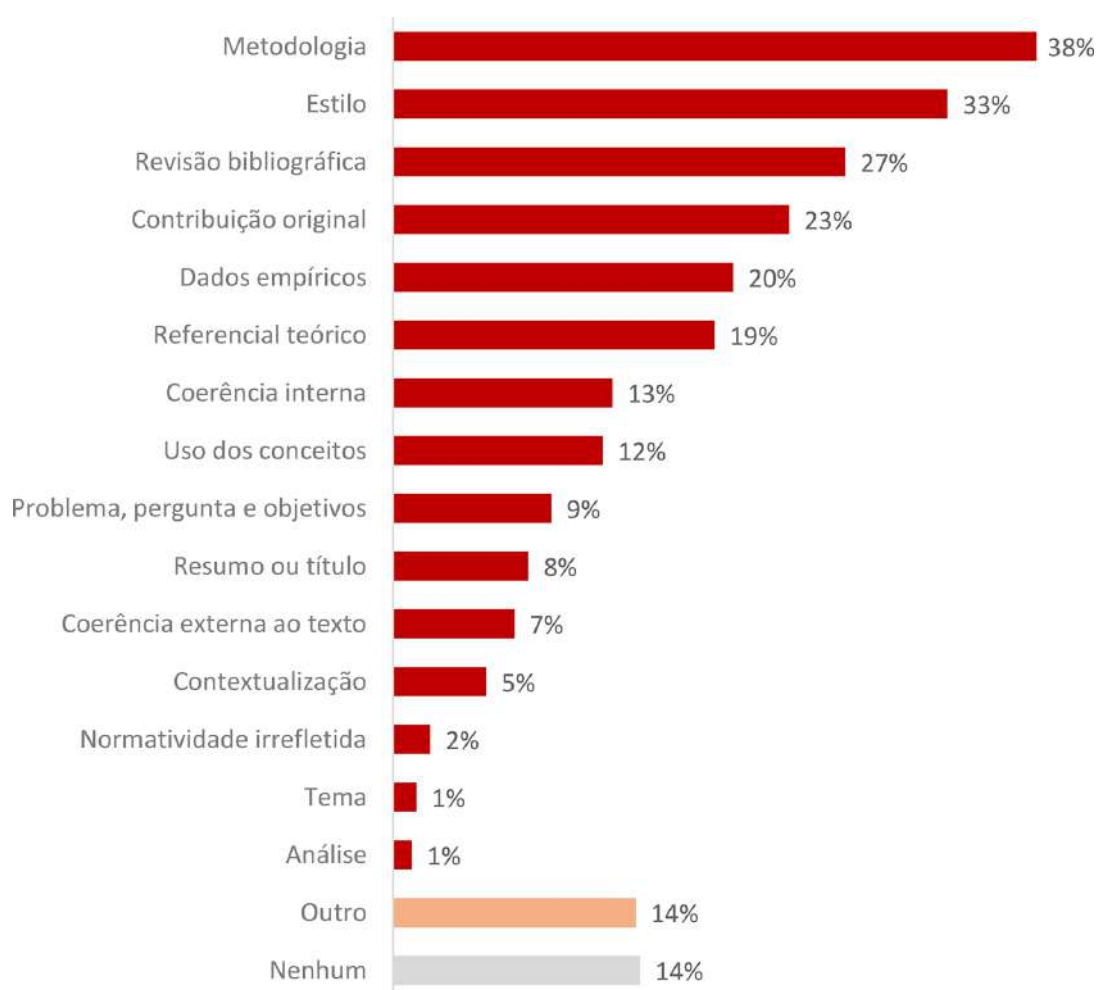
V. Quais problemas destacar em um parecer?

A princípio, qualquer problema de um manuscrito acadêmico pode ser destacado em um parecer. No entanto, é fundamental distinguir problemas mais centrais dos problemas mais secundários. Nesse quesito, existem problemas relativos à organização mesma da pesquisa que, por sua natureza, tendem a ser mais estruturantes e difíceis de resolver. Do outro lado, existem problemas mais relacionados à construção argumentativa, que dizem respeito mais à economia do texto.

Para mapear a incidência e a recorrência dos principais problemas dos manuscritos, decidimos seguir o trabalho de Bornmann & Daniel (2010) e analisar empiricamente as insuficiências mais recorrentes em pareceres

conferidos à revista DADOS, uma das mais antigas e prestigiosas do Brasil. Em 2019, ano foco da pesquisa, DADOS recebeu 366 pareceres redigidos por 262 pessoas sobre um total de 173 manuscritos que chegaram à fase de tramitação (Campos & Candido, 2022). Com esse material, procedemos à codificação manual no software *Atlas.Ti* das críticas mais recorrentes nos pareceres, conforme o gráfico a seguir⁵¹. Vale lembrar que essas críticas não se aplicam ao universo total de manuscritos apresentados à revista, mas apenas àqueles que passaram pelo filtro, já bastante restritivo, da primeira avaliação formal logo após a submissão (deskreview).

Figura 1 – Objeto de crítica dos pareceres concedidos à revista DADOS em 2019



Fonte: Campos & Candido (2022).

Obedecendo à distinção supracitada entre problemas próprios da *organização da pesquisa* e problemas da *estruturação da argumentação*, comentamos a seguir cada uma dessas insuficiências apontadas nos pareceres em ordem de relevância para decisão editorial.

51. Detalhes mais pormenorizados da metodologia adotada podem ser acessados em Campos & Candido, 2022.

- **Tema:** Em alguns casos, o tema é considerado pouco relevante ou desalinhado com a linha editorial da revista. Vale lembrar que essa crítica tende a ser pouco recorrente porque os manuscritos fora do escopo temático da revista tendem a ser eliminados no filtro inicial.
- **Contribuição:** os pareceristas apontam, com frequência, que o manuscrito não deixa clara sua inovação teórica ou empírica. A pesquisa pode soar repetitiva em relação ao que já é amplamente conhecido ou apresentar contribuições marginais. Demonstrar originalidade exige explicitar como os resultados avançam o conhecimento acumulado por uma dada bibliografia.
- **Metodologia:** Falhas metodológicas são o principal motivo de crítica em DADOS. Isso inclui métodos mal descritos, ausência de justificativa para as escolhas técnicas, inadequação entre método e objetivos, falta de detalhamento que dificulte uma eventual replicação etc. Quando a metodologia não sustenta as conclusões, a credibilidade científica do artigo é comprometida.
- **Dados empíricos:** Problemas com os dados utilizados incluem falta de rigor na coleta, amostras pequenas ou enviesadas sem justificativa, dados incompletos ou inconsistentes e análises superficiais. Em muitos casos, há desconexão entre os dados apresentados e as conclusões formuladas, o que também fragiliza o argumento.
Em relação à *estruturação da argumentação*, destacam-se as seguintes críticas:
- **Problema, pergunta e objetivos:** Manuscritos podem falhar em apresentar claramente a pergunta de pesquisa, seu problema central ou a justificativa de sua importância. Objetivos genéricos ou mal formulados comprometem a direção do estudo e dificultam avaliar sua contribuição.
- **Coerência interna:** Encadeamento lógico e linear dos argumentos e das contribuições delineadas no manuscrito. Inconsistências dentro do manuscrito comprometem a compreensão do leitor: mudanças de direção sem justificativa, contradições no argumento, resultados que não respondem aos objetivos, e conclusões que não derivam logicamente da análise.
- **Coerência externa:** Esse tipo de crítica surge quando o manuscrito apresenta evidências ou análises que contrariam de modo pouco justificado evidências e análises em contrário. Nesses casos, os pareceres costumam demandar esclarecimentos ou evidências mais robustas de uma dada assertiva, até mesmo para melhor suportar uma contribuição original.
- **Contextualização:** Ao não situar adequadamente o caso estudado, historicamente, politicamente ou geograficamente, o texto reduz a compreensão de seu alcance e limita a interpretação de seus achados. Portanto, uma contextualização mínima da pesquisa, seu tema e seu problema é essencial para a avaliação de pertinência e aplicabilidade dos resultados.

- **Referencial teórico:** Manuscritos frequentemente pecam por apresentar as teorias que suportam suas análises de forma superficial ou desconectada da análise. O aporte conceitual pode ser insuficiente, mal selecionado, desatualizado ou aplicado sem rigor. Quando a teoria não estrutura o trabalho, o texto perde densidade analítica e consistência.
- **Revisão bibliográfica:** A revisão da literatura muitas vezes é insuficiente ou mal construída. Isso ocorre quando o autor não dialoga com os estudos relevantes da área, utiliza referências desatualizadas, apresenta uma revisão apenas descritiva e pouco crítica ou não organiza adequadamente a bibliografia, o que pode produzir falsas lacunas ou prejudicar a construção teórica que embasa o argumento. Nesse caso, os pareceres podem tanto sugerir referências não contempladas quanto uma reorganização da revisão. No entanto, é importante evitar a sugestão excessiva de referências externas ao objetivo do texto, bem como obras de autoria do próprio parecerista.
- **Análise:** Mesmo com bons dados, a análise pode ser insuficiente, superficial ou metodologicamente inadequada. Às vezes, os autores apenas descrevem os resultados sem interpretá-los adequadamente ou sem extrair implicações mais amplas.
- **Uso dos conceitos:** Há casos em que conceitos não são definidos, são utilizados de forma equivocada, ou ainda aplicados sem precisão. Isso gera ambiguidades analíticas e dificulta o acúmulo de conhecimento científico sobre categorias relevantes.
- **Normatividade irrefletida:** O parecerista identifica problemas quando o autor expressa juízos de valor ou prescreve soluções que não são sustentadas por suas evidências ou premissas teóricas. A pesquisa pode confundir opinião pessoal com interpretação baseada em evidências, enfraquecendo a neutralidade analítica.
- **Problemas de estilo:** Muitos manuscritos apresentam limites de redação que afetam negativamente sua clareza. Entre os problemas comuns estão linguagem confusa ou prolixa, estrutura de texto desorganizada, excesso de jargões, problemas gramaticais, falta de fluidez argumentativa e padronização inadequada às normas editoriais. Mesmo pesquisas sólidas perdem força quando mal comunicadas.
- **Resumo ou título:** Embora pareçam fúteis ou pouco importantes, o título e o resumo são o cartão de apresentação e indexação de um manuscrito acadêmico. Uma vez publicado, o manuscrito será lido ou não de acordo com a adequação desses dois elementos que precisam sintetizar com fidelidade seu conteúdo. Problemas comuns incluem falta de precisão, inconsistências com os resultados e conclusões ou foco em aspectos secundários.

VI. Quais questões éticas considerar ao redigir um parecer?

Como qualquer atividade de avaliação, a emissão de pareceres é uma tarefa perpassada por regras éticas rígidas, ainda que não totalmente óbvias. No sistema de revisão duplo-cega por pares, os avaliadores não possuem, em tese, nenhuma pista sobre os autores que avaliam e vice-versa. Na vida real, contudo, é comum que a temática, estilo e abordagem insinuem ao avaliador a autoria de um texto. Quando houver esse tipo de suspeita, o(a) parecerista deve avaliar em que medida existe um conflito potencial de interesses, isto é, quando a motivação para um dado julgamento não é apenas o compromisso de que o conhecimento avance, o que prejudica a objetividade e imparcialidade de sua deliberação. Nesses casos, o parecerista deve recusar o convite e comunicar sua motivação à equipe editorial.

Mas em muitos outros casos, as relações entre avaliadores e pareceristas nem sempre prejudicam a imparcialidade do parecer. Posso adivinhar ou mesmo ter conhecimento da identidade de um(a) autor(a) mas ainda assim acreditar que tal consciência não impactará na minha avaliação. Nesses casos, também é recomendado compartilhar a questão com os editores, que poderão levá-la em consideração no momento da decisão. A regra aqui recomenda a maior transparência possível.

Ainda nos sistemas de avaliação cega ou duplo-cega, a manutenção da confidencialidade é central. Logo, é preciso evitar comentários públicos sobre os manuscritos avaliados, sob o risco de exposição da identidade dos envolvidos. Algumas instituições permitem, a partir do comum acordo, a revelação dos nomes dos envolvidos numa avaliação, expediente raro, mas que pode ser útil para fazer com que um dado diálogo acadêmico avance. Em todo caso, a discrição também é um valor.

Uma questão ética controversa, com grande variação entre áreas, é a possibilidade de transferência ou delegação da redação de um parecer para outrem. Como já discutimos, a concentração da avaliação acadêmica em poucos nomes de uma comunidade científica é um problema crônico. Assim, a inclusão de pesquisadores(as) mais jovens ou em início de carreira pode ser salutar. Isso envolve tanto a recomendação explícita de outros nomes, o que é bem-vindo, quanto a delegação da tarefa a assistentes, o que deve ser feito com cautela, transparência e prudência. Embora algumas áreas permitam tal prática, ela é proibida em outras. Logo, convém consultar os editores ou moderadores dos debates acadêmicos antes de delegar a avaliação de um manuscrito a outrem.

Em menos de uma década, as ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAG) modificaram o modo como produzimos textos, colocando novos desafios éticos para avaliação acadêmica. Não sabemos ao certo os impactos dessas ferramentas na ciência, mas o seu emprego especificamente na produção de avaliações científicas deve ser cauteloso. Isso quer dizer que as ferramentas de IAG podem ser usadas para *auxiliar* a avaliação do material analisado de diversas formas, mas nunca para substituir a leitura de um(a) avaliador(a). Em termos práticos, uma IAG pode ser utilizada

para identificar pontos falhos no texto, mas só depois da leitura atenta do manuscrito pelo(a) avaliador(a). Todas as eventuais indicações feitas por uma IAG devem ser criteriosamente revisadas pelo(a) parecerista. O mesmo vale para outras etapas, como avaliação de bases dados, coerência interna do manuscrito etc. O critério aqui é que a avaliação é de inteira responsabilidade do(a) parecerista, que deve participar de todas as suas etapas, ainda que auxiliado por IAG.

De todo modo, as recomendações éticas relacionadas a processos de avaliação científica tendem a evoluir com as mudanças e novas tecnologias aplicadas à estruturação do campo científico. Por isso, existem vários manuais de ética em pesquisa e avaliação que podem ser consultados em caso de dúvidas, como é o caso *Ethical Guidelines for Peer Reviewers* editado pelo *Committee on Publication Ethics* (COPE, 2017) ou o *Código de Boas Práticas Científicas* da FAPESP (2014).

VII. Conclusão

A despeito das transformações atuais na comunicação acadêmica, pareceres permanecem sendo o principal mecanismo de controle da qualidade científica (Bohlin, 2004). Mais do que decidir o destino de um manuscrito ou de uma carreira, eles contribuem para o avanço coletivo do conhecimento, permitindo que pesquisadores se mantenham atualizados em seu campo e obtenham retornos sistemáticos de seus pares. Apesar de pouco transparente e raramente reconhecida publicamente, essa atividade fortalece os padrões da pesquisa científica e precisa ser assumida com responsabilidade e diligência.

Um bom parecer deve ser informativo, cortês e orientar melhorias. Ele precisa apresentar uma leitura fiel do texto, destacar suas contribuições e localizar com precisão seus problemas, sejam eles estruturais ou de argumentação. Sua redação deve observar os parâmetros editoriais estabelecidos por quem o solicita, subsidiando a decisão final de uma revista, banca ou agência de fomento, sempre com vistas a avaliar as contribuições atuais ou potenciais de uma dada pesquisa ou argumento.

Por isso tudo, é essencial zelar pela integridade e imparcialidade do processo. Isso envolve não apenas a clareza quanto a eventuais conflitos de interesse como também o uso moderado e crítico de ferramentas de inteligência artificial. Essas podem auxiliar o trabalho de avaliação, mas nunca o substituir: a responsabilidade crítica é sempre do parecerista. Assim, ao atuar com rigor, clareza e respeito, quem redige pareceres contribui decisivamente para a moderação do debate acadêmico e para o aperfeiçoamento constante da ciência.

De todo modo, não podemos ignorar que os sistemas de revisão por pares encontram-se em xeque. O caráter pouco transparente desses sistemas abre margem para critérios e decisões arbitrárias, que aos poucos vêm vindo à tona. Ademais, essa falta de transparência impede que o próprio

sistema seja escrutinado por pesquisas rigorosas que sejam capaz de avaliá-lo. Embora tenhamos ensaiado aqui uma análise empírica dos pareceres concedidos à revista DADOS, tal análise ainda é restrita a um periódico, o que limita nossas inferências. Ainda assim, todas as reflexões contidas aqui devem servir de incentivo para o avanço de análises mais robustas dos sistemas de revisão por pares e, no limite, da qualidade dos pareceres em si.

Referências

Bohlin, I. (2004) Communication regimes in competition: the current transition in scholarly communication seen through the lens of the sociology of technology. *Social Studies of Science*, 34(3), pp. 365–391. DOI: 10.1177/0306312704041522

Bornmann, L. & Daniel, H.-D. (2010) The manuscript reviewing process: empirical research on review requests, review sequences, and decision rules in peer review. *Library & Information Science Research*, 32(1), pp. 5–12. DOI: 10.1016/j.lisr.2009.07.010

Caló, L.N. (2015) Avaliação por pares: modalidades, prós e contras. *Blog SciELO em Perspectiva*. Disponível em: <<https://blog.scielo.org/blog/2015/03/27/avaliacao-por-pares-modalidades-pros-e-contras/>>. Acesso em: 23 de abr. 2026.

Campos, L.A. (2019) Como redigir um parecer acadêmico. *Blog DADOS*. Disponível em: <<http://dados.iesp.uerj.br/como-redigir-um-parecer/>>. Disponível em: 23 de abr. 2026.

Campos, L.A. & Candido, M.R. (2022) Transparência em DADOS: submissões, pareceristas e diversidade no fluxo editorial dos últimos anos. *Dados*, 65(1), e20220000. DOI: 10.1590/dados.2022.65.1.000

COPE (2017) Ethical guidelines for peer reviewers. [online] *Committee on Publication Ethics*. Disponível em: <<https://publicationethics.org/guidance/guideline/ethical-guidelines-peer-reviewers>>. Acesso em: 23 de abr. 2026. DOI: 10.24318/cope.2019.1.9

FAPESP (2014) *Código de boas práticas científicas*. [online] São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://fapesp.br/boaspraticas/2014/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas.pdf>. Acesso em: 23 de abr. 2026.

Hargens, L.L. & Herting, J.R. (1990) A new approach to referees' assessments of manuscripts. *Social Science Research*, 19(1), pp. 1–16.

Porto, F. & Gurgel, J.L. (2018) Sugestão de roteiro para avaliação de um artigo científico. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 40(2), pp. 111–116. DOI: 10.1016/j.rbce.2017.12.002

III

16 Barreiras à publicação em periódicos internacionais: evidências e recomendações a partir de um programa de mentoria em Ciência Política

*Victor Araújo
Malu A. C. Gatto*

I. Apresentação do Tema

A pós-graduação em Ciência Política no Brasil atravessa, há pelo menos duas décadas, um processo acelerado de profissionalização e abertura ao exterior. Programas se consolidaram, redes de pesquisa se ampliaram e a participação em conferências internacionais tornou-se mais frequente (Amorim Neto & Santos, 2015; Marengo, 2014) — mesmo que mais lentamente na comparação com outras disciplinas (Beigel et al., 2023). Ainda assim, persiste um descompasso entre o avanço institucional e a visibilidade internacional da produção discente (Mendes & Figueira, 2022). Embora a produção acadêmica na América Latina tenha aumentado, esse crescimento não se traduz em maior impacto ou visibilidade internacional: persiste um descompasso entre o volume e o reconhecimento, refletindo desigualdades estruturais na circulação global do conhecimento (Finardi et al., 2023).

Dados de inscrição da *Writing Academy* (WA) — programa de mentoria e escrita acadêmica financiado pela *British Academy* — ilustram o quadro: 79% dos doutorandos em Ciência Política e áreas afins no Brasil já publicaram ao menos um artigo em português, mas somente 12% lograram publicar em periódico internacional em inglês; outros 9% nunca publicaram em nenhuma revista acadêmica. Por que a produção discente, embora ativa no plano doméstico, encontra maiores barreiras para circular em periódicos internacionais?

Neste artigo, respondemos a essa pergunta examinando a percepção dos próprios doutorandos sobre os obstáculos à publicação em inglês. Utilizamos dados de 92 candidatos à primeira edição da WA. Embora os inscritos na WA não constituam uma amostra representativa e probabilística de toda a pós-graduação em Ciência Política brasileira, o exercício oferece uma oportunidade informativa para compreender, do ponto de vista dos discentes, os entraves para a internacionalização da produção acadêmica.

Os resultados apontam para obstáculos de natureza informacional e institucional — sobretudo a falta de familiaridade com as regras de publicação acadêmica internacional (28%) e a falta de incentivos (25%) — como os principais entraves à publicação em periódicos de língua inglesa. Em contraste, apenas 16% identificam a proficiência em inglês como o principal problema.

Diante dessa realidade, estruturamos o programa para remediar essa lacuna informacional e atenuar a falta de incentivos institucionais. A primeira edição selecionou 15 doutorandos de 11 programas de pós-graduação, distribuídos em 10 estados e abrangendo todas as regiões do Brasil. As atividades se estenderam por dois anos, incluindo duas etapas presenciais em Belo Horizonte e três sessões de mentoria online. A formação contemplou desde questões estratégicas — quando e por que publicar em inglês; como mapear e escolher periódicos; como ler editais e instruções aos autores — até aspectos operacionais muitas vezes subestimados: preparar o manuscrito para “*desk review*”, redigir cartas de resposta a pareceristas, organizar dados e materiais suplementares e, não menos importante, situar o caso brasileiro de modo inteligível e relevante para públicos internacionais. Ao enfatizar o

ciclo editorial completo — da concepção à revisão por pares — buscamos reduzir incertezas, padronizar procedimentos e, sobretudo, construir incentivos concretos para a submissão internacional durante o doutorado.

Neste texto oferecemos, portanto, duas contribuições. Em primeiro lugar, apresentamos evidências originais sobre como doutorandos brasileiros percebem as barreiras à publicação em inglês, deslocando o foco exclusivo da proficiência linguística para um conjunto mais amplo de impedimentos. Em segundo lugar, traduzimos essas evidências em recomendações práticas ancoradas na experiência da WA, com o objetivo de apoiar alunos, orientadores e programas na construção de rotas sustentáveis de internacionalização. A ambição é modesta e pragmática: mostrar que, com informação acessível, rotinas claras e orientação direcionada, é possível transformar as pesquisas realizadas no Brasil em produtos publicáveis em periódicos internacionais. Partimos da ideia de que a centralidade do inglês na comunicação científica funciona como um mecanismo de hierarquização, condicionando a visibilidade e o impacto das pesquisas. Nesse contexto, publicações em espanhol e português tendem a ser marginalizadas, reforçando desigualdades epistêmicas no sistema acadêmico global (Finardi et al., 2023)⁵².

II. Questões e desafios frequentes

Para melhor compreender as barreiras para a internacionalização da pesquisa de discentes em Ciência Política e áreas afins no Brasil, analisamos dados de inscrição da WA. Após uma breve explicação sobre o programa, apresentamos os dados utilizados.

II.1. A Writing Academy

Financiada pela *British Academy*, a WA é um programa de mentoria com duração de dois anos, projetado para apoiar estudantes de doutorado em Ciência Política no Brasil a internacionalizar suas carreiras, aprendendo a publicar em revistas internacionais. Para atingir seus objetivos, o programa combinou sessões interativas, abrangendo as principais etapas do processo de publicação, com feedback individual sobre os artigos dos participantes.

A equipe de mentoria também incluiu editores de três importantes revistas: a *Comparative Political Studies*, uma das mais relevantes revistas

52. Em contraponto a essa visão, alguns autores, como Sharon (2017), argumentam que a internacionalização amplifica políticas coloniais e hierarquias globais de conhecimento. Desse modo, internacionalização não seria neutra, mas sim, um projeto político global estruturado por assimetrias históricas. Ainda assim, mesmo sob essa perspectiva crítica, defendemos que a internacionalização permanece um instrumento relevante para ampliar a circulação de conhecimento, fomentar colaborações e fortalecer capacidades institucionais. Quando orientada por princípios mais equitativos e reflexivos, pode também contribuir para a diversificação de vozes e a construção de agendas acadêmicas mais inclusivas.

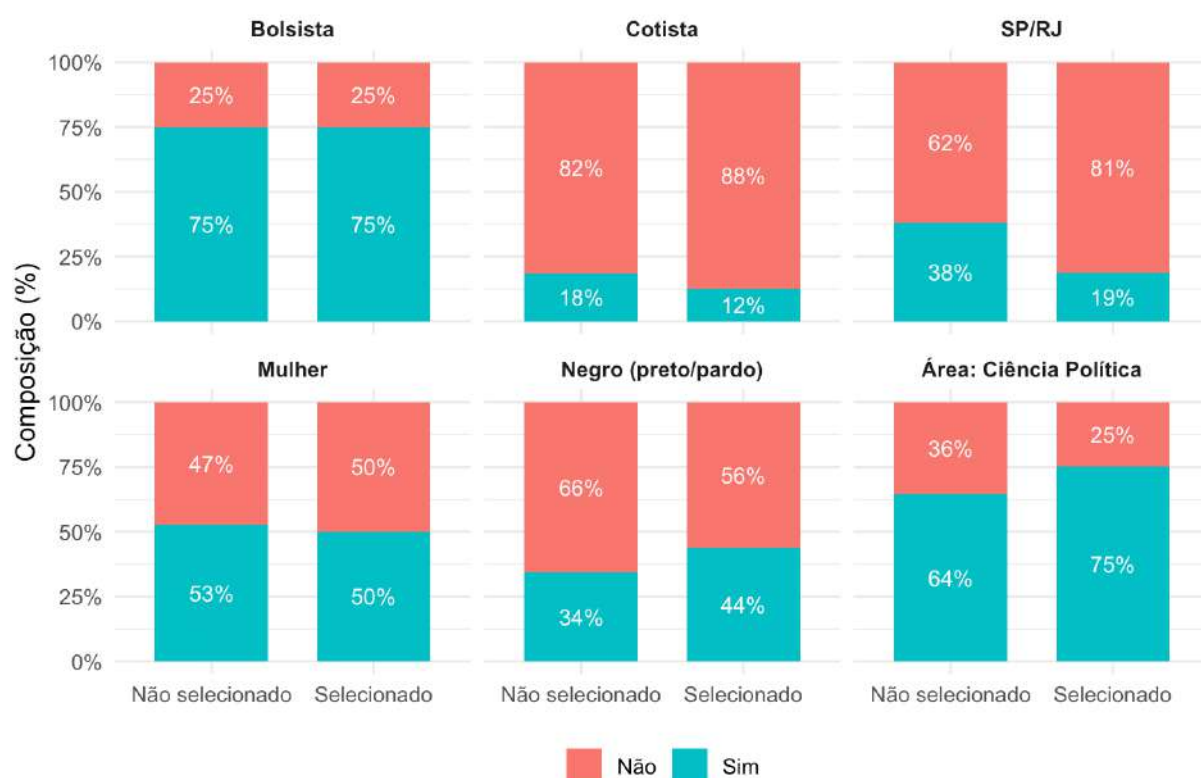
acadêmicas da Ciência Política na atualidade; a *Brazilian Political Science Review*, uma revista brasileira publicada em inglês; e a *Dados*, uma das principais revistas brasileiras publicadas em português. Em duas mesas-redondas, os editores descreveram o processo editorial, ofereceram conselhos práticos para evitar *desk rejections* e destacaram as diferenças entre escrever para um periódico brasileiro e para um periódico internacional em inglês.

II.2. Dados

Um dos nossos objetivos é entender a experiência dos discentes brasileiros em publicar fora do Brasil e os obstáculos que encontram para publicar em revistas internacionais em inglês. Para tanto, utilizamos dados coletados como parte das inscrições dos alunos para a WA em maio de 2024. O estudo foi revisado pelo comitê de ética da *University College London* (número de aprovação SHSAmE-2324-004-1). Um total de 95 alunos se inscreveu no programa, 92 dos quais nos deram consentimento para usar seus dados anonimizados para fins de pesquisa.

A Figura 1 apresenta uma descrição do perfil dos candidatos que se candidataram à WA. No momento da seleção, foi respeitado o critério de paridade de gênero, resultando em uma distribuição equilibrada entre homens e mulheres entre os selecionados. Além disso, o processo buscou promover maior diversidade racial e regional, com a sobrerrepresentação deliberada de candidatos negros (pretos e pardos) e de estudantes provenientes de programas fora do eixo Rio-São Paulo. Em conjunto, essas escolhas contribuíram para a formação de um grupo de participantes mais diverso do que o conjunto inicial de candidatos.

Para examinar os principais obstáculos para publicação, utilizamos respostas a uma pergunta que pedia aos candidatos que ordenassem (*ranking*), do mais para o menos importante, os fatores que consideravam barreiras à submissão de artigos em periódicos internacionais de língua inglesa. Oferecemos sete respostas possíveis, que abrangiam desde a “falta de proficiência em inglês” até a “falta de apoio do meu orientador”. Para capturar o que os doutorandos consideram o maior obstáculo à publicação internacional, focamos nossa análise na proporção de respondentes que classificaram cada opção na primeira posição do ranking, ou seja, a principal barreira para publicar em inglês.

Figura 1 – Perfil dos candidatos à WA

Fonte: elaborada pelos autores com dados de survey coletados no âmbito da *Writing Academy* (N = 92), 2025.

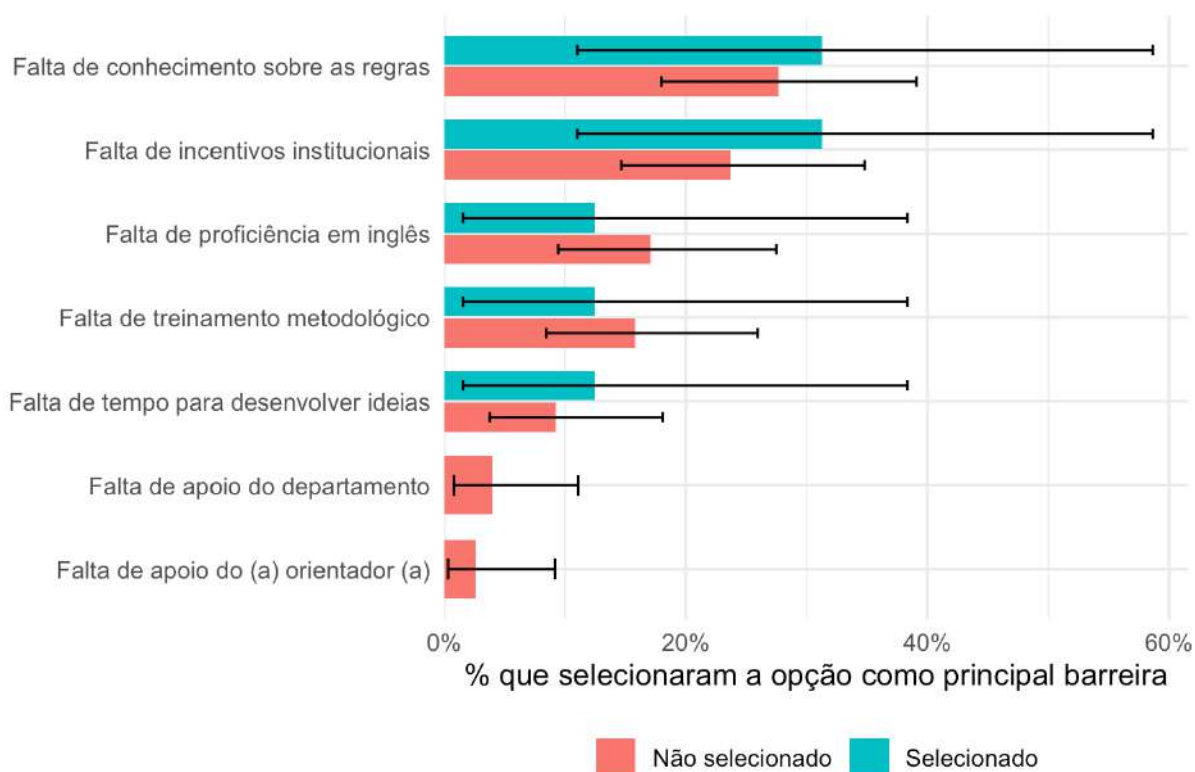
III. Resultados

A Figura 2 ilustra os fatores que os candidatos percebem como as barreiras mais significativas à publicação internacional. A maior parcela dos aplicantes cita aspectos de natureza informacional e institucional — como a falta de familiaridade com as regras de publicação acadêmica internacional (mencionada por 28% dos entrevistados) e a falta de incentivos (25%) — como os principais obstáculos à publicação de trabalhos em periódicos de língua inglesa. Em contrapartida, a falta de proficiência em inglês, em si, não é classificada como o principal problema, sendo apontada como a principal barreira por 16% dos respondentes. Preocupações com a adequação metodológica, a disponibilidade de tempo e o apoio do supervisor ou do departamento são citadas com menos frequência como o principal obstáculo.

Nossos resultados reforçam a literatura existente, que demonstra que publicar em periódicos internacionais é um processo aprendido, moldado pela socialização em redes globais (Montal et al., 2022) e pelo conhecimento de regras “ocultas” (Barham & Wood, 2022) — e que, para aqueles baseados no Sul Global, as barreiras à publicação internacional podem persistir mesmo para aqueles com experiência em publicação em seus ambientes nacionais, como é o caso dos discentes brasileiros.

Nossos resultados também sugerem que, como a estrutura e as normas das publicações acadêmicas internacionais diferem significativamente daquelas da academia brasileira, mesmo acadêmicos brasileiros fluentes em inglês, tanto oral quanto escrito, frequentemente têm dificuldade para publicar em inglês e colaborar com acadêmicos internacionais. Esses resultados estão alinhados com pesquisas recentes que mostram que mesmo entre aqueles baseados no Sul Global, “apenas acadêmicos com doutorado norte-americano ou europeu publicaram em periódicos de Ciência Política de alto fator de impacto” (Barceló et al., 2025, p. 580).

Figura 2 – Barreiras à publicação em periódicos internacionais com revisão por pares



Nota: o eixo X exibe a porcentagem de respondentes (selecionados e não-selecionados para o programa) que escolheram cada uma das sete barreiras como a principal (primeira colocada) para a publicação em periódicos internacionais de língua inglesa. O traço sobreposto indica intervalo de confiança no nível de 95%.

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados de survey coletados no âmbito da *Writing Academy* (N = 92), 2025.

De modo geral, nossos achados indicam que as intervenções terão maior impacto se priorizarem o treinamento sobre o processo de publicação e a mentoria estruturada, com o suporte linguístico como uma necessidade complementar — e não central. Foi exatamente isso que a WA buscou fazer. Com o objetivo de tornar esse conteúdo acessível ao maior número de pesquisadores, na próxima seção, apresentamos a estrutura do programa da WA e trazemos recomendações práticas ancoradas na experiência da WA.

IV. Exemplos práticos e recomendações

Publicar em revistas acadêmicas de prestígio no Brasil requer originalidade teórica, desenho de pesquisa robusto e rigor metodológico — aspectos também exigidos por publicações científicas internacionais em inglês. Discentes matriculados em programas de pós-graduação no Brasil já são treinados para publicar em revistas nacionais — ou seja, já recebem treinamento em desenvolvimento teórico, desenho de pesquisa e coleta e análise de dados. O objetivo da WA não é replicar o que os alunos já têm acesso, e, sim, complementar a sua formação — portanto, destacando as principais diferenças das culturas e “regras” de publicação em periódicos acadêmicos brasileiros e internacionais.

Com base na nossa experiência publicando em revistas em inglês e na avaliação dos dados dos aplicantes sobre os principais gargalos para publicações em periódicos internacionais, desenvolvemos um programa para apresentar aos alunos o panorama internacional de publicações em Ciência Política e as suas práticas correntes. A WA foi estruturada em etapas, combinando workshops presenciais, sessões de feedback online e mentoria individualizada, abrangendo todo o ciclo de publicação — da elaboração do manuscrito à submissão e à revisão por pares.

Em cada uma das etapas presenciais, sessões individuais de mentoria foram intercaladas com aulas práticas lideradas pelo time de mentores (para mais detalhes sobre as atividades realizadas, consulte a Tabela A1 do Anexo 1). A partir do material apresentado e discutido nas aulas da WA, bem como da nossa experiência publicando em periódicos internacionais em inglês, elaboramos um conjunto integrado de sugestões para pesquisadores, especialmente doutorandos em Ciência Política⁵³. No Anexo 2, disponibilizamos uma *checklist* com as principais recomendações detalhadas ao longo do texto e que pode ser utilizada como instrumento de apoio durante a elaboração de um artigo para submissão em periódicos em inglês.

IV.1. Por que publicar em periódicos internacionais em inglês?

A decisão de publicar no Brasil ou no exterior envolve ponderar uma estratégia complementar que maximize a visibilidade e o impacto do trabalho. Publicar em português é valioso para engajar com o debate nacional e um mercado específico — porém vasto e não desprezível — de citações, sendo ideal para discutir conceitos ou dados ainda não consolidados localmente.

A publicação internacional em inglês oferece outras vantagens. Primeiro, essa estratégia pode ampliar a visibilidade do seu trabalho e

53. Somos gratos aos mentores e mentoras da *Writing Academy* que compartilharam o seu conhecimento e experiências nos encontros presenciais em Belo Horizonte. São eles: Octavio Amorim Neto, Marta Arretche, Luiz Augusto Campos, Ricardo Fabrino, Dalson Figueiredo Filho, Leany Lemos, Gabriela Lotta, Nara Pavão, Timothy Power, Cristiano Rodrigues, Rafael Sampaio e David Samuels.

permitir que sua pesquisa dialogue diretamente com os debates centrais da área, que são majoritariamente travados em inglês. Em segundo lugar, publicar em inglês também pode abrir portas para colaborações com pesquisadores estrangeiros, participação em projetos e conferências internacionais e candidaturas a posições no exterior. Finalmente, publicar em inglês, sobretudo em revistas de alto fator de impacto, ajuda a combater assimetrias acadêmicas, colocando pesquisadores brasileiros na rota da ciência internacional.

IV.2. Como estruturar o meu artigo para uma revista internacional?

A estruturação de um artigo acadêmico internacional segue uma “receita” comum, porém flexível, composta por seções-chave que devem guiar o leitor de forma lógica e persuasiva. Antes de entrar na estrutura do artigo, vale a pena falar um pouco sobre os resumos (ou *abstracts*).

Elemento decisivo no processo de publicação, o *abstract* funciona como um cartão de visitas. Sua função é fornecer um resumo completo, conciso e preciso de todos os elementos-chave do manuscrito e não uma mera introdução. Isso tudo entre 100 e 250 palavras, dependendo das regras do periódico! Os *abstracts* são a segunda parte mais lida do artigo (após o título) e a primeira impressão para editores, pareceristas e leitores. Um bom *abstract* deve conter, de forma lógica e fluida: o contexto da pesquisa, seu objetivo ou pergunta central, os métodos utilizados, os principais resultados e as conclusões ou implicações do estudo. Erros comuns incluem: focar excessivamente em detalhes irrelevantes, negligenciar a descrição dos métodos e dos resultados, usar jargão excessivo e incluir citações. Gilardi (2021) apresenta um exemplo que reproduzimos no Anexo 3.

Depois do título e do *abstract*, a introdução é a parte mais importante do seu texto. Editores de revistas internacionais costumam revisar vários artigos por semana. Não é incomum que as decisões sejam baseadas em uma leitura rápida do texto como um todo e em um olhar mais atento ao resumo e à introdução. Tudo o que você não quer é ser rejeitado por não ter caprichado na introdução!

Um texto com altas chances de ser enviado a um parecerista — ou seja, que não foi *desk rejected* — começa por uma introdução que funcione como um cartão de visitas: explicita a pergunta de pesquisa e sua motivação, situe brevemente o caso, os dados e os métodos, antecipe os principais resultados e indique suas implicações. Em outras palavras, essa seção costuma ser decisiva no processo de avaliação dos editores e pareceristas; invista para torná-la precisa e atraente.

Um ponto importante, e de erro frequente, é que a revisão da literatura deve ser seletiva e orientada por argumentos, e não um mural de autores. O objetivo é reconstruir o debate que leva às suas expectativas, citando estrategicamente trabalhos relevantes e preparando o terreno para o enquadramento teórico. Do ponto de vista estratégico, vale incluir na sua revisão da literatura artigos publicados na revista-alvo. Em alguns periódicos,

a tendência é ter seções diferentes para a revisão da literatura e para o enquadramento teórico. Em outras revistas, as expectativas teóricas são apresentadas junto à revisão da literatura. Um ponto crucial, seja qual for o modelo, é apresentar hipóteses testáveis, deixando claras as suas expectativas, ou seja, o que você espera encontrar na seção de análise dos dados.

A seção de dados e métodos confere credibilidade ao manuscrito. Justifique com rigor a seleção do(s) caso(s) — por exemplo, por que o Brasil é apropriado — partindo do pressuposto de que o leitor internacional não é especialista no país. Descreva dados e procedimentos com detalhe suficiente para permitir a replicação: origem, estratégia de coleta, unidade de análise, tratamento e decisões metodológicas, como, por exemplo, a de mensuração. Explique por que os métodos de análise escolhidos são adequados e evite o uso excessivo de jargões. Mesmo as técnicas mais avançadas podem ser explicadas de forma intuitiva e direta.

A discussão dos resultados deve interpretar os achados à luz das hipóteses, indicar o que confirmam ou refutam, explicitar as limitações e evitar extrapolações indevidas. Capriche nas notas das tabelas e das figuras. Tabelas e figuras mal formatadas denotam desleixo, o que costuma ser associado à incompetência (Stinson, 2018). Da mesma forma, utilize notas para fornecer todas as informações necessárias à interpretação de uma figura ou tabela apresentada no corpo do texto.

A conclusão é o último ato e costuma ser o que o leitor leva do seu trabalho (o *takeaway*). Boas conclusões tendem a recapitular de forma concisa a pergunta, a abordagem e os principais resultados, reafirmar a contribuição teórica ou prática e sugerir caminhos plausíveis para pesquisas futuras — sem introduzir ideias novas nem especulações desnecessárias. Embora não seja infalível, essa “receita de bolo” vai ajudá-lo a comunicar suas ideias com clareza, rigor e profissionalismo.

IV.3. Como situar o caso brasileiro?

Para pesquisadores brasileiros que investigam o Brasil, a chave para produzir pesquisa de impacto internacional reside em superar a mera descrição do caso nacional e enquadrá-lo em debates teóricos e metodológicos mais amplos da Ciência Política. Ou seja, o caso brasileiro deve servir de ponto de partida para inovações e refinamentos teóricos, ou para testes de hipóteses aplicáveis a outros contextos.

Para isso, é importante estar atento aos diálogos teóricos globais e engajar com a literatura publicada em periódicos internacionais que analisam casos para além do Brasil. Demonstre como suas descobertas iluminam dinâmicas que também afetam outros casos, posicionando seu trabalho como uma contribuição essencial para a Ciência Política, e não apenas para aqueles interessados no Brasil.

Considere um estudo sobre o programa Bolsa Família. Em vez de apresentá-lo exclusivamente como uma política pública brasileira, o pesquisador pode enquadrá-lo no debate internacional sobre *conditional cash*

transfers, políticas de combate à pobreza e desenho de programas de bem-estar. Isso envolve não apenas citar a literatura relevante, mas também explicitar como o caso brasileiro contribui para refinar teorias existentes — por exemplo, ao testar mecanismos de focalização, de condicionalidade ou os efeitos políticos dessas políticas.

Na prática, essa estratégia exige ajustes textuais e bibliográficos: (i) introduzir o problema em termos comparados; (ii) dialogar com autores centrais do debate internacional; e (iii) explicitar, na conclusão, como os achados informam discussões para além do Brasil. Lembre-se de que a audiência de periódicos internacionais não necessariamente conhece o caso brasileiro. Além de justificar a relevância do seu caso para um leitor internacional, é importante oferecer informações contextuais suficientes para que o leitor tenha todos os elementos necessários para interpretar as análises e compreender as potenciais implicações teóricas e empíricas para além do caso. Por exemplo, se o seu estudo for sobre comparecimento eleitoral, é importante fornecer informações básicas sobre o sistema eleitoral que rege as eleições, a frequência delas e as regras relacionadas à obrigatoriedade do voto.

IV.4. Para qual periódico submeter o meu artigo?

A seleção da revista-alvo é uma decisão estratégica crucial que deve ser tomada preferencialmente durante a elaboração do artigo, pois influencia o enquadramento, a amplitude da contribuição e a linguagem empregada.

A escolha do periódico, portanto, passa, primeiro, por entender em qual categoria de periódico o seu artigo melhor se encaixa. *General journals* — como a *American Political Science Review*, o *American Journal of Political Science*, o *British Journal of Political Science* e o *Comparative Political Studies* — exigem contribuições de amplo alcance teórico e/ou metodológico. *Field journals* — como os periódicos *Political Behavior*, *Party Politics*, *Electoral Studies*, *Politics & Gender*, *Political Psychology*, *Governance*, *Democratization*, por exemplo — publicam contribuições teóricas e empíricas em subáreas específicas. *Area studies journals* são especializados em contextos regionais. Revistas desse tipo, com foco na América Latina, incluem a *Latin American Politics & Society*, a *Latin American Research Review*, o *Journal of Politics in Latin America* e o *Journal of Latin American Studies*.

Alguns aspectos a serem considerados na escolha da revista são: a afinidade temática e/ou metodológica com o artigo, seu prestígio acadêmico, o fator de impacto e o público-alvo que se deseja atingir. Para fazer essa análise, é importante que os pesquisadores conheçam bem as revistas internacionais e entendam os tipos de artigos que tendem a ser publicados nelas.

A nossa análise dos dados dos aplicantes para a WA sugere que os doutorandos matriculados em programas no Brasil entendem pouco sobre o mercado de publicações no exterior, demonstrando altas taxas de desconhecimento sobre alguns dos principais periódicos da disciplina. Por exemplo, mais de 25% dos aplicantes disseram não conhecer a *Comparative*

Political Studies ou o *Journal of Politics* — duas das revistas mais influentes da disciplina. Cada revista tem um perfil. Alguns periódicos têm preferências metodológicas ou temáticas. Por exemplo, a revista *Political Analysis* é conhecida por publicar apenas contribuições de natureza metodológica. Portanto, embora seja uma revista de prestígio e elevado fator de impacto, esta não é uma boa opção para um trabalho que tenha como ponto forte a sua contribuição substantiva. O desconhecimento das revistas do campo e a potencial submissão para uma revista “errada” podem desestimular os autores ou atrasar o processo de publicação.

IV.5. Submeti o meu artigo, e agora? Entendendo o processo editorial

Após a submissão, o seu artigo passa, primeiramente, por uma avaliação dos editores que decidem se querem prosseguir para a avaliação — ou seja, enviá-lo para a avaliação de pareceristas — ou encerrar o processo de avaliação (*desk reject*). Se o artigo avançar para a etapa de revisão por pares, os possíveis resultados são: rejeição ou *Revise and Resubmit (R&R)*. Se você submeteu o seu artigo para uma revista internacional de prestígio, é extremamente improvável que o trabalho seja aprovado de primeira, sem correções. Este, inclusive, é um bom critério para distinguir revistas sérias de periódicos predatórios (Hinze et al., 2026).

Evitar uma rejeição imediata (*desk rejection*) é o primeiro grande desafio para publicar internacionalmente (Ansell & Samuels, 2021). Para isso, cinco elementos são cruciais. Primeiro, a escolha estratégica da revista (ver ponto 4). Segundo, a eloquência do argumento e da contribuição original (ver ponto 2). Terceiro, a justificativa do caso (ver ponto 3). Quarto, a discussão sólida das evidências. É necessário demonstrar robustez metodológica e adequação dos dados desde o primeiro momento (ver ponto 2). Finalmente, a qualidade da escrita: o texto deve ser claro e coeso, permitindo que o editor compreenda a proposta sem esforço excessivo. Escrever em inglês, como em qualquer outra língua, requer precisão, e a ajuda de revisores nativos ou serviços especializados é altamente recomendada⁵⁴.

De todo modo, tenha em mente que a rejeição é a regra na academia e que, portanto, ter um artigo rejeitado não é um sinônimo de fracasso. As únicas pessoas que não têm artigos rejeitados são aquelas que não submetem suas ideias ao crivo dos pares. O processo de submissão é seletivo. Dentre as 33 revistas de alto fator de impacto na área de Ciência Política consideradas por Garand & Harman (2021), a taxa média de *desk rejection* foi de 40%. Em alguns periódicos, essa taxa chega a 50% (Ansell & Samuels, 2021).

54. O advento das ferramentas de AI pode ajudar neste processo, mas não deve substituir o(a) autor(a), nem na elaboração das ideias, nem mesmo na escrita. Vale ressaltar que o uso indiscriminado e sem revisão de *generative artificial intelligence chatbots* (por exemplo, Copilot e o ChatGPT) tende a criar distorções no texto que, se identificadas, podem levar à rejeição imediata do artigo. A nossa sugestão seria utilizar as ferramentas de IA para revisão do texto, mas sem nunca prescindir da ética e do bom senso.

IV.6. Como sobreviver a um R&R?

Parabéns, o seu artigo recebeu um R&R! E agora? Primeiro, é importante lembrar que o processo de publicação é inseparável da crítica acadêmica. Para doutorandos, aprender a lidar construtivamente com um R&R é tão importante quanto dominar métodos ou teorias. Repetindo: rejeições são a regra na academia, não a exceção. Reconhecer isso ajuda a despersonalizar os pareceres e a encarar a revisão por pares como um rito de passagem necessário, não como um veredito sobre a sua capacidade intelectual.

Também é crucial compreender a dinâmica do processo. Um R&R não é uma rejeição. Pelo contrário: no processo de avaliação das revistas de maior prestígio da disciplina, receber um R&R é o melhor resultado possível após a primeira rodada de pareceres. Portanto, entenda um R&R como um convite para continuar a conversa e fortalecer o manuscrito.

Durante o processo de R&R, os pareceristas atuam como “promotores” do rigor, identificando lacunas, fragilidades e oportunidades de melhoria. O editor cumpre o papel de mediador e “juiz”, ponderando os comentários, indicando prioridades e tomando a decisão final. Você, como “advogado” do próprio trabalho, precisa responder com respeito, substância e estratégia, mostrando que entendeu as críticas e que as abordou de modo convincente.

A resposta começa por uma análise sistemática, não por seguir a ordem dos comentários. Primeiro, distinga o que é crucial do que é secundário: objeções de desenho de pesquisa, lacunas teóricas ou problemas de dados/métodos tendem a ser impeditivos se não forem resolvidos. Em seguida, observe se há consenso entre os pareceristas — quando mais de um aponta a mesma falha, essa é uma prioridade — e onde há divergência, caso em que o editor costuma sinalizar o caminho preferível. Por fim, agrupe os pontos por categoria (escrita, argumentação, teoria, dados/métodos) para planejar revisões coerentes e eficientes, priorizando mudanças de estrutura antes de ajustes finos de estilo.

A carta de resposta ao editor é tão estratégica quanto a nova versão do artigo. Abra com um agradecimento e um parágrafo sintético explicando como o manuscrito foi aprimorado em resposta aos comentários dos revisores. Depois, responda ponto a ponto: cite o comentário, explique o que mudou e indique onde a alteração aparece no texto (página, parágrafo, seção). Mantenha um tom cortês e construtivo, mesmo ao discordar; fundamente sua posição em evidências e lógica. Muitas vezes, aceitar parcialmente uma sugestão — ainda que não seja sua solução ideal — é a melhor tática para avançar no processo. Em suma, sobreviver a um R&R exige resiliência emocional, boa compreensão do processo editorial e clareza nas respostas. Disponibilizamos um exemplo hipotético de carta-resposta no Anexo 4.

IV.7. Como seguir boas práticas de replicabilidade?

A replicabilidade é um pilar da credibilidade científica: permite que outros verifiquem e validem os resultados, sustentando o avanço cumulativo do conhecimento. Na Ciência Política — seja em análises quantitativas ou qualitativas — isso depende de práticas transparentes e replicáveis. Existe um número cada vez maior de revistas internacionais que exigem a cessão dos dados e do código para replicar os resultados reportados no trabalho. Em alguns casos, como o *Journal of Politics* (JoP) e a *Political Science Research and Methods* (PSRM), o aceite final do artigo está condicionado à replicação e à validação de todas as estimativas reportadas em tabelas e figuras no texto principal e no apêndice.

Como proceder, então? Comece documentando e organizando tudo de forma metódica. Registre a origem dos dados, as etapas de limpeza e transformação e cada decisão metodológica tomada. Por exemplo, isso inclui descrever como dados brutos foram transformados em cada variável utilizada e especificar todas as etapas e procedimentos da sua análise. Prepare toda a documentação dos dados e dos scripts (R, Stata, Python) para que possam ser depositados em repositórios confiáveis, como o *Harvard Dataverse*. Em estudos experimentais, uma boa prática é realizar o pré-registro das suas hipóteses, do desenho da pesquisa e do plano de análise antes da coleta ou exploração dos dados. Nesse caso, plataformas como o *As Predicted* e o *OSF* são boas opções.

V. Conclusão

Em suma, este artigo demonstra que os principais obstáculos à internacionalização da produção discente brasileira em Ciência Política não são, primordialmente, linguísticos, mas sim de natureza informacional. A falta de familiaridade com as regras e práticas do mercado editorial internacional emerge como uma barreira mais significativa do que a proficiência em inglês. A experiência da WA, detalhada ao longo do texto, serve como um modelo prático de intervenção, fornecendo um roteiro abrangente que vai desde a estruturação do artigo e a contextualização do caso brasileiro para um público global até a navegação pelo complexo processo de submissão e revisão por pares. É importante reconhecer as limitações da nossa avaliação. Os dados derivam de candidatos à *Writing Academy* e não constituem uma amostra probabilística da pós-graduação brasileira, o que limita a generalização dos resultados. Iniciativas futuras deveriam explorar o processo de institucionalização de iniciativas como a WA, por exemplo, via ANPOCS ou ABCP, e a incorporação de treinamentos voltados à publicação internacional nos currículos de pós-graduação.

Referências

- Amorim Neto, O. & Santos, F. (2015) La ciencia política en Brasil en la última década: la nacionalización y la lenta superación del parroquialismo. *Revista de ciencia política (Santiago)*, 35(1), pp. 19–31. DOI: 10.4067/S0718-090X2015000100002
- Ansell, B.W. & Samuels, D.J. (2021) Desk rejecting: a better use of your time. *PS: Political Science & Politics*, 54(4), pp. 686–689. DOI: 10.1017/S1049096521000482
- Barceló, J., Paik, C. & van der Windt et al. (2025) A global ranking of research productivity of political science departments. *PS: Political Science & Politics*, 58(3), pp. 574–585. DOI: 10.1017/S1049096524001239
- Barham, E. & Wood, C. (2022) Teaching the hidden curriculum in political science. *PS: Political Science & Politics*, 55(2), pp. 324–328. DOI: 10.1017/S1049096521001384
- Beigel, F., Almeida, A.M. & Gallardo, O. et al. (2023) Scientific production and gender inequalities in two academic elites: Brazil and Argentina. *Revue d’histoire des sciences humaines*, (42), pp. 255–280. DOI: 10.4000/rhsh.8374
- Finardi, K., França, C. & Guimarães, F.F. (2023) Knowledge production on internationalisation of higher education in the global South, Latin America in focus: América Latina en foco. *Diálogos Latinoamericanos*, 32, pp. 51–69. DOI: 10.7146/dl.v32i.127278
- Garand, J.C. & Harman, M. (2021) Journal desk-rejection practices in Political Science: bringing data to bear on what journals do. *PS: Political Science & Politics*, 54(4), pp. 676–681. DOI : 10.1017/S1049096521000573
- Gilardi, F. (2021) Good abstracts: A template. *Personal website*. Disponível em: <<https://fabriziogilardi.org/media/files/good-abstracts.pdf>>. Acesso em: 12 de mai. 2026
- Hinze, A.M.S., Stockemer, D. & Reidy, T. (2026) The predation index: a tool to discover predatory journals. *PS: Political Science & Politics*, 59(1), pp. 158–164. DOI : 10.1017/S1049096525101145
- Marengo, A. (2014) The three Achilles’ heels of Brazilian political science. *Bras. Political Sci. Rev.*, 8(3), pp. 3–38. DOI: 10.1590/1981-38212014000100019
- Mendes, V. & Figueira, A. (2022) Global IR e o debate sobre a internacionalização da ciência política e das relações internacionais no Brasil. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 1(98), pp. 1–24. doi.org/10.17666/bib9805/2022
- Montal, F., Pauselli, G. & Yamin, P. (2022) Segmented communities in the Global South: where do IR Argentine scholars publish and why? *PS: Political Science & Politics*, 55(3), pp. 519–524. DOI : 10.1017/S1049096522000373
- Stein, S. (2017) The persistent challenges of addressing epistemic dominance in higher education: considering the case of curriculum internationalization. *Comparative Education Review*, 61(1), pp. 25–50. DOI: 10.1086/690456
- Stinson, J. (2018) Um guia para escrever profissionalmente na ciência política. *Revista Política Hoje*, 27(1), pp. 142–151. DOI: 10.51359/1808-8708.2018.239112

ANEXOS

Anexo 1. A Writing Academy

Tabela A1 – Atividades realizadas como parte da Writing Academy

Etapa	Atividade	Descrição
Etapa 1	Workshop presencial	Esta atividade ocorreu ao longo de três dias e incluiu as seguintes sessões: • Um panorama das trajetórias e ambições da nova geração de cientistas políticos no Brasil • Como escrever resumos robustos • Como publicar em inglês: uma mesa redonda com editores da área de Ciência Política • O mercado editorial acadêmico dentro e fora do Brasil: convergências e singularidades • Como estruturar artigos • Como estabelecer e manter coautorias bem-sucedidas • Os diferentes tipos de periódicos internacionais e como selecioná-los • Aumentando o impacto da Ciência Política na formulação de políticas
Etapa 2	Feedback online	Esta atividade ocorreu ao longo de três dias e consistiu em breves apresentações dos alunos, seguidas de um amplo feedback de mentores e demais participantes.
Etapa 3	Workshop presencial	Esta atividade ocorreu ao longo de dois dias e incluiu as seguintes sessões: • Aprendendo com os pares sobre submissão, revisão por pares e publicação em inglês (painel com participantes da WA) • Como lidar com críticas na academia? Um guia passo a passo para sobreviver a um R&R • O uso de inteligência artificial na escrita científica • Como produzir ciência (social) de forma transparente e replicável • Teoria, inovação e impacto da pesquisa no Sul Global • Como se candidatar a financiamentos, estágios de pesquisa e bolsas de estudo no exterior • O lugar do Brasil na política comparada
Etapa 4	Simulação de revisão por pares	Esta atividade ocorreu ao longo de três meses e consistiu na identificação de mentores/especialistas adequados para revisar os artigos dos participantes de forma independente, submeter uma revisão (duplamente anonimizada) e propor locais relevantes para publicação.

Continuação da tabela na página seguinte.

Etapa 5	Mentoria	Ao longo de seis meses, esta atividade oferecerá orientação individualizada aos participantes, apoiando a seleção de periódicos-alvo e as submissões de artigos
---------	----------	---

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Anexo 2. Checklist para publicações internacionais

Etapa da escrita	☒
Estratégia	
Contribuição clara para debates internacionais	
Conexão com literaturas globais	
Estrutura	
Abstract	
• Pergunta de pesquisa	
• Caso/Dados/Método	
• Resultados	
• Contribuição	
Introdução	
• Pergunta de pesquisa	
• Caso/Dados/Método	
• Resultados	
• Contribuição	
• Engajamento com literatura internacional	
Revisão da literatura	
• Seletiva e orientada por argumentos	
• Referências internacionais	

Continuação da tabela na página seguinte.

• Referências a revista-alvo	
Dados e métodos	
• Seleção do(s) caso(s)	
• Descrição dos dados	
• Justificativa dos métodos de análise	
Discussão dos resultados	
• Descrição dos resultados	
• Interpretação à luz das hipóteses	
• Formatação das tabelas e figuras	
• Notas detalhadas para tabelas e figuras	
Conclusão	
• Pergunta de pesquisa	
• Caso/Dados/Método	
• Resultados	
• Contribuição	
• Sugestão de pesquisas futuras	
Caso brasileiro	
Introdução do problema em termos comparados	
Diálogo com o debate internacional	
Discussão das implicações para além do caso	
Escolha do periódico	
Compreensão do tipo de artigo e categoria de journal para melhor encaixe	
Preparo do manuscrito de acordo com as regras de submissão	

Continuação da tabela na página seguinte.

Replicabilidade	
Documentação detalhada do prepare dos dados	
Documentação detalhada da análise dos dados	
Disponibilidade dos dados brutos	

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Anexo 3. Exemplo de estrutura de *abstract*

Good Abstracts: A Template

Everyone agrees that this issue is really important. But we do not know much about this specific question, although it matters a great deal, for these reasons. We approach the problem from this perspective. Our research design focuses on these cases and relies on these data, which we analyze using this method. Results show what we have learned about the question. They have these broader implications.

Fonte: Gilardi (2021).

Anexo 4. Exemplo de carta resposta aos pareceristas

Dear Editors and Reviewers,

We would like to thank you for the careful and constructive evaluation of our manuscript, “Conditional Cash Transfers and Political Behaviour: Evidence from Brazil.” We are grateful for the insightful comments, which have helped us improve both the clarity of our argument and the robustness of our empirical analysis.

Below we provide a detailed, point-by-point response to the reviewer’s comments. All changes in the manuscript are highlighted in red.

Comment 1: The theoretical contribution needs to be clarified and better connected to the broader literature on welfare and political behaviour.

Author: The reviewer notes that the manuscript currently reads as a well-executed case study of Bolsa Família, but that its broader theoretical contribution remains underdeveloped.

****Response:****

We appreciate this comment and have substantially revised the introduction and theory sections (pp. 2–5) to better situate the paper within the comparative literature on conditional cash transfers and political behaviour. Specifically, we now engage more directly with studies on welfare feedback effects and clientelism, clarifying how our findings contribute to debates on whether targeted social policies generate political loyalty or programmatic support. We also sharpen the paper’s central claim by explicitly stating how the Brazilian case allows us to test competing theoretical expectations in this literature.

Comment 2: The empirical strategy requires further justification, particularly regarding case selection and identification.

Author: The reviewer asks for a clearer justification of why Brazil—and Bolsa Família in particular—is an appropriate case, and raises concerns about causal identification.

****Response:****

We have revised the data and methods section (pp. 6–9) to provide a more explicit justification for case selection. We now argue that Brazil represents a most-likely case for observing political effects of conditional cash transfers due to the program’s scale, national coverage, and institutionalization.

In addition, we have clarified our identification strategy by expanding the discussion of model specification and potential confounders. We now include additional robustness checks (reported in Appendix B), which show that our results are consistent across alternative specifications and subsamples.

Comment 3: The manuscript would benefit from a clearer explanation of how the findings travel beyond the Brazilian case.

Author: The reviewer suggests that the paper should more explicitly address the external validity of the findings.

****Response:****

We agree and have strengthened the discussion section (pp. 12–13) to clarify the broader implications of our results. We now explicitly connect our findings to comparative debates on social policy design and political behaviour in the Global South, highlighting the conditions under which similar effects might be expected in other contexts. We also discuss how variation in program design (e.g., conditionality, targeting mechanisms) may affect the generalizability of our conclusions.

Comment 4: The discussion of results is somewhat descriptive and could be more analytically oriented.

Author: The reviewer encourages a more explicit interpretation of the empirical findings in light of the theoretical framework.

****Response:****

We have revised the results section (pp. 9–11) to more clearly link empirical findings to theoretical expectations. In particular, we now explicitly state which hypotheses are supported by the data and discuss how the results speak to competing interpretations in the literature. This revision reduces descriptive elements and strengthens the analytical focus of the section.

Comment 5: The conclusion should be expanded to include limitations and future research directions.

****Response:****

We have revised the conclusion (p. 14) to include a brief discussion of limitations, particularly regarding measurement and external validity. We also outline avenues for future research, including cross-national comparisons of conditional cash transfer programs and the use of experimental designs to further isolate causal mechanisms.

Comment 6: Minor stylistic issues and clarity

Author: The reviewer notes occasional lack of clarity in phrasing and recommends minor stylistic improvements.

****Response:****

We have carefully edited the manuscript to improve clarity and consistency in writing, simplifying overly complex sentences and ensuring a more uniform academic tone throughout.

We believe that these revisions have significantly improved the manuscript and strengthened its contribution to the literature on social policy and political behaviour. We thank the reviewer again for their thoughtful and constructive feedback.

Sincerely,
The Authors

Minibiografias

Adriano Codato (adrianocodato@gmail.com) é professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR), pesquisador do CNPq, editor-chefe da Revista de Sociologia e Política e coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Representação e Legitimidade Democrática (INCT ReDem).

Andrea Lopes da Costa (andrea.lopes@unirio.br) é doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Pós-doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Visiting Research Fellowship no HUMA – Institute for Humanities in Africa da University of Cape Town. É professora titular na Escola de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atua no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP/UNIRIO). Coordenadora do Laboratório de Estudos em Políticas Públicas e Desigualdades Sociais (LAbDes).

Bruna Cersózimo Arenque (bruna@fapesp.br) é doutora em Sistemas Complexos e mestre em Botânica pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel e licenciada em Biologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pós-graduada em Gestão Pública pelo Insper e em Gestão Ambiental pela USP. Atualmente, é Coordenadora de Programas estratégicos na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Atuou, entre 2015 e 2025 no planejamento e execução de programas estratégicos de financiamento à pesquisa científica, com foco em arranjos inovadores para um maior impacto de pesquisas em sustentabilidade.

Bruno P. W. Reis (brunoreis@ufmg.br) é professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Exerce hoje a presidência da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

Dalson Figueiredo Filho (dalson.figueiredofo@ufpe.br) é Professor Associado do Departamento de Ciência Política UFPE e Bolsista de Produtividade em Pesquisa – CNPq. Foi Visiting Research na Oxford University (2022) e atua como catalisador do Berkeley Initiative for Transparency in the Social Sciences (BITSS).

Debora Rezende de Almeida (deborarezende.almeida@gmail.com) é professora Associada do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), desde 2012. É co-coordenadora do Grupo de Pesquisa Resocie e co-editora chefe da Revistas Brasileira de Ciência Política. É membro do INCT Participa.

Edlaine de Campos Gomes (edlaine.gomes@unirio.br) é doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Sociais (PPCIS-UERJ).

Estágios de pós-doutorado em Antropologia pelo Museu Nacional (UFRJ), Universidade de São Paulo (USP) e Centro de Estudos da Metrópole/CEM-CEBRAP, e Centre of Latin American Studies (University of Cambridge). Professora Titular no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atua no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP/UNIRIO).

Ernani Rodrigues de Carvalho (ernani.carvalho@ufpe.br) é Professor Titular do Departamento de Ciência Política UFPE, Bolsista de Produtividade em Pesquisa (Nível 2) do - CNPq e Coordena os Grupos de pesquisa PRAETOR e Polis Capibaribe. Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2005), foi Visiting Research na Universidade de Coimbra (2003-04), Research Fellow na Universitat Pompeu Fabra (2012-2013) e Visiting Research Associate na Oxford University (2022).

João Guilherme Lopes de Paula Neves (guilherme.pneves@ufpe.br) é aluno da graduação em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco, onde pesquisa Políticas Públicas, Judiciário e as interseções entre estes temas.

Juan Vicente Bachiller (bachiller_juan@id.uff.br) é doutor em Ciência Política pela Universidad de Salamanca (Espanha), e tem feito pós-doutorado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ). Atualmente é Professor Adjunto do bacharelado em Políticas Públicas da UFF e membro do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED).

Julia Ximenes (juliamximenes@gmail.com) é doutora em Sociologia Política pela Universidade de Brasília. Consultora e Pesquisadora. Docente Permanente do Doutorado Profissional em Políticas Públicas da ENAP.

Lucas Moura Vieira (lucas.vieira@enap.gov.br) é doutor em Ética e Filosofia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília. Pesquisador Colaborador Pleno do PPG-Fil/UnB e docente permanente do Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento (MPGD).

Luciana Santana (lucianasantana@ics.ufal.br) é Professora de Ciência Política da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e docente permanente do PPGCP/UFAL e do PPGC/UFPI. É Secretária Executiva da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e Diretora do Instituto de Ciências Sociais da UFAL. Integra redes nacionais e internacionais de pesquisa nas áreas de Ciência Política, Democracia e instituições políticas.

Luiz Augusto Campos (lascampos@iesp.uerj.br) é professor de Sociologia e Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), onde coordena o núcleo DARA: Dados e Análises do Racismo e do Antirracismo e editora a revista DADOS.

Malu A. C. Gatto (m.gatto@ucl.ac.uk) é Professora de Política Latino-americana na University College London (Reino Unido). É doutora pela Universidade de Oxford e já foi Fellow do Wilson Center for International Scholars, pesquisadora visitante no Kellogg Institute for International Studies, da Universidade de Notre Dame, e pesquisadora de pós-doutorado na Universidade de Zurique.

Marcos Marques de Oliveira (marcos_marques@id.uff.br) é Professor Associado de Sociologia da UFF, lotado no Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR). Doutor em Educação Brasileira (UFF), com estágio pós-doutoral em Sociologia Política (UENF/Darcy Ribeiro).

Marcelo de Souza Marques (marcelo.marques.cso@gmail.com) é professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pesquisador do Núcleo Participação e Democracia (CNPq/UFES). Integra o INCT Participa. Compõe a Coordenação do Comitê de Pesquisa Movimentos Sociais da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Marcia Scazufca (scazufca@gmail.com) é Pesquisadora Científica VI e docente da pós-graduação no Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Saúde Mental e Epidemiologia, ela se dedica ao desenvolvimento de programas de intervenções psicossociais para idosos com depressão atendidos em Unidades Básicas de Saúde situadas em áreas de alta vulnerabilidade em São Paulo. Integra a Assessoria Científica da FAPESP na área de Medicina e no Programa de Pesquisa em Políticas Públicas.

Maria Dolores Lima da Silva (mdls@ufpa.br) é doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), com pós-doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais; É professora Associada da Universidade Federal do Pará, vinculada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Atua na Faculdade de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP-UFPA). Coordenadora do grupo de pesquisa “Políticas para o meio ambiente na Amazônia”.

Marina Duarte de Freitas Vianna Lima (marinadfvlima@gmail.com) é pós-graduada em Nutrição Clínica Integrativa Funcional pela Plenitude Educação. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Nutrição da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Orientadora Educacional na Universidade Estácio de Sá – Polo Florianópolis.

Marta Mendes da Rocha (mendes_rocha@yahoo.com.br) é professora associada do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Possui graduação em História (2003), mestrado (2006) e doutorado (2011) em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Criadora e coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Política Local (NEPOL/UFJF).

Fez estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais (2021–2022). Foi Fulbright Visiting Scholar na University of Texas (Austin) (2022). Foi uma das fundadoras da Rede de Estudos sobre Política Subnacional na América Latina (REPSAL). É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. Suas pesquisas versam sobre instituições e representação política, governos subnacionais, relações multiníveis, dinâmicas de intermediação de interesses e poder local.

Mellanie Fontes-Dutra (dutra.mellanie@gmail.com) é biomédica virologista, doutora em neurociências e professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e do Programa de Pós-graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde (Unisinos). Pesquisadora do Núcleo de Mudanças Climáticas e Saúde Única e do Núcleo de Neuropsiquiatria Nutricional.

Michelle Fernandez (michelle.fernandez@unb.br) é doutora e mestre em Ciência Política pela Universidade de Salamanca e graduada em Ciência Política pela UnB. Foi pesquisadora visitante na Universidade Autônoma de Barcelona, na Universidade de Oxford e na Universidade de Manchester. É professora e pesquisadora no Instituto de Ciência Política da UnB. Coordena o Núcleo de Estudos sobre Estado, Burocracia e Políticas de Saúde (NEPOS) dentro do Laboratório de Pesquisa em Comportamento Político, Instituições e Políticas Públicas (LAPCIPP/UnB).

Olivia Cristina Perez (oliviacruzina889@gmail.com) é professora na Universidade Federal do Piauí. Atua no bacharelado em Ciências Sociais, mestrado em Ciência Política e doutorado em Políticas Públicas. Foi Editora Associada da Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS/Anpocs) (2019–2021) e Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI (de 2017 a 2019 e 2023). É diretoria de Ensino de Pós-Graduação na gestão da ABCP 2024–2026, Secretária Regional Adjunta SBPC Piauí, coordenadora da AT Política Comparada – ABCP, do Comitê de Pesquisa Movimentos Sociais da SBS e do GT Controles Democráticos da ANPOCS.

Rafael Cardoso Sampaio (cardososampaio@gmail.com) é professor do departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É coordenador do Laboratório Interdisciplinar de Inteligência Artificial para métodos, democracia e sociedade (<labiia_lab>) Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Transformações da Participação, do Associativismo e do Confronto Político (INCT Participa). Bolsista produtividade do CNPq. É diretor de Pesquisa da Gestão da ABCP 2024–2026.

Rebecca Neaera Abers (rebecca.abers@gmail.com) é Professora Titular do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, co-coordenadora do Grupo de Pesquisa Resocie e co-editora chefe da Revistas Brasileira de Ciência Política. É membro do INCT Participa.

Ricardo Luiz Bueno (ricardolpbueno@gmail.com) é doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor da UNIFESP e da Enap.

Soraia Marcelino Vieira (soraiamv@id.uff.br) é doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/ UERJ), com doutorado sanduíche na Universidade de Salamanca (ESP). Mestre em ciência política pelo Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, é Professora Associada na Universidade Federal do Fluminense (UFF), vinculada aos cursos de bacharelado em Políticas Públicas, e à pós-graduação em Ciência Política. É Jovem Cientista do Nosso Estado, da FAPERJ e desenvolve pesquisas nas áreas de partidos políticos, eleições e políticas públicas.

Victor Araújo (v.araujosilva@reading.ac.uk) é Professor de Política Comparada na Universidade de Reading (Reino Unido) e pesquisador associado do Public Opinion Analytics Lab (POAL). Doutor pela Universidade de Zurique e pela Universidade de São Paulo.

Vanessa Elias de Oliveira (vanessa.oliveira@ufabc.edu.br) é doutora em Ciência Política, mestre em Ciência Política e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Política da Universidade de Bolonha (Itália). Atualmente, é Professora Associada da Universidade Federal do ABC (UFABC). Foi Presidente da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) entre 2022 e 2024. É membro do Comitê Executivo da International Political Science Association (IPSA), coordenadora do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas da Fapesp e pesquisadora do CNPq. Desenvolve pesquisas nas áreas de Políticas Públicas, nos temas de implementação de políticas públicas, federalismo e relações intergovernamentais e judicialização de políticas públicas.

Victor Araújo (v.araujosilva@reading.ac.uk) é PhD em Ciência Política pela Universidade de Zurique (UZH), Suíça. É também Mestre e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, é professor no Departamento de Ciência Política da Universidade de Reading (Reino Unido). Em 2020, sua tese de doutorado recebeu o Prêmio Capes na área de Ciência Política e Relações Internacionais, bem como menção honrosa no concurso de teses da ANPOCS. O seu livro “A religião distrai os pobres? O voto econômico de joelhos para a moral e os bons costumes”, publicado em 2022 pelo selo Edições 70 (ed. Almedina), recebeu menção honrosa no Prêmio Victor Nunes Leal da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

Como Planejar, Escrever e Publicar na Universidade: lições da Ciência Política para todas as áreas nasceu de uma iniciativa da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) para compartilhar conhecimentos fundamentais da trajetória acadêmica que atravessam diferentes campos do conhecimento.

A obra reúne pesquisadoras e pesquisadores em reflexões sobre difusão científica, elaboração de projetos, redes de pesquisa, ética, publicação, avaliação por pares e inteligência artificial. Construído de forma coletiva, o livro apresenta caminhos para fortalecer a produção científica e contribuir com a formação de novas gerações de pesquisadoras e pesquisadores.